

# Primeira Escrita

v. 12, n. 1

2025

ISSN 2359-0335

## Dossiê

**"A Análise do Discurso materialista e as  
disputas de sentido no Brasil atual"**



**Revista do Curso de Letras  
Câmpus de Aquidauana  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**



**PRIMEIRA ESCRITA**  
**ISSN 2359-0335 (PUBLICAÇÃO ONLINE)**  
**Revista do Curso de Letras do Câmpus de Aquidauana**  
**da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**

**Coordenação**

Editor-chefe:  
Flavio da Rocha Benayon (UFMS)

Editor-adjunto:  
Edelberto Pauli Júnior (UFMS)

**Periodicidade**

Semestral

**Divulgação**

Eletrônica em  
<https://periodicos.ufms.br/index.php/revpres>

**Contato Principal**

Flavio da Rocha Benayon  
primeiraescritacpaq@ufms.br

**Projeto Gráfico**

Mario Marcio Godoy Ribas, UFMS

**Revisão de Língua Espanhola**

Edelberto Pauli Júnior, UFMS

**Revisão de Língua Inglesa**

Mario Marcio Godoy Ribas, UFMS

**Endereço para correspondência**

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Revista Primeira Escrita  
A/C Flavio da Rocha Benayon  
Rua Oscar Trindade de Barros, 740  
Aquidauana – MS  
CEP 79200-000

**Conselho Editorial**

Dra. Ada Magaly M.Brasileiro, (UFOP) - Brasil  
Dra. Alcione Maria Santos, (UFMS) - Brasil  
Dr. Edgar Nolasco (UFMS) - Brasil  
Dr. EsequielGomes da Silva, (UFPA) - Brasil  
Dra. Eliane Mourão (UFOP) - Brasil  
Dr. Marco Antonio Almeida Ruiz (UFG) - Brasil  
Dra. Maria Alzira Leite (UNINCOR) - Brasil  
Dra. Maria Angela Paulino Teixeira Lopes (PUC  
Minas) - Brasil  
Dra. Morgana Fabiola Cambrussi(UFFS) - Brasil  
Dra. Nara Hiroko Takaki (UFMS) - Brasil  
Dr. Paulo Alexandre Pereira (Universidade de Aveiro)  
- Portugal  
Dr. Reinaldo Francisco Silva (Universidade de Aveiro)  
- Portugal  
Dr. Rosivaldo Gomes (UNIFAP) - Brasil  
Dra. Rosana Cristina Zanelatto Santos (UFMS) -  
Brasil  
Dra. Simone dos Santos (UFVJM) - Brasil  
Dra. Thaís Cristófaro (UFMG) - Brasil

**ORGANIZADORES DO DOSSIÊ**

**"A ANÁLISE DO DISCURSO MATERIALISTA E AS  
DISPUTAS DE SENTIDO NO BRASIL ATUAL" (v.12,  
n.1, 2025)**

Flavio da Rocha Benayon (UFMS)  
Liliane Souza dos Anjos (UNESP)  
Felipe Augusto Santana do Nascimento (IFAL)

Os conteúdos e as opiniões emitidas nos textos da Revista Primeira Escrita são  
de inteira responsabilidade dos seus autores.

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons  
Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.





## SUMÁRIO

### 3 APRESENTAÇÃO

Por Flavio da Rocha Benayon, Liliane Souza dos Anjos e Felipe Augusto Santana do Nascimento

### DOSSIÊ “A ANÁLISE DO DISCURSO MATERIALISTA E AS DISPUTAS DE SENTIDO NO BRASIL ATUAL”

### 9 AMAZÔNIA EM DISCURSO: APAGAMENTOS, EXCLUSÕES, PERTENCIMENTOS E RESISTÊNCIAS

por Luiz Carlos Martins de Souza

### 27 CABEÇA DO CACHORRO: BELEZAS E DESAFIOS NA DISPUTA POR SENTIDOS

por Sabrina Sant'Anna Rizental

### 44 ENTRE UM AXÉ E UM AMÉM: A CIDADE DO RIO DE JANEIRO EM DISPUTA

por Bruna Domingos Ribeiro

### 58 O DISCURSO MANIQUEÍSTA NA CONSTITUIÇÃO DOS SUJEITOS NA 30<sup>a</sup> MARCHA PARA JESUS

por Maitá de Paula e Silva, Guataí de Paula e Silva

### 73 A MULHER NA FAMÍLIA TRADICIONAL CRISTÃ: IMAGENS PRODUZIDAS NO DISCURSO NEOPENTECOSTAL DO PROGRAMA THE LOVE SCHOOL

por Marcella Karoline Belo Rodrigues, Nayana Ferraz da Fonseca

### 89 A PRODUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE EM ENTREVISTAS COM LÍDERES RELIGIOSOS EVANGÉLICOS

por Rian Caetano de Oliveira, Flavio da Rocha Benayon

### 103 DIZERES SOBRE A LINGUAGEM NEUTRA DE GÊNERO NO CIBERESPAÇO: LÍNGUA E GÊNERO EM DISCURSIVIDADE

por Camilla Machado Cruz



- 113** “VAI TER TRANS NA UNICAMP!”: O COMPROMISSO DE ISONOMIA JURÍDICA COMO ESPAÇO DE DISPUTAS  
por Luiz Davi Alves Castilho, Liliane Souza dos Anjos

- 122** A LEGÍTIMA DEFESA E A CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS: SENTIDOS EM DISPUTA  
por José Ricardo Menacho, Joelma Aparecida Bressanin

- 137** FAMÍLIA OU FAMÍLIAS: DISCURSIVIDADES EM CONFLITO SOBRE “A FAMÍLIA” EM PROJETOS DE LEI APRESENTADOS AO CONGRESSO NACIONAL BRASILEIRO  
por Luciano Arêas do Nascimento

- 146** SUJEITOS NEGROS E SEUS ESPAÇOS DE VIDA EM DICIONÁRIOS ESCOLARES DE LÍNGUA PORTUGUESA  
por Felipe Augusto Santana do Nascimento, Amanda Vitória Silva Azevêdo, Ana Júlia Virtuoso Alves

- 155** GESTOS DE RESISTÊNCIA NA ESCRITA DE/SOBRE MULHERES NEGRAS  
por Ailce do Nascimento Macedo, Alana Clecyá, Rogério Modesto

- 169** UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA POSIÇÃO-SUJEITO ‘MULHER-NEGRA’ NA OBRA “A VIDA E A HISTÓRIA DE MADAM CJ WALKER”  
por Natalie Soares dos Santos Novais, Anderson Lins Rodrigues, André Cavalcante

- 181** EFEITO DE TRANSPARÊNCIA EM PROCESSOS ALGORÍTMICOS OPACOS: TENSÕES RACIAIS EM ESPAÇOS ENUNCIATIVOS INFORMATIZADOS NA PRODUÇÃO DE CONTEÚDO  
por Felipe Muniz da Silva, Rogério Modesto

- 196** “QUEM MANDOU MATAR?”: ARGUMENTAÇÃO, TEXTUALIDADE SERIADA E DISPOSITIVO VITIMÁRIO NO CONFRONTO ENTRE HASHTAGS  
por Deborah Danny da Silva Pereira, Fernando Ferreira da Silva Ananias



205

RESISTÊNCIA: UM OÁSIS NO DESERTO DO DISCURSO DE ÓDIO  
por Thiago Alves França

218

LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA ERA DIGITAL: DISCUSSÕES, À LUZ DA  
ANÁLISE DO DISCURSO, DOS EFEITOS E IMPLICAÇÕES DE COMENTÁRIOS DE  
ÓDIO NA INTERNET  
por Paula Elisie Madoglio Izidoro, Mariana Garcia Carregosa Gaino



## APRESENTAÇÃO – DOSSIÊ “A ANÁLISE DO DISCURSO MATERIALISTA E AS DISPUTAS DE SENTIDO NO BRASIL ATUAL”

Flávio da Rocha Benayon<sup>1</sup>

*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)*

Liliane Souza dos Anjos<sup>2</sup>

*Universidade Estadual Paulista (UNESP)*

Felipe Augusto Santana do Nascimento<sup>3</sup>

*Instituto Federal de Alagoas (IFAL)*

Com a temática “Análise do Discurso materialista e a disputa de sentidos no Brasil atual”, o conjunto de artigos que compõem este dossiê faz intervir a contradição em temáticas-chave para a compreensão do funcionamento de sentidos em tensão no quadro atual da formação social brasileira. Mobilizados por diferentes questionamentos, os autores aqui reunidos oferecem valiosas contribuições para pensar as condições de produção de um país inscrito em mudanças operadas globalmente. A polarização política, que persiste mesmo após as eleições, o fortalecimento de grupos conservadores, as desigualdades agravadas pela pandemia são alguns dos elementos que contribuem para marcar as diferenças vistas cotidianamente na forma de oposições, dicotomias e dualidades. As oposições, porém, são incapazes de resumir os diferentes matizes de sentido e o acirramento das disputas simbólicas cujo motor é a contradição estruturante da sociedade.

Olhar para as disputas de sentido no Brasil atual é um convite para compreender como referências discursivas vão sendo construídas como unidades unívocas, quando, ao contrário, são unidades divididas. Esse efeito de evidência forja a naturalização e a homogeneização de sentidos contraditórios e heterogêneos que são produzidos em um espaço discursivo de luta e de disputa. Fazendo funcionar a contradição, a Análise do Discurso materialista evidencia as condições materiais e históricas de existência e os processos de identificação e interpretação dos sujeitos que se apresentam como donos e origem de seu dizer.

Se, nas palavras de Michel Pêcheux (2009, p. 150) em Semântica e Discurso, “o sujeito se constitui pelo ‘esquecimento’ daquilo que o determina” e a sua constituição é construída na “unidade (imaginária) do sujeito”, podemos afirmar que o sentido também se apresenta como uma unidade imaginária que lhe é imposta como uma “realidade” universal não contraditória. Ao contrário de disputas de sentido, para o sujeito, que se identifica consigo mesmo e com o seu dizer, temos um sentido (a “sua” verdade) que deve se impor aos outros sentidos possíveis. Essa

<sup>1</sup> Professor Adjunto de Linguística e Língua Portuguesa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutor e mestre em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: flavio.benayon@ufms.br

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC), na Universidade Estadual Paulista (UNESP- Bauru). Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestra em Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: lilianesouzaanjos@gmail.com

<sup>3</sup> Professor de Língua Portuguesa no Instituto Federal de Alagoas (IFAL). Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com estágios doutoriais na Université Sorbonne Nouvelle (Paris III) e na Universidad de Buenos Aires (UBA). Mestre em Letras/Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: felipe.nascimento@ifal.edu.br



coincidência entre a identificação do sujeito e o seu dizer ocasiona uma indiferenciação entre o que é dito e quem diz, produzindo o esquecimento das suas determinações e o apagamento das disputas na produção discursiva.

Ora, como bem nos lembra Michel Pêcheux na mesma obra, o discurso está submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação. Então, embora se apresente como única verdade para o sujeito identificado, a produção do sentido de um objeto discursivo é resultado de apagamentos das contradições de determinadas condições sócio-históricas de produção. Tensionar essas contradições e evidenciar as disputas em torno dos sentidos é o que os artigos deste dossier se propõem, fazendo eco ao ensinado por Pêcheux (2012, p. 161) de que é preciso “suportar a categoria da contradição” em nossas análises.

Agrupados em seis eixos - cidade, religião, gênero, discurso jurídico, racialidade e discurso no digital - os dezessete textos deste dossier conduzem o leitor a diferentes pesquisas orientadas a tais discussões. Começamos, então, nosso percurso de reflexão pensando a cidade, a partir do texto **“Amazônia em discurso: apagamentos, exclusões, pertencimentos e resistências”**, de Luiz Carlos Martins de Souza. A partir de diferentes materialidades textuais, o autor analisa os sentidos sobre a Amazônia e o amazônida, apontando para duas grandes formações discursivas em disputa, uma de caráter preservacionista e outra de caráter predatório, as quais, embora distintas, contribuem para a desumanização da Amazônia e de seus habitantes.

O artigo **“Cabeça do Cachorro: belezas e desafios na disputa por sentidos”**, de Sabrina Sant’Anna Rizental, por sua vez, ao analisar algumas denominações sobre a cidade de São Gabriel da Cachoeira, localizada no extremo Noroeste do Brasil, observa como a contradição funciona entre “o verde e o acinzentado” na disputa de sentidos sobre essa cidade e seus sujeitos. Outra cidade é objeto de análise no artigo de Bruna Domingos Ribeiro. Em **“Entre um axé e um amém: a cidade do Rio de Janeiro em disputa”**, a autora analisa a tensão em torno dos sentidos de território do Rio de Janeiro, observando como as práticas religiosas atravessadas por discursos racializados funcionam discursivamente na cidade, inscrevendo sentidos sobre sujeitos que nela se significam.

Também refletindo sobre a religião, o texto **“O discurso maniqueísta na constituição dos sujeitos na 30ª Marcha Para Jesus”**, de Maitá de Paula Silva e Guataí de Paula Silva, reflete sobre o discurso do ex-candidato a reeleição à presidência, Jair Bolsonaro, durante a 30ª Marcha Para Jesus, evento marcado pelo discurso maniqueísta produtor de identificação de sujeitos à ideologia cristã e a valores conservadores. As autoras, assim, observam que a dualidade “bem versus mal” é fundamental para compreensão dos sujeitos no atual cenário democrático brasileiro.

Em **“A Mulher na família tradicional cristã: imagens produzidas no discurso neopentecostal do programa The Love School”**, Marcella Karoline Belo Rodrigues e Nayana Ferraz da Fonseca descrevem o funcionamento da imagem feminina e da família tradicional cristã no episódio “Como homens e mulheres funcionam”, do programa The Love School: Escola do Amor. As autoras, assim, observam como, ao apelar para o pânico moral, o discurso neopentecostal filiado a uma ideologia neoliberal produz uma hierarquização social entre homens e mulheres, naturalizando o modelo de família tradicional que relega a mulher às posições conservadoras de auxiliadora e opositora idônea.

Ainda nesse eixo temático, Rian Caetano de Oliveira e Flavio da Rocha Benayon, em seu artigo **“A produção de sentidos sobre a homossexualidade em entrevistas com líderes religiosos evangélicos”**, analisam como é atualizada a memória discursiva da homossexualidade em enunciados de líderes religiosos evangélicos, produzindo sentidos sobre homossexual e homossexualidade relacionados a um comportamento voluntarista. Consequentemente, são atualizados sentidos sobre “família”, vinculando-a ao ideal cis-heteronormativo.



Ao discutir sobre gênero, Camila Machado Cruz, no artigo “**Dizeres sobre a linguagem neutra de gênero no ciberespaço: língua e gênero em discursividade**”, a partir de diferentes materialidades significantes, debruça-se sobre a linguagem neutra de gênero em circulação no ciberespaço. O texto, então, discute como sujeitos, na posição de linguista, podem produzir sentidos que oscilam entre a incerteza sobre o uso dessa linguagem e a busca de autoridade sobre a língua portuguesa. Outra reflexão que tangencia a temática de gênero é a elaborada por Luiz Davi Alves Castilho e Liliane Souza dos Anjos. Intitulado “**Vai ter trans na Unicamp!: o compromisso de isonomia jurídica como espaço de disputa**”, o artigo observa como o discurso jurídico é mobilizado para sustentar dizeres antagônicos sobre a reserva de vagas para pessoas trans, travestis e não-binárias no vestibular Enem-Unicamp. Ao descreverem os efeitos da contradição, os autores chegam à conclusão de que a isonomia ora funciona como justiça social, ora pelo apagamento das condições materiais de existência dos sujeitos.

Ao tematizar o discurso jurídico, José Ricardo Menacho e Joelma Aparecida Bressanin, em seu texto “**A legítima defesa e a concretização de direitos: sentidos em disputa**”, a partir do plano de governo de candidatos à Presidência da República, nas eleições de 2022, buscam analisar a relação entre a legítima defesa e a concretização de direitos fundamentais, observando que a política do performativo apaga o político e produz um sentido de unidade para a legítima defesa como parte de uma política de segurança pública. Já no artigo “**Família ou famílias: discursividades em conflito sobre ‘a família’ em projetos de lei apresentados ao Congresso Nacional Brasileiro**”, de Luciano Arêas do Nascimento, são analisados os processos de significação e de subjetivação acerca da “família brasileira” em projetos de Lei que foram protocolados no Congresso na década de 2010. O autor, assim, observa que o significante “família” passou por uma disputa de sentidos que diz respeito aos modos de subjetivação sobre o que deve ou não ser considerado parte de uma entidade familiar.

Pensando a racialidade, Felipe Augusto Santana do Nascimento, Amanda Vitória Silva Azevedo e Ana Júlia Virtuoso Alves, no texto “**Sujeitos negros e seus espaços de vida em dicionários escolares de Língua Portuguesa**”, analisam como o sujeito lexicógrafo materializa e atualiza sentidos sobre sujeitos negros e seus espaços de vida em dicionários escolares brasileiros. Os autores observam que, ao legitimar sentidos nesses instrumentos linguístico-pedagógicos, produz-se a classificação e a hierarquização de sujeitos e de seus espaços de vida na formação social brasileira, sustentada na categoria “raça”. Também discutindo racialidade, em seu “**Gestos de resistência na escrita de/sobre mulheres negras**”, ao fazer trabalhar a noção de resistência, Alice do Nascimento Macedo, Alana Cleyca e Rogério Modesto analisam a escrita de Maria Firmina dos Reis e a escrita sobre Esperança Garcia, observando deslocamento, rupturas e inversões de sentido no funcionamento do “falar sobre”. Os autores, dessa forma, apontam como o gesto de escrita dessas mulheres produziram um acontecimento discursivo que põe a mulher negra no lugar de autora-mulher-negra na formação social escravocrata brasileira.

Natalie Soares dos Santos Novais, Anderson Lins e André Cavalcante, por sua vez, discutem a racialidade a partir de uma produção audiovisual. O texto “**Uma análise discursiva da posição-sujeito ‘mulher-negra’ na obra ‘A vida e a história de Madam CJ Walker’**” analisa a constituição da posição-sujeito mulher (e) negra nessa obra, observando como as estruturas diferentes de opressão forjam uma posição-sujeito mulher-negra que faz tensionar discursividades de gênero e de raça. Assim, na minissérie, discursividades gendradas e racializadas específicas produzem inferiorização baseada em padrões brancocêntrico e sexista.

A relação entre corpo negro que produz conteúdo e a dinâmica racializada dos algoritmos é



o foco do artigo “**Efeito de transparência em processos algorítmicos opacos: tensões raciais em espaços enunciativos informatizados na produção de conteúdo**”. Nele, Felipe Muniz e Rogério Modesto trabalham analiticamente uma entrevista concedida por um produtor de conteúdo, homem negro, a partir da qual é possível refletir sobre as relações racializadas, mesmo quando mediadas por algoritmos - estes frequentemente percebidos, de forma equivocada, em sua transparência lógica.

As disputas no digital se manifestam de diferentes modos nos artigos que encerram este dossiê. Em “**“Quem mandou matar?: argumentação, textualidade seriada e dispositivo vitimário no confronto entre hashtags”**”, observamos como uma pergunta sintetiza um gesto de denúncia constantemente deslegitimado a respeito do caso da morte da vereadora Marielle Franco. Nesse funcionamento, a tensão ocorre na circulação no digital a partir de paráfrases formuladas como novas perguntas estruturadas em torno do enunciado que dá título ao artigo. Com base nessa dinâmica, os autores Deborah Danny da Silva Pereira e Fernando Ferreira da Silva Ananias observam o deslocamento da posição de vítima e seus efeitos político-sociais.

Observar o discurso de ódio a partir das formas como ele é tensionado no digital é o que pretende Thiago Alves França, autor do artigo “**Resistência: um oásis no deserto do discurso de ódio**”, assim como Paula Elisie Madoglio Izidoro e Mariana Garcia Carregosa Gaino, autoras de “**Liberdade de expressão na era digital: discussões, à luz da Análise do Discurso, dos efeitos e implicações de comentários de ódio na internet**”. No primeiro artigo, o autor analisa a textualização de discursos de resistência ao discurso de ódio em uma postagem de Facebook, levando em conta, em sua reflexão, a resistência como falha no ritual ideológico, à revelia de uma intencionalidade do sujeito. No segundo artigo, que encerra este dossiê, as autoras analisam comentários misóginos, xenófobos e intolerantes em circulação no Instagram a respeito da catástrofe natural que atingiu o Rio Grande do Sul em maio de 2024. Ao identificarem padrões de violência verbal, observam como os discursos de ódio se disseminam com rapidez no ambiente online, favorecidos pelas condições de anonimato e pelas dinâmicas interativas próprias das redes sociais.

Agradecemos às autoras e aos autores deste dossiê pelo envio de suas produções para este número da Revista Primeira Escrita. Esperamos que os artigos aqui reunidos colaborem com a compreensão do Brasil atual e incentivem a produção de novas pesquisas no campo da Análise do Discurso materialista. Uma ótima leitura!

Os organizadores,

Prof. Dr. Flavio da Rocha Benayon (UFMS)  
Profa. Dra. Liliane Souza dos Anjos (UNESP)  
Prof. Dr. Felipe Augusto Santana do Nascimento (IFAL)



## AMAZÔNIA EM DISCURSO: APAGAMENTOS, EXCLUSÕES, PERTENCIMENTOS E RESISTÊNCIAS

Luiz Carlos Martins de Souza<sup>1</sup>  
*Universidade Federal do Amazonas (UFAM)*

### RESUMO

Neste artigo apresenta-se uma compilação das formações discursivas que produzem sentidos sobre ser amazônica, ser amazonense e morar na Amazônia, e, metonimicamente, ser indígena, embasada em dois trabalhos acadêmicos: “O Norte Apagado: algumas formas de materialização discursiva do silenciamento do indígena e do caboclo da Amazônia Brasileira” (MARTINS DE SOUZA, 2008), e “Memes e identidades amazônicas: Narciso acha feio o que é espelho” (MARTINS DE SOUZA, 2019a). Coteja-se as formações discursivas que se explicitam nesses trabalhos, com inversões e deslocamentos que aparecem no texto “A Amazônia é o Centro do mundo”, de Eliane Brum (2019a), pela perspectiva da Análise de Discurso materialista (PÊCHEUX, 2009) em diálogo com a Psicanálise lacaniana (LACAN, 1998, 1999). Ao se observar a Amazônia representada e tensionada nesses materiais, identifica-se como o sujeito amazônica é interpelado por discursos de exclusão, resistência, subordinação, silenciamento e (re)significação identitária, a partir de duas formações discursivas: uma preservacionista e outra predatória. Elas colocam, num campo de alteridade colonialista, em lados opostos, posições de sujeito que se relacionam com os povos que milenarmente habitam e protegem a Amazônia e com os colonizadores e exploradores, que a veem como uma jazida de recursos minerais e naturais. Ao descrever a posição de sujeito amazônica e as mudanças de sentido propostas no texto de Brum, identifica-se nesse discurso os traços de resistência simbólica, a partir da constituição e restituição de uma alteridade dos povos da floresta para os outros habitantes do planeta.

**Palavras-chave:** Amazônia. Encadeamentos significantes. Outro Interdiscursivo. Posição de sujeito. Resistência.

### ABSTRACT

This article presents a compilation of discursive formations that produce meanings about being "Amazônica", being from Amazonas, and living in the Amazon — and, metonymically, about being Indigenous — based on two academic works: “O Norte Apagado: algumas formas de materialização discursiva do silenciamento do indígena e do caboclo da Amazônia Brasileira” (MARTINS DE SOUZA, 2008), and “Memes e identidades amazônicas: Narciso acha feio o que é espelho” (MARTINS DE SOUZA, 2019a). It compares the discursive formations made explicit in these works with inversions and shifts that appear in the text “Why the Amazon Is the Center of the World,” by Eliane Brum (2019b), through the perspective of materialist Discourse Analysis (PÊCHEUX, 2009) in dialogue with

<sup>1</sup> Professor e pesquisador da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Amazonas (FLET/UFAM). Psicanalista em formação, membro do Fórum do Campo Lacaniano da Região Metropolitana de Campinas (FCL-RMC/SP). Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com estágio doutoral na University of California, Los Angeles (UCLA/EUA). Pós-doutorado em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: lucamartins@ufam.edu.br



Lacanian Psychoanalysis (LACAN, 1998, 1999). By examining how the Amazon is represented and problematized in these materials, it is identified how the Amazonian subject is interpellated by discourses of exclusion, resistance, subordination, silencing, and (re)signification of identity, based on two discursive formations: one preservationist and the other predatory. These formations place subjects on opposite sides within a colonialist alterity framework — those related to the people who have inhabited and protected the Amazon for millennia, and those related to colonizers and exploiters who see it as a deposit of minerals and natural resources. By describing the position of the Amazônica subject and the changes in meaning proposed in Brum's text, traces of symbolic resistance are identified, originating from the constitution and restitution of an alterity of the forest people for the other inhabitants of the planet.

**Keywords:** Amazon. Significant chains. Interdiscursive Other. Subject position. Resistance.

## INTRODUÇÃO

A Região Amazônica tem sido, historicamente, não só um território atravessado por diferentes modos de dominação e exploração, mas também de interpretação e explicação, objeto de múltiplas disputas de sentido. No contexto geopolítico contemporâneo, a Amazônia adquire mais centralidade devido às disputas discursivas acerca do futuro da humanidade. Qualificada como “pulmão do mundo”, como reserva essencial de biodiversidade ou como zona crítica para o enfrentamento da crise climática, os discursos dominantes, muitas vezes produzidos por vozes externas, a transformam ora em objeto de salvação ambiental, ora em inesgotável fonte de recursos a ser explorada pelo capital, em posição subalterna de fornecedora de recursos naturais e de outras matérias-primas. Assim, ela se torna exilada e exótica aos olhos de sujeitos de outras regiões do país e do mundo, e um mais-além, por seu valor estratégico ambiental e econômico, com recursos naturais, farmacológicos e minerais ainda inexplorados.

Nesse tensionamento, apagamentos simbólicos e epistemológicos com efeitos sociais, ecológicos e econômicos trágicos, se impõem sobre seus habitantes, suas culturas e modos de vida, produzindo estereótipos e silenciamentos que reiteram lógicas colonialistas ou idílicas. Consequentemente, a Amazônia é mais falada do que ouvida; mais silenciada e enjaulada por tais discursos e menos reconhecida em sua pluralidade, diversidade e singularidade.

Por contiguidade e metonímia, nossas identidades são igualmente tensionadas: índio, indígena, aborígene, caboclo, ribeirinho, povo originário, ameríndio. Modos de categorizar sujeitos inscritos em histórias de colonização, mas também de resistência simbólica que desafiam a hegemonia de discursos paternalistas. Nessa cadeia de sentidos, o ser amazônica, morar na Amazônia, se identificar como amazonense, ou nortista, não diz respeito apenas à territorialidade, a coordenadas geográficas e a identidades geopolíticas, mas à ocupação de posições de sujeito enraizadas em atravessamentos ideológicos de disputas simbólicas. Sendo assim, tal disputa envolve não apenas a disputa por sentidos sobre o território, mas sobretudo a disputa por quem tem o direito de (se) significar e de existir discursivamente, quem pode dizer e fazer dizer sobre a Amazônia.

Em um arquivo composto por diferentes materialidades textuais e discursivas sobre os objetos ideológicos “Amazônia” e “amazônica”, sobre quem somos, o que dizem que somos, e quem são os nossos outros, um “eles” que nos interpelam nessas redes de significação, tenho buscado produzir análises e orientar trabalhos acadêmicos e artísticos que visam compreender a maneira pela qual diferentes discursos — oriundos de dentro e de fora da região — constroem,



tensionam, se aliançam ou deslocam os sentidos dominantes sobre nosso território, seus povos e modos de existência.

Este artigo propõe revisitar dois trabalhos já publicados e mapear, a partir dos efeitos de sentido nele recorrentes, as formações discursivas predominantes dentro da perspectiva da Análise de Discurso materialista (AD) em diálogo com a Psicanálise lacaniana. Quero cotejar os discursos que reproduzem sentidos hegemônicos, com discursos de resistência, deslocamento ou reinscrição de sentidos que atravessam as formações discursivas em disputa, na relação com as alteridades reais, imaginárias, simbólicas, e, consequentemente, com as alteridades interdiscursivas, avançando e ampliando minha pesquisa.

## 1 ALGUNS CONCEITOS DA ANÁLISE DE DISCURSO MATERIALISTA E DA PSICANÁLISE LACANIANA

A Análise de Discurso, na perspectiva materialista, desenvolvida por Michel Pêcheux e seu grupo de pesquisa na França (entre os anos 60 e 80), foi ampliada e difundida no Brasil pelo grupo de trabalho de Eni Orlandi (a partir dos anos 80). Nesta perspectiva, discurso é efeito de sentido, entre sujeitos, que se produz na relação da língua (e vamos defender aqui a ampliação também desse conceito para qualquer encadeamento<sup>2</sup> significante) com a ideologia e a história.

Na perspectiva marxista, a contradição é um conceito primordial pelo qual se explica a configuração de confrontos entre forças opostas, revelando limites e tensões internas de um sistema, impulsionando seu movimento e sua transformação. Em virtude disso, ela é o que se configura na luta de classes, o motor do processo histórico e elemento constitutivo das relações sociais. Diferente da lógica formal — em que a contradição deve ser evitada ou resolvida —, na lógica dialética marxista, a contradição é inerente à realidade material e expressa os conflitos entre classes, modos de produção e formas de organização social. Sendo a tensão entre forças antagônicas — como capital e trabalho, dominação e resistência —, ela impulsiona a transformação das estruturas sociais, produzindo os movimentos dialéticos na história humana.

Essa perspectiva de Análise de Discurso é materialista, por entender que tais tensionamentos, derivados da contradição econômica que estrutura o social, não operam de forma abstrata, mas se materializam nos sujeitos e nos efeitos de sentidos que circulam nas e são disputados dialeticamente por formações discursivas, a partir de suas materializações em encadeamentos significantes.

A luta de classes, o Real da história, e o inconsciente, o Real que escapa à significação, um mais além inalcançável pela linguagem, constituem instâncias distintas que, embora não se confundam, se articulam na produção dos sujeitos, de suas relações e dos sentidos que enunciam (PÊCHEUX, 2009).

Na Análise de Discurso de orientação materialista, fundamentados nesses pressupostos, concebemos a língua não como um sistema neutro ou transparente de signos, mas como uma base material significante, que só produz sentido pela ideologia, pela história e, em conformidade com Lacan (1999), pelo funcionamento metafórico e metonímico que lhe impõe o inconsciente. Por isso, ela é uma disciplina de entremeio, cujo campo se constitui na contradição entre a Linguística, a Psicanálise e as Ciências Humanas e Sociais (ORLANDI, 1999).

---

<sup>2</sup> a partir do uso de Saussure e de Lacan (1998, 1999), emprego aqui o termo “encadeamento significante” para me referir à reunião sintagmática e paradigmática de significantes na metodologia de análise discursiva.



A língua não contém o sentido em si mesma, mas se articula como condição de possibilidade do discurso, na medida em que é na língua, e daí portanto, em qualquer manifestação linguageira, que os sentidos se inscrevem, se deslocam e se atualizam. Assim, o sentido não está “na palavra”, mas emerge da relação entre língua, formações ideológicas e condições de produção. Rompemos, desse modo, com a visão formalista da linguística estrutural, que desconsidera o sujeito e a historicidade, ao afirmarmos que a língua não é um espelho da realidade nem um meio neutro de comunicação, mas um campo de disputa de sentidos, onde o dizer está sempre marcado por outros dizeres, pelo não dito, pelo silenciado e pelo contraditório, não apenas nos seus conteúdos, mas nas suas estruturas. A língua, portanto, não é um instrumento puro de expressão, mas um lugar de articulação e de materialização da ideologia, onde os sujeitos são interpelados e produzidos.

Entretanto, tal qual pontuado anteriormente, precisamos deslocar e ampliar o conceito de língua para linguagem, ou melhor, para qualquer encadeamento significante, quando tratamos de outras materialidades textuais, para além de materialidades verbais. Essas outras manifestações linguageiras também têm recebido muitos modos de serem referenciadas. Pêcheux as chama de “formas culturais e estéticas” (PÊCHEUX, 1990, p.49). Lagazzi (2009) as trata como materialidades significantes. De todo jeito, qualquer que seja o objeto simbólico, ideologia e inconsciente exercem seus poderes nele, por isso defendemos ampliar a imbricação discursiva para linguagens, ideologia e história, entendendo linguagem como qualquer encadeamento significante em que surgem ou orbitam efeitos de sentido, sintagmaticamente e paradigmaticamente.

É preciso destacar, ainda, que essa relação entre língua e outras manifestações linguageiras não é pacificada nessa abordagem. Ao tratar da descrição de materialidades discursivas, na metodologia da Análise de Discurso materialista, Pêcheux (1990, p.49) defende uma “primeira exigência”:

dar o primado aos gestos de descrição das materialidades discursivas. Uma descrição (...) supõe (...) o reconhecimento de um real específico sobre o qual ela se instala: o real da língua (cf. J. Milner, especialmente em *L'Amour de la Langue*). Eu disse bem: a língua. Isto é, nem linguagem, nem fala, nem discurso, nem texto, nem interação conversacional, mas aquilo que é colocado pelos linguistas como a condição de existência (o princípio), sob a forma da existência do simbólico, no sentido de Jakobson e de Lacan (PÊCHEUX, 1990, p. 49).

A produção e a comunicação de uma análise (MARTINS DE SOUZA, 2019b) se ancoram no real da língua, porque seria o princípio predominante para o Simbólico existir. A língua, para Pêcheux, é a materialidade do discurso. Ela seria o princípio estruturante, como condição de possibilidade para que o sujeito fale, escorregue, repita, se revele. Não é o sujeito que domina a língua, mas é ela que constitui o sujeito, atravessando-o como ordem simbólica que o antecede. Esse “real” é uma instância que estrutura as possibilidades do dizer: é a partir da língua, como sistema simbólico, que algo pode ser dito, redito, desdito e que algo também escapa ao dizer e é por ela que podem ser explicitados esses modos de funcionar. Pêcheux esclarece no mesmo trecho o que significa esse tipo de descrição, produção e comunicação de análise, levando em conta o real da língua: “abordar o próprio da língua através do papel do equívoco, da elipse, da falta, etc... Esse jogo de diferenças, alterações, contradições”, ou ainda “abordar explicitamente o fato linguístico do equívoco como fato estrutural implicado pela ordem do simbólico” (PÊCHEUX, 1990, p. 49,



destaque meu). É preciso levar em conta esses deslizes de sentido ao se descrever uma materialidade discursiva, não como um defeito, mas como o modo de funcionar da língua.

O que emerge do seu texto, então, é que a língua funciona como uma condição simbólica que estrutura todas as outras instâncias e manifestações linguageiras, de tal modo que o movimento, o trabalho e a organização significante linguística seria a base para desdobramentos em outras linguagens. Mas, se defendo que esse fato é linguageiro e não só linguístico, é porque retomo o que Lacan fala no Seminário 5, quando ele está avançando em sua compreensão da estrutura e do funcionamento do Simbólico, ao enfatizar duas funções essenciais do significante:

insisto em que todos vocês tomem conhecimento dos exemplos, que dei em "A instância da letra", daquilo a que chamo funções essenciais do significante, na medida em que é por elas que o arado do significante sulca no real o significado, literalmente o evoca, o faz surgir, maneja-o, engendra-o. Trata-se das funções da metáfora e da metonímia (LACAN, 1999, p.33).

Neste capítulo, Lacan está fundamentando outro princípio que vai nos guiar na metodologia desta abordagem de Análise de Discurso: o primado do significante. Entretanto, com esse recorte no texto de Lacan me interessa poder destacar que o real da língua tem a ver com o processo metafórico e metonímico. Se tomarmos as formações do inconsciente como circuitos significantes, sabemos que Lacan e Freud descrevem, cada um a seu modo, tais formações como se manifestando em sonhos, lapsos, atos falhos, sintomas, repetições, chistes. Em todas essas formações, ou, como estamos tomando aqui, em todos esses encadeamentos significantes, há equívoco, elipse, falta, jogo de diferenças, de alterações, de contradições. Produzem-se desvios, falhas, condensações, deslocamentos e repetições, que escapam ao controle da consciência, mas que dizem algo - ainda que de modo opaco - sobre o desejo do sujeito. Imagens, sintaxe, fonemas, gestos, movimentos e narrativas fazem parte da dinâmica desse Real. Nas palavras traduzidas de Lacan, a "metáfora está ali, precisamente, para mostrar o advento de um novo sentido" (LACAN, 1999, p. 35). Em seguida: "É na relação de substituição que reside o recurso criador, a força criadora, a força de engendramento, caberia dizer, da metáfora" (LACAN, 1999, p.35). E mais adiante:

é por intermédio da metáfora, pelo jogo da substituição de um significante por outro num lugar determinado, que se cria a possibilidade não apenas de desenvolvimentos do significante, mas também de surgimentos de sentido sempre novos, que vêm sempre contribuir para aprimorar, complicar, aprofundar, dar sentido de profundidade àquilo que, no real, não passa de pura opacidade (LACAN, 1999, p. 35).

Lacan nos descortina que a metáfora, ao operar a substituição de significantes, é o motor da produção de novos sentidos. É ela que transforma a opacidade do Real em algo que podemos nomear, interpretar, experienciar simbolicamente e apreender imaginariamente. Essa operação não subjuga o Real totalmente, mas produz o efeito de torná-lo mapeável, interpretável, ainda que por camadas provisórias e frágeis, ainda que sempre algo escape à significação, na incompletude que constitui o Simbólico. Podemos seguir, nessa obra, o modo pelo qual Lacan explicita os sentidos de metáfora e de metonímia. É importante ainda destacar que, ao adotarmos essa perspectiva, desfazemo-nos assim, da ênfase metodológica e procedural em análises do conteúdo ou na transparência e evidência dos sentidos.



A partir dessa obra de Lacan, Pêcheux delineia o fundamento da resistência simbólica, em suas reelaborações sobre os movimentos e transformações discursivas nas relações de produção. Lacan nos ilumina: “é pela via significante, a do equívoco e da homonímia, isto é, pelo caminho do que existe de mais *nonsense*, que a palavra vem gerar essa nuance de sentido” (LACAN, 1999, p. 35). E ele insiste: “é na relação de um significante com um significante que vem gerar-se uma certa relação significante sobre significado” (LACAN, 1999, p. 37). E parafraseia, exemplificando a relação entre “aterrado” e “terror”:

É a partir da relação de significante a significante, da ligação do significante daqui com o significante dali, da relação puramente significante, isto é, homonímica, entre *aterrado* e *terror*, que vai poder se exercer a ação que é engendramento de significação, isto é, a modulação, pelo terror, do que já existia como sentido numa base metafórica (LACAN, 1999, p. 37).

Metáfora e metonímia são os modos básicos de o real da língua funcionar. A partir dessa interpretação de Lacan, Pêcheux estabelece um modo de trabalhar em que as transformações de sentido escapam “a qualquer norma estabelecida *a priori*, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações” (PÊCHEUX, 1990, p. 51). Noutro momento e em outras palavras, Pêcheux (2012, p. 17) reforça: “uma palavra por outra é uma definição (um pouco restritiva) da metáfora, mas é também o ponto em que um ritual chega a se quebrar no lapso ou no ato falho”. Por isso ele defende que a interpelação ideológica, enquanto ritual, está sempre sujeita à falha. O erro, o ato falho, o equívoco, a fala em excesso ou em desacordo com o esperado são trabalhos de resistência simbólica (PÊCHEUX, 2012). São brechas que rompem a repetição ideológica e abrem caminho para o acontecimento: para a irrupção e a organização de novos sentidos. Esse modo de explicar o processo languageiro implica compreendermos o sujeito como constituído pela linguagem e pela ideologia: ele é efeito, e não origem do discurso.

Nesse horizonte, as formações discursivas são os conjuntos de saberes que autorizam o que pode ou não ser dito, determinando os sentidos possíveis em cada situação histórica, conforme as determinações advindas da luta de classes. Michel Pêcheux retomou as ideias de Michel Foucault (2008), para quem a formação discursiva é um sistema que rege as regularidades enunciativas dentro de um campo de saber. Nesse deslocamento conceitual feito por Pêcheux, uma formação discursiva é o conjunto de regras de possibilidade que se estruturam e determinam o que pode e deve ser dito por um determinado sujeito, em determinadas condições históricas, ideológicas e institucionais. Não se trata apenas do conteúdo do que é dito, mas das condições que autorizam certas formulações e interditam outras, ou seja, da articulação material da ideologia na linguagem e vice-versa.

Segundo Jean-Jacques Courtine (2016), as formações discursivas são historicamente constituídas, articuladas a posições ideológicas e atravessadas por relações de poder. Elas delimitam o campo do dizível, não apenas organizando o que pode ser afirmado, mas também o que deve ser silenciado, deslocado ou combatido.

Podemos dizer, portanto, que uma formação discursiva se configura tal qual um campo gravitacional de enunciados, fragmentos de textos, encadeamentos significantes e modos de significação que produzem e (se) reproduzem (em) processos metafóricos e metonímicos, de tal maneira que cada formação discursiva é determinada por e determina direções para a luta de classes e para a constituição e o agrupamento de sujeitos e de seus modos de significar. De tais



fundamentos e pressupostos teóricos de nossa abordagem materialista, manejaremos assim, mais adiante, os conceitos de formação discursiva e de efeito de sentido. Entretanto, preciso trazer outro aspecto para o dispositivo analítico: pôr em questão a alteridade.

Como sintetizei em outro estudo (MARTINS DE SOUZA, 2023), em um de seus últimos textos, escrito em 1983, Michel Pêcheux propõe um novo avanço metodológico no campo da Análise de Discurso, refletindo sobre as possibilidades de uso de softwares para produzir análises. Ele identifica (ou indica) a emergência de um procedimento que alternaria momentos de análise linguística com análise discursiva, permitindo a "incessante desestabilização discursiva do 'corpo' das regras sintáticas e das formas 'evidentes' de sequencialidade" (PÊCHEUX, 1997, p. 317). Essa alternância, ao reinscrever e comunicar, numa análise, as leituras parciais no campo discursivo investigado, desenha um percurso analítico espiralado, de fases sucessivas e aprofundadas.

Segundo Pêcheux, analisar materialidades verbais requer examinar a heterogeneidade enunciativa, o que leva à escuta do discurso-outro — entendido como:

- (a) aquele que o sujeito faz comparecer em seu texto de modo intencional, seja direta ou indiretamente;
- (b) um Outro Interdiscursivo, que atravessa o dizer e o estrutura à revelia das intenções do enunciador, desestabilizando o sujeito em sua posição estratégica e argumentativa.

Esse discurso-outro revelaria "pontos de deriva em que o sujeito passa no outro", marcando os limites do autocontrole da enunciação e a irredutibilidade das determinações ideológicas. De acordo com o que destaquei acima, ao tratar de metáfora, metonímia e resistência simbólica, em seu trabalho "Discurso: Estrutura ou Acontecimento?" (PÊCHEUX, 1990), esse autor aprofunda a ideia, destacando que o discurso-outro se presentifica virtualmente nos enunciados por meio de lacunas, elipses, negações e outras formas de incompletude, ou seja, pelo real da língua.

Nessa perspectiva, a materialidade discursiva aparece como efeito do real sócio-histórico, que se manifesta apesar da tentativa de controle da consciência do sujeito. A identificação, a categorização e os apagamentos se inscrevem a partir do interdiscurso, resultado da intersecção entre inconsciente e ideologia — estruturas heterogêneas e indissociáveis que escapam à dominação subjetiva (PÊCHEUX, 2009; MARTINS DE SOUZA, 2019b).

Essas estruturas se materializam em filiações históricas contraditórias que sustentam sentidos naturalizados: silenciamentos, obviedades. Assim, coexistem no discurso:

- (i) os objetos ditos "aprendidos" e controlados, ou seja, aqueles sobre os quais mantemos pela linguagem, modos de (aparente) apreensão lógica, coesa, coerente, estabilizada;
- (ii) os objetos discursivos deriváveis, equívocos e instáveis — não produtos de uma vontade, mas de uma filiação inconsciente e histórica, que vai se manifestar, querendo o sujeito estratégista e argumentador, ou não.

A AD, portanto, exige do analista o exercício constante de leitura das falhas das naturalizações, dos ritos, das repetições, da identificação dos sentidos dominantes e de suas rachaduras. Aqui, recorremos a Lacan, pois ele nos oferece um diálogo produtivo e pressupostos importantes: em sua obra, Lacan faz a distinção entre o (Grande) Outro (*Autre*) e o outro imaginário (*autre*), conceitos fundamentais para compreendermos a constituição do sujeito. O outro, grafado com letra minúscula, pertence ao registro do Imaginário — domínio das imagens especulares, das identificações e das rivalidades narcísicas. Trata-se do semelhante, aquele com quem o sujeito se confronta, de quem busca reconhecimento e, ao mesmo tempo, diante de quem experimenta ameaça. É a partir dessa imagem que o sujeito se espelha, projeta-se, identifica-se ou, em certos casos, busca diferenciar-se, repelindo-a. Já o Outro, com inicial maiúscula, pertence ao registro do



Simbólico e representa o lugar da linguagem, da Lei e da estrutura — é o campo onde o sujeito surge e se inscreve como falante e, também, onde o desejo se constitui. O Outro é uma função: é o lugar do significante, do inconsciente, da alteridade radical que funda o sujeito. Assim, enquanto o outro imaginário é captado no espelho como imagem, o “Grande Outro” é aquele a quem o sujeito endereça sua fala, sede dela, mesmo sem saber exatamente quem ou o que ele é. Assim, o pequeno “outro” do Imaginário e o grande “Outro” do Simbólico moldam os processos de identificação e desejo.

Em certo sentido, essa alteridade na instância do Imaginário, em Lacan, é espelho e abismo, produzindo fascínio ou repulsa, rivalidade ou sedução. Pêcheux retoma essas concepções ao relacioná-las com suas próprias formulações sobre o sujeito, o interdiscurso e o funcionamento da ideologia. O outro empírico é atravessado por um terceiro, fantasmático e simbólico, por assim dizer, que torna a linguagem possível e faz surgir os sujeitos.

O desejo é o desejo do Outro, diz Lacan (1998), apreendendo o trabalho do inconsciente - e, na AD, em uma relação atávica com esse trabalho e recalcamento<sup>3</sup>, se constitui o real da história, ou melhor, a luta de classes. De modo que, com as contribuições de Freud, Lacan, Marx e Althusser, Pêcheux organiza uma concepção de sujeito não unificado, submetido ao trabalho contraditório das ideologias e do inconsciente, o que desloca a análise do plano da intenção para o da inscrição histórica e simbólica.

Enfim, tendo em vista tais pressupostos, o discurso funciona como um vórtice em que essa contradição social se relaciona e se desdobra com modos de significar e de se subjetivar, de tal maneira que os sujeitos emergem e se constituem em posições contraditórias e atravessadas pela ideologia e pelo inconsciente. Nesse processo, o social, o Imaginário e o Simbólico se entrelaçam: a ordem econômica e a ordem simbólica estruturam, tensionam e reinscrevem o que pode ser significado, sempre sob o efeito da incompletude e do não-dito. Por isso, dialeticamente, a contradição, nesse quadro, não é superada - ela é constitutiva da dinâmica do discurso e do sujeito que dele emerge.

## 2 ANÁLISE E DISCUSSÃO

### 2.1 A AMAZÔNIA E SUAS DISCURSIVIZAÇÕES

Já explorei no começo deste texto a contradição central e exemplar que marca a Amazônia: ao mesmo tempo em que é conhecida e representada como uma das últimas grandes florestas do planeta, um lugar misterioso, místico e mítico, patrimônio da humanidade, berço de biodiversidade e de diversidade étnica, linguística e cultural milenar, também é submetida a práticas de exploração econômica predatória, desmatamento, garimpagem ilegal, apagamento simbólico, violência e genocídio contra seus povos.

A partir dessas condições de produção e embasado na análise de diversas materialidades em dois trabalhos anteriores, algumas características e efeitos de sentido sobressaem, que quero aqui

<sup>3</sup> O recalcamento, conceito da psicanálise freudiana, diz respeito sobre como representações ligadas a desejos inconciliáveis com as exigências do eu ou da moral social são excluídas da consciência e mantidas no inconsciente. Por não serem eliminadas, essas representações recaladas retornam de forma disfarçada, principalmente por meio dos sonhos, sintomas, atos falhos e outras formações do inconsciente. Posteriormente, Jacques Lacan vincula o recalcamento à entrada do sujeito na linguagem e à constituição do simbólico, onde o desejo é estruturado como falta e o sujeito aparece dividido.



retomar, descrever e interpretar, para sintetizar essas tensões e embates discursivos que atravessam a constituição dos sentidos sobre a Amazônia e seus sujeitos e expor uma análise de sentidos que rompem com essa reprodução opressora.

Interessa-me, nesse recorte, evidenciar os sentidos reproduzidos, autorizados, interditados ou deslocados quando o sujeito amazônida é convocado à fala, ou excluído dela. Como nos significamos e como somos significados? Quais são os sentidos que nos constituem e que embates, resistências e deslocamentos se manifestam como possíveis nesses processos discursivos?

O primeiro trabalho é baseado em minha dissertação de mestrado no início do séc. XXI, intitulado “O Norte Apagado: algumas formas de materialização discursiva do silenciamento do indígena e do caboclo da Amazônia Brasileira” (MARTINS DE SOUZA, 2008). Registro nele a investigação das discursividades que constituem as identidades amazônidas e os apagamentos simbólicos a elas associados, a partir do objeto ideológico “identidade nacional”, destacando o silenciamento do indígena e do caboclo. Analisando documentos históricos, campanhas governamentais, livros didáticos e outras materialidades discursivas, demonstro que em diversas materialidades se manifesta uma discursividade sobre a identidade nacional brasileira que exclui esses sujeitos.

Mostro recortes do século XVII ao século XXI, ilustrando o processo discursivo da produção desse silenciamento, apagamento e subalternização da Amazônia, dos amazônidas e, por um efeito metonímico, dos indígenas, constantemente ausentes da representação da diversidade étnica brasileira. A ausência nunca foi e nunca é neutra: ela constrói o sujeito amazônida e suas produções simbólicas como aquele que não pertence ao “centro” da nação, sendo desprovido de visibilidade e de reconhecimento político, cultural e intelectual. Há uma separação entre o Brasil que se torna visível, representado nas mídias, produtos culturais e políticas, e o Brasil silenciado, invisibilizado, que inclui povos indígenas, ribeirinhos e caboclos: desdobramentos ideológicos da colonização que produzem hiato e exclusão das identidades amazônidas no caleidoscópio identitário nacional.

Essa construção do caboclo, do indígena e, de forma geral, dos amazônidas como subalternos aparece em torno de encadeamentos significantes que nos referenciam e nos fazem nos referenciarmos em efeitos de sentido como ignorantes, passivos, selvagens, preguiçosos, acomodados, primitivos, rústicos, bárbaros e alienados. Sintetizo os objetos discursivos e os efeitos de sentido que orbitam em torno deles:

#### Amazônia:

- outra colônia de Portugal no continente, separada do Brasil;
- torna-se espaço apagado da identidade nacional; local de rusticidade, de barbárie;
- território simbólico ambivalente: inferno e paraíso, mistério e lugar a ser civilizado, urbanizado e industrializado;
- espaço de repetição histórica dos discursos colonialistas (exotismo, subordinação aos parâmetros ocidentais considerados civilizatórios, industrializados e urbanizados, paternalismo).

#### Amazônidas:

- sujeitos apagados ou invisibilizados nos discursos midiáticos, políticos e pedagógicos, dentre outros;
- identidades construídas por apagamentos e exclusões históricas;



- representados por estereótipos (ignorantes, subalternos, exóticos, selvagens, primitivos, bárbaros, rústicos);
- resistentes em práticas simbólicas, como nas linguagens e cultura indígena e ribeirinha;
- indígenas:
  - pagões escravizados e destribalizados, transformados em caboclos ou assimilados à força ao modo de viver europeu; passam fome;
  - vistos como obstáculos à civilização, apagados da identidade nacional; desgovernados;
  - reduzidos a imagens de arquivo, ao folclore ou ao artesanato e à culinária como elementos turísticos;
  - reivindicam, no entanto, reconhecimento de sua língua, cultura e papel sociopolítico;
  - se ressentem dos termos e alcunhas pelos quais são degradados: negros, pretos, bárbaros;
  - 2 milhões, aproximadamente, foram dizimados em 32 anos de colonização, no começo do século XVII.

No segundo trabalho, “Memes e identidades amazônicas: Narciso acha feio o que é espelho” (MARTINS DE SOUZA, 2019a), examino práticas de reprodução de discursos opressores e evidencio movimentos de resistência identitária, especialmente pela via de textos de circulação cotidiana nas redes sociais, sobre humor e reapropriação de estereótipos. Investigo, em memes de redes sociais, discursos que (re)produzem a opressão, contrastam ou buscam resistir a ela, reivindicando um espaço de resistência simbólica para as identidades amazônidas. Essas imagens e textos verbais se relacionam com estereótipos, silenciamentos e padrões culturais do Sudeste e do exterior. Os memes, ao tentarem operar a resistência simbólica, reforçam ideologias dominantes nessa relação com a alteridade que sobressai no jogo de imagens (PÊCHEUX; FUCHS, 1997), nas condições de produção desses textos. Destaco ainda a operação da mídia como articulador simbólico que substitui o Estado na produção de subjetividades.

Os memes materializam disputas simbólicas em que o sujeito amazônida reinscreve-se a partir do deboche, da crítica e da reapropriação dos estereótipos. Imagens urbanas desafiam a visão perpetrada por aparelhos ideológicos editoriais, educacionais, midiáticos e políticos, que reduziriam a Amazônia à floresta e à selva, e seus habitantes a indígenas e a caboclos ribeirinhos, primitivos, atrasados no tempo em relação à mundialização e à sociedade urbana e industrial ocidental.

#### Amazônia:

- lugar simbólico disputado entre tradição e modernidade, entre exotismo e invisibilidade;
- é marcada por imagens contraditórias:
- paraíso ecológico, lugar de alta produção tecnológica e avançado desenvolvimento urbano;
- atraso primitivo e selvagem; mato, rios, indígenas e ribeirinhos; sem vida urbana, se contrapõem a uma sociedade com parque industrial avançado, e cidades densamente povoadas e urbanizadas.

#### Amazônidas:



- sujeitos constituídos por narrativas externas (Sudeste do Brasil/estrangeiro) que os exotizam, infantilizam, esteriotipizam ou invisibilizam. Vivem tensão entre orgulho e rejeição de si;
- indígenas:
  - representados como atrasados, selvagens e impedidores do progresso e da urbanização;
  - sofrem genocídio, dizimados simbólica e fisicamente;
  - devem imitar padrões ditos “civilizatórios” e “urbanos” para existirem;
- manauaras:
  - alvo de estereótipos que os colocam como habitantes da selva e que precisam sobreviver aos perigos dos animais e da floresta;
  - através do parque industrial da Zona Franca de Manaus, reafirmam sua urbanidade, seu progresso tecnológico e modernidade diante de uma imagem imposta de atraso, primitivismo ou barbárie;
  - negam a cultura e o modo de viver dos indígenas;
  - reafirmam sua identidade pelo indígena folclorizado nos festivais de Parintins e na cultura do Boi Bumbá, e por elementos da culinária.

Resumidamente, os textos analisados expõem a Amazônia entrelaçada em disputas simbólicas, estéticas e políticas, por encadeamentos significantes que produzem efeitos de sentido organizáveis em tradição e modernidade, natureza e cidade, invisibilidade e reconhecimento, primitivismo e avanço tecnológico, entre rusticidade e urbanização. Nos corpora dessas análises, aparece nos discursos também um mesmo modo de lidar com os amazônidas e os povos ameríndios: o silenciamento, a exotização e a instrumentalização simbólica dos sujeitos que nela vivem.

Retomando o que foi apresentado anteriormente, nos aparelhos ideológicos globalizados, fala-se sobre a Amazônia, mas raramente se permite que os sujeitos amazônidas falem de si, de sua história e de seus modos de existir. Entretanto, quando os sujeitos falam de si, a resistência identitária se manifesta pelo humor, pela negação e pela denegação<sup>4</sup>. Explico-me: a resistência imaginária, em relação ao discurso do outro, se dá pela submissão ao campo de significação que esse Outro Interdiscursivo produz. A alteridade com quem interagimos, contra-atacando ou nos defendendo (imaginária ou simbolicamente), aparece, em contraste e oposição, com as imagens referidas e criadas em outros textos, em outros discursos por, supostamente ou não, sujeitos do Sudeste e do exterior.

O Outro diz que somos inferiores, atrasados, primitivos. A posição de sujeito desse “nós” se submete a esse campo de significação para contradizê-lo, se opor a ele, contra-argumentar: o “nós” que articula os textos não quer ser atrasado, primitivo, selvagem e aí cai nessa captura de uma memória, de um já-lá e se submete ou reproduz o discurso colonizador que vem desse Outro e domina nossos modos de significar.

<sup>4</sup> Segundo Freud, a denegação é um mecanismo psíquico que revela, paradoxal e concomitantemente, a presença de conteúdo inconsciente que o sujeito se recusa a assumir como seu, atribuindo-o a outros. Isso permite que certos pensamentos reprimidos se tornem conscientes, produzindo um vínculo entre o recalque e o seu reconhecimento. Assim, expressa uma resistência à aceitação de um desejo ou representação recalcada, permitindo seu enunciado sob a forma da negação.



Essa oposição reforça o lugar de significação proposto e imposto, ao imaginariamente parecer se opor a ele. Nessa alteridade, a constituição de uma identidade é marcada pela fronteira entre o dito e o interdito, o visível e o ocultado. Muitas práticas sociais e produções simbólicas se submetem a esse campo de significação seja afirmando-o ou, numa tentativa de negar e revidar o que o outro diz de nós, denegando-o. O discurso, nessas materialidades, opera por exclusão, apagamento, recobrimento, alianças: há sempre um dizer que é silenciado para que outro se estabilize e domine, mas sempre no que esse Outro estabelece como parâmetro.

Tendo em vista esse panorama, a partir desses textos e de novas materialidades, podemos aqui mapear as formações discursivas predominantes, seus efeitos de sentido e seus modos de constituição das identidades amazônicas em torno de dois grandes eixos: um de caráter preservacionista e outro de caráter predatório e colonizador.

A formação discursiva preservacionista articula a Amazônia como “patrimônio da humanidade”, território a ser protegido pela ciência e pelo Estado, associando-a a imagens de floresta intocada, biodiversidade e idílica pureza natural, produzindo efeitos de sentido sobre a Amazônia como paraíso ecológico a ser protegido. Essa FD tende a apagar os sujeitos amazônicos enquanto agentes históricos, reforçando uma imagem exotizante e idealizada do território.

O outro lugar de significação, a formação discursiva predatória, representa a Amazônia como espaço de recursos a serem explorados economicamente, legitimando práticas de devastação em nome do “progresso”, do “desenvolvimento”, da “soberania nacional”, da integração econômica e geográfica nacional<sup>5</sup>, significando, dessa forma, a Amazônia como reserva extrativista inesgotável a ser explorada, uma imensa jazida de recursos minerais, florestais, farmacêuticos e aquáticos. Ela também é significada como sendo habitada por gente inferior, não-civilizada, ou menos civilizada, e que, consequentemente, merece ser dizimada, ou morrer à míngua; suas catástrofes e seus problemas ecológicos são menos visibilizados que os de outra região do país. Essa formação está ancorada nos interesses do agronegócio, da mineração, da garimpagem destruidora, da grilagem de terra, e de políticas desenvolvimentistas e nazifascistas, que silenciam saberes tradicionais e desconsideram a multiplicidade de povos, culturas e línguas que habitam e constituem a região. Não à-toa, durante a COVID-19, Manaus ocupou as manchetes nacionais e internacionais, pelo descuido genocida estarrecedor e monstruoso, praticado por governantes e empresários, e replicados por parte da população local.

A contradição entre o discurso e a prática da preservação e o discurso e a prática da destruição, é a expressão concreta de interesses geopolíticos e econômicos em disputa com os modos de vida locais, articulando sentidos sob condições históricas que remontam à colonização da América e são atualizados em tantas outras práticas sociais e em discursos políticos, midiáticos, pedagógicos, estéticos, acadêmicos e culturais, que nos atravessam. Compreender as discursividades da colonização exige examinar os sentidos que operam nesses campos, em seus aparelhos ideológicos e em outras práticas culturais.

Mas ainda há um outro aspecto a ser melhor considerado: pensar a transformação do sentido como deslocamento, contradição e resistência. O discurso não é mero reflexo de questões sociais e ideológicas, mas campo de luta e de inscrição de rupturas. Há uma rede de memórias e de silenciamentos que tornam possível a existência de um discurso. Ele se articula em e é determinado

<sup>5</sup> O recente embate entre senadores e a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, em torno do asfaltamento da BR-319, estrada que liga Manaus a Porto Velho, foi mais uma materialização dessa disputa discursiva com implicações sociais, econômicas e ecológicas, por modelos de intervenção na Amazônia.



por condições históricas e pela memória discursiva: os dizeres estão atravessados por aquilo que já foi dito, pelo que é possível dizer e pelo que é silenciado.

Com os corpora cujas análises publiquei nos dois textos referidos, detectei, sobretudo, as reproduções de sentido. Proponho-me agora também a detectar os deslocamentos de sentido que rompem com o assujeitamento ideológico e permitem a constituição de sujeitos em resistência.

É o que estou desenvolvendo num novo projeto de pesquisa, “Amazônia: outros sentidos”. Nele, reúno um amplo arquivo que nos ajuda a explorar as relações significantes da culinária, das questões ambientais, de sambas-enredo, de filmes, canções e de obras literárias, materialidades simbólicas em que se travam disputas de sentido sobre o que é a Amazônia, sobre os sujeitos amazônicas e sobre quem são os outros com os quais nos relacionamos. Sustentar sentidos é também disputar sua permanência. E é nessa disputa que reside a potência de uma existência amazônica que se recusa a ser apenas objeto do discurso alheio.

## 2.2 A RESISTÊNCIA SIMBÓLICA

Para exemplificar, apresento aqui alguns elementos de análise do texto “A Amazônia é o centro do mundo”, da jornalista gaúcha Eliane Brum, publicado em 9 de agosto de 2019. Já pelo título, a autora desloca o discurso dominante, que emoldura a Amazônia em periferia: ela é centro não só por simbólica e imaginariamente ser a única região do país cortada pela linha do equador, que divide o planeta Terra em duas partes iguais, o Hemisfério Norte (setentrional) e o Hemisfério Sul (meridional), mas por sua importância ecológica, política e simbólica frente ao colapso climático. Um já-dito se faz escrutinado: essa centralidade é sistematicamente negada pelos discursos e práticas das elites políticas, econômicas e intelectuais, inclusive progressistas, que insistem em tratar a região como marginal e periférica.

SD1:

“nós estamos no centro do mundo. Essa não é uma frase retórica. Também não é uma tentativa de construir uma frase de efeito. No momento em que o planeta vive o colapso climático, a floresta amazônica é efetivamente o centro do mundo” (BRUM, 2019).

Vemos aqui emergir uma posição de sujeito eminentemente amazônica, dentro da formação discursiva preservacionista, em um texto de quem empiricamente não é da Amazônia. São produzidos, nesse texto, uma inversão e um deslocamento primorosos no modo de nos significar.

A autora aprofunda essa região de sentido, ao denunciar o bolsonarismo como uma forma de poder cujo projeto é a destruição metódica da floresta, a conversão de terras públicas em propriedades privadas e a eliminação dos povos da floresta. Para Brum, resistir a essa força de destruição exige uma reconfiguração de pensamento: não se trata de ajudar os povos da floresta, mas de reconhecer que somos “nós”, que precisamos deles. Esse é outro deslocamento importante em direção à proposição de uma posição de alteridade ao lidar com os sujeitos amazônicas. Em vez de uma posição paternalista e subalternizada, sustentada pelo colonialismo, promove a inversão hierárquica nas posições de sujeito em relações de alteridade. Esse Outro Interdiscursivo se funda no Real da Floresta e dos povos que a habitam, se alimentam dela e a protegem milenarmente.

A autora propõe uma ética da coautoria entre jornalistas, cientistas e os povos da floresta (indígenas, ribeirinhos, quilombolas). Denuncia práticas coloniais na produção científica e midiática, que ainda utilizam os saberes indígenas limitando-os a fontes sem reconhecimento. Finaliza com o



apelo à humildade: ser aceito pelos povos da floresta na luta é condição para resistir à catástrofe em curso. A partir desses elementos, podemos organizar os encadeamentos significantes e seus efeitos de sentido:

Amazônia:

- centro do mundo para enfrentar o colapso climático do planeta;
- floresta viva; território de disputa entre destruição e resistência;
- invisibilizada como periferia por elites colonizadoras e colonizadas (políticos, intelectuais, artistas);

Manaus (entre outras cidades da Amazônia):

- ruína civilizatória: símbolo da destruição ambiental, política e epistemológica;
- uma floresta em ruínas;
- ruínas de uma ideia de país;
- a escultura viva de um conflito iniciado em 1500, com a invasão, o genocídio e a destruição promovidos pela colonização europeia;
- cidades tratadas como castigo institucional para onde são enviados alguns novos ocupantes de cargos públicos, como juízes e promotores de justiça;

Floresta Amazônica:

- vista como distante, secundária;
- espaço onde se encontra a verdade;

Povos da floresta:

- detentores de saberes de resistência;
- devem ser coautores, não apenas fontes de extração de informação para elite intelectual;
- há, na floresta, intelectuais e cientistas que também a vivem e a pensam;

Bolsonarismo:

- forma de vida e poder destrutivo e predatório;
- projeto político de construção de ruínas;
- símbolo da crise global das democracias;
- transforma terras públicas em lucro privado;

Brasil:

- grande construtor de ruínas em dimensões continentais;

Soluções para resistir:

- nos tornarmos floresta;
- descolonizar a nós mesmos;
- coautoria jornalística e científica;
- ética da escuta e da humildade;
- aquilombamento simbólico;
- descolonização do pensamento;
- participação dos povos da floresta como protagonistas.



A posição de sujeito aqui desloca sentidos a partir do Real sócio-histórico e geográfico, e os torna significantes de subjetivação: tornar-se floresta, aquilombolar-se. Contrapõe o espaço entre os significantes “ruína” e “floresta”, deslocando também os ideais civilizatórios e suas propostas urbanizadoras, industrializadoras e devastadoras.

Conforme já mencionado, a resistência simbólica acontece quando se foge das normas estabelecidas na interpretação do sentido, ao se explorar o relançamento indefinido de interpretações, ao se produzir inversões e deslocamentos, desafiando estruturas e hierarquias estabelecidas, fomentando perspectivas e interpretações alternativas, absurdas. Se a interpelação ideológica, como ritual, se reproduz, se estrutura, se repete, é impossível, portanto, que esse ritual não falhe, não produza desmaio, rachaduras, lapsos, atos falhos, e assim, calque e decalque pontos de resistência e de revolta que se incubam sob a dominação ideológica, erosionando-a. O irrealizado há de vir, formando sentido a partir do movimento da metáfora e da metonímia, no real da história, no real do inconsciente, e no real da língua, no interior do sem-sentido (PÊCHEUX, 2012, 2014).

Na luta ideológica, a resistência simbólica trabalha para produzir uma transformação das relações de produção, impondo, no interior do complexo dos aparelhos ideológicos, novas relações de contradição-desigualdade-subordinação (idem). Se há um movimento dos sujeitos em assumir o campo de significação que o Outro estabelece ou em deslocar-se nesse mesmo campo, há a possibilidade de recusar o modo como são circunscritas as regras de significação, fundando outro modo inesperado de resistir a esse acachapante campo.

A Amazônia e os amazônidas estamos sendo interpelados a interrompermos as sintaxes repetitivas, alterar o léxico e nos restituirmos a partir de um Outro Interdiscursivo. O Real da sobrevivência no planeta, as chuvas, as enchentes, as secas, as alterações climáticas e geográficas; o desmatamento, as queimadas; a fumaça aspirada durante nosso verão<sup>6</sup>, nos obrigam a (nos) ressignificarmos o Simbólico e o Imaginário, atingindo tais objetos discursivos e ideológicos. Talvez seja uma condição para que uma interpretação se faça intervenção (PÊCHEUX, 1997, p. 318).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscou-se compreender como se constituem os sentidos sobre a Amazônia, seus sujeitos e suas formas de existência a partir de formações discursivas, tensionadas entre apagamentos simbólicos e resistências identitárias. Baseando-me em dois estudos anteriores e na análise do texto de Eliane Brum, foi possível observar que os discursos sobre ser amazônida se organizam por meio de encadeamentos significantes que operam tanto pela exclusão e pela inferiorização, quanto pela subversão e deslocamento desses sentidos. A Análise de Discurso permite compreender que tais sentidos não são aleatórios ou apenas comunicativos, mas estruturados por formações ideológicas que estipulam o dizer sobre a região e seus sujeitos.

As análises revelaram a presença de duas grandes formações discursivas em disputa: uma de caráter preservacionista, que enaltece a Amazônia como patrimônio ecológico mundial, mas com uma posição de sujeito predominante que a reduz a um território cujos sujeitos só aparecem como objetos exóticos de disputas de interpretação; e outra de caráter predatório, que legitima a exploração econômica e a subalternização, colonização e extinção dos povos da floresta. Ambas,

<sup>6</sup> Diferente do resto do hemisfério sul, na Amazônia o verão ocorre nos meses de agosto, setembro e outubro, caracterizado pelo aumento das temperaturas e pela escassez de chuvas.



ainda que em sentidos opostos, colaboram para a desumanização simbólica da região e de seus habitantes, ao silenciá-los ou instrumentalizá-los em narrativas externas e dominantes. A representação da Amazônia e dos amazônidas como exóticos constitui uma das principais estratégias simbólicas que reduzem a complexidade sociocultural da região a imagens folclorizadas e estereotipadas. Ao serem vistos como “outros” distantes, místicos ou primitivos, os sujeitos amazônidas são frequentemente excluídos das esferas legítimas de formulação e de decisão política, de produção de saber, de produção cultural e de elaborações estéticas, relegados, por fim, ao papel de objetos de contemplação, de conservação ou de genocídio e extinção.

Essa exotização, longe de ser inofensiva, atua como dispositivo ideológico que justifica práticas de exploração, dominação, apagamento e silenciamento — desde o extrativismo predatório até intervenções desenvolvimentistas ou preservacionistas externas, com suas ditas ações e ativismos em defesa da Amazônia. Além disso, ela reforça o colonialismo epistêmico ao subordinar os saberes e as formas de vida da nossa região aos critérios valorativos de centros de poder político, econômico e acadêmico, majoritariamente localizados fora da Amazônia. Assim, a insistência em retratar a Amazônia como espaço exótico, distante, isolado, periférico, contribui para o apagamento de suas dinâmicas históricas, de suas resistências e da pluralidade de seus modos de existência.

Contudo, este trabalho também evidenciou que surge, dentro da formação discursiva preservacionista, práticas discursivas que resistem e deslocam a posição de sujeito hegemônica nessa FD. Nos memes, nos textos jornalísticos como o de Brum, e em outras materialidades, emergem posições de sujeito que desafiam o campo de significação imposto e reinscrevem o sujeito amazônida em novas redes de sentido — redes que apostam na coautoria simbólica, na escuta ativa dos povos da floresta e na reinvenção dos modos de significar e existir, ou no resgate de suas formas ancestrais, milenarmente presentes na região e que a deixaram florescer por séculos.

A Análise de Discurso materialista, ao articular ideologia, inconsciente e linguagem como instâncias imbricadas, mostrou-se um instrumental potente para evidenciar as contradições, os deslocamentos e as brechas que permitem o surgimento de novos sentidos. Ao operar pela via do equívoco, da metáfora e da metonímia, a linguagem se evidencia como lugar de luta e de possibilidade: nela, mesmo sob o peso das formações discursivas dominantes, resistir é possível — simbólica e discursivamente.

Por fim, considera-se que a Amazônia, mais do que um objeto de discurso, é sobretudo constituída por vários sujeitos e coletividades em processo de (re)significação.

Se por um lado, os discursos oficiais e hegemônicos tendem a silenciar, inferiorizar ou caricaturar a Amazônia; por outro, há discursos que de fato emergem como práticas de resistência e reinscrição dos sujeitos em novas posições de enunciação, para além de uma resistência imaginária, atingindo o Outro Interdiscursivo e produzindo uma nova relação de constituição com Outra alteridade. Compreender e ampliar esses deslocamentos discursivos é uma tarefa não apenas analítica, mas ética e política. Há urgência em fazer da escuta e da fala dos povos amazônidas um norte epistemológico e civilizatório, capaz de refundar e resgatar os modos de ver, dizer e existir num planeta em colapso.

## REFERÊNCIAS

- BRUM, Eliane. **Amazônia Centro do Mundo**. El País, [s. l.], 15 nov. 2019a. *Online*. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/15/opinion/1573820553\\_621324.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/15/opinion/1573820553_621324.html) Acesso em: 12 abr. 2025.



BRUM, Eliane. **Why the Amazon Is the Center of the World.** Rainforest Journalism Fund, [s. l.], 26 jul. 2019b. *Online*. Disponível em: <https://rainforestjournalismfund.org/blog/eliane-brum-why-amazon-center-world> Acesso em 28 abr. 2025.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político:** o discurso comunista endereçado aos cristãos. Tradução de Cristina Birck *et al.* São Carlos, SP: EdUFSCar, 2016.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber.** Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

LACAN, Jacques. **Escritos I.** Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 5:** as Formações do Inconsciente (1957-1958). Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

LAGAZZI, Suzy. O recorte significante na memória. *In:* INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMANN, Solange (org.). **O Discurso na Contemporaneidade:** materialidades e fronteiras. São Carlos, SP: Claraluz, 2009. p. 67-78.

MARTINS DE SOUZA, Luiz Carlos. **Cartas para quem?:** o funcionamento discursivo da "falta" no filme Central do Brasil. 2012. 231 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1617667> Acesso em: 20 abr. 2025.

MARTINS DE SOUZA, Luiz Carlos. Cinema, Ideologia e Inconsciente: Colin MacCabe, Stephen Heath e a Screen Theory. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão, SC, v. 21, n. 2, p. 283-300, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-4017-210208-3920> Acesso em: 15 abr. 2025.

MARTINS DE SOUZA, Luiz Carlos. Eu, o outro e os sentidos de travesti no filme Bixa Travesty. *In:* MITTMANN, Solange; JUNG DE CAMPOS, Luciene. **Gêneros e corpos em debate nas artes:** estudos discursivos. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2023. p. 165-195, e-book. Disponível em: <https://l1nq.com/jvVup> Acesso em: 15 abr. 2025.

MARTINS DE SOUZA, Luiz Carlos. Memes e identidades amazônicas: Narciso acha feio o que é espelho. **Policromias**, Rio de Janeiro, v. 4, 2019a. p.189-212. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/29437> Acesso em: 15 abr. 2025.

MARTINS DE SOUZA, Luiz Carlos. O Norte Apagado: algumas formas de materialização discursiva do silenciamento do indígena e do caboclo da Amazônia Brasileira. *In:* MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília Ana (Org.). **Práticas Discursivas e Identitárias:** Sujeito e Língua. Porto Alegre: Nova Prova, 2008, p. 218-236.

MARTINS DE SOUZA, Luiz Carlos. Por um método de análise de obras artísticas: uma proposta na perspectiva discursiva a partir do RSI. *In:* ADORNO, Guilherme; MODESTO, Rogério; FERRAÇA, Mirielly; BENAYON, Flávio; ANJOS, Liliane; OSTHUES, Rômulo (org.). **O discurso nas fronteiras do social:** uma homenagem à Suzy Lagazzi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019b. v. 1, p. 253-291.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso:** Princípios e Procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e leitura.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.



PÊCHEUX, Michel. Análise do discurso: três épocas (1983) In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução Bethania S. Mariani et al. 3. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1997. p. 311-319.

PÊCHEUX, Michel. **Delimitações, Inversões, Deslocamentos.** Tradução José Horta Nunes. Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, SP, v. 19, p. 7-24, jul./dez. 2012. DOI: <https://doi.org/10.20396/cel.v19i0.8636823>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636823> Acesso em: 3 abr. 2025.

PÊCHEUX, Michel. **Discurso: estrutura ou acontecimento.** Campinas, SP: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, Michel. **Ousar pensar e ousar se revoltar:** Ideologia, marxismo, luta de classes. Tradução Guilherme Adorno, Gracinda Ferreira. Décalages, [s. l.], v. 1, n. 4, 2014. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/pecheux/ano/mes/40.pdf> Acesso em: 23 abr. 2025.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, SP: Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução Bethania S. Mariani et al. 3. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1997. p. 163-252.



## CABEÇA DO CACHORRO: BELEZAS E DESAFIOS NA DISPUTA POR SENTIDOS

Sabrina Sant'Anna Rizental<sup>1</sup>

*Instituto Federal do Amazonas (IFAM)*

### RESUMO

Este artigo propõe uma reflexão sobre o funcionamento discursivo de determinadas denominações que circulam numa cidade localizada no extremo Noroeste do Brasil, no interior do Estado do Amazonas, onde indígenas e não indígenas se relacionam e são afetados por modos distintos de compreender a vida e o mundo. Mobilizando noções da Análise do Discurso de base materialista e tomando esta cidade como espaço simbólico de significação, este trabalho focaliza o modo como a denominação movimenta as relações entre os sujeitos e os sentidos que se constituem na contradição estruturante dessa sociedade fortemente marcada pela diversidade étnica e linguística, nas fronteiras de diferentes formações discursivas, onde os dizeres se misturam e os sentidos sempre podem ser outros.

**Palavras-chave:** Análise do Discurso. Denominação. Táxi-Lotação. A Serra da Bela Adormecida. Água Branca.

### RESUMEN

Este artículo propone una reflexión sobre el funcionamiento discursivo de ciertas denominaciones que circulan en una ciudad ubicada en el extremo noroeste de Brasil, en el interior del Estado de Amazonas, donde indígenas y no indígenas interactúan y son afectados por diferentes formas de comprender la vida y el mundo. Movilizando nociones de Análisis del Discurso con base materialista y tomando esta ciudad como espacio simbólico de significación, este trabajo se centra en el modo en que la denominación mueve las relaciones entre los sujetos y los sentidos que se constituyen en la contradicción estructuradora de esta sociedad fuertemente marcada por la diversidad étnica y lingüística, en las fronteras de diferentes formaciones discursivas, donde los dichos se mezclan y los sentidos siempre pueden ser otros.

**Palabras-clave:** Análisis del Discurso. Denominación. Taxi-Colectivo. La cordillera de la Bella Durmiente. Agua Blanca.

### INTRODUÇÃO

A cidade não é apenas um espaço ocupado por pessoas, veículos, vegetação, edificações, contornada por ruas, campos e rios, mas um espaço simbólico e político de linguagem e significação que se constitui por relações de força e poder, por dizeres e silêncios. Ela se movimenta entre o temporário e a permanência, testemunhando diferentes formas de conexão com os elementos que já existiam antes dela, onde diferentes posições de sujeito se relacionam produzindo ao mesmo

---

<sup>1</sup> Professora de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira do Instituto Federal do Amazonas (IFAM). Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestra em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: sabrina.santanna.k@gmail.com



tempo as relações entre os sentidos que emergem do e no cruzamento de diferentes formações discursivas.

Aqueles que estão de passagem pela cidade produzem gestos que alteram sua dinâmica, enquanto os que nela criaram raízes ratificam a memória construída ao longo de sua história ou, como explica Eni Orlandi (2003), rompem com essa memória ao fazerem gestos que a transformam.

Quando analisamos a dinâmica urbana, devemos considerar as condições de produção a partir das quais os sentidos e os sujeitos se constituem e se movimentam significando esse espaço. Por exemplo, ao pensarmos as condições de produção macro em relação à cidade grande<sup>2</sup>, como costumamos nos referir à capital de alguns Estados do Brasil, mobilizamos uma construção imaginária sobre seu funcionamento estrutural e discursivo. Pensamos num lugar onde a articulação dos projetos de desenvolvimento local – em relação à mobilidade urbana, à saúde, à educação, à tecnologia, ao lazer etc. – costuma ser mais substancial; um lugar onde é possível encontrar uma diversidade maior de produtos para consumo, onde as atividades cotidianas fluem num ritmo mais acelerado, onde a privacidade costuma ser mais preservada, entre outras características que tendem a estabilizar os sentidos reforçando esse imaginário vinculado ao modo de dizer, nomear “cidade grande”. Cabe ressaltar que nesse processo de significação também testemunhamos outros funcionamentos que materializam a resistência e a ruptura do *status quo*.

Esse efeito de cristalização dos sentidos não é muito distinto numa cidade pequena, se a pensarmos em oposição ao imaginário atribuído à cidade grande e considerando boa parte das cidades localizadas no interior dos Estados. É claro que as cidades menores possuem características específicas que as assemelham entre si, como, por exemplo, a convivência mais próxima entre os habitantes, dificultando a preservação da privacidade, mas também produzindo uma sensação maior de acolhimento. Em muitos casos, essas cidades também são menos robustas em termos estruturais e possuem uma dinâmica mais limitada em determinados aspectos, tais como o sistema de transporte interno, a saúde, a possibilidade de variadas opções de lazer e atividades culturais, entre outras áreas que são afetadas pela falta de investimentos e outras dificuldades.

Considerando esse modo de pensar a cidade e direcionando a atenção aos processos que a significam a partir de noções teóricas da Análise do Discurso (AD) de base materialista, este artigo propõe uma reflexão sobre as relações entre sujeitos e sentidos numa região do extremo Noroeste do Brasil. Num olhar para a materialidade do discurso – língua, texto, imagem – focalizo determinadas denominações que lançam os sentidos em direções diversas, levando em conta que “todo dizer é um gesto político, porque toda significação tem uma direção, divide”, como afirma Orlandi (2004, p.129).

Meu olhar é o olhar de quem chega, vinda de outros interiores e também da cidade grande, mas, sobretudo, o olhar analítico que, na perspectiva discursiva, busca “ver como se produzem ideologicamente os sentidos e os sujeitos dentro da sociedade e na história” (ORLANDI, 2003, p.8). É importante dizer que quando me refiro à ideologia, tomo emprestado o modo como Rogério

<sup>2</sup> É importante salientar que ao dizer “cidade grande” comprehendo-a não apenas em função de suas características físicas, tais como extensão geográfica, condições estruturais, recursos etc., mas considerando como sua urbanidade fornece elementos a partir dos quais se instauram as condições de produção de sentidos nesse espaço de significação. Nessa perspectiva, podemos dizer que nem todas as capitais dos Estados brasileiros são necessariamente significadas como cidades grandes. Do mesmo modo, é legítimo afirmar que determinadas cidades do interior de alguns Estados produzem sentidos que remetem à construção imaginária de uma cidade grande.



Modesto (2018) a explica, isto é, como algo manifestado em práticas cotidianas e gestos específicos, não importando a amplitude desses gestos.

O modo como os sujeitos se relacionam com as coisas do mundo é fundamentalmente sustentado pela questão da materialidade. E isso é ideológico. As coisas são como são pela própria evidência ideológica e isso atravessa a relação dos sujeitos com as práticas materiais sustentadas pela formação social capitalista. A ideologia, desse modo, está na forma material de apresentação das coisas e na maneira como se lida com elas. Está no fato de [...] um católico fazer o sinal da cruz ao passar por uma igreja, ou no modo como as carteiras em uma sala de aula devem (ou não) estar direcionadas para o quadro e, fundamentalmente, para a mesa da professora, ou ainda no fato de que, para aquele que acredita no dever e na justiça, é importante denunciar. (ibid., p.48)

Concordando com Modesto, compreendemos que não é possível estar fora da ideologia, somente como indivíduos que perambulam por aí sem ocupar uma posição de sujeito, ou seja, uma posição discursiva. Somos interpelados pela ideologia a todo instante e dessa forma nos constituímos sujeitos, podendo ocupar ora uma posição ora outra, dependendo das condições de produção e da forma como nos identificamos (ou não) com determinados discursos e determinadas práticas.

A partir dessa perspectiva, proponho um percurso etnográfico que me permite analisar o modo como os habitantes dessa cidade se referem às suas características marcantes. No contato com os locais, mas também com os colegas docentes que vêm de outros lugares e com os estudantes – prioritariamente indígenas que nasceram e cresceram nessa região – observo, escuto e me debruço sobre os dizeres que circulam nessa e sobre essa cidade. Dizeres que significam também esse Brasil onde os sentidos sempre podem ser outros.

## 1 SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, CABEÇA DO CACHORRO

No interior do Estado do Amazonas encontramos São Gabriel da Cachoeira, cidade conhecida pelas belezas naturais, por fazer fronteira com a Colômbia e a Venezuela, por ser dita como “a cidade mais indígena do Brasil” (UFAM, 2024) no que se refere à concentração de diferentes etnias. Os resultados do Censo Demográfico de 2022, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2023, registraram 51.795 habitantes em sua totalidade e a densidade demográfica era de 0,47 habitantes por quilômetro quadrado, numa área territorial de 109.192,562 km<sup>2</sup>. A população estimada para 2024 era de 56.406 pessoas.

O município concentra “o maior percentual de indígenas do Brasil, com mais de 98% de sua população pertencente a uma das 23 etnias catalogadas”, segundo o IBGE<sup>3</sup>, tais como as etnias Arapaço, Baniwa, Barasana, Baré, Desana, Hupda, Karapanã, Kubeo, Kuripako, Makuna, Miriti-tapuya, Nadob, Pira-tapuya, Siriano, Tariano, Tukano, Tuyuka, Wanana, Werekena e Yanomami<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> Conforme declarado na Cerimônia de Posse da Nova Diretoria da FOIRN (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro) - Gestão 2024-2028, 24 povos indígenas vivem na região do Rio Negro. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/4aJ4zkzYU5E?si=gR2JClfN7S0QB8-I>. Acesso em: 02/08/2024.

<sup>4</sup> Ao elencar as etnias em ordem alfabética, levo em conta a “complexa trama social” que as organiza no Noroeste Amazônico, diferenciando-as “da maior parte das sociedades amazônicas pela existência de grupos

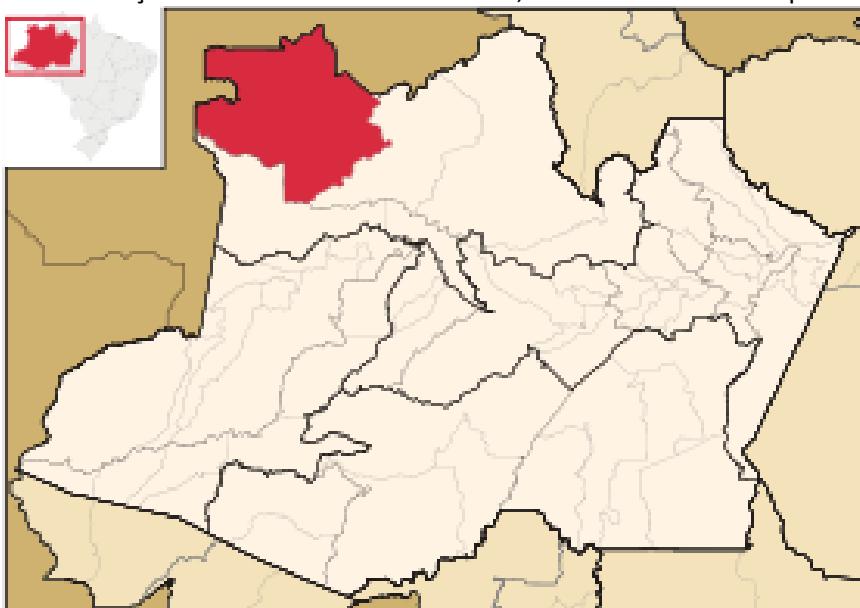


Isso significa dizer que a cada 10 habitantes, 9 são indígenas. Tais etnias pertencem “a cinco famílias linguísticas Tukano Oriental, Aruak, Yanomami, Japurá-Uaupés (Maku) e Tupi (Nheengatu falado pelos povos Baré, Werekena e parte dos Baniwa do baixo rio Içana), falantes entre 20 a 23 línguas indígenas” (GOMES, 2013).

São Gabriel da Cachoeira se destaca pela diversidade linguística, pelas paisagens deslumbrantes e pelas corredeiras do Rio Negro, chamadas “cachoeiras”, que, diferentes das que conhecemos em outras regiões do Brasil – que costumam ser quedas d’água, muitas vezes altas e com grande volume de água – são pontos ao longo do rio onde há maior concentração de pedras que movimentam o curso das águas e impactam o tráfego fluvial, dificultando a navegabilidade, dependendo da época do ano – nesse caso no período de estiagem. As serras e os morros também compõem esse cenário, tais como a serra do Imeri, onde está localizado o Pico da Neblina, cuja subida tem início em São Gabriel da Cachoeira, a serra de Curicuriari, também conhecida como “Serra da Bela Adormecida” e o Morro da Boa Esperança.

Segundo o site “DistânciaCidades.net” (2024), considerando uma linha reta, a cidade está localizada a uma distância de 862,56 km da capital do Estado, na calha do Alto Rio Negro, numa região também denominada “Cabeça do Cachorro”, pois o formato de seu território no mapa do Brasil se assemelha à cabeça desse animal.

Figura 1: Localização de São Gabriel da Cachoeira, terceiro maior município do Brasil.



Fonte: Reprodução Wikipedia

Partindo de Manaus, há duas formas de chegar em São Gabriel da Cachoeira: em dois voos semanais, com duração aproximada de 1h25min., e via fluvial, como ocorre entre a maioria dos municípios localizados no interior do Estado do Amazonas. A viagem pelo Rio Negro pode variar entre 24 horas e 4 dias, dependendo da embarcação e da época do ano, determinada pela cheia ou pela seca do rio.

---

de descendência patrilinear, nomeados, exogâmicos e idealmente hierarquizados” (POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, 2025).



O abastecimento de água da cidade é feito pela captação das águas do Rio Negro e das águas subterrâneas oriundas de poços artesianos<sup>5</sup>.

## 2 DENOMINAÇÕES, SUJEITOS E SENTIDOS

Ao pensar a cidade a partir de uma perspectiva discursiva, como espaço de interpretação e construção de um “*senso comum*” que permite que o sujeito se situe, se posicione no mundo, compreendemos o “espaço urbano” como um espaço que é interpretado e significado na circulação de discursos que organizam (física e juridicamente) as relações legitimadas em gestos de interpretação.

[...] a cidade (e seus espaços) não refere a um domínio de objetos definidos empiricamente, mas a um domínio de interpretação, que permite ao sujeito se situar no mundo. Assim, a cidade (e seus espaços), ela mesma já é interpretação, que se impõe ao sujeito como evidência, produzida pelo efeito da ideologia no discurso. (ZOPPI-FONTANA, 1999)

A legitimação das relações em gestos de interpretação pode ser evidenciada no impacto causado naqueles que vêm de diferentes lugares do Brasil – que se assemelham em seu *modus vivendi*<sup>6</sup> – e encontram em São Gabriel da Cachoeira um funcionamento particular. Obviamente esse efeito se dá em outras regiões e cidades com suas peculiaridades, mas vale destacar aspectos da articulação do coletivo que produzem sentidos no funcionamento cotidiano, como, por exemplo, na mobilidade urbana: como em tantas outras cidades há táxis circulando pelas ruas, mas na Cabeça do Cachorro eles são denominados “lotação”, cobram um valor fixo e são usualmente compartilhados entre passageiros que não necessariamente se conhecem, permitindo, desse modo, transportar várias pessoas ao mesmo tempo.

É lógico que esse não é um funcionamento exclusivo dessa cidade e se assemelha ao funcionamento do transporte público em outras regiões do país – ônibus, metrô, VLT, BRT, barcas, voadeiras, lanchas etc. –, mas em São Gabriel da Cachoeira também encontramos o ônibus que atende a população conectando alguns bairros específicos. Os táxis aos quais me refiro e cujos veículos são identificados como tal, ao serem denominados como “lotação”, lançam os sentidos em outras direções. No momento em que os veículos circulam visualmente identificados como táxis, correspondendo à determinada categoria de transporte, mas são denominados “lotação” e funcionam como tal, os sentidos deslizam remetendo à outra categoria de transporte. Esse exemplo nos diz sobre um “domínio de interpretação” (id.) que situa o sujeito nessas condições de produção, nessa cidade com suas especificidades. O que trago à tona na análise do significante “lotação”, correspondendo a uma denominação, é que em outras regiões, em outros Estados e cidades, os táxis são geralmente utilizados de modo individual por aqueles que têm maior poder aquisitivo. O táxi-lotação de São Gabriel da Cachoeira pode ser utilizado por todos aqueles que não possuem veículo próprio e desejam ou necessitam deslocar-se desse modo, independentemente da posição

<sup>5</sup> Poço artesiano. Disponível em: <https://www.infoescola.com/hidrografia/poco-artesiano/>. Acesso em: 13/07/2024.

<sup>6</sup> Capitais e cidades do interior de outros Estados, mas também Manaus e outras cidades do interior do próprio Estado do Amazonas.



ocupada pelo sujeito: trabalhador(a), estudante, turista, indígena, não indígena etc. “Lotação”, nesse caso, faz com que os sentidos deslizem, produzindo outros efeitos.

Segundo na análise de algumas denominações que significam a cidade, diferenciando-a de outras, São Gabriel da Cachoeira chama a atenção também pelo modo como outras coisas são ditas, tais como alguns lugares que são denominados a partir de uma estória ou lenda de origem indígena, mobilizando diferentes formações imaginárias na relação entre diferentes posições de sujeito.

Costa (2014), a partir dos trabalhos de Pêcheux (1969), Orlandi (1990-1996) e Mariani (1998), explica “a *denominação* na relação com a *construção discursiva do referente*, na compreensão de *discurso sobre*, articulando-as às *formações imaginárias* e à *interpretação*” (*ibid.*, p.28 – grifos da autora). Compreender esse funcionamento nos permite analisar os processos de produção de evidências, os deslizes, as rupturas, a resistência e o silêncio nos diferentes discursos sobre a cidade. Passamos a escutá-la de outro modo:

A lenda da Praia de Mussun Cuara diz que o lugar abriga uma cobra adormecida e quem morre afogado ali acaba servindo de alimento para ela. Credices à parte, essa praia é um ponto de encontro dos moradores e turistas da cidade. A lenda da Ilha Adana diz que Buburi e Curucui são duas corredeiras que representavam dois índios guerreiros que disputavam o amor da linda índia Adana. Como ela havia fugido com Curucui de canoa, Buburi foi atrás do casal e os alcançou no meio do rio. Eles lutaram e todos eles morreram afogados. Os corpos dos dois guerreiros se transformaram nas corredeiras e a bela índia, que também morreu entre seus pretendentes, tornou-se a ilha que recebeu seu nome. (KAUSS et al., 2017, p.98)

É interessante observar que a lenda da Praia de Mussum Cuara diz respeito a um lugar na praia onde há um buraco fundo na margem do rio, popularmente denominado “boca do Mussum”, uma espécie de poço que à primeira vista lembra uma pequena piscina natural, mas que oferece risco de morte aos banhistas desavisados. Há placas sinalizando esse espaço da praia como um local que oferece alto risco de afogamento.

Outro destaque que merece nosso olhar atento é a serra de Curicuriari, cujo nome popular, “Bela Adormecida”, mobiliza um imaginário não identificado com as estórias e lendas indígenas, mas com um conto de fadas clássico contado ao longo de algumas gerações e adaptado ao cinema pela Disney nos idos dos anos 1950, no século XX. A imagem da serra, cujos contornos podem dar a impressão de se estar apreciando uma obra de arte, reforça sentidos sobre a estreita relação entre a cidade e a floresta, entre o urbano – ocupado, construído – e a natureza com suas formas originárias, imaculadas.

Figura 2: Vista para a Bela Adormecida desde a Praia Grande, em frente à cidade de São Gabriel da Cachoeira.



Fonte: Clóvis Miranda/Amazonastur

A denominação Bela Adormecida, no entanto, opera na contradição entre o conto de fadas e a lenda amazônica, como podemos compreender a partir da tese de Elma Nascimento de Souza (2019) sobre o Festribal Cultural das Tribos Indígenas do Alto Rio Negro, organizado pelas tribos Baré, Tukano e Filhos do Rio Negro em São Gabriel da Cachoeira. Segundo a autora, uma das músicas que foi tema do Festribal, neste caso cantada e dançada pela tribo Tukano, fala sobre a “Casa de Pedra”, como vemos nos seguintes versos:

[...] Casa de pedra é lenda é mistério será um encanto  
Somente os que olham para natureza com coração podem ver  
Nossos ancestrais viam casa de pedra todas as manhãs  
Casa de pedra basta olhar com coração [...] (ibid. p.156)

A “Casa de Pedra”, segundo Souza, “diz respeito às montanhas, às serras que são chamadas divindades materializadas em pedras como sendo moradias de um deus” (ibid. p.165). O depoimento que destaco a seguir nos permite compreender o modo como a Bela Adormecida é interpretada pelos indígenas que vivem em São Gabriel da Cachoeira:

[...] são divindades materializadas em pedra ou é realmente a moradia de um deus, por exemplo aqui Curicuriari, a Bela Adormecida duas divindades, o Basebó e do Wariró. Na verdade, o Basebó é genro do Wariró, porque o Basebó é o pai criador da mandioca, da maniva, então por exemplo, a serra do Curicuriari é a morada de duas divindades [...] (id.)

Com base na sequência acima, nos damos conta do modo como os sentidos se deslocam ao denominar a serra de Curicuriari como “Bela Adormecida”, a partir do conto criado pelo homem branco, europeu<sup>7</sup> – o colonizador –, numa identificação com determinada formação discursiva.

<sup>7</sup> A estória da Bela Adormecida tem versões atribuídas a alguns autores, dentre eles: Giambattista Basile, escritor italiano que criou a primeira versão do conto em 1634, com o título “Sol, Lua e Tália” (QUINDIM, 2023); Charles Perrault, escritor francês que publicou uma versão mais conhecida em 1697, inspirada no conto de Basile, com o título “A Bela Adormecida no Bosque” (id.) e os Irmãos Grimm, dois acadêmicos alemães que, em 1812, publicaram a versão mais parecida com a que conhecemos, sob o título “A Rosa dos



Observamos como a imagem da silhueta de uma mulher deitada que faz alusão à protagonista do conto de procedência europeia silencia outras possibilidades de interpretação, outras relações a partir de identificações com outros modos de dizer e de produzir sujeitos e sentidos nessa diversidade étnica.

As estórias e as lendas indígenas materializam a mística desse lugar, organizando modos de interpretar e de se posicionar no mundo. Esses diferentes gêneros literários se imbricam na memória histórica e social da cidade onde os sentidos deslizam “instaurando uma forma de relação entre os sujeitos sociais” (ORLANDI, 2003, p.10), constituindo-se na relação entre indígenas e não indígenas – o branco, o colonizador – a quem essa conexão com os elementos da natureza não produz os mesmos efeitos, provocando uma disputa de sentidos nesse espaço de significação.

Há uma memória social que nos constitui de modo mais ou menos inconsciente. Por vivermos na cidade, nós já temos em nós uma certa memória de cidade, que faz com que não tenhamos, a todo momento, que nos perguntarmos pelos seus sentidos: já nos filiamos a certos sentidos, já nos significamos implicitamente como urbanos e funcionamos nesse modo significativo dentro desse espaço. (ORLANDI, 2003, p.9)

A autora designa esse processo como “economia do estereótipo”, das ideias recebidas, do senso comum” (id.) e explica:

[...] quem vive no espaço urbano sabe que uma rua é uma rua, sem estar definindo isso o tempo todo: sabe que na rua há carros, por exemplo, coisa que é diferente no meio de floresta amazônica. Esse espaço específico tem portanto memória urbana. É um espaço significante, investido de sentidos e de sujeitos, produzidos em uma memória. Quando se fazem gestos em relação a essa memória se está transformando, modificando, ou não, essa memória. Ou se está ratificando essa memória ou se está rompendo com ela. (id.)

Os indígenas, que constituem a maioria da população de São Gabriel da Cachoeira, vivem entre suas comunidades, na floresta amazônica, e o centro da cidade. Algumas etnias têm mais contato com essa parte da cidade – inclusive a maioria dos habitantes da zona urbana é indígena –, outras menos, mas em algum momento os indígenas que vivem nas comunidades que fazem parte da Cabeça do Cachorro se deslocam para o centro urbano em busca de mantimentos e para receber seus benefícios sociais. Esse movimento significa também um deslocamento de sentidos na imbricação entre a floresta e a cidade. Não sem resistência, os indígenas se constituem sujeitos nessa ruptura, no momento em que “se encontram em uma espécie de limbo” (RIZENTAL, 2023, p.40), momento em que a floresta é deixada para trás, ainda que por pouco tempo, e o centro urbano para onde eles se deslocam é o espaço de significação em que os sentidos se tornam outros. Lagazzi (1988, p.78) diz que “na prática discursiva a realização da ideologia imprime outros sentidos

---

Espinhos” (id.) na obra Contos de Grimm”. Em 1959, Walt Disney, procedente “de uma família de imigrantes (pai de ascendência **irlandesa** e mãe **alemã e inglesa**)” (ANHEMBI MORUMBI), produziu a versão – em animação – mais popular da estória.



à resistência. Na determinação material das forças a luta de resistência é por mudança e contra a mudança.”

O centro da cidade é o lugar do homem branco<sup>8</sup>, mas também do indígena que compartilha a urbanidade com o homem branco e do indígena que vive fora dessa dinâmica e preserva os costumes e as tradições das comunidades.

Por isso, a importância de compreendermos a cidade levando em conta o modo como diferentes formações discursivas se cruzam, a partir de diferentes memórias do social em condições de produção específicas, compreendendo quão intrincadas podem ser as relações que se constituem nas demandas de uma sociedade com particularidades que mobilizam um imaginário complexo dentro dessa diversidade social: o originário, o tradicional, o estrangeiro, o moderno.

### 3 ÁGUA BRANCA

Orlandi (2003, p.8), reflete sobre a cidade na modernidade, colocando-a como ponto central para a compreensão dos processos de significação, do modo como se constituem os sujeitos e os sentidos na sociedade e na história. Olhar para a cidade a partir dessa perspectiva é fundamental para compreender o “conjunto de reflexões que interrogam a própria noção de ‘humanidade’ e de ‘sociabilidade’”. Compreender “o que somos”, como funcionamos “enquanto seres simbólicos e históricos-sociais” (id.). Para isso, consideramos importante observar como circulam os sentidos sobre a cidade, como os sujeitos ocupam os espaços e como são produzidos os gestos de interpretação.

Uma das primeiras informações sobre a Cabeça do Cachorro, dita logo na chegada como algo relevante àqueles que consideram a possibilidade de uma estadia prolongada ou de fixar residência na região, diz respeito à água que sai das torneiras. Essa informação circula a partir de um modo de qualificar, definir, denominar.

Como digo anteriormente, São Gabriel da Cachoeira é abastecida pela água que vem do Rio Negro e pela água captada dos poços artesianos. Essa é a chamada “água branca”, que ainda que tampouco seja uma água tratada, não é difícil presumir que contenha uma quantidade menor de resíduos e impurezas do que a água retirada diretamente do rio. Mas do modo como é dita, pela cor que mais funciona como um nome, escutamos – na transparência dos sentidos – um efeito de oposição à água escura do Rio Negro. Contudo, “a prática urbana é uma prática significativa em que nós nos significamos e significamos os outros” (conf. ORLANDI, 2003, p.13) e as coisas que fazem parte do entorno. “Água Branca” não diz apenas sobre translucidez, mas nos convoca a perguntar: água branca para todos?... para quem? como esse modo de dizer significa a cidade de São Gabriel da Cachoeira, as relações e as disputas nesse espaço de intensa diversidade étnica e linguística? o que esse modo de nomear silencia? o que é posto em evidência?

Compreendendo que “nomear é *dar existência simbólica* às coisas” (FEDATTO, 2011, p.107) e que, ainda que as coisas já existam, elas se tornam acessíveis através do nome que “desenha fronteiras e organiza o mundo, criando distinções e inexistências” (id.), nos damos conta de que, nos processos de significação, diferentes formas de nomear as coisas estabelecem disputas de sentido em condições de produção específicas. Nomear “água branca” em determinada região do interior do Estado do Amazonas não é o mesmo que dizer água branca em outras regiões como, por exemplo, no Sudeste ou do Sul do Brasil.

---

<sup>8</sup> Para os indígenas, branco é todo aquele que não é indígena: brancos, negros, pardos etc.



Lembremos que o fluxo da água é primordial ao modo de organização dessa cidade. A água dá o tom do cotidiano de quem vive na região do alto Rio Negro e em todo o interior do Estado. O curso do rio, dos igarapés e as chuvas dão ritmo à relação entre os sentidos e as diferentes posições de sujeito nesse espaço de significação. Esse processo produz uma memória social que é reforçada ou modificada por gestos que rompem com a formação discursiva dominante.

Parafraseando Orlandi (2003), diferentes espaços de significação – regiões, Estados, cidades – instauram diferentes modos de relacionamento entre os sujeitos sociais. Por exemplo, em virtude das mudanças climáticas, várias regiões do Sudeste do Brasil recebem o anúncio das chuvas como ameaças. Alarmes, alertas no celular, e-mails, os mais diversos avisos para que as pessoas se protejam, busquem abrigo ou nem saiam de casa produzem sujeitos em total desconexão com a natureza. Um fenômeno da natureza se transforma em sinônimo de destruição e tragédia, produzindo medo e ansiedade extrema, “rompendo sentidos na conjuntura anterior de significação, rompendo com uma certa memória” (ORLANDI, 2003, p.10) e instaurando algo diferente. Os sentidos produzidos pelas chuvas em São Gabriel da Cachoeira são outros. É muito comum ver pessoas andando tranquilamente debaixo do que chamamos “pé d’água” nas ruas do centro urbano. Isso seria considerado perigoso em alguns bairros de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo, do mesmo modo que em algumas cidades localizadas no interior desses Estados. Quando perguntamos sobre a necessidade de nos protegermos da chuva, escutamos risos e vemos expressões de espanto e até mesmo de incompreensão. Para os gabrielenses<sup>9</sup> não faz sentido algum correr ou proteger-se da chuva do dia-a-dia. A chuva faz parte da rotina dessa cidade, é bem-vinda, não destrói<sup>10</sup> e não produz pânico. Do mesmo modo que o verde da floresta colore toda a região, que pássaros das mais variadas espécies migram diariamente, seguindo a mesma rota em horários específicos, a água da chuva reforça a memória social daquilo que é natural, esperado e desejado para o equilíbrio do meio ambiente, significando esse espaço, os sujeitos e os sentidos que nele se constituem. A relação com a água nessa região do Brasil produz não apenas um *modus operandi* diferente, mas também uma compreensão diferente do mundo e do modo de sentir(se) e situar-se nele.

A água dos rios conecta a Capital ao interior do Estado, as cidades do interior entre si, as cidades às comunidades indígenas, as comunidades indígenas entre si, o centro urbano de São Gabriel da Cachoeira às diversas comunidades que compõem o município, aproximando ou distanciando povos e etnias, produzindo encontro e isolamento, contribuindo para o desenvolvimento coletivo ou “criando distinções e inexistências” (op.cit.).

Mas em São Gabriel da Cachoeira a água tem cor. Não se trata de uma cor cientificamente registrada, mas da cor que produz sentidos no cruzamento entre diferentes formações discursivas:

Figura 3: Excerto extraído de comentários da página da Prefeitura no Facebook

<sup>9</sup> Gabrielense é o gentílico designado àqueles que nascem em São Gabriel da Cachoeira.

<sup>10</sup> Obviamente com exceção de um acidente ou outro causado por chuvas acompanhadas de descargas elétricas.



Tem que botar agua branca p nois ae Sr. Prefeito... nem q  
seja mandar puxar agua branca la da cabeceira do  
igarapé.. lá onde a agua é branca.

3 a Curtir Responder

11

Fonte: página da Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira no Facebook

Vale salientar que já foram realizados estudos sobre as cores das águas dos rios amazônicos. Segundo o Portal Amazônia (2021), na década de 1950 foram identificadas três colorações predominantes nas águas dos rios: a cor negra, a branca e a clara, cujo tom pode apresentar-se esverdeado ou transparente. O pesquisador Eduardo Antonio Rios-Villamizar, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA/MCTIC), afirma que as cores dos rios podem determinar a qualidade dos nutrientes, o tipo de solo e a “quantidade de materiais orgânicos, como ácidos húmicos e fúlvicos”. De acordo com o pesquisador, a tonalidade das águas negras, aparentemente escusas, quando colocadas em um recipiente transparente variam entre o marrom e um tom mais avermelhado. As águas brancas possuem uma coloração barrenta, em função da grande concentração de metais alcalino-terrosos e carbonatos.

As cores das águas mudam de acordo com suas características químicas, mas, além disso, vários outros fatores podem pigmentar as águas, como, por exemplo, a presença de algas e o local em que se apresenta, se mais raso ou profundo. Também podem influenciar na coloração das águas dos rios fatores como captura de imagens, condições de iluminação e época do ano. (PORTAL AMAZÔNIA, 2021)

Sobre as águas vermelhas, encontradas em São Gabriel da Cachoeira, interior do Amazonas, o pesquisador é enfático ao dizer que são águas negras. “A coloração é bem avermelhada, mas se trata de águas negras, pois são águas ácidas, com alta quantidade de ácidos húmicos, e pode se encaixar dentro dessa categoria. Em geral, as categorias não são bem definidas, tem uma ampla variabilidade de cores”, conta o doutor Eduardo Rios-Villamizar. (id.)

São Gabriel da Cachoeira é apontada na pesquisa do INPA como um lugar de águas negras, águas do Rio Negro, mas é a água dos poços artesianos que evidencia as relações de poder nesse lugar. Cabe enfatizar que a água de poços artesianos pode dar a sensação de transparência, mas costuma se aproximar dos tons amarelados, especialmente quando apresenta grande quantidade de ferro e magnésio (FUSATI, 2023).

A partir desses esclarecimentos, compreendemos que o modo como os sujeitos e os sentidos se constituem afetados pela denominação diz respeito ao simbólico, algo que no funcionamento das relações de força desloca sujeitos e sentidos.

<sup>11</sup> Imagem de comentários a um post do prefeito de São Gabriel da Cachoeira na página da Prefeitura da cidade no facebook, em 2020.

Disponível em: <https://www.facebook.com/prefeiturasaogabrieldacachoeira/posts/c1%25C3%25B3vis-curub%25C3%25A3o-prefeito-reeleito-confirma-%25C3%25A1gua-para-s%25C3%25A3o-gabriel-da-cachoeira-o-e/1029690217513489/>. Acesso em: 15/07/2024.



Sabemos que o acesso à água é necessário em qualquer lugar, sabemos que a cidade é abastecida com água do rio e água subterrânea, mas ao dizer sobre a água – como coisa que já existe, mas que não está disponível para todos – nomeando-a “água branca”, o sujeito não apenas a torna acessível, mas também traça fronteiras que significam e organizam esse espaço. A reivindicação da água da cabeceira do igarapé, na sequência discursiva destacada mais acima, diz muito mais do que uma necessidade básica: diz sobre o modo como o sujeito se posiciona nesse espaço, diz sobre pertencimento e o direito de nomear, singularizando, agregando valor simbólico àquilo que se dá nome. Os sentidos deslizam entre necessidade, direito e desejo, entre conhecimento, informação e convicção: “lá da cabeceira do igarapé... lá onde a água é branca.” Verbo *ser*, na terceira pessoa do singular do presente do indicativo, funcionando como afirmação e não apenas desejo.

Esse processo se desdobra no momento em que a falta se faz presente:

Figura 4: Excerto extraído de comentários da página da Prefeitura no Facebook

Espero que seja **água branca** e potável...não nas  
biqueiras...mas água branca encanada em todos os  
cantos do município e no interior também...ÁGUA É  
VIDA...

3 a Curtir Responder

Fonte: página da Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira no Facebook

Há uma falta, uma falha no ritual. A “água branca”, desejada, reivindicada, não necessariamente é potável, não atende as demandas básicas de uma sociedade que, como qualquer outra, espera desenvolver-se num lugar onde as condições estruturais possam garantir práticas saudáveis e qualidade de vida. “[...] água branca e potável” materializa, na conjunção aditiva, a confirmação de algo relevante àquela sociedade: não basta ser água branca, tem que ser apropriada para consumo. “ÁGUA É VIDA”: novamente o verbo *ser*, produzindo sentidos de permanência, declarando e fechando a sequência discursiva em letras maiúsculas. O grito, o protesto materializado na língua.

Denominar o que quer que seja a partir daquilo que remete ao desejável, ainda que não se saiba em que momento o desejável se tornará realizable, “não é um gesto aleatório, é uma interpretação no nível do simbólico” (COSTA, 2014, p.79), uma tomada de posição que inscreve aquele que denomina em uma formação discursiva determinada que cristaliza ou apaga sentidos.

[...] a denominação é um importante mecanismo ideológico de produção de silêncio, já que, de acordo com Orlandi, “toda denominação acarreta um silêncio que o fato mesmo de nomear produz. Toda fala instala espaços de silêncio e o ato de nomear recorta esses espaços definindo-os.” Visto desse modo, denominar tanto é silenciar quanto definir. (ORLANDI, 1989, p.42, apud COSTA, 2014, p.112)

A denominação silencia um acontecimento<sup>12</sup>: a população de uma cidade inteira convive com a falta de água potável. Tem água para todos, mas apenas algumas regiões da cidade

<sup>12</sup> Michel Pêcheux (2008[1998], p.17), define acontecimento como algo que se passa no “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória.”



consomem água extraída dos poços artesianos, cuja quantidade de resíduos é menor do que a quantidade encontrada na água do rio. Entretanto, branca ou negra, a água que abastece a cidade de São Gabriel da Cachoeira ainda não recebe tratamento. Sabemos que isso não acontece apenas nessa região, que muitas cidades em diferentes regiões do Brasil vivenciam condição idêntica e, por isso mesmo, o que destaco nessa análise diz respeito ao modo como o sujeito, ao dizer, pedir, recomendar a “água branca” – cor que mobiliza um imaginário de pureza, transparência, limpeza, saúde – qualifica a água subterrânea silenciando não apenas a questão do não fornecimento de água potável, mas, sobretudo um posicionamento dentro desse espaço de significação. Alguns têm acesso à “água branca”, outros têm acesso à água do rio. Água Branca funcionando enquanto denominação que opera nos processos de significação da cidade

[...] se constitui por relações de força, por disputas, por imposições, por silêncios. Funciona atestando a existência, designando, descrevendo, qualificando, explicando não só pelo que se diz: também pelo que não se diz. Instala-se no interdiscurso, im-pedindo outras significações, disfarçando as tensões e, ao mesmo tempo, dando corpo à fuga dos sentidos. (FEDATTO, 2009, p.65)

A “água branca” é algo que requer esforços, mudanças estruturais, investimentos, negociações, acordos, enquanto a água do rio flui abundantemente, especialmente na época da cheia, mas essa água é ainda menos própria para o consumo. Os dizeres que circulam nessa cidade materializam a contradição entre a abundância e a carência, entre o desejável e o irrealizável, ao menos por ora.

Foi cavado um poço e, com a energia solar, é puxada 'água branca', isso ajudou muito. As crianças estavam 'pegando' muita diarréia e agora não", explicou Auxiliadora ao desembargador-corregedor e equipe da CGJ. (CGJ-AM, 2023 – negritos meus)

Devido à seca, a água está fervendo, está bastante quente para beber. Estamos com diarreia e dor de cabeça. E está descendo mais sujeira dos igarapés. Fomos tentar cavar poço na beira do rio para achar **água branca** para tomarmos e ter saúde para nossos filhos e para os idosos". (ISA, 2023 – negritos meus)

Sujeitos e sentidos se constituem nesse deslize entre a abastança e a privação. Um espaço significado pela presença do verde, das serras, dos rios, da diversidade étnica e linguística, mas igualmente significado pela necessidade de engajar-se, pactuar deveres e compromissos para conviver com grandes desafios.

Figura 5: Excerto extraído de comentários da página da Prefeitura no Facebook

Espero q realmente realize o sonho do povo  
Gabrielense, **AGUA Branca**, encanada em todas as casa  
dos eleitores principalmente nos bairros distante do  
centro.politico entra ,sai nada de agua descente ,isso se  
chama SAUDE.

3 a Curtir Responder

Fonte: página da Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira no Facebook



A falta é materializada no gesto de denominar. Branco é o sonho, branca é a água desejada, idealizada. A água considerada mais adequada ao consumo, pelos gabrielenses, é denominada desse modo e não de outro. E determinadas formas de denominar ampliam ou limitam as possibilidades das coisas as quais denominam ao desencadear “processos discursivos resultantes de deslocamentos de significações na articulação com outras denominações” (COSTA, 2014, p.27).

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na cidade de São Gabriel da Cachoeira, localizada no extremo Noroeste do Brasil, no interior do Estado do Amazonas, às margens de um dos maiores rios da Amazônia, numa região igualmente denominada Cabeça do Cachorro, “água branca” – e outras formas de denominar que tratamos nesse artigo – produz disputas na relação entre os sujeitos e os sentidos nesse lugar onde a contradição se materializa entre a riqueza e a escassez, o místico e o mundano, o originário e o construído: verde e acinzentado.

Como diz Fedatto:

Não é nas grandes pinceladas, nas cores que saltam aos olhos, no flagrante, nas autobiografias, no já-dito e repetido, no generalizado, no conteúdo que se descobre o autor do quadro, do crime, do trauma, da trama. São os gestos, os jeitos das pontas: dos dedos e das falas. Pontas de linguagem que se mostram no limiar do significante. Simbólico. (FEDATTO, 2005, p.129)

No ir e vir entre a cidade e a comunidade, na cheia e na vazante, nos dizeres do cidadão gabrielense, nas lendas e nas práticas indígenas, na luta por melhores condições, no silêncio e na resistência, as pistas emergem dos discursos que ao cruzar diferentes formações discursivas direcionam os sentidos de diferentes formas.

Por tudo isso e muito mais, essa reflexão oferece entradas para pensar essa cidade, debruçar-se sobre sua memória e abrir-se às novas possibilidades, render-se ao fluxo de sua cotidianidade e, quem sabe, transformar algo, resistir e perscrutar os deslizes dos sentidos sobre aquilo que escapa aos efeitos de evidência. Produzir sentidos no silêncio, nos gestos de interpretação, nas pontas de linguagem que mostram a cidade em sua beleza e exuberância, mas também na falha, na ausência; no ritmo das coisas que já existem; das que se tem acesso e das que (se) transformam tornando-se acessíveis; nesse espaço simbólico significado por tudo o que nele flui, assim como o curso da água que corre nas margens da Cabeça do Cachorro.

### REFERÊNCIAS

COMUNIDADE Waruá recebe a visita da equipe da Corregedoria-Geral de Justiça na semana das homenagens aos povos indígenas. **CGJ-AM.** 19/04/2023. Disponível em:  
<https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/8305-comunidade-warua-recebe-a-visita-da-equipe-da-corregedoria-geral-de-justica-na-semana-das-homenagens-aos-povos-indigenas>. Acesso em: 15/07/2024.

CONHEÇA as diferentes cores de águas em rios da Amazônia e entenda suas mudanças. **Portal Amazônia.** 05/07/2021. Disponível em: <https://portalamazonia.com/amazonia/conheca-as-diferentes-cores-de-aguas-em-rios-da-amazonia-e-entenda-suas-mudancas>



diferentes-cores-de-aguas-em-rios-da-amazonia-e-entenda-suas-mudancas/. Acesso em: 13/07/2024.

CONTOS infantis e suas muitas versões: A Bela Adormecida. **Quindim**. 24/01/2023. Disponível em: <https://quindim.com.br/blog/contos-infantis-a-bela-adormecida/#:~:text=A%20vers%C3%A3o%20do%20escritor%20franc%C3%AAs,do%20pr%C3%ADncipe%20que%20a%20descobriu>. Acesso em: 18/04/2025.

COSTA, G. C. da. **Sentidos de milícia**: entre a lei e o crime. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

DISTÂNCIA entre São Gabriel da Cachoeira e Manaus. **Distânciacidades.net**. Brasil. Disponível em: <http://br.distanciacidades.net/distancia-de-sao-gabriel-da-cachoeira-a-manaus>. Acesso em: 13/07/2024.

ETNIAS do Rio Negro. **Povos Indígenas no Brasil**. Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Etnias\\_do\\_Rio\\_Negro](https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Etnias_do_Rio_Negro). Acesso em: 10/04/2025.

ETNOTURISMO: São Gabriel da Cachoeira proporciona experiências com a cultura e história dos povos originários. **Amazonastur**. 2023. Disponível em: <https://www.amazonastur.am.gov.br/etnoturismo-sao-gabriel-da-cachoeira-proporciona-experiencias-com-a-cultura-e-historia-dos-povos-originarios/>. Acesso em: 05/04/2025.

FEDATO, C. P. Trajetos (,) Imprevistos (,) Sentidos na Cidade. **Rua**, Campinas, SP, v. 11, n. 1, p.129–132, 2005. DOI: 10.20396/rua.v11i1.8640780. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640780>. Acesso em: 08/04/2025.

FEDATO, C. P. Língua na Rua: Margens do Sujeito. **Rua** [online]. 2009, no. 15. Volume 1 - ISSN 1413-2109/e-ISSN 2179-9911. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/ruaanteriores/pages/home/capaArtigo.rua?id=69>. Acesso em: 08/04/2025.

FEDATO, C. P. **Um saber nas ruas**: o discurso histórico sobre a cidade brasileira. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP: [s.n.], 2011.

GOMES, R. C. M. **Território e línguas indígenas em São Gabriel da Cachoeira - AM**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL). Manaus, AM: [s.n.], 2013. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/3955>. Acesso em: 13/07/2024.

IBGE cidades. **São Gabriel da Cachoeira**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/sao-gabriel-da-cachoeira/panorama>. Acesso em 13/07/2024.

INDÍGENAS do Alto Rio Negro (AM) relatam sensação de ‘água fervendo’ e igarapés intransitáveis. **ISA, Instituto Socioambiental**. 09/10/2023. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/indigenas-do-alto-rio-negro-am-relatam-sensacao-de-agua-fervendo-e>. Acesso em: 15/07/2024.



KAUSS, V. L. T.; OLIVEIRA, J. H. C. de; SILVA, C. A. P. da. **A literatura indígena em São Gabriel da Cachoeira-AM**: diálogo interdisciplinar com a história de ocupação do Alto Rio Negro. Revista Valore, Volta Redonda, 2 (1): 91-102., Junho/2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22408/revavolta20174991-102>. Acesso em: 06/04/2025.

LAGAZZI, S. **A discussão do sujeito no movimento do discurso**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP: [s.n.], 1998.

MODESTO, R. **“Você matou meu filho” e outros gritos**: um estudo das formas da denúncia. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP: [s.n.], 2018.

ORLANDI, E. P. Bolsões, Fechamentos e Cia. **Rua**, Campinas, SP, v. 9, n. 1, p.7–18, 2003. DOI: 10.20396/rua.v9i1.8640745. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640745>. Acesso em: 06/04/2025.

ORLANDI, E. P. **Cidade dos Sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução: Eni P. Orlandi – 5ª edição. Campinas, SP. Pontes Editores: 2008[1998].

POÇO artesiano. **InfoEscola**. Disponível em: <https://www.infoescola.com/hidrografia/poco-artesiano/>. Acesso em: 13/07/2024.

QUAL é a cor da água? **Fusati**. 18/01/2023. Disponível em: <https://www.fusati.com.br/qual-e-a-cor-da-agua/>. Acesso em: 26/07/2024.

QUEM foi Walt Disney? História, curiosidades e crenças. **Anhembi Morumbi. Campus Athon Sorocaba**. 27/07/2021. Disponível em: <https://athonedu.com.br/blog/quem-foi-walt-disney/>. Acesso em: 18/04/2025.

RIZENTAL, S. S. **O lá que resiste aqui**: sentidos de e sobre refugiados. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP: [s.n.], 2023.

‘SÃO Gabriel da Cachoeira, cidade mais indígena do País, será novo campus da UFAM’, anuncia governo federal. **UFAM**. 10/06/2024. Disponível em: <https://ufam.edu.br/noticias-destaque/5878-sao-gabriel-da-cachoeira-cidade-mais-indigena-do-pais-sera-novo-campus-da-ufam-anuncia-governo-federal.html>. Acesso em: 13/07/2024.

SOUZA, E. N. de. **Festribal de São Gabriel da Cachoeira-AM**: festa e relações interétnicas. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Amazonas, Sociedade e Cultura na Amazônia. Manaus, AM: [s.n.], 2019.

YOUTUBE. **Cerimônia de Posse da Nova Diretoria da FOIRN** – Gestão 2024-2028. 1 vídeo (3:09:10 min.). Publicado pelo canal YouTube. Disponível em:

<https://www.youtube.com/live/4aJ4zkzYU5E?si=gR2JCIfN7S0QB8-l>. Acesso em: 02/08/2024.



PRIMEIRA ESCRITA

2025 | Volume 12 | Número 1 | Páginas 27-43

ZOPPI-FONTANA, M. G. É o nome que faz a fronteira. In: INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M. C. (Orgs.). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999. p.202-215.



## ENTRE UM AXÉ E UM AMÉM: A CIDADE DO RIO DE JANEIRO EM DISPUTA

Bruna Domingos Ribeiro<sup>1</sup>

*Universidade Federal Fluminense (UFF)*

### RESUMO

O objetivo deste artigo é expor, à luz da análise do discurso materialista, uma reflexão sobre a disputa pelo território da cidade do Rio de Janeiro pelo viés religioso e como essa disputa é atravessada por discursos racializados. Para isso, serão apresentados flagrantes urbanos que compõem um arquivo formado por diferentes registros de discursividades ligadas a sentidos religiosos na cidade. Alguns dos registros que serão apresentados neste artigo são recortes do que foi analisado no trabalho “Cenas enunciativas da divisão do cotidiano: discursos religiosos em conflito no espaço urbano” (RIBEIRO, 2024). Trata-se de materiais que evocam práticas discursivas distintas inscritas tanto na ordem do religioso quanto na da urbanidade na cidade do Rio de Janeiro. O propósito é pensar em como práticas religiosas funcionam discursivamente na cidade, centrando, no caso, em duas delas, a saber: as práticas evangélicas e as práticas religiosas de matriz afroindígena, como a umbanda. Buscar-se-á com este trabalho propor reflexões sobre recortes que, apesar de serem produzidos a partir de condições de produção distintas, têm em comum a disputa de sentidos que se dá no âmbito do discurso religioso.

**Palavras-chave:** Rio de Janeiro. Umbanda. Religião Evangélica. Discurso racializado.

### ABSTRACT

The aim of this article is to present, in the light of materialist discourse analysis, a reflection on the dispute over the territory of the city of Rio de Janeiro through the lens of religion and how this dispute is crossed by racialized discourses. To this end, we will present urban scenes that make up an archive made up of different records of discourses linked to religious meanings in the city. Some of the records that will be presented in this article are clippings of what was analyzed in the work “Cenas enunciativas da divisão do cotidiano: discursos religiosos em conflito no espaço urbano” (RIBEIRO, 2024). These are materials that evoke different discursive practices inscribed both in the order of the religious and in that of urbanity in the city of Rio de Janeiro. The aim is to think about how religious practices function discursively in the city, focusing on two of them: evangelical practices and Afro-indigenous religious practices, such as Umbanda. The aim of this work is to propose reflections on clippings that, despite being produced under different conditions of production, have in common the dispute over meanings that takes place within the scope of religious discourse.

**Keywords:** Rio de Janeiro. Umbanda. Evangelical Religion. Racialized Discourse.

### INTRODUÇÃO

*"O RIO, COMO TODAS AS CIDADES NESTES TEMPOS DE IRREVERÊNCIA, TEM EM CADA RUA*

<sup>1</sup> Mestra em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Especialização em Língua Portuguesa pelo Liceu Literário Português. E-mail: brunadomingosribeiro@gmail.com



*“UM TEMPLO E EM CADA HOMEM UMA CRENÇA DIVERSA”. (JOÃO DO RIO)*

Ao falar sobre as diferentes manifestações religiosas presentes no Rio de Janeiro, o jornalista João do Rio provavelmente não imaginaria que tanto tempo<sup>2</sup> depois do seu comentário, o que ele classificou como irreverência, era, na verdade, uma batalha pela imposição de sentidos ligados às crenças diversas e que tempos depois se transformaria em uma disputa pelo território do Rio de Janeiro pelo viés religioso. Reconhecendo a não-transparéncia da linguagem, ao falar sobre essa disputa, destaco que o que devemos ter em mente é que essa relação, na verdade, é marcada pelo que é real ou simbólico dentro do espaço no qual se inscrevem sujeitos divididos.

Ao pensar na cidade do Rio de Janeiro desde seus primeiros movimentos e registros de ocupação à contemporaneidade, trago como ponto de partida um sentido ligado à palavra carioca, adjetivo comumente atribuído não somente ao território dessa cidade, mas também aos sujeitos nascidos nele. De origem indígena, mais especificamente tupi-guarani, carioca pode ser significado como kari'oka - casa do branco<sup>3</sup>. O termo, por si só, expõe uma contradição: sua base linguística é indígena, mas carrega uma noção de pertencimento da cidade a um outro grupo étnico, o dos brancos, que parece, no campo religioso, ter sido levado bastante a sério, pois, desde o início da presença de europeus em solos cariocas, o catolicismo, religião inscrita em sentidos ligados à branquitude, tem sido imposta e neutralizada, enquanto os que são ligados a outros grupos étnicos, como a umbanda, por exemplo, dos indígenas e dos negros, passaram por vários processos de desvalorização e apagamento histórico.

Hoje em dia, o catolicismo já não tem tanta força quanto nos primeiros momentos de ocupação europeia em território carioca, mas uma outra religião, também sedimentada por um ideário que vem de sentidos ligados à branquitude, tem ganhado cada vez mais força nesse lugar: a religião evangélica. Adianto que ao falar sobre essa religião em específico, a partir das proposições de Oliveira (2015), o faço com a ciência de que atualmente ela tem a maior parte de adeptos composta por sujeitos negros, mas isso não apaga a sua constituição de religião por meio da qual são difundidos sentidos ligados ao que vem da branquitude. Ou seja, levando em conta a expansão das igrejas evangélicas no território carioca, podemos pensar que ele continua sendo a casa do branco, onde ele - o branco - determina o que pode ou não ser feito, como o contato com o que é sagrado deve ou não ser forjado.

Antes de prosseguir com o que se pretende com a exposição do que tenho colocado em discussão até aqui, creio que seja necessário inserir um adendo: com base na noção da complexidade do processo de interpelação ideológica, não devemos voltar o nosso olhar a sujeitos que pertencem a um determinado grupo étnico de forma estereotipada, como se todo negro devesse ser candomblecista ou filiado a alguma outra religião marcada pela participação de seus antepassados para se afirmar como negro na formação social brasileira; assim como todo branco deva, obrigatoriamente, ser católico ou evangélico. Pelos suportes teórico e analítico oferecidos

<sup>2</sup> O enunciado proferido pelo cronista faz parte da obra As religiões do Rio, uma compilação de reportagens publicadas na Gazeta de Notícias, do Rio de Janeiro, entre janeiro e março de 1904.

<sup>3</sup> Informação obtida pelo dicionário online da Biblioteca da Funai. Disponível em: <http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/Folheto43/FO-CX-43-2739-2000.pdf>. Acesso em: 31 maio 2025.



pela psicanálise, é necessário que se pense no sujeito de forma individualizada, pois “para a psicanálise, só se fala de um por um, só se fala da absoluta singularidade” (SOUZA, 2008)<sup>4</sup>.

O que pretendo expor neste artigo é justamente como o cruzamento de diferentes religiões, a saber: a evangélica e a umbanda, abre espaço para diferentes produções de sentidos dentro de aspectos religiosos próprios de cada uma e como esses sentidos são atravessados por discursos racializados. Para isso, apresentarei um arquivo composto por quatro materiais distintos: duas cenas enunciativas, um panfleto evangélico e a prática do jongo.

O apontamento que fiz anteriormente é necessário para que possamos avançar de forma reflexiva acerca do que tem acontecido atualmente. Conforme exposto por Oliveira (2015), a adesão de negros a igreja evangélica tem sido cada vez maior; em contrapartida, de acordo com Pondé (2023)<sup>5</sup>, terreiros de candomblé e umbanda têm sido ocupados cada vez mais por sujeitos, pelo aspecto socialmente estabelecido, racialmente brancas. Entretanto, a tomada de posição assumida por negros umbandistas não é a mesma do que a de brancos ligados à mesma religião; assim como a tomada de posição assumida por negros evangélicos não é a mesma de brancos ligados à mesma religião. Sujeitos desses grupos podem até se inscrever na mesma religião, seja evangélica ou umbanda, mas não são atravessados pelos mesmos sentidos. Isto porque a nossa formação social é fundamentada por uma base ideológica racista que naturaliza sentidos que inscrevem o evangelho como religião e umbanda como macumba. Além disso, há nela - a nossa formação social - uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento (ALMEIDA, 2019) e, em função disso, há a manifestação de práticas que acarretam desvantagens ou privilégios para sujeitos a depender do grupo social ao qual pertençam.

Aqueles que se identificam com o discurso evangélico não compartilham das mesmas experiências do que os que se identificam com o discurso umbandista. Isto não somente pelos sentidos de racialização que afetam a forma-sujeito de cada um, pois, como já vimos, as duas religiões são racialmente heterogêneas, mas sim pela constituição histórica de cada uma (RIBEIRO, 2024).

A constituição histórica da igreja evangélica é ligada a imigrantes europeus que chegaram ao Brasil, principalmente no final do Século XIX, em busca de melhores condições de vida e de trabalho (OLIVEIRA, 2015); posteriormente, veio o neopentecostalismo com a chegada dos norte-americanos como efeito de uma parceria com fins políticos entre Brasil e EUA, pauta essa que será explorada mais à frente. Com relação à umbanda, o processo de constituição foi bem diferente, posto que ela é uma religião com base no que vem das populações negra e indígena brasileiras, estas que foram usadas durante séculos como mão-de-obra escravizada. Ao afirmar que sujeitos negros e brancos inscritos em uma mesma religião, seja ela evangélica ou umbanda, não são atravessados pelos mesmos sentidos, o faço pensando em como essas duas religiões conectam sujeitos ao histórico de seus antepassados.

A cidade do Rio de Janeiro é marcada pela interseccionalidade de sujeitos que pertencem a diferentes grupos étnicos. Quando esse cruzamento ocorre devido à produção de sentidos inscritos na ordem do religioso, a heterogeneidade discursiva se faz presente bem como as suas

<sup>4</sup> Transcrição de uma fala da psicanalista Neusa Santos Souza durante entrevista concedida, em 2008, ao Programa Espelho, exibido no Canal Brasil.

<sup>5</sup> Citação feita com base nos dizeres do escritor durante participação em entrevista ao programa Linhas Cruzadas, oferecido pela TV Cultura, em abril de 2023.



contradições. Em vista disso, o que será tratado neste artigo é justamente que condições de produção geradas por esse cruzamento fomentam e possibilitam o que percebo como a instauração de uma disputa por certos territórios do Rio de Janeiro, disputa essa fortemente atravessada por discursos racializados que operam no interior de práticas discursivas ligadas ao que vem de duas religiões específicas: evangélica e umbanda.

São muitos os espaços possíveis, mas, neste momento, pensando especificamente em espaços urbanos da cidade do Rio de Janeiro, conforme citados anteriormente, penso nas favelas e em vagões de trem como lugares marcados pela sua ordem, seus movimentos e forma histórica, e também pela sua organização, na qual comparecem noções ligadas ao imaginário projetado sobre eles. Quanto à ordem, desde antes de personalidades como João do Rio, essa cidade se constitui historicamente como um lugar no qual, de fato, abriu-se espaço para uma pluralidade considerável de manifestações inscritas no âmbito religioso, mas que, possibilitada pela não-transparência da linguagem, tem propiciado uma série de contradições que deram espaço a diferentes movimentos. Já quanto ao que é referente à organização, entendo que ela é fruto de condições de produção próprias do que é da ordem da cidade e isto tem a ver, inclusive, com a forma como sujeitos inscritos nessa formação social específica funcionam em termos de projeção de um imaginário sobre a relação do Rio com diferentes manifestações religiosas.

Muitos processos relevantes que constituem a formação social brasileira contemporânea são frutos de práticas discursivas que funcionam pela interpelação de sujeitos afetados diretamente por sentidos ligados ao sagrado. Mas esse reconhecimento acerca de um ponto específico sobre o processo de interpelação ideológica não deve ser desassociado de dois questionamentos que considero importantes para pensar na questão central deste artigo: 1) até que ponto as bases capitalista e racista da nossa formação social interferem nisso? e, para além disso, 2) como o processo de racialização do discurso atua no processo de produção e circulação de sentidos ligados ao sagrado na cidade do Rio de Janeiro?

Aproveito este momento para acrescentar um adendo de que, ao falar de cidade, me limito à do Rio de Janeiro e reconheço, com base em Eni Orlandi, que cidade e urbano não devem ser entendidos da mesma forma, tendo em vista que

A cidade se materializa como um espaço significativo: nela, sujeitos, práticas sociais, relações entre o indivíduo e a sociedade têm uma forma material, resultante da simbolização da relação do espaço, cidadino, com os sujeitos que nela existem, transitam, habitam, politicamente significados (ORLANDI, 2012, p. 200).

A cidade é onde se confrontam o simbólico e o político. Já com relação ao que se entende por urbano, dentro dos limites apresentados pela abordagem materialista do discurso, ele comparece como algo que “se sobrepõe à cidade e esta é identificada com o social, isto é, as relações sociais são hoje, muito frequentemente, consideradas como o mesmo que relações urbanas” (*ibidem*). E muito do que se constrói nas relações urbanas no cenário do Rio de Janeiro é fortemente sustentado pela ideologia capitalista, que, por sua vez, influencia a produção de discursos que funcionam dentro de formações discursivas próprias do capitalismo. Em linhas gerais, muito do que vem do *modus operandi*, bem como do que pode ou não ser dito dentro da formação social carioca é determinado pelo viés capitalista.

Com relação à base racista da nossa formação social, defendo que há nela uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento e, em função disso, ocorre a



manifestação de práticas que acarretam desvantagens ou privilégios destinados a sujeitos a depender do grupo social ao qual pertençam. Acrescento ainda que

A relação com a cidade não é a mesma para todos os sujeitos que dela fazem parte. Aqueles que se identificam com o discurso evangélico não compartilham das mesmas experiências do que os que se identificam com o discurso umbandista. Isto não somente pelos sentidos de racialização que afetam a forma-sujeito de cada um, pois as duas religiões são racialmente heterogêneas, mas sim pela constituição histórica de cada uma (RIBEIRO, 2024).

Por mais que na cidade do Rio de Janeiro haja grupos numericamente expressivos de evangélicos e umbandistas, a convivência entre eles nem sempre acontece de forma harmoniosa, já que o modo como eles se comportam em determinados espaços urbanos é fortemente influenciado por sentidos pré-construídos acerca de cada religião. Retomarei esse ponto mais à frente. O que me interessa agora é apontar como isso afeta a produção de sentidos capazes de atravessar sujeitos inscritos nesta cidade.

## 1 O RIO DE JANEIRO ATRAVESSADO PELA FÉ

Um sentido estabilizado de maior circulação no Rio de Janeiro é o de que a cidade é formada a partir da contribuição de diversas práticas religiosas. Entretanto, o que nem sempre pensamos é em como essa formação tem, ao longo do seu processo, uma série de contradições. Sim, cariocas, em função do cruzamento de diferentes práticas culturais, principalmente as relacionadas ao que veio da Europa, devido às práticas colonizadoras, da África por meio do Movimento Diaspórico africano e dos povos originários que habitavam esse território, são atravessados por sentidos inscritos no aspecto religioso de diferentes ordens. Mas o modo como eles são afetados por eles, pelo inconsciente, explícita e implicitamente, é fortemente sustentado por uma lógica racista e capitalista e pouco refletimos sobre isso.

Tendemos a olhar de formas diferentes para o que se inscreve em sentidos colonialistas e ao que não se inscreve. O próprio jornalista João do Rio, autor da epígrafe deste artigo, ao andar pelas ruas do Centro do Rio produzindo uma série de entrevistas com líderes religiosos, que atualmente estão reunidas no livro *As religiões do Rio* (2015), na parte em que expõe suas impressões sobre religiões dos povos africanos, especificamente o Candomblé, se refere aos seus fiéis como feiticeiros e descreve os espaços onde aconteciam rituais dessa religião “como antros de gorilas manhosos” (RIO, 1904 [2015])<sup>6</sup> e uma suça de pretos histéricos.

A figura de João do Rio nos ajuda a pensar, sendo ele uma metaforização, na noção de sujeito porque, pela filiação teórica na qual se inscreve este trabalho, “a visão do sujeito da linguagem totalmente livre em seu dizer é pensada como um efeito imaginário” (DELA-SILVA, 2022, p. 94). O sujeito não é livre ao dizer o que diz e está, mesmo que não perceba, condicionado às formações discursivas que funcionam a partir de condições de produção próprias de uma determinada formação social. Por isso, o que foi dito pelo jornalista e cronista não deve ser visto como algo banal

<sup>6</sup> Vale lembrar que a associação entre negros e primatas não têm a ver necessariamente com semelhanças físicas que muitos insistem em defender. Na verdade, tem a ver com a colocação de negros como seres menos evoluídos no quadro da evolução da espécie humana defendido pelo cientista Charles Darwin, no Século XIX. O próprio, em sua passagem pelo Rio de Janeiro, disse que os brasileiros eram como macacos (PEREIRA; SILVA, 2015).



e isolado e sim como efeito de um processo que funciona no interior do processo discursivo, pois, “nós nos significamos no que dizemos. O dizer deixa vestígios do vivido, do experimentado e o gesto de interpretação mostra os modos pelos quais o sujeito (se) significa” (ORLANDI, 2005, p. 193). Nada do que dissemos é vazio de sentidos.

Interessa-me notar como a língua, ao ser compreendida como opaca, faz com que evidências pelas quais “todo mundo sabe” gerem deslizamentos de sentidos que podem gerar um efeito de apagamento do que é de caráter material do sentido das palavras e dos enunciados (PÊCHEUX, [1975] 2009). Por meio dos dizeres de João do Rio, busco cumprir dois objetivos: o primeiro é o de tomá-lo como exemplo acerca do papel da língua na produção discursiva em relação ao discurso religioso, o segundo é o de usá-lo como material para pensarmos em como a produção de um discurso carrega muito mais sentidos dos que os que são postos como evidentes. Mais que isso: como os dizeres de João do Rio têm sentidos implícitos que se mantêm circulantes mesmo tanto tempo depois de sua publicação, o que acaba sendo um reflexo de como lidamos com religiões que não se inscrevem em práticas da branquitude. Um exemplo disso é o que podemos chamar de Guerra Santa que atualmente constitui a cidade do Rio de Janeiro. Atualmente, algumas regiões - sobretudo periféricas - estão proibidas de abrigarem igrejas católicas e terreiros de umbanda e só podem ter templos religiosos que sejam inscritos no evangelho, como é o que acontece com o Complexo de Israel, um conjunto de favelas na Zona Norte do Rio de Janeiro dominadas pelo Terceiro Comando Puro (TCP), facção criminosa do tráfico de drogas que só perde para o Comando Vermelho (CV) em área territorial subjugada<sup>7</sup>.

Nesse caso, as palavras que fazem parte do enunciado reproduzido pelo João do Rio são carregadas de sentidos que abrem espaço para que práticas ligadas às religiões afro-indígenas, como a umbanda, ocupem o lugar daquilo que é selvagem, incivilizado, descredibilizado, usado para fazer o mal, como algo da ordem do que deve ser rechaçado.

Vale lembrar que o foco aqui é pensar em como práticas religiosas que não venham da branquitude são marginalizadas na formação social do Rio de Janeiro. Essa marginalização abre

<sup>7</sup> O Complexo de Israel é comandado por um sujeito, que, ocupando a posição de traficante, era obcecado com uma ideia: “Libertar o povo da Alta”, como é chamada a Cidade Alta, uma das favelas que faz parte do complexo. Durante meses, só pensava em como assumir o controle daquele conjunto habitacional em Cordovil, Zona Norte do Rio, vizinho à Parada de Lucas, favela que o traficante já controlava com assistencialismo e mão de ferro. Esse mesmo sujeito foi criado pela mãe, umbandista, que recebia santo (o Erê) vestida de branco, comia pipoca e doces de criança na esquina da Avenida Brasil, uma das principais vias da cidade do Rio de Janeiro, que liga áreas das zonas central, norte e oeste. Na fase adulta, sendo convertido ao evangelho, passou a adotar um discurso de “povo escolhido”. Mandou colocar a Estrela de Davi no topo da Cidade Alta e desenhou as bandeiras de Israel por toda parte. Seu bando passou a ser chamado de Tropa do Aarão, em referência ao personagem bíblico que, ao receber um chamado divino, foi até o seu irmão, Moisés, para ocupar a posição de porta-voz. A influência evangélica fez também com que as favelas que fazem parte do complexo fossem desenhadas com passagens bíblicas. Na esteira disso, vieram a intolerância e o racismo religioso. Terreiros foram proibidos, e imagens de santa retiradas. O traficante já foi investigado por ordenar ataques a terreiros de religiões de matriz africana, através da atuação do Bonde de Jesus em Duque de Caxias, onde nasceu. Ele mesmo pregava em uma igreja evangélica no município e também já foi condenado pela Justiça por determinar a destruição de templos religiosos de matriz africana. Informações obtidas em reportagem do site G1.com. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/10/24/o-que-e-e-onde-fica-o-complexo-de-israel-alvo-de-operacao-com-tiroteio-que-parou-o-rio-de-janeiro.ghtml>. Acesso em: 31 maio 2025.



portas para o que Sidnei Nogueira (2020) define como racismo religioso, que, por sua vez, afeta diretamente o modo como muitos sujeitos inscritos na formação social carioca lidam com a umbanda.

Em contrapartida, apesar de ser mais aceita socialmente, a “aceitação” que recai sobre a religião evangélica não está livre de contradições, já que, ela é significada, principalmente, por sentidos ligados às classes menos favorecidas, periféricas e negra, o que faz com que ela também seja marginalizada. Atualmente, no Rio de Janeiro, muitos dos que se identificam com o discurso evangélico pertencem às classes trabalhadoras. Sem contar que os evangélicos muitas vezes são vistos de forma homogeneizante, o que acaba desconsiderando sua heterogeneidade constitutiva.

Retomando os dizeres de João do Rio, apresentados no prefácio deste artigo, eles têm muito mais a nos dizer do que o que se coloca pelos seus sentidos postos como evidentes. Na verdade, eles nos ajudam a entender o começo -ou a ilusão de começo- do percurso histórico-social que nos traz ao cenário que temos hoje na cidade do Rio de Janeiro: um território dividido e ocupado por sujeitos que o disputam por meio de discursividades ligadas às religiões evangélica e umbanda, ainda que muitos não se identifiquem com nenhuma delas.

O que me motiva a expor o episódio do cronista, exposto na epígrafe deste artigo, é desestabilizar seus sentidos uma vez que ele se apresenta como uma interface para pensar em discursos racializados (MODESTO, 2021) tomando o discurso religioso como dispositivo, ou seja, uma reflexão sobre como o racismo é determinante para a tomada de posição de sujeitos acerca das duas religiões, tanto a evangélica quanto a umbanda.

Considero válido destacar que discursos racializados não são o mesmo que discursos de raça e ou sobre raça. Com base em Modesto (2021), entendo que a racialização é um elemento estrutural das condições de produção do discurso que pode interferir nas instâncias discursivas. Nas palavras do analista do discurso, “Não se trata de ‘falar sobre’ raça, mas de ter os processos de racialização atravessando discursividades, ainda que por efeitos do silenciamento, da contradição, da metáfora, da paráfrase, da paródia etc” (MODESTO, 2021, p. 9). Negros, brancos e indígenas são racializados, mas não pelos mesmos processos. E isso interfere diretamente na forma como eles se conectam com o Sagrado.

Somado a essa questão racial que afeta a produção de discursos que põem em circulação sentidos ligados ao evangelho e a umbanda na cidade do Rio, com base em Orlandi, entendo o discurso religioso como autoritário, visto que “ele só se institui na relação entre formações discursivas e ideológicas” (ORLANDI, 1987, p. 240). Embora se trate de duas religiões marcadas historicamente por processos que nos levam a pensar em efeitos de resistência, o que é dito sobre uma não corresponde ao que é dito sobre a outra.

Conforme já foi dito algumas vezes aqui, atualmente a cidade do Rio de Janeiro é um território marcado por uma disputa de sentidos inscritos nas religiões evangélica e umbanda. A maneira pela qual gostaria de propor um olhar analítico sobre isso é por meio de um arquivo composto por quatro materiais distintos: duas cenas do cotidiano dividido pelo discurso religioso (uma, ocorrida no Morro dos Macacos; outra, no trem da Supervia), um panfleto evangélico e a prática discursiva do jongo.

O primeiro material é constituído por aquilo que foi classificado como cena enunciativa, com base em Maingueneau (1997)<sup>8</sup>, na qual um sujeito portando um megafone, no alto do Morro dos

<sup>8</sup> Antes de dar prosseguimento ao percurso teórico sobre cena enunciativa, pontuo que pragmática e análise do discurso materialista não entendem sujeito e prática discursiva da mesma forma. Enquanto uma entende



Macacos, favela situada no bairro de Vila Isabel, Zona Norte do Rio de Janeiro, convida os moradores da região a participarem de culto evangélico que aconteceria na sede da associação de moradores da região. Além das materialidades da ordem do não-verbal, dou destaque às bases linguísticas que constituem a cena.

Eu sei das suas dores. Eu sei das suas lágrimas. É muito choro. É tantas decepções. É tantas lágrimas, é tanta decepção, é tanta fome, é tanta guerra na face da Terra. Um homem não se entende com o outro. Mas Jesus, toda dor, dono dessa Terra. Tudo passará, mas a palavra dele não passará, meu amigo.

O segundo material também diz respeito a uma cena enunciativa uma cena enunciativa, desta vez, em outro ponto da cidade, um vagão de um trem da Supervia, empresa responsável pelo transporte ferroviário que liga a Zona Oeste e cidades da Baixada Fluminense ao Centro do Rio de Janeiro. Nele, enquanto um passageiro evangelizava, o outro toma a palavra e canta um ponto de Exu, entidade ligada à umbanda.

O terceiro material é um panfleto evangélico obtido em uma igreja situada em uma favela de Padre Miguel, Zona Oeste do Rio, no qual se observam elementos correspondentes ao que se inscreve na ordem da linguagem verbal e ao que se inscreve na ordem da linguagem não verbal.

Imagen 1: Panfleto evangélico intitulado “Não esqueça a sua alma”

---

sujeito como alguém senhor de sua consciência, a outra considera sujeito como determinado pela ideologia e afetado pelo inconsciente. Diante dessa oposição, defendendo que os sujeitos que fazem parte de uma cena enunciativa não são seres tomados conscientemente de intenções sobre o que dizem ou fazem, como postula a pragmática, e sim como produtos de uma formação social na qual estão inscritos e por isso ocupam determinados lugares em um processo discursivo. É nesse ponto que a subjetividade enunciativa comparece sobre a enunciação, cujos efeitos são o de “constituir o sujeito em sujeito do seu discurso e, em função disso, o assujeitamento” (MAINGUENEAU, 1997, p. 33). Nesse sentido, propomos, incialmente, que se pense em cena enunciativa a partir do que concerne a enunciação. Para Glzman (2024), a enunciação produz sentidos que estão para além do sujeito, por isso é importante pensar nos efeitos tornados possíveis por ela (RIBEIRO, 2024).



Fonte: Igreja do Conjunto de Padre Miguel

Ao longo do panfleto, aparecem inscrições importantes para se pensar na discursivização de um dizer capitalista pelo interior de um discurso religioso. Penso em como um panfleto é uma materialização de uma ferramenta capitalista de divulgação do discurso evangélico, a propaganda. Pêcheux (1979) toma a propaganda como um dispositivo essencial do Estado capitalista autoritário moderno.

Um dos sentidos que o panfleto faz circular é o que relaciona trabalho e vida mundana. Um gesto de interpretação sobre os dizeres registrados pelo uso do texto verbal, em função de atividades mundanas, para termos acesso a bens de consumo, como os citados no texto, não há tempo para se buscar o alimento metaforizado pela palavra de Deus. Aí está a relação que esse texto estabelece com o sentido de trabalho. De acordo com ele, as pessoas trabalham muito para terem condições financeiras e, consequentemente, terem acesso a tudo que é elencado no texto e, por isso, não têm tempo para Deus. Em contrapartida, o que esse texto ignora é que a relação que atravessa sujeitos inscritos na nossa formação social com a noção de trabalho se dá pela via capitalista, pois, o acesso a bens de consumo conquistados é adquirido pela força de trabalho (RIBEIRO, p. 92, 2024).

O discurso sobre trabalho implicitamente marcado no panfleto está sendo posto em circulação em um território ocupado por sujeitos, em sua maioria não brancos. Estamos falando de



uma favela no Rio de Janeiro, território que, historicamente, é ocupado por sujeitos que são constituídos enquanto tal pelo valor ao trabalho.

Por fim, o quarto e último material é a atividade do Jongo da Serrinha a partir de registros feitos durante uma visita feita ao Museu do Jongo, localizado no Complexo da Serrinha, em Madureira, Zona Norte do Rio. Dentre as materialidades analisadas, destaca-se o próprio espaço como efeito de resistência dos descendentes do povo bantu, trazido ao Rio de Janeiro para ser escravizado e que hoje tem forte relação com práticas ligadas à umbanda.

Algo que se revela ao longo dos gestos de análises sobre cada material é como cada um se inscreve tanto na ordem do social quanto do político. Social porque todos têm no interior de seu funcionamento contato com a noção de memória discursiva, o que interfere diretamente na tomada de posição de sujeitos e como isso afeta o modo como eles se relacionam entre si. É pela memória discursiva que são constituídos “entendimentos” sobre cada religião, cujo efeito é a divisão sobre um imaginário acerca do que seja religião.

Já quanto ao aspecto político, todos têm relação em algum nível com a base ideológica capitalista que sustenta a formação social carioca. Nesse interim, entram pautas que se inscrevem dentro do discurso capitalista, como a dos genocídios negro e periférico e a vida cotidiana dentro e fora do mundo do trabalho.

Pensem, por exemplo, na proporção entre igrejas evangélicas e terreiros de umbanda. Os espaços dedicados às duas religiões não coabitam a cidade da mesma forma, fruto de uma política que vem desde o início do Século XX e que ganhou força, principalmente, graças à intervenção norte-americana. Durante o período da Guerra Fria (1947-1991), os Estados Unidos enviaram milhares de missionários de seitas evangélicas ao Brasil para não somente popularizar visões reacionárias da fé como também para implantar e defender governos subservientes e capitalistas que se opusessem ao comunismo e se alinhasssem à economia de mercado que os EUA tentavam expandir para todo o planeta.

Desde antes dessa intervenção norte-americana em projetos políticos brasileiros, a nossa formação social já era sustentada por uma base capitalista. Isto fez com que sentidos ligados, por exemplo, à teoria da prosperidade ganhassem cada vez mais força dentro do discurso evangélico, algo que comparece com bastante força no terceiro material do arquivo, por exemplo. A própria proporção alcançada pelo livro *Café com Deus pai: porções diárias de renovação* (ROSTIROLA, 2022) dentre, principalmente, grupos formados por sujeitos que se identificam com o discurso evangélico reforça essa ideia.

É pela entrada especificamente do discurso capitalista, nessa discussão, que vejo um espaço para elaborar uma reflexão um pouco mais aprofundada sobre discurso racializado. Brancos, negros e indígenas são racializados por discursividades que circulam na nossa formação social, mas não da mesma forma e o contato com o sagrado também faz parte disso.

Enquanto a igreja evangélica vem de um cenário urbano, primeiro a cidade de São Paulo e depois a do Rio de Janeiro, e depois ganha espaço em áreas rurais não somente da cidade do Rio como também de todo Estado (OLIVEIRA, 2015), a umbanda faz o caminho contrário (SIMAS, 2021). Isto demonstra que as condições de produção fornecidas pela formação social carioca não são iguais às duas religiões e, já que estamos pensando em questões específicas do território urbano da cidade do Rio de Janeiro, se há uma disputa de território em andamento, aparentemente umas das religiões está em vantagem, no caso, a evangélica.

Ao falar sobre a ocupação desigual do território do Rio de Janeiro, o faço não necessariamente em tom de crítica vazia, mas sim como um apontamento iniciado por Lima Barreto



em sua obra *Clara do Anjos* (1949) sobre a expansão do protestantismo no Rio de Janeiro ao falar sobre o personagem João Pintor que fazia parte de uma, conforme as palavras de Barreto, espécie de seita trazida ao Brasil pelos yankees e sobre como isso é fundamentado pelo aspecto racista da nossa formação social.

Em contrapartida, os terreiros de umbanda explicitamente denominados com esse nome estão cada vez mais escassos no cenário urbanos<sup>9</sup>, como efeito das duras perseguições políticas sofridas, principalmente durante o período da Ditadura cívico-militar (SIMAS, 2021)<sup>10</sup> e o que vemos, muitas vezes, são espaços onde acontecem rituais próprios dessa religião nomeados como centros espíritas, o que se revela como um ponto importante a ser observado e denuncia, de antemão, como a umbanda atualmente se inscreve na nossa formação social. Mesmo que a sua formação tenha base na intersecção com o espiritismo kardecista, estratégia utilizada como forma de se legitimar na cidade, umbanda é umbanda e espiritismo é espiritismo. Mas isso não tem se mostrado um impedimento para que haja a suspensão da circulação de seus sentidos no cenário carioca. O sincretismo religioso, por exemplo, um dos movimentos de maior expressão da umbanda, mantém-se bastante forte, assim como práticas umbandistas que ao longo dos anos foram incorporadas e naturalizadas na formação social carioca.

Um dos feriados mais tradicionais do Rio de Janeiro, o dia de São Jorge, é uma boa amostra de como os cariocas são atravessados pelo que vem da umbanda, mesmo se contra identificando com sentidos ligados a essa religião e também de como essa religião se impõe como discurso autoritário na formação social carioca. Celebrado também como dia de Ogum, a data é um feriado sincrético, ou seja, católicos, umbandistas e sujeitos ligados a outras religiões desfrutam das oportunidades que um dia de feriado pode proporcionar, como: não ter que trabalhar, descansar, ter tempo de qualidade individualmente ou com a família. Não obstante, testemunham em vários pontos da cidade, principalmente em bairros suburbanos, manifestações de diferentes ordens, mas que se inscrevem nesse cenário religioso. As igrejas católicas do santo homenageado têm programação repleta de festividades, com missas cheias (a mais tradicional delas, a Igreja de São Jorge, situada no bairro de Quintino, Zona Norte carioca, reúne centenas de fiéis que participam da alvorada); já os terreiros de umbanda promovem giras de Ogum e nas ruas da cidade não são poucas as aglomerações regadas a samba e feijoada.

Sujeitos são conectados a memórias que os constituem como evangélicos ou umbandistas de modo que essas identificações, por meio da memória, produzem também efeitos de racialização. É assim que acontece a interpelação ideológica movida por tensões raciais, pois, “na evidência que a interpelação ideológica busca produzir, sentidos em disputa marcam a questão que atravessa as tensões raciais e o modo como o sujeito-negro se elabora como negro” (MODESTO, 2018, p. 143). Neste momento, com base na contribuição de Modesto, volto a afirmar o que foi dito na introdução deste artigo: a tomada de posição de um sujeito branco umbandista não é a mesma da que a de um sujeito negro identificado pela mesma religião; a tomada de sujeito branco evangélico não é a

<sup>9</sup> Informação obtida por meio da leitura da reportagem do site Brasil de fato. Disponível em: <https://encurtador.com.br/c7AE2>. Acesso em: 1 jun. 2025.

<sup>10</sup> “Em 2019, depois de 75 anos sob posse da Polícia Civil do Rio de Janeiro, uma coleção com centenas de objetos afro-religiosos apreendidos foi transferida para o Museu da República. A ação só foi possível devido a mobilização do coletivo afro-religioso Nosso Sagrado, que hoje, junto ao museu, detém a guarda compartilhada das peças.” Disponível em: <https://encurtador.com.br/Ej6Fq>. Acesso em: 1 jun. 2025.



mesma da que a de um sujeito negro identificado pela mesma religião porque os sentidos que atravessam cada um enquanto sujeitos na formação social brasileira não são os mesmos.

A relação entre as religiões evangélica e umbanda e o que propõe Orlandi sobre discurso religioso como discurso autoritário se dá pelo fato de que

ambas as religiões, por sustentarem discursividades que demarcam disputa pelo território carioca, não permitem que sujeitos habitantes desta cidade sejam formados enquanto sujeito sem que, direta ou indiretamente, sejam afetados por elas. Isto porque elas fazem parte da constituição da cidade do Rio de Janeiro, cujos residentes são, pelo inconsciente, atravessados por elas (RIBEIRO, 2024, p. 118).

Na cena enunciativa 2, por exemplo, esse autoritarismo do discurso religioso comparece com mais nitidez. No meio da disputa entre quem tinha o direito à palavra dentro do trem da Supervia estavam os passageiros tentando desfrutar do direito de voltar para casa, se possível, usufruindo daquilo que lhes é garantido por lei: a proibição de manifestações religiosas em transportes públicos.

Com relação ao jongo, especificamente o *Jongo da Serrinha*, a disputa por território é materializada pela demarcação do próprio Complexo da Serrinha, complexo de favelas situado na Zona Norte do Rio de Janeiro. Nesse espaço, temos A casa do Jongo e o Museu do Jongo e, ao longo dos muros das favelas, símbolos que nos remetem à ideologia cristã evangélica como a do Smilinguido, personagem infantil criado para ser um meio de comunicação da mensagem Cristã, assim como a de versículos bíblicos. Nas ruas que dão acesso ao Museu do Jongo, um espaço dedicado à preservação da memória dessa atividade sincrética e que muito se assemelha a um terreiro de umbanda, não são poucas as intervenções artísticas inscritas pelo evangelho.

Neste momento de análise, acrescento um ponto que considero de fundamental importância: pensar em como sentidos são produzidos a partir de um ideário racista que afeta diretamente a produção discursiva na formação social carioca.

Sustentada pelo que propõe Sueli Carneiro (2023), explico que, ao pensar em ideário racista, devemos ter em mente o fato de que ele é algo que tem relação com a capacidade de naturalizar uma determinada concepção sobre o Outro, o que me leva a refletir sobre o seu efeito construção da memória discursiva pela qual somos afetados. No interior de processos discursivos sobre as duas religiões, há um ideário racista que interfere em formações discursivas que determinam o que podemos ou não dizer sobre evangélicos e umbandistas. O que e diz sobre uma, não é o mesmo que se diz sobre outra e muito desse dizer é sustentado por ideologias racistas.

Ao usar a contribuição de Sueli Carneiro como âncora para o que venho tentando apresentar neste artigo, o faço pensando no que seriam representações, a partir de sentidos racializados, de coisas, forma e conteúdo que circulam na cidade do Rio de Janeiro para que manifestações religiosas evangélicas e umbandistas não sejam vistas da mesma forma, como materializações de um coletivo x ou y em prol de poder usufruir de espaços que a cidade dispõe.

## CONCLUSÃO

Encerro esse artigo defendendo a ideia de que o modo como a religião evangélica e a umbanda foram sendo discursivizadas na formação social brasileira, e aqui me limito especificamente à carioca, nos dá fortes indícios de como a hegemonia da branquitude produz sentidos. As denominações evangélicas, especialmente aquelas com maior absorção de sentidos



ligados à negritude, passaram a ter que incorporar sentidos de resistência às suas práticas discursivas, dentro e fora do próprio meio, o que interfere diretamente no seu próprio modo de se inscrever no território do Rio de Janeiro. Já a umbanda, que originalmente era marcada por sentidos ligados à negritude e indigenismo, para ser inscrita no espaço urbano de forma menos vulnerável às violências, precisou incorporar em suas práticas discursivas sentidos ligados à branquitude. Vimos isso ao longo do texto, porém, o que me instiga neste momento de conclusão do trabalho é em como isso tem a ver com o modo como cada uma foi afetada por diferentes condições de produção e circulação ao produzirem seus discursos e se inscreverem na cidade. Se cabe ao analista do discurso desestabilizar sentidos postos como evidentes e em pensar em sentidos implícitos que a linguagem pode carregar, comprehendo que, por meio da produção discursiva das duas religiões que serviram de suporte religioso para cada um dos materiais, o que elas escondem é a urgência de povos marginalizados e silenciados em sobreviver a um território que pode até parecer acolhedor, mas que na verdade é hostil e racista.

Espero que esse artigo seja um convite para refletirmos sobre como sujeitos identificados pelas referidas religiões ousam em não se submeter às formações discursivas impostas pela formação ideológica dominante, que é racista, para, em contrapartida, produzir efeitos de resistência às violências reais e simbólicas produzidas no próprio espaço urbano.

Creio que feitas essas considerações, estamos prontos para tentar compreender – ou pelo menos aceitar, por mais que isso não seja algo sob o qual tenhamos controle, o fato de que a disputa pelo território do Rio de Janeiro materializa a força que sujeitos, mesmo que a partir dos diferentes processos de interpelação, quando unidos em nome da sobrevivência, têm. Mais que isso: se durante muito tempo, eles foram sendo excluídos de debates que foram importantes para a construção da nossa formação social, hoje eles são a pauta. Olhar para esses dois grupos tem se tornado incontornável para entender os efeitos que discursivizações racistas têm gerado na nossa formação social.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. **Racismo estrutural.** Col. Feminismo plurais. Org.: Djamila Ribeiro. São Paulo: Sueli Caneiro; Editora Jandaia, 2019.
- BARRETO, Lima. **Clara dos Anjos.** 17<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.
- CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser.** Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- DELA-SILVA. Silmara. **Análise do discurso: uma introdução.** Silmara Dela-Silva [et al.]. Niterói: Eduff, 2022.
- MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em Análise do discurso.** 3<sup>a</sup> ed. Trad.: Freda Indursky. Campinas, SP. Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.
- MODESTO, Rogério. **Interpelação ideológica e tensão racial: efeitos de um grito.** Disponível em: Revista Littera Online, nº 17, 2018 (124 a 145).
- MODESTO, R. **Os discursos racializados.** Revista da Abralin, v. 20, n.2, p 1-19, 2021.



NOGUEIRA, Sidnei. **Intolerância religiosa**. São Paulo: Pólen, 2020, 160pp. (Coleção Feminismos Plurais).

OLIVEIRA, M. D. **A religião mais negra do Brasil: por que os negros fazem opção pelo petecostalismo?** Viçosa, MG: Ultimato, 2015.

ORLANDI, Eni. **O discurso religioso**. A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso. Campinas, SP: Fontes, 1987.

ORLANDI, Eni. **A casa e a rua: uma relação política e social**. In.: Discurso e análise: sujeito, sentido e ideologia. Campinas, SP: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel. **Foi “propaganda” mesmo que você disse? [1979]** In: Análise de discurso. Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Ed. Pontes, 2011, p.73-92.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação ao óbvio [1975]** 1988. Tradução: Eni Orlandi. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

PEREIRA, N, E; SILVA, D, R. **A discriminação racial a partir da associação humana ao macaco**. Revista de Gênero, sexualidade e Direito, v. 2, n.1, p 125-145, 2015.

ONDÉ, Luiz Felipe. **Pondé questiona apropriação cultural: “Um branco que pratica o candomblé tá fazendo isso?** Disponível em: <https://www.youtube.com/shorts/zMY625HytP0>. Acesso em: 1 jun. 2025.

RIBEIRO, B. **Cenas enunciativas da divisão do cotidiano**: discursos religiosos em conflito no espaço urbano. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, p. 125. 2024.

RIO, João do Rio. **As religiões do Rio**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2015.

ROSTIROLA, J. **Café com Deus pai: porções diárias de renovação**. São Paulo: Editora Vida, 2022.

SIMAS, L, A. **Umbandas: Uma história do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

SOUZA, N, S. **Entrevista de Neusa Santos Souza ao Programa Espelho**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eugWGvhG48o>. Acesso em: 1 jun. 2025.

TAUTZ, C. **Fé capitalista: como os EUA usaram a religião para combater o comunismo no Brasil**. Reportagem publicada pelo The Intercept. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2025/04/07/como-os-eua-usaram-a-religiao-para-combater-o-comunismo-no-brasil/> Acesso em: 20 abr. 2025.



## O DISCURSO MANIQUEÍSTA NA CONSTITUIÇÃO DOS SUJEITOS NA 30<sup>a</sup> MARCHA PARA JESUS

Maitá de Paula e Silva<sup>1</sup>  
*Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)*

Guataí de Paula e Silva<sup>2</sup>  
*Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)*

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar o funcionamento do discurso maniqueísta produzido por Jair Bolsonaro durante a 30<sup>a</sup> Marcha Para Jesus, compreendendo de que modo esse discurso contribui para a constituição de sujeitos interpellados pela ideologia cristã e por valores conservadores. A partir da teoria da Análise do Discurso materialista, mobilizamos os conceitos de sujeito, ideologia e formações discursivas, articulando-os à investigação da iconografia contemporânea dos super-heróis e à construção simbólica da dualidade "bem versus mal". Como método, realizamos a análise de recortes do discurso de Bolsonaro nesse evento religioso, selecionado por apresentar formulações como a "luta do bem contra o mal" e seus efeitos de sentidos. Consideramos também as condições de produção, os elementos simbólicos e os efeitos de sentido produzidos na interlocução com o público. Com base nessa abordagem, procuramos evidenciar os mecanismos de silenciamento, identificação e apagamento que funcionam na constituição discursiva dos sujeitos e os efeitos políticos de tais processos no cenário democrático brasileiro.

**Palavras-chave:** Discurso político-religioso. Maniqueísmo. Constituição de sujeitos. Super-heróis. Análise do Discurso.

### ABSTRACT

This article aims to analyze the functioning of the Manichean discourse produced by Jair Bolsonaro during the 30th March for Jesus. It seeks to understand how this discourse contributes to the formation of subjects interpellated by Christian ideology and conservative values. Using the framework of materialist Discourse Analysis, we mobilize the concepts of subject, ideology, and discursive formations, connecting them to the investigation of contemporary superhero iconography and the symbolic construction of the duality "good versus evil." As a method, we analyze excerpts from Bolsonaro's speech during this religious event, selected for containing formulations such as the "struggle of good against evil" and their associated meanings. We also consider the conditions of production, the symbolic elements involved, and the effects of meaning generated through the interaction with the audience. Based on this approach, we aim to highlight the mechanisms of silencing, identification, and erasure that operate in the discursive constitution

<sup>1</sup> Graduanda em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Mestra em Ciência Política e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: prof.maitaps@gmail.com

<sup>2</sup> Graduanda em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Graduada em Direito pela Universidade Paulista (UNIP). E-mail: guatai@gmail.com



of subjects, as well as the political effects of these processes within the Brazilian democratic scenario.

**Keywords:** Political-religious discourse. Manichaeism. Constitution of subjects. Superheroes. Discourse Analysis.

Ou se tem chuva e não se tem sol,  
ou se tem sol e não se tem chuva!

Ou se calça a luva e não se põe o anel,  
ou se põe o anel e não se calça a luva!

Quem sobe nos ares não fica no chão,  
quem fica no chão não sobe nos ares.

É uma grande pena que não se possa  
estar ao mesmo tempo nos dois lugares!

Ou guardo o dinheiro e não compro o doce,  
ou compro o doce e gasto o dinheiro.

Ou isto ou aquilo: ou isto ou aquilo...  
e vivo escolhendo o dia inteiro!

Não sei se brinco, não sei se estudo,  
se saio correndo ou fico tranquilo.

Mas não consegui entender ainda  
qual é melhor: se é isto ou aquilo.  
(Cecília Meireles)

## INTRODUÇÃO

Este artigo surgiu do nosso interesse pelo aumento na última década da representação dos Super-heróis na mídia, principalmente aquela destinada ao público adulto, como os modernos romances gráficos (graphic novel), publicados no formato de história em quadrinhos (HQs), com alta qualidade e capa dura que chegam a custar mais de R\$ 300,00 (trezentos reais), ou as franquias da Marvel Comics e DC Comics que levam milhares de espectadores aos cinemas, assim como a representação inusitada dos Super-heróis apresentada na série de grande sucesso *The Boys* – produzida e exibida pela plataforma de streaming Amazon Prime Video – surgiu como sugestão. A série é baseada em uma História em Quadrinhos (HQs) que foi transformada em um produto audiovisual, exibido em capítulos e que subverte a noção usual de super-heróis, mostrando uma perspectiva crítica dessas figuras, que apesar de serem dotadas de super poderes têm atitudes mundanas e eticamente questionáveis.

Depois de assistirmos alguns episódios da série, iniciamos por uma pesquisa do termo no dicionário AULETE, e ficamos com a primeira definição apresentada:

super-herói (su.per-he.rói) sm.



1. Personagem de histórias em quadrinhos, filmes etc. que usa de seus poderes sobre-humanos para **defender o bem e combater o mal.** (grifos nossos)

A dicotomia “bem versus mal” é constante nas definições do termo super-herói, mas chamou nossa atenção ao pesquisá-lo uma suposta citação de Will Eisner, mestre das Histórias em Quadrinhos, transcrita no verbete da Wikipédia: “*nas histórias em quadrinhos, se não fosse Hitler, talvez não tivéssemos tido os super-heróis.*”

Embora não nos tenha sido possível confirmar a autoria da frase, é sabido que Eisner escreveu o romance gráfico *O Complô – A história secreta dos Protocolos dos Sábios do Sião*, publicado no Brasil em 2006 pela Companhia das Letras, tratando de uma história real da disseminação de um texto falso que incita o ódio ao povo judeu a pretexto de que esse teria “planos secretos de dominação do mundo”, e que chegou às mãos de Adolf Hitler no início da década de 1920, servindo de justificativa para a política antisemita e o genocídio perpetrado.

Podemos identificar nessa história um padrão, assim como pretendemos demonstrar adiante, de constituição de um antagonismo essencial e maniqueísta característico da simbologia dos super-heróis. A menção a Hitler foi particularmente interessante, especialmente porque em nossas pesquisas já tínhamos nos deparado com uma entrevista de Alan Moore, renomado autor de *Watchmen*<sup>3</sup> que inspirou os autores de *The Boys*, mencionando a conexão entre os super-heróis e o fascismo. Na entrevista, Alan Moore também menciona a infantilização do público que admira os super-heróis, nos fazendo lembrar do poema de Cecília que reproduzimos na epígrafe.

O poema de Cecília Meireles, acima transcrito, foi publicado em 1964 no livro de mesmo nome e que se tornou um clássico da literatura infantil. Aqui, usamos este poema para ilustrar a simplicidade de uma perspectiva dualista do mundo, uma perspectiva que pode ser compatível com o pensamento de uma criança ainda não familiarizada com as complexidades do mundo ao seu redor.

A, assim chamada, “luta do bem contra o mal” é uma expressão muito antiga que remete às guerras religiosas e nos traz à memória os retratos das cruzadas, exibindo a contradição do apelo ao “bem maior” para a execução de mortes e barbaridades. Hoje como no passado, religião e política se entrelaçam para produzir discursos capazes de incitar o ódio e empregá-lo como instrumento de mobilização das massas. Encontrar formas de enfrentar a violência e o autoritarismo passa por identificar e destrinchar os discursos que os sustentam.

Para dar forma a nossa análise, decidimos então procurar por um corpus que contivesse a expressão “luta do bem contra o mal” e suas metáforas. Feita uma busca no Google, os primeiros resultados traziam diversas ocasiões em que o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro produziu essa fala. Das muitas ocasiões em que a expressão foi usada por Bolsonaro, escolhemos a 30ª Marcha Para Jesus, que aconteceu em 9 de julho de 2022, em São Paulo Capital. A escolha desse *corpus* foi motivada pela conexão com a temática da religião monoteísta cuja filiação à dualidade do bem contra o mal é notória e também, por uma série de coincidências semióticas com a série *The Boys* que inspirou essa análise inicialmente. Na série, um dos personagens principais, denominado Capitão (assim como Bolsonaro) Pátria, faz uma aparição num evento religioso, tal e qual a Marcha Para Jesus, depois de ter causado a morte de centenas de pessoas com uma ação violenta e

<sup>3</sup> A trama de *Watchmen* é situada no fictício EUA de 1985, no contexto da Guerra Fria, envolvendo um grupo de super-heróis do passado e do presente, indivíduos que enfrentam problemas éticos e psicológicos, evitando os arquétipos e super-poderes típicos do gênero.



desastrosa cujo resultado ele atribuiu aos “inimigos da nação”, assim como fez Bolsonaro durante a Pandemia de COVID-19.

## 1 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO FUNDADO NA CONTRADIÇÃO E NOS ESQUECIMENTOS

Vale lembrar que no dia 27 de março de 2022 a pré-candidatura de Bolsonaro à reeleição foi anunciada em um evento do Partido Liberal, ocasião em que Bolsonaro fez um discurso para o público presente mencionando “a luta do bem contra o mal”, e novamente o fez em 5 de abril numa cerimônia das Forças Armadas. A 30ª Marcha Para Jesus aconteceu no dia 9 de julho de 2022, ou seja, antes do dia 16 de agosto de 2022, data de início do período permitido para propaganda eleitoral e, portanto, quando ainda não era permitido mencionar a disputa eleitoral. Além disso, os painéis eletrônicos que exibiam imagens durante o evento do PL, mostravam a frase “Bolsonaro capitão do povo” ao lado de uma foto de Bolsonaro, slogan que posteriormente foi utilizado em sua campanha e que também dialoga com o arquétipo do herói.

Depois, no primeiro ato de campanha em Juiz de Fora ele repetiu o discurso da “luta do bem contra o mal”, e seguiu fazendo-o em vários eventos durante o período de campanha e em outras marchas cristãs pelo país.

Ao escutar as gravações em vídeo da participação de Bolsonaro na 30ª Marcha Para Jesus, observamos dois momentos em que ele se dirigiu ao público com um microfone, primeiro na concentração na estação da Luz em São Paulo, Capital, em cima de um caminhão de som, e depois no palco principal do evento no fim do trajeto da marcha, que ficava na Praça Heróis da Força Expedicionária Brasileira.

Ambos os discursos (ANEXOS I e II) tinham uma formulação muito semelhante, resgatando temas controversos muito conhecidos do grande público, apelando para um sentimento de comunidade, articulando simbolismos místicos e referências indiretas à disputa eleitoral. Para essa análise destacamos os seguintes trechos:

Concentração	Palco Principal
1A – “E <b>nós temos</b> uma posição aqui, <b>somos</b> contra o aborto, <b>somos</b> contra a ideologia de gênero, <b>somos</b> contra a liberação das drogas, <b>somos</b> defensores da família brasileira.”	1B – “o Brasil é <b>um país</b> cristão, é <b>um país</b> que defende a vida desde a sua concepção, é <b>um país</b> em que há respeito às crianças em sala de aula, por isso é contra a ideologia de gênero, é <b>um país</b> que quer uma sociedade sadia, por isso <b>somos</b> contra a liberação das drogas, <b>somos um país</b> que defende a família,”
2A – “ <b>Nós somos</b> a maioria no país, a <b>maioria do bem,</b> ”	2B – “... <b>um país</b> onde sua grande <b>maioria é do bem</b> ”
3A – “e nessa <b>guerra do bem contra o mal</b> o bem vencerá mais uma vez.”	3B – “Temos pela frente uma <b>luta do bem contra o mal</b> , tá bem claro o campo de batalha, mas como a história sempre mostrou o bem será vitorioso.”

Invocando os temas do “aborto”, “ideologia de gênero” e “drogas”, que são notoriamente objetos de controvérsias, Jair Bolsonaro mobiliza uma hierarquia de valores que se organizam



interdiscursivamente no confronto de argumentos antagônicos. Ao tratar da “controvérsia política”, a socióloga Juliette Rennes (2015, p. 134) a define como “*a cristalização de um conflito de hierarquias de valores, sendo cada uma possuidora de uma legitimidade comparável*”, e estes valores são sintetizados por “palavras-valores” cujo significado é objeto de disputa. Sobre esta “batalha designativa”, Rennes (2015, p 137) esclarece que “é, sobre uma mesma realidade, a tentativa de impor suas próprias definições contra as do adversário, a fim de validar sua predefinição da questão em debate e de suas soluções”.

No discurso em análise, observamos palavras-valores tais como “vida”, “família” e “saúde”, sendo tensionadas de forma a estabelecer alguns contornos ideológicos que permitem inscrições nos sentidos de “bem”:

**Vida** - quando se diz “contra o aborto” e se refere à “vida desde a sua concepção”, a imagem do feto como ícone de representação da vida se estabelece, trazendo a memória da fragilidade e o afeto da conexão humana mais primária, mas não há nesse discurso ou em qualquer outro proferido pelo ex-presidente menção à necessidade de cuidado da gestante e da criança no parto ou pós-parto, ao contrário muitos são seus dizeres que denotam o desprezo pela vida humana, especialmente a vida das mulheres. Como exemplo podemos citar as seguintes falas notórias (Congresso em Foco, 05/08/2017): “O erro da ditadura foi torturar e não matar.”, “Pinochet devia ter matado mais gente.”, “No período da ditadura, deviam ter fuzilado uns 30 mil corruptos, a começar pelo presidente Fernando Henrique.”, “Sou capitão do Exército, minha missão é matar.” e “Não te estupro porque você não merece.”;

**Saúde** - quando afirma que é “contra a liberação das drogas”, Bolsonaro aciona o imaginário da violência urbana e da Cracolândia, ou ainda do drama familiar que alguém pode ter vivenciado tendo um parente dependente químico, mas omite que esses fatos são dados de uma realidade em que as drogas em questão já são criminalizadas. Ou seja, não faz conexão lógica com a realidade, e ainda silencia o debate sobre a violência urbana em razão da chamada “guerra às drogas” e o encarceramento em massa de jovens de comunidades pobres, em sua maioria pretos e pardos, que são arregimentados pelo comércio de drogas ilícitas financiado pelas classes médias e altas que, sabidamente, consomem tais drogas ilícitas sem sofrer o mesmo grau de repressão policial;

**Família** - a expressão “ideologia de gênero” é particularmente eficaz na disputa de significado. Em primeiro lugar porque foi uma expressão construída pelo campo conservador e, por si só garante material de análise extenso, mas também porque ela mobiliza uma teoria conspiratória que permite ao enunciador acionar tanto a memória discursiva da criança como símbolo de ingenuidade e inexperiência, que demanda zelo, como a idealização da imagem de família cristalizada no modelo de gênero binário que reproduz inúmeras estruturas sociais opressoras. Contudo, quem conhece o debate em torno da expressão, sabe que ela visa obstaculizar a educação sexual nas escolas, relegando o tema única e exclusivamente às famílias, ainda que estatisticamente seja dentro de casa, no ambiente familiar, que a maioria das crianças sofram abuso sexual (BRASIL, 2024, p. 11).



A validação de Jair Bolsonaro acontece na medida em que ele, nesse discurso domina a disputa semântica das palavras-valores, e aciona a memória discursiva pelo uso do pronome “nós”, do substantivo “país”, reforçado pelo argumento de força implícito na expressão “somos a maioria”, fato que se configura como real naquele evento especificamente. Freda Indursky (1992, p. 64) trata do uso da primeira pessoa do plural e das respectivas desinências verbais como “referente lexicalmente não-especificado ao qual eu associa-se para constituir Nós”, demonstrando de forma clara a implicação dessa construção para a formação do sujeito.

Benveniste (1966) já mostrava que NÓS não é exatamente um plural, mas um EU ampliado, que possibilita ao enunciador integrar outros enunciadores ao seu dizer. De modo que NÓS, por sua própria natureza, “designa conjuntos lexicalmente não-nomeados” (GUESPIN, 1955, p. 46). suas fronteiras, indefinidas e móveis, permitem que a indeterminação referencial instaure-se por seu intermédio. Segundo Geoffroy (1955, p. 6), “Nós” é a primeira encarnação linguística do “mais de um”, através da qual é possível examinar a passagem do “sujeito falante para o sujeito político”.

Assim, imbuído dos sentidos de “bem”, e tendo arregimentado seus defensores, Jair Bolsonaro invoca a audiência à “luta” ou à “guerra”.

Cabe nesse passo destacar a contribuição de Umberto Eco para traçar os contornos do que chamou de *Ur-Fascismo*, ou “Fascismo Eterno”, uma vez que “é possível eliminar de um regime fascista um ou mais aspectos, e ele continuará sempre a ser reconhecido como fascista” (ECO, 2019, p. 42-43). Assim, descreveu a identidade dos seguidores fascistas, que se situam entre às supostas ameaças externas e internas do país:

Para os que se veem privados de qualquer identidade social, o Ur-Fascismo diz que seu único privilégio é o mais comum de todos: ter nascido em um mesmo país. Esta é a origem do “nacionalismo”. Além disso, os únicos que podem fornecer uma identidade às nações são os inimigos. Assim, na raiz da psicologia Ur-Fascista está a obsessão do complô, possivelmente internacional. Os seguidores têm que se sentir sitiados. O modo mais fácil de fazer emergir um complô é fazer apelo à xenofobia. Mas o complô tem que vir também do interior: os judeus são, em geral, o melhor objetivo porque oferecem a vantagem de estar, ao mesmo tempo, dentro e fora. (ECO, 2019, p. 50-51)

Tal condição contribui para a formação de outros aspectos do Fascismo Eterno, como a “guerra permanente” e o “culto do heroísmo”.

Pelo uso do verbo na primeira pessoa do plural (somos), é possível observar no trecho em recorte, que a expressão “luta do bem contra o mal”, é uma retomada do slogan de campanha de 2018 “nós contra eles”, atualizado diante do eleitorado cristão. Embora fosse vedado naquele momento o discurso eleitoral, de fato Bolsonaro nunca deixou de estar em campanha. Considerando que a campanha eleitoral é essencialmente uma disputa, significa dizer que Bolsonaro está em permanente disputa, e nesse aspecto também identificamos o ponto de convergência com as críticas feitas por Will Eisner e Alan Moore aos super-heróis, mencionando Hitler e o Fascismo. Assim como o heroísmo, a “guerra permanente” aos inimigos internos e externos, também é uma característica distintiva do fascismo como conceituado por Humberto Eco.



Considerando ainda que a logomarca do evento era explicitamente vinculada à imagem da bandeira do Brasil, e que a bandeira do Brasil era um adereço de uso recorrente pelo público do evento, como se observa nas imagens divulgadas no noticiário, também é possível afirmar que estava presente o patriotismo como interdiscurso, recorrente em Bolsonaro bem como no fascismo. Aqui diferenciamos o patriotismo, que se traduz num sentimento de lealdade ligado à nação, do nacionalismo, que diz respeito a uma noção de unidade cultural ou étnica (LEITE, 2018, p. 2065).

## 2 A CONSTITUIÇÃO DOS SUJEITOS NOS VÃOS DO SIMBÓLICO

Embora na condição de candidato permanente, quando discursa num evento religioso antes do período de campanha eleitoral, Bolsonaro assume uma posição que não é só de candidato e fala com um público que não está ali apenas como potencial eleitor. Quando tomamos contato com um discurso interessa muito quem é o enunciador, quando, onde e como ele proferiu seu discurso, tais informações são as primeiras que nos ajudarão a dar um sentido àquilo que é dito. Por isso, existem regras para a campanha eleitoral, que definem vários limites que visam manter o equilíbrio na disputa eleitoral e permitir que o eleitor faça uma escolha bem informada. É possível traçar um paralelo com a seguinte situação: quando tomamos contato com um conteúdo publicitário que não está sinalizado como tal, estamos muito mais suscetíveis aos apelos do anúncio, pois nossas potenciais defesas contra os argumentos de venda estão desarmadas, da mesma forma os fiéis num evento religioso estão dispostos a devoção, desarmados em geral para o discurso político partidário e tomando o enunciador como parte da igreja.

Assim, podemos observar Bolsonaro falar ao público a partir da posição que imagina ocupar, tendo uma imagem de si mesmo, e ele também imagina quem são os sujeitos do público a quem se dirige, da mesma forma o inverso se dá com o público, cujos indivíduos têm uma imagem de si mesmos e fazem uma imagem de Bolsonaro para escutar seu discurso. Vemos o quadro das relações imaginárias formulado por Pêcheux se desenhando numa configuração que merece nossa atenção, nele o esquema informational teorizado por Jakobson, que pressupõe uma transmissão de informação entre A e B, é reconfigurado e:

Fica bem claro, já de início, que os elementos A e B designam algo diferente da presença física de organismos humanos individuais. Se o que dissemos antes faz sentido, resulta pois dele que A e B designam lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares dos quais a sociologia pode descrever o feixe de traços objetivos característicos. (GADET & HAK, 1997, p. 82)

Nesse diapasão,

o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro. (GADET & HAK, 1997, p. 82)

A professora Lucília Maria Abrahão e Sousa (2020, p. 364) define muito bem esta situação ao afirmar que “*o sujeito é posição no discurso, afetado pela interpelação ideológica que sinaliza quais e como os sentidos podem ser ditos, parecendo naturais, óbvios e transparentes*”.

## 3 ENUNCIADOR E ENUNCIATÓRIOS



Jair Messias Bolsonaro é um político tradicional do Rio de Janeiro que pertenceu durante décadas ao chamado baixo clero da câmara dos deputados, e no final dos anos 2000 ganhou notoriedade nos meios de comunicação de massa justamente por se manifestar de forma polêmica sobre assuntos controversos, se expressar num linguajar popular e ter uma postura pública crítica à política tradicional.

Num primeiro momento a classe política dominante o considerou uma figura cômica, e no início da campanha eleitoral de 2018 poucos acreditavam que ele pudesse sequer chegar ao segundo turno. Contudo, ao discurso populista antipolítica ele foi adicionando outros elementos, tais como: seu passado de militar e todos os pressupostos que acompanham essa referência; sua imagem vinculada à da jovem esposa evangélica; além da imagem de patriarca, com a presença constante dos três filhos mais velhos ao seu lado. Assim consolidou-se como homem conservador, exaltando os valores da família cis heteronormativa, da igreja e evocando um patriotismo explícito no uso frequente da bandeira nacional como símbolo.

Na 30ª Marcha Para Jesus, Bolsonaro assume a posição de líder religioso, interpelado pela ideologia cristã, e que se comunica com os fiéis, cristãos que reconhecem os intradiscursos produzidos e, dessa posição, menciona a família, assumindo também a posição de patriarca sem que sua posição como presidente e (ex)militar sejam esquecidas. Assujeitado, nessa composição tríade ele adquire a prerrogativa do chamamento ao combate, num funcionamento perfeitamente descrito por SOUZA (2020, p. 365):

Interpelado em sujeito, constrói-se o efeito ideológico de evidências como se houvesse uma relação de naturalidade entre palavras e mundo, além de um modo tido como transparente de os significantes estarem supostamente colados às coisas.

A professora Marilena Chauí, na primeira aula do Curso "Democracia: história, formas e possibilidades" (TV Boitempo, YOUTUBE, 21/10/2020), faz uma ilustração dessa composição ideológica ao descrever de forma didática o processo de transformação do poder constituído no parlamento da democracia grega para o do soberano absolutista na Idade Média.

Gregos e romanos tiveram que inventar a sua própria maneira de lidar com os conflitos e as divisões sociais. A política foi inventada quando surgiu a figura do poder público, por meio da invenção do direito e da lei, i.e., a instituição dos tribunais, e da criação de instituições públicas de deliberação e decisão, i.e., as assembleias e os senados.

Esse surgimento só foi possível porque o poder político foi separado de três autoridades tradicionais, que anteriormente definiam o exercício do poder.

- A autoridade do poder privado ou econômico do chefe de família, de cuja vontade dependiam a vida e a morte dos membros da família;
- A do chefe militar que decidia, segundo sua vontade, sobre a guerra e a paz;
- E a do chefe religioso, que recebia os segredos dos Deuses.

Essas três figuras nos impérios antigos estavam unificadas em uma autoridade única, a do rei.

Sabemos que com o Império de Alexandre e o Império Romano a Democracia e a República desapareceram. Assim, seguindo o modelo imperial, durante a Idade Média a política mesclou ideias gregas e romanas com a teologia cristã.



De fato, a teologia cristã se torna uma teologia política quando ela recupera uma afirmação do antigo testamento, que está em Provérbios 80, que diz '*tudo poder vem do alto, por mim reinam os reis e os príncipes governam*'.

A justiça se desloca das leis instituídas pela vontade dos cidadãos, para a vontade pessoal do rei.

Nesta aula, a professora menciona inclusive o fato de Bolsonaro flertar com a igreja, o que nos faz lembrar o momento em que o presidente parafraseou o que supostamente teria dito o rei Luís XIV, Rei da França e Navarra "*L'État, c'est moi*", ao dizer "Eu sou a Constituição" (Correio Braziliense, 21/04/2020, p. 2).

A origem militar de Bolsonaro é notória e frequentemente reafirmada, ele costuma referir-se a si mesmo como capitão e sua pré-campanha às eleições presidenciais também fazia essa referência. A iconografia da bandeira do Brasil também é uma imagem que sempre esteve fortemente associada aos militares, para além do futebol, e foi totalmente capturada pelo discurso político dito Bolsonarista já na campanha de 2018. A presença de imagens da bandeira do Brasil na 30ª Marcha Para Jesus faz uma conexão com essas memórias do bolsonarismo e dos militares.

Essa é a posição de Bolsonaro na 30ª Marcha Para Jesus: patriarca, pastor e militar. Nessa posição ele se apresenta ao público para dirigir sua mensagem. A repetição do pronome **NÓS**, e do verbo **SOMOS**, denota uma preocupação em produzir e reforçar os sentidos de uma identificação, com predicados definidos fundamentalmente pela oposição, como se observa pelo uso da preposição **CONTRA** ou do adjetivo **DEFENSORES**, que pressupõe uma ameaça.

Depois, no palco principal a paráphrase estabelece uma relação de continuidade do discurso, em que a expressão "nós somos" é substituída por "é um país". Mas, ao parafrasear o tema da família, ele retoma o verbo SOMOS, conectando a noção de país com a primeira pessoa do plural "NÓS" ao usar a expressão "somos um país", revelando a perspectiva que o enunciador tem de que seu grupo representa todo o país.

#### 4 IDENTIFICAÇÕES

Como na primeira manifestação, os predicados e adjetivos se destacam pela oposição, então observamos um dizer "o que sou" que se caracteriza pelo que "eu não sou", ou "eu rejeito". Nesse sentido, podemos argumentar que a identificação pela oposição fica evidente já que nas paráfrases possíveis, Bolsonaro não usou, por exemplo, a expressão "pela vida" ou "a favor da vida" como muitos grupos favoráveis a criminalização do aborto que se denominam "Pró Vida", ao invés disso usou "defender a vida" e "contra o aborto".

Assim como no poema de Cecília Meireles, observamos no discurso de Bolsonaro a anáfora operando no sentido de estabelecer uma formação discursiva que tem a dualidade como base, mas, ao contrário do poema, os elementos trazidos por Bolsonaro não se opõe por uma constituição própria como chuva e sol (que podem inclusive aparecer juntos no céu), mas exatamente pela negação interna do seu oposto. Só é possível um dizer-se "contra o aborto", pressupondo um "pró-aborto", "contra a liberação das drogas", pressupondo uma "liberação das drogas" e "contra a ideologia de gênero", pressupondo uma "ideologia de gênero". Por isso, não se trata de um conflito ideológico, mas de um movimento de contradição dialética, que promove a supressão de um (constitutivo) pelo outro. A professora Suzy Lagazzi, ao abordar "*o signo no jogo de seu funcionamento opositivo e diferencial e não na sua realidade*" (GADET & PÊCHEUX, 2004, p. 58, apud



LAGAZZI, 2019, p. 295), ensina que “*a paráphrase se localiza na tensão contraditória entre identidade e alteridade*”.

No discurso em tela os substantivos “bem” e “mal” sintetizam este funcionamento servindo como peças fundamentais na constituição dos sujeitos, tal qual um jogo de encaixar e desencaixar elementos para compreender a imagem construída. Contudo, os termos “bem” e “mal” também carregam séculos, quiçá milênios, de significação em virtude da historicidade destes termos em oposição. Com origem registrada na história a partir de textos do zoroastrismo no século VI A.C., que transformou a perspectiva mística, migrando de uma religião politeísta para a cosmologia dualista e influenciando o surgimento das principais religiões monoteístas atuais.

No âmbito da Análise do Discurso, Magalhães e Mariani (2010, p. 393) ao trabalhar a articulação entre inconsciente e ideologia retomam a teorização de Orlandi identificando essa articulação que descreve:

...o movimento pendular de passagem de 1 (momento de interpelação do indivíduo em sujeito) para 2 (processo de individualização pelo Estado) supõe uma inscrição no simbólico, nas leis do simbólico, ou seja, na linguagem enquanto lugar de produção de sentidos, no qual a história e a cultura intervêm.

Retomando a definição de Discurso, como “efeito de sentido entre locutores” (ORLANDI, 2012, p. 21), podemos observar o funcionamento da linguagem colocando em relação os sujeitos (constituídos) e os sentidos (produzidos).

O processo de identificação dos sujeitos é muito importante para estabelecer as condições de produção do discurso da “luta do bem contra o mal”, uma vez que é preciso identificar os protagonistas dessa “luta”. Afinal, quem está nessa luta? Por todo o exposto até aqui, é possível afirmar que no discurso de Bolsonaro, o sujeito dado pelo pronome na primeira pessoa do plural “Nós”, ou oculto no verbo “Somos”, ou ainda, simbolizado pelo substantivo “País”, conecta-se com o significante “Bem”, e seus significados histórica e ideologicamente produzidos. Mas na constituição dos sujeitos opera um silenciamento, um vazio, entre o sujeito e o significado de “bem” dado pelo Outro, que pode ser interpretado como a diferença entre a materialidade do sujeito e o “dever ser”. Nas palavras de Magalhães e Mariani (2010, p. 395): “*O processo de subjetivação está atravessado pela materialidade significante do outro*”.

Como exemplo, entre a expressão “defesa da vida” que compõe nesse discurso o símbolo do “bem”, significando condenação absoluta da interrupção de uma gravidez, e a realidade material dos sujeitos existe uma infinidade de possibilidades, sejam pessoais ou de terceiros relacionados ao sujeito, como a da mulher que pode ter recorrido a um aborto legal por questões de saúde ou mesmo por ter sido vítima de um abuso sexual, ou uma mulher que recorreu ao procedimento quando jovem e ainda não atravessada pela memória discursiva da “dádiva da vida” presente em muitas religiões, o sujeito que nasceu apesar de indesejado pelos pais, o desprezo pela vida das mulheres que recorrem ao aborto (em contradição com a “defesa da vida”) etc. Tantas possibilidades quantas são as da diversidade da vida em si.

Assim, “*há um modo singular de inscrição da estrutura do processo do significante em cada sujeito*” (Magalhães e Mariani, 2010, p. 395), já que a realidade material de cada indivíduo determina como este percebe e articula os signos do discurso adquirindo uma consciência própria das teses apresentadas.



## CONCLUSÃO

Na trajetória que traçamos neste trabalho identificamos os indícios de uma subjetivação marcada pela historicidade do monoteísmo e do fascismo, mas também pela dialética da produção de sentidos. A análise mostra a profundidade que uma expressão pode alcançar em termos de significação, quando considerada no campo epistemológico tendo o discurso como objeto.

Subjetivado principalmente pela ideologia neopentecostal, na 30ª Marcha Para Jesus de 2022, Jair Messias Bolsonaro articula interdiscursos do universo cristão, marcados pela controvérsia em que ele domina uma batalha de significados que abre caminhos para a construção dos sentidos de “bem”, buscando assim arregimentar apoiadores numa suposta luta contra seus opositores, quaisquer que sejam. Esse funcionamento do discurso de Bolsonaro permite aos enunciatários do seu discurso por meio de silenciamentos e equivocidades inscreverem-se no simbólico para engajarem-se em seu apoio incondicional.

Ficou evidente para nós a amplitude do objeto, considerando ainda as reverberações do discurso em análise que, possivelmente, teve influência nos eventos que se sucederam às eleições de 2022, com a tentativa de Golpe de Estado e Abolição Violenta do Estado Democrático de Direito, e cujas consequências se estendem diante do julgamento que se desenrola atualmente (março de 2025) no Supremo Tribunal Federal, apontando para a necessidade de um aprofundamento da análise em tela no futuro.

## REFERÊNCIAS

**BRASIL.** Ministério da Saúde-Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. **Boletim Epidemiológico 8**, Volume 54, 29/10/24, Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2023/boletim-epidemiologico-volume-54-no-08> Acesso em: 12/06/2025

**Brasil sem aborto.** Nota de Repúdio à resolução em trâmite no CONANDA – aborto em menores de idade. 19 de dezembro de 2024. Disponível em: <https://www.brasilsemaberto.org/> Acesso em: 26/02/25

CIOCCARI, Deysi; PERSICHETTI, Simonetta. A campanha eleitoral permanente de Jair Bolsonaro: o deputado, o candidato e o presidente. **Lumina**, Juiz de Fora, v. 13, n. 3, p. 135-151, set./dez. 2019. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/8822> Acesso em: 26/02/25

**CONGRESSO EM FOCO.** As frases polêmicas de Jair Bolsonaro, 5/8/2017, Disponível em: <https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/40136/as-frases-polemicas-de-jair-bolsonaro> Acesso em: 12/06/25

**CORREIO BRAZILIENSE.** n. 20787, 21/04/2020. Política, p.2 Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/571740/noticia.html?sequence=1&isAllowed=y>Correio braziliense, n. 20787 , 21/04/2020. Política, p.2 Acesso em: 26/02/25

**ECO, Umberto.** **O fascismo eterno.**/Umberto Eco, Rio de Janeiro: editora Record, 2019

**GADET, Francoise e HAK, Tony, (Orgs.) Por uma análise automática do discurso:** Uma introdução à obra de Michel Pêcheux, editora da UNICAMP, 1997



INDURSKY, Freda. **A fala dos quarteis e as outras vozes**: uma análise do discurso presidencial da Terceira Republikca Brasileira (1964-1984). 1992. 2v. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1579811>. Acesso em: 12/06/25.

LAGAZZI, Suzy. Entre o amarelo e o azul: a história de um percurso. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, SP, n. 44, p. 290-316, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8657818/21801>. Acesso em 31/03/2025

LEITE, E. L., FERREIRA, A. S. S., BATISTA, J. R. M., ESTRAMINA, J. L. A., TORRES, A. R. R. Nacionalismo. Patriotismo e Essencialismo na Construção da Identidade Nacional Brasileira. **Trends in Psychology**, Ribeirão Preto, vol. 26, nº 4, p. 2063-2075. Dezembro/2018. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=539658227013>. Acesso em 31/03/2025

MAGALHÃES, Belmira; MARIANI, Bethania. Processos de subjetivação e identificação: ideologia e inconsciente. **Linguagem em (Dis)curso**, Palhoça, v. 10, n. 2, p. 391-408, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1518-76322010000200008> Acesso em: 26/02/25

MARCHA PARA JESUS. #LIVE MARCHA PARA JESUS 2022, **Facebook**, 9 de julho de 2022 Disponível em: <https://www.facebook.com/MarchaParaJesusOficial/videos/350919203866644> Acesso em: 12/06/2025

MUSEU DO MEMORIAL DO HOLOCAUSTO DOS ESTADOS UNIDOS. “Os protocolos dos Sábios de Sião”. **Encyclopedia do Holocausto**. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content-pt-br/article/protocols-of-the-elders-of-zion>. Acesso em: 31/03/2025

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 10. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012. (p. 21) Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/805> Acesso em: 26/02/25

PODER360, 2022 “Bolsonaro vai à Marcha para Jesus e exalta pauta de costumes”, **Youtube**, 12:06:00 <https://www.youtube.com/watch?v=Si2P2g11jRY>

RENNES, Juliette. “Analizar uma controvérsia: As contribuições do estudo da argumentação à ciência política”. in: Bonnafous, Simone e Temmar, Malika (Orgs.). **Análise do discurso, ciências humanas e sociais: diálogos pertinentes**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2015

SOUZA, Lucília Maria Abrahão. “Formação discursiva e movimentos do sujeito: de como o cortador de cana é falado na mídia” in: BARONAS, Roberto Leiser. (org.). **Análise de discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. Araraquara: Letraria, 2020, p. 362 - 377

SUPER-HERÓI. In: AULETE, Caldas. **Aulete Digital** – Dicionário contemporâneo da língua portuguesa: Dicionário Caldas Aulete, versão online, Disponível em: <https://www.aulete.com.br/super-herói> Acesso em: 26/02/25

SUPER-HERÓI. In: **WIKIPÉDIA**, a enclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2025. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Super-herói> Acesso em: 26/02/25



Tempero Drag. DIA M 2022 - A ideia de história em Marx, Com Marilena Chaui e Mediação de Rita von Hunty. **YOUTUBE**. 6 de Maio de 2022, (1:45:42) Disponível em:  
<https://www.youtube.com/watch?v=aXqLzzjXh5c> Acesso em: 26/02/25.

TV Boitempo, Curso "Democracia: história, formas e possibilidades" Aula #1 História da democracia, com Marilena Chaui, **YOUTUBE**, 21 de outubro de 2020, (1:43:05) Disponível em:  
<https://youtu.be/k1MIsK5D0LQ?si=amFkDE5Uue8IMpyg> Acesso em: 26/02/25

VITRAL, Ramon, **Papo com Alan Moore, autor de Iluminações (parte 2)**, Entrevistas, 13 de março de 2023. Disponível em: <https://vitralizado.com/hq/papo-com-alan-moore-autor-de-iluminacoes-parte-2-super-herois-desempenharam-um-imenso-papel-na-infantilizacao-da-cultura-ocidental-ao-longo-desta-ultima-decada/> Acesso em: 26/02/25

ZOROASTRIANISM. In: **Encyclopædia BRITANNICA**, Inc. Chicago, Illinois: [britannica.com/topic/Zoroastrianism](http://britannica.com/topic/Zoroastrianism) Acesso em: 12/06/2025

## ANEXO I: DISCURSO NA CONCENTRAÇÃO

"Bom dia a todos, mais um dia agradecemos a Deus e que não saia das nossas cabeças, somos todos iguais, todos nós teremos o dia do ponto final e o currículo para a vida eterna é tudo que fizemos aqui na terra bem como aquilo que nós não fizemos, todos temos uma missão aqui, o que nós queremos é paz, é tranquilidade, é liberdade para todos vocês. Podemos ser diferentes na posição que ocupamos no momento, mas eu agradeço a Ele a minha segunda vida e a missão de estar à frente do executivo federal. Problemas todos nós temos por aqui, os materiais são passageiros, como vocês estão notando nos últimos dias, os espirituais devemos nos preocupar sim, só um homem e uma mulher com liberdade pode viver em felicidade. E nós temos uma posição aqui, somo contra o aborto, somos contra a ideologia de gênero, somos contra a liberação das drogas, somos defensores da família brasileira (1A). Nós somos a maioria no país, a maioria do bem (2A), e nessa guerra do bem contra o mal o bem vencerá mais uma vez (3A). Eu peço a Deus todos os dias quando levanto, douro os joelhos e rezo um pai nosso, que o nosso povo não experimente as dores do socialismo, que olhe ao nosso redor aqui na América do Sul, veja como os povos desse outros países estão vivendo, vejam como vive os nossos irmãos da Venezuela, como estamos indo outros países como Argentina, Chile e Colômbia. Nós não queremos isso para o nosso Brasil, o Brasil é uma potência em todos os aspectos, em especial no ser humano que habita aqui. Então a todos vocês nesse dia, mais um dia ao nosso Deus, hj é um dia especial, vamos agradecer por termos nascido nessa pátria maravilhosa chamada Brasil, Muito obrigada a todos vocês. Uma satisfação muito grande em retornar ao meu Estado de São Paulo, um bom dia a todos."

Fonte: transcrição própria a partir de vídeo do Facebook (MARCHA PARA JESUS, 2022)

## ANEXO II – DISCURSO NO PALCO PRINCIPAL

"É uma sensação muito grande estar aqui. (pausa) Todo dia é o dia do Senhor, mas hoje é um dia especial (pausa) a presença de vocês de forma maciça (pausa) é um grande sinal, uma constatação, que o Brasil é um país cristão (pausa, alguns gritos no público), é um país que defende a vida desde a sua concepção (pausa), é um país em que há respeito às crianças em sala de aula, por isso é contra a ideologia de gênero (pausa, gritos do público), é um país que quer uma sociedade sadia, por isso somos contra a liberação das drogas (pausa, alguns gritos), somos um país que



defende a família (1B) (pausa, poucas manifestações no público), um país onde sua grande maioria é do bem (2B) (pausa), uma pátria inigualável no mundo todo, somos bem quistos em qualquer lugar do globo terrestre, as nossas políticas são bem aceitas no mundo todo, passamos por momentos difíceis com uma pandemia, lamentamos as mortes, consequências na nossa economia também por uma guerra lá fora, mas essas questões são passageiras, porque temos um povo resiliente, um povo que sabe (hesita) lutar, um povo unido acima de tudo, os maus momentos que passamos fique de exemplo para todos. Vocês viram quem fechou igrejas pelo Brasil, quem obrigou a vocês a ficar em casa, quem quis tirar partido político daquela situação. Isso passa. Temos pela frente uma (projeta a voz aqui) luta do bem contra o mal (alguns gritos), tá bem claro o campo de batalha (pausa), mas como a história sempre mostrou o bem será vitorioso (3B) (gritos). Estou aqui porque acredito em vocês e todos nós estamos aqui porque acreditamos em Deus (pausa, alguns gritos), tenho participado desde há muito, desde quando deputado federal em marchas semelhantes a essa por todo nosso Brasil, a gente vem aqui pra somar energias, nós viemos aqui pra mostrar para o mundo que o nosso Brasil é um dos maiores países cristãos do globo terrestre (alguns gritos), somos do bem, queremos a paz e sabemos exatamente quem são aqueles que querem roubar a nossa tranquilidade e a nossa liberdade, nós somos escravos das nossas decisões que tem que ser tomadas como diz a própria bíblia “seja quente, ou seja, frio, mas não seja morno” (aplausos). Lá atrás falei muito sobre o João 8:32 “e conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”. Era um país onde, em especial a classe política estava longe dessa passagem, mostramos a força da palavra, depois entramos em uma outra fase, onde existem alguns aqui que vão aprender, bem aqui na minha frente, dado a posição, o gesto que fizeram quando eu passei ali embaixo. Diz a outra passagem, por falta de conhecimento meu povo percebeu, vamos aprender com o erro dos outros, vamos fazer o melhor de nós, vamos falar a verdade, vamos aprender, vamos nos inteirar. E tem uma outra passagem aqui, já que a única diferença que existe entre nós aqui e vocês aí, é esse tablado onde estamos numa posição mais elevada. Tem uma outra passagem que é bem clara, que diz “nada temais, nem mesmo a morte, a não ser a morte eterna”. Àqueles que teimam em fugir desses ensinamentos eu faço um apelo, partam em direção ao estado de Roraima e veja as centenas de pessoas que fogem da Venezuela para o nosso país. Não estão fugindo da violência apenas, estão fugindo da fome, pessoas da mesma idade de vocês, tem uma minoria que faz esse gesto chegam em Roraima pesando 20kg a menos, eu sempre peço a Deus todos os dias ao dobrar os joelhos e rezar o pai nosso, que o nosso povo, em especial vocês a minoria aqui da frente, a pequena minoria, não sofram as dores do comunismo e do socialismo (alguns gritos). A questão econômica vocês sabem que começam a ser superadas, não é um problema apenas do Brasil, é do mundo todo, nós o que menos sofremos neste momento, nesta questão econômica, e somos os primeiros a sair dessa situação, porque nós demos uma nova dinâmica à política, botamos gente ao nosso lado que acima de tudo tem Deus no coração e mais ainda, são pessoas técnicas que se prontificam a trabalhar por todo o nosso Brasil. Repito, aprendemos com o erro dos outros, tem certas coisas que depois de ser experimentadas dificilmente voltam a uma situação de regularidade. O Brasil no mês passado passou de 13<sup>a</sup> para 10<sup>a</sup> economia do mundo os números mostram que estamos no caminho certo, fomos negociar fora do Brasil o suprimento de fertilizantes para nossa pátria, hoje nós temos uma que cada vez mais, mais países não têm, nós temos a nossa garantia, a nossa certeza alimentar. Busquemos sempre isso, nós podemos viver sem muita coisa, mas nem sempre poderemos sobreviver sem esse alimento material. Obviamente acima do material é o alimento espiritual, nós não podemos deixar que pessoas em nome de dar proporcionar o bem para todos roubem lá na frente a nossa liberdade. Nunca eu falei em censurar ou democratizar a nossa mídia, somos um país



livre e devemos continuar assim, e digo tão ou mais importante do que a própria vida é a nossa liberdade, em especial a nossa liberdade de culto, vocês sabem vivemos num país laico mas o (ênfase) seu presidente é cristão (elevou a voz, pausa , povo grita “mito”). O nosso bem maior é isso que não podemos ousar perder, eu agradeço a Deus pela minha segunda vida e por essa missão difícil de estar a frente do executivo federal, mas tem uma coisa que nos faz vencer é a consciência tranquila, é um governo que acabou com a palavra corrupção e sempre digo, se aparecer, ajudaremos investigar. Isso não é virtude de um Governo, isso é obrigação (pausa, aplausos). Sou paulista, criado aqui no Vale do Ribeira, uma pequena cidade que tem aproximadamente 4 mil habitantes, pessoal de Eldorado ai não sabia que estava aí, um abraço a todos vocês. Somos uma pátria onde todos podem ascender, todos podem buscar o seu lugar ao sol, dependem de si, da sua força de vontade, da sua crença e da sua fé. Ninguém tem o que nós temos, em especial esse povo maravilhoso miscigenado, misturado, aqui nesse espaço de 8,5 milhões km<sup>2</sup> existe gente de todos os lugares do mundo. Temos grandes colônias, muitas maiores até que seus próprios países, e vivemos em paz. Aqui na verdade é a grande terra, a terra mais do que do futuro a terra do presente. Pro encerramento eu só peço uma coisa pra todos vocês, que Deus os ilumine nos momento que vocês terão que decidir, e não é fácil, mas o futuro do Brasil está nas mãos de cada um de vocês. Muito obrigada meu Deus por essa oportunidade, dizer a vocês que vocês moram no meu coração, e termino com algo que une a todos nós: Brasil acima de tudo, Deus acima de todos.”

Fonte: transcrição própria a partir de vídeo do Youtube (PODER360, 2022)



## A MULHER NA FAMÍLIA TRADICIONAL CRISTÃ: IMAGENS PRODUZIDAS NO DISCURSO NEOPENTECOSTAL DO PROGRAMA THE LOVE SCHOOL

Marcella Karoline Belo Rodrigues<sup>1</sup>

*Universidade Federal Fluminense (UFF)*

Nayana Ferraz da Fonseca<sup>2</sup>

*Universidade Federal Fluminense (UFF)*

### RESUMO

O presente artigo propõe uma análise discursiva do episódio “Como homens e mulheres funcionam”, do programa *The Love School: Escola do Amor*, transmitido pela emissora de TV Record, vinculada à Igreja Universal do Reino de Deus e reproduutora de seu discurso neopentecostal na determinação de papéis de gênero. O objetivo é investigar como esse discurso mobiliza a imagem feminina na família tradicional cristã e reforça a teologia complementarista, segundo a qual homens e mulheres teriam sido criados para exercer papéis distintos, porém complementares, na sociedade. A partir da Análise do Discurso materialista, fundamentada em Michel Pêcheux e na teoria dos Aparelhos Ideológicos do Estado de Louis Althusser, são analisadas quatro sequências discursivas do programa com foco nos mecanismos de interdição, discurso transverso e memória discursiva a fim de investigar seus efeitos de sentido sobre a formação imaginária da mulher como “auxiliadora” ou “opositora idônea”. Conclui-se que o discurso midiático neopentecostal adentra o espaço privado com a retomada de formulações naturalizadas sobre gênero, atuando como instrumento de reprodução ideológica neoliberal e intervindo, assim, na perpetuação do modelo de família tradicional, que delega à mulher a função de reproduutora de força de trabalho.

**Palavras-chave:** Análise do discurso materialista. Feminismo. Neopentecostalismo.

### ABSTRACT

This article presents a discourse analysis of the episode “How Men and Women Work” from the television program *The Love School: Escola do Amor*, broadcast by TV Record, a channel affiliated with the Universal Church of the Kingdom of God and a reproducer of its neopentecostal discourse in the construction of gender roles. The aim is to investigate how this discourse mobilizes the female image within the traditional Christian family and reinforces complementarian theology, according to which men and women were created to perform distinct but complementary roles in (class-based) society. Based on Materialist Discourse Analysis, grounded in Michel Pêcheux’s theory and Louis Althusser’s concept of Ideological State Apparatuses, four discourse sequences from the program are analyzed, focusing on the mechanisms of interdiction, transverse discourse, and discursive memory, in order to examine their effects of meaning on the imaginary formation of the

<sup>1</sup> Doutoranda e mestra em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Especialização em Língua Portuguesa pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: marcella.kbr@gmail.com

<sup>2</sup> Mestranda em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Especialização em Edição e Gestão Editorial pelo Núcleo de Estratégias e Políticas Editoriais e em Literatura Infantojuvenil pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: nayanaferraz@hotmail.com



woman as a “helpmate” or “suitable opposer.” It is concluded that the neopentecostal media discourse penetrates the private sphere by reviving naturalized formulations about gender, acting as an instrument of neoliberal ideological reproduction and contributing to the perpetuation of the traditional family model, which assigns to women the role of reproducer of labor power.

**Keywords:** Materialist discourse analysis. Feminism. Neopentecostalism.

## INTRODUÇÃO

Neste artigo, investigamos as imagens produzidas a partir dos efeitos de sentidos da “mulher-esposa” em relacionamentos heteronormativos monogâmicos, que são comumente entendidos como “família tradicional”. Nesse âmbito, destaca-se o discurso do programa da TV aberta *The Love School: Escola do Amor*, transmitido pela emissora de TV Record, canal declaradamente evangélico, cujo proprietário é o bispo e fundador da Igreja Universal do Reino de Deus (doravante IURD), Edir Macedo. A fim de compreender como os discursos do programa são produzidos e encontram circulação na sociedade, adota-se como aparato teórico-metodológico a Análise do Discurso (AD) materialista, partindo da visada althusseriana de Igreja como um Aparelho Ideológico do Estado (AIE), o que Pêcheux (1975, p. 166) define como “realidades complexas que garantem materialmente a reprodução das relações de classe, colocando em jogo práticas associadas a lugares ou relações de lugares que remetem às relações de classe”.

A comunidade evangélica é composta por diversas denominações, originadas em diferentes contextos históricos. Brevemente, pode-se dizer que há três principais vertentes que se disseminaram na América Latina: (i) o protestantismo histórico (em Luteranas, Calvinistas e Metodistas); (ii) as tendências evangélicas (em Batistas, Presbiterianas e Anabatistas); e (iii) o pentecostalismo, que surgiu no começo do século XX (em Assembleias de Deus, Deus é amor, entre outras). Interessa-nos a atualização desta última, o **neopentecostalismo cristão** (MARIANO, 2004), que teve como base uma exacerbação de alguns fundamentos teológicos. No Brasil, essa nova vertente encontra espaço de expansão entre o final da década de 1970 e o final da década de 1980, em denominações como a IURD, a Internacional da Graça de Deus, a Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra e a Renascer em Cristo, todas fundadas por pastores brasileiros (MARIANO, 2004, p. 123). Segundo o autor,

No plano teológico, caracterizam-se por *enfatizar a guerra espiritual* contra o Diabo e seus representantes na terra, por *pregar a Teologia da Prosperidade*, difusora da crença de que o cristão deve ser próspero, saudável, feliz e vitorioso em seus empreendimentos terrenos, e por rejeitar usos e costumes de santidade pentecostais, tradicionais símbolos de conversão e pertencimento ao pentecostalismo (MARIANO, 2004, p. 124, grifos nossos).

Se, para Althusser (1985), a “Ideologia interpela os indivíduos em sujeitos” – isto é, faz com que o indivíduo, a partir do processo de identificação, passe a se constituir como um sujeito posicionado no interior de uma determinada formação ideológica –, pode-se inferir que as denominações neopentecostais – notadamente, a IURD –, enquanto AIE, atuam como (re)produtoras de determinadas formas de agir e saber em concordância com a ideologia dominante e com a visão de mundo necessária à perpetuação das condições de vida atuais. Como pretendemos demonstrar, essa instituição produz e faz circular sentidos que reforçam imagens consolidadas



durante séculos de história do discurso religioso, retomando e reproduzindo a memória discursiva judaico-cristã e radicalizando seus traços mais conservadores: a preservação de seus preceitos, moral e valores; a necessidade da família para a manutenção e desenvolvimento da sociedade e da nação; a individualização; e a sua disseminação na esfera pública.

Apelando para o pânico moral em relação às conquistas de mulheres e pessoas LGBTQIA+, os discursos produzidos pelo neopentecostalismo atraem um público neoconservador, não necessariamente evangélico, mas que também vê nos preceitos religiosos judaico-cristãos uma forma de preservação do que acreditam serem os valores morais fundamentais.

Deste modo, mobilizaremos noções como formação discursiva e formação imaginária, processo de subjetivação e memória discursiva para dar conta do estudo dos discursos veiculados no programa *The Love School* e de como eles reverberam e dialogam com a formação ideológica neoconservadora, determinando a imagem da função da mulher na família tradicional cristã.

## 1 UM POUCO DE CONTEXTO HISTÓRICO: O NEOCONSERVADORISMO RELIGIOSO NO BRASIL

A história recente do Brasil oferece pistas para a compreensão da onda neoconservadora que, nos últimos anos, vem ocupando espaço na esfera pública e, mais especificamente, no cenário político. Desde o processo de redemocratização, vinha se estabelecendo, no país, um posicionamento político mais progressista, e esse processo acentuou-se nos governos petistas, quando grupos feministas e movimentos LGBTQIA+ puderam trazer para o debate público questões como o aborto e o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Entretanto, essas pautas têm encontrado cada vez mais dificuldade em avançar, dentre outros fatores, devido à forte influência política de grupos neoconservadores.

A última década do século XX foi caracterizada por disputas entre feministas, de um lado, que defendiam a garantia dos direitos humanos às mulheres, e, do outro lado, a grupos religiosos, afirmado, segundo sua doutrina, que as diferenças sexuais entre homens e mulheres seriam determinantes das suas funções sociais (BIROLI, 2020). Mais recentemente, grupos católicos e evangélicos uniram, novamente, forças, em conjunto com outros grupos conservadores, como o MBL e a Brasil Paralelo, contra a denominada “ideologia de gênero”, termo que reúne o seguintes elementos: o conservadorismo social, a desconfiança nas democracias liberais – por razões diversas, tal como abertura política a grupos feministas e ao movimento LGBTQIA+ – e a oposição ao que eles chamam de “políticas de esquerda” (ARGUEDA-RAMÍREZ, 2023, p. 32). De acordo com essa visão, há uma verdade que determina os lugares sociais dos indivíduos de acordo com a sua natureza sexual, e essa exortação não é apenas religiosa, isto é, não apenas se vale da tradição cristã na defesa da sexualidade heteronormativa, mas também é, segundo dizem, um apelo à razão, na medida em que utilizam uma suposta evidência biológica.

A disseminação do termo ecoa nas denominações evangélicas, principalmente as neopentecostais, que, no Brasil, têm raízes no trabalho de missionários estadunidenses que, por décadas, difundiram suas convicções religiosas entre grupos políticos e setores (neo)conservadores da sociedade. A concretização dessa doutrina se dá de forma mais latente no surgimento de igrejas por todo território nacional, com a construção de templos grandiosos e – até mesmo – a criação de programas e canais de rádio e televisão declaradamente evangélicos. Dessa forma, tais igrejas assentam-se numa extensa rede global, com representações em diversos países, presença ativa na vida política e formação de conglomerados de mídia. De acordo com Silva (2019, p. 70), há uma relação estreita entre o neopentecostalismo e o neoliberalismo, uma vez que a religião torna-se também um meio de resolução de problemas de ordem prática e individual. A IURD, para o autor,



apresenta-se como o grande exemplo do caráter empresarial assumido pelo neopentecostalismo, capturando fiéis na medida em que oferece respostas e enfretamento para o que se denomina “crise da subjetividade no neoliberalismo.” Assim, a IURD oferece a cura e o sucesso, ancorando-se na batalha espiritual e na teologia da prosperidade.

A IURD pode ser considerada a mais proeminente dentre essas denominações neopentecostais no Brasil. Interessante pensar que, num país altamente desigual, cujos problemas socioeconômicos foram superficialmente enfrentados apenas nos últimos governos petistas, o líder dessa igreja é o pastor mais rico do Brasil, com fortuna de 2 bilhões, de acordo com lista da revista *Forbes* (*apud* INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 2013). Mesmo diante desse contexto social de precariedade, as igrejas fundadas por Edir Macedo encontraram condições para a sua expansão, e parte desse crescimento se dá porque no neopentecostalismo, a igreja é compreendida como um ponto de apoio para os mais necessitados, cumprindo funções que seriam, primordialmente, governamentais. Seu discurso está inserido na ideologia dominante, caracterizado pela naturalização de estruturas sociais tradicionais vigentes, tal como a família. Criam um *mercado segmentado autossustentável*, baseado nos dízimos e ofertas, comercializando produtos diversos voltados ao público gospel e usufruindo de brechas da legislação para obterem isenções de impostos. Ao mesmo tempo que enriquecem, angariam fiéis que procuram na Teologia da Prosperidade uma esperança de enriquecimento pessoal. De acordo com Brown (2019), esse processo de individualização das demandas sociais presente nas comunidades neopentecostais coaduna com as demandas neoliberais, de modo que a subjetividade dos indivíduos seja integrada à lógica de mercado.

Segundo Argueda-Ramírez, (2023), a aliança neoconservadora que se dá entre católicos neointegralistas, neopentecostais e neoliberais tem como prerrogativa política a autoridade religiosa, tal como acontecia anteriormente à secularização do Estado com a consolidação formal das democracias liberais. Além disso, os grupos neoconservadores preveem uma reforma do Estado, de modo que este se torne coerente ao entendimento neoliberal da economia e da política. Assim, tais grupos neoconservadores são compostos também por outros setores (que não os religiosos) interessados – do ponto de vista econômico – no funcionamento de políticas antigênero. Por fim, teriam também o objetivo de promover uma “dessecularização” da sociedade em geral, e, em consequência, supostamente, “restaurar” a moral baseada na imagem da família tradicional.

Neste trabalho, coloca-se em pauta a dimensão midiática desses grupos, bem como o impacto ideológico que os discursos veiculados produzem na esfera social e política. Interessa-nos o fato de que o investimento em publicidade com objetivo de consolidar a máquina comunicativa é um traço característico não apenas do neoconservadorismo, no geral, mas especificamente do neopentecostalismo praticado pela IURD, como veremos na próxima seção em que serão abordadas as condições de produção em que este discurso se constrói.

## 2 A RELAÇÃO IGREJA-MÍDIA E O PROGRAMA *THE LOVE SCHOOL*

A IURD foi criada em 1977 por Edir Macedo, no Rio de Janeiro, num pequeno galpão. Em pouco tempo, cresceu, e seu fundador apostou na publicidade como um caminho para angariar mais fiéis, alugando um horário na Rádio Metropolitana para veiculação de seus discursos. A audiência do programa abriu caminho para que o pastor adquirisse a sua própria estação, a Copacabana, de conteúdo gospel. Com a transição da popularidade do rádio para a TV, a IURD entendeu a necessidade de ocupar também o espaço televisivo, tendo primeiro alugado o horário das madrugadas na TV Tupi e, posteriormente, no fim dos anos 1980, efetuado a compra da TV Record.



A capacidade de arrecadação e a estruturação da IURD nos moldes de uma empresa, com abertura de filiais, organização baseada em princípios administrativos e forte investimento em *marketing* foram fatores fundamentais na sua consolidação como a maior igreja neopentecostal do Brasil. Para Mariano (2004, p. 130), a doutrinação promovida no rádio e na TV tem a capacidade de levar a mensagem e o apelo religioso aos lares, alcançando aqueles que não possuem contato direto com a Igreja.

A programação da TV Record conta com um conteúdo diversificado, composto por programas jornalísticos e programas de entretenimento, programas de esportes; sessões de filmes; séries e telenovelas. Além disso, há a programação da IURD, composta pelo programa *Fala que eu te escuto* e pelo programa *The Love School: Escola do amor*.

O programa sobre o qual nos debruçamos apresenta, como conteúdo, questões de relacionamento amoroso. Num formato de terapia de casais, ele é apresentado pelo casal Ricardo e Cristiane Cardoso – esta, filha de Edir Macedo e da escritora Ester Bezerra. O programa teve sua estreia em novembro de 2011; é exibido aos sábados, às 12h, com uma hora de duração no meio da grade comercial da Record. Além de serem transmitidos na TV, desde 2016, os episódios também são disponibilizados nas plataformas *Youtube* e *Facebook*, que possuem 1,05 e 1,3 milhão de inscritos, respectivamente. No Instagram, *The Love School* conta com 1,1 milhão de seguidores.

Cristiane Cardoso, além de apresentadora, é escritora, palestrante e supervisora de teledramaturgia da TV Record. Seu marido, Ricardo Cardoso, é bispo da Universal, escritor e apresentador. Juntos, escreveram uma série de livros de aconselhamento matrimonial, inclusive o *best-seller Casamento Blindado*, em que apresentam “orientações para todo casal que reconhece o valor da vida conjugal e deseja resguardá-la do risco do divórcio”<sup>3</sup>, com base nos princípios morais evangélicos. A imagem que se cria para o casal é de um par experiente em questões amorosas, com um relacionamento longevo.

Além da presença nas redes sociais, o programa ocupa um espaço importante na IURD. Os apresentadores também ministram as palestras da Terapia do Amor – para as quais os telespectadores são convidados ao final dos episódios –, que acontece no Templo de Salomão, a sede de São Paulo. De acordo com informações da própria página da Terapia do Amor no site da Universal, “A Terapia do Amor é uma palestra focada no sucesso da vida amorosa. [...] O objetivo é levá-lo(a) a ser bem-sucedido(a) nessa área da vida”. O foco, portanto, não se afasta das promessas da IURD para outros campos da vida dos fiéis e se enquadra nos dizeres que compõem o discurso da prosperidade. O neopentecostalismo desenvolvido pela IURD, ao se fundamentar na teologia da prosperidade, prega o merecimento, *a priori*, de uma vida terrena plena, feliz e vitoriosa, isto é, uma vida de sucesso, o que inclui o êxito nos relacionamentos amorosos. Os meios para alcançar a vida próspera serão encontrados na Igreja.

Veremos, na seção seguinte, por meio da análise de alguns recortes do programa, a forma como as noções de relacionamento e casamento são mobilizadas na compreensão neopentecostal, construindo um discurso aparentemente neutro ou até mesmo científico, mas que é constituído pela formação imaginária cristã, com a reprodução da imagem de família como instituição a ser preservada a qualquer custo, principalmente a partir do esforço e abdicação da mulher, representada na imagem da “auxiliadora”. Além disso, pretende-se demonstrar quais os efeitos de sentido sobre “mulher” estão em jogo no discurso analisado e como esses sentidos estão ancorados

<sup>3</sup> Como consta na sinopse no livro que é veiculada em páginas de compra *online*.



na memória discursiva de mulher como auxiliadora e/ou opositora idônea, duas interpretações presentes no discurso bíblico e atualizadas pelo neopentecostalismo.

### 3 ANÁLISES DE TRECHOS DO PROGRAMA *THE LOVE SCHOOL*

Para a análise aqui proposta, trazemos alguns recortes do episódio “Como homens e mulheres funcionam”, do programa *The Love School*, exibido em 26 de outubro de 2024<sup>4</sup>. A escolha se deve ao fato de que, nesses recortes, é possível depreender os sentidos de “homem” e “mulher” associados aos papéis desempenhados nos relacionamentos amorosos e, assim, explorar como o discurso ali produzido determina as relações entre eles, bem como quais imagens são apresentadas e quais sentidos são mobilizados na construção desses imaginários.

A introdução do programa traz uma pequena matéria sobre as supostas diferenças entre cérebros de homens e mulheres, embasando-as em um estudo científico. Vejamos as seguintes capturas de tela:

Sequência 1: Introdução do programa



Captura de tela. Canal do Youtube do programa The Love School. Fonte: [https://www.youtube.com/watch?v=GpMoOqfemw4&ab\\_channel=EscoladoAmor-TheLoveSchool](https://www.youtube.com/watch?v=GpMoOqfemw4&ab_channel=EscoladoAmor-TheLoveSchool) Acesso em: 11 mar. 2025.

Trata-se de um trabalho publicado na revista *Proceedings of Nature Academy Sciences (PNAS)*<sup>5</sup>, desenvolvido por um grupo de pesquisadores da Universidade da Pensilvânia. Na pesquisa experimental, os voluntários, jovens de 8 a 22 anos de ambos os sexos, foram separados em três grupos, por idade dos indivíduos: o primeiro, de 8 a 13 anos e 3 meses; o segundo, de 13 anos e 4 meses a 17 anos; e o terceiro, de 17 anos e um mês a 22 anos. Aos grupos, foi solicitada a realização de tarefas cognitivas enquanto as conexões eram aferidas em diversas regiões cerebrais.

Concluiu-se que os cérebros masculinos são “otimizados” para realizar conexões dentro de cada um dos hemisférios, enquanto os femininos realizam mais conexões entre os hemisférios direito e esquerdo. Para os pesquisadores, a trajetória de desenvolvimento de homens e mulheres demonstra maiores diferenças na adolescência (grupo 2) e na juventude (grupo 3). Os autores afirmam, ainda, que os resultados sugerem que os cérebros masculinos são estruturados para

<sup>4</sup> O episódio está disponível na íntegra na página do programa no *Youtube* através do link <https://www.youtube.com/watch?v=GpMoOqfemw4&t=4s>

<sup>5</sup> O estudo intitulado “*Sex differences in the structural connectome of the human brain*” pode ser consultado em <https://www.pnas.org/doi/abs/10.1073/pnas.1316909110>. Acesso: 10/03/2025



facilitar a conectividade entre percepção e prática de ações enquanto os cérebros femininos são voltados para a comunicação entre pensamento analítico e intuitivo.

Ainda que o estudo seja, de fato, promovido por uma instituição confiável e dirigido por acadêmicos das áreas de estudo em questão, seus resultados não devem ser simplificados em asserções como “homens e mulheres funcionam de maneira diferente” ou “um sexo desempenha determinadas tarefas melhor do que o outro”, como o programa *The Love School* faz. Nas conclusões do estudo, ao afirmarem que as diferenças encontradas derivam de processos diversos, que só se intensificam a partir da adolescência, põe-se em suspenso qualquer afirmação mais categórica de diferenças puramente biológicas, baseadas no sexo. Isso porque a primeira infância, período não coberto pela pesquisa, é uma fase de aprendizado cultural intenso para os indivíduos.

O apelo à biomedicina como ponto de ancoragem para a argumentação do episódio nos mostra a estratégia do discurso em jogo: apesar de os estudos disponíveis apontarem para diferenças cerebrais e comportamentais pouco significantes, o programa optou por trazer a público, em primeiro plano, um estudo que fundamenta essa disparidade. Chama a atenção a menção ao discurso científico, desde que esse discurso funcione como viés de confirmação para a teoria que é base ideológica do programa. Isso é possível na medida em que as formações discursivas são compreendidas, de acordo com a AD, como sendo heterogêneas. Ou seja, as formações discursivas passam por incessantes reconfigurações (COURTINE; MARANDIN, 2016 [1980], p. 39), podendo incorporar elementos produzidos em seu exterior. A entradas desses elementos têm efeitos diversos na configuração de uma formação discursiva, seja a redefinição de seus entornos, seja a evocação de seus próprios elementos ou a produção de esquecimentos e denegações (COURTINE; MARANDIN, 2016 [1980], p. 40). Todo o discurso do programa será construído a partir dessa premissa referendada pelo discurso científico. Assim, a produção dos sentidos referentes a mulheres e homens é atravessada pela evidência da diferença biológica, determinante para os comportamentos femininos e masculinos.

Observa-se, portanto, a partir da retomada do estudo científico e a sua reprodução num contexto enunciativo diferente, o funcionamento da memória discursiva, conforme aponta Pierre Achard (2015 [1983]). Para o autor, a memória discursiva se materializa por meio das paráfrases, que funcionam retomando o implícito que “trabalha sobre a base de um imaginário que o representa como memorizado” (ACHARD, 2015 [1983], p. 13), embora o seu aparecimento nunca se dê pela repetição completamente estabilizada, mas pela regularização das unidades formais nos novos contextos. A regularização, por sua vez, “se apoia necessariamente sobre reconhecimento do que é repetido” (p. 16). Assim, é possível admitirmos que a memória funciona, no discurso do programa, pelo reaparecimento do enunciado “Homens e mulheres funcionam de forma diferentes” (sequência 1). Essa premissa será fundamental para alicerçar a construção discursiva em jogo. Cristiane e Ricardo retomam e reforçam esse enunciado através da nova formulação “Homens e mulheres são bem diferentes, **todo mundo sabe disso**”<sup>6</sup> – como vemos na sequência 2:

Sequência 2: Ilustração didática

<sup>6</sup> Na imagem representada pelo *printscreen acima* (Sequência 2, primeira imagem), não foi possível capturar na tela a palavra “homens”, entretanto, conforme é descrito no texto, a frase completa enunciada pelo apresentador é “Homens e mulheres sãp bem diferentes”.



Captura de tela. Canal do *Youtube* do programa *The Love School*. Fonte:

[https://www.youtube.com/watch?v=GpMoOqfemw4&ab\\_channel=EscoladoAmor-TheLoveSchool](https://www.youtube.com/watch?v=GpMoOqfemw4&ab_channel=EscoladoAmor-TheLoveSchool) Acesso em: 11 mar. 2025.

Aqui, chama a atenção o que se denomina em AD por discurso transverso, modalidade discursiva responsável pelo efeito de sustentação do dito, sendo referido por Pêcheux como o “retorno do saber no pensamento” e caracterizando-se por uma “simulação do interdiscurso no intradiscurso” (PÊCHEUX, 1975, p. 154).

Ainda na sequência 2, para ilustrar o estudo, os apresentadores utilizam, pedagogicamente, malas para representar o funcionamento mental e emocional de ambos os sexos, traduzindo para uma linguagem mais simplificada, por meio do uso de metáforas, a conclusão a que pretendem chegar. Enquanto Ricardo demonstra diversas maletas pequenas, Cristiane aparece com uma grande: o apresentador abre uma por uma, demonstrando como cada área da vida de um homem estaria compartmentada em maletas/caixas diferentes – uma para trabalho, outra para sexo, outra para futebol, etc, até uma “caixa do nada”. A apresentadora, por sua vez, abre a sua grande mala, em que há diversas áreas num emaranhado conectado por um único fio, ilustrando como as mulheres relacionam mentalmente as diferentes áreas de sua vida. Em resumo, de acordo com essa tese, os homens têm pensamentos compartmentados, ao passo que as mulheres pensam em tudo ao mesmo tempo.

De forma não intencional, essa pequena ilustração reforça a naturalização da sobrecarga mental que leva muitas mulheres ao adoecimento. A pressão cultural pelo desempenho dos sujeitos é particularmente mais agressiva para elas, pois se encontram materialmente sobrecarregadas com funções que vão além do trabalho assalariado, incluindo funções de cuidado da casa, dos filhos e do marido, isto é, para além do trabalho produtivo, fora de casa, as mulheres – sozinhas, na maior parte das vezes – exercem o trabalho reprodutivo, ao mesmo tempo que – conforme o programa demonstra ser a ideia geral – lidam com a responsabilidade pela gestão da casa e pelo sucesso da vida a dois.

O problema não está necessariamente na constatação apresentada de que as mulheres se preocupam mais com os relacionamentos, mas na explicação para isso: o funcionamento diferenciado da mulher, da sua natureza, do seu cérebro e da sua biologia. A forma como esse discurso recorre à ciência e para justificar a realidade das mulheres na sociedade patriarcal ignora a condição material que lhes condiciona um determinado modo de vida, baseado na ideologia burguesa em que estas ocupam um lugar específico no núcleo familiar, correspondente ao papel social de reproduzir da força de trabalho e das condições de vida da força de trabalho.



Mais adiante, é iniciada a entrevista com o casal convidado, Maria e Fabrício, a qual se encaixa na construção do discurso proposto pelo programa, uma vez que as suas dificuldades de relacionamento são entendidas como fruto da não aceitação das diferenças entre eles. Num primeiro momento, são exibidas as entrevistas individuais, em que cada um relata a história do relacionamento e seus desafios; em seguida, apresentadores e entrevistados começam uma conversa, nos moldes de uma terapia de casal, no palco do *The Love School*. Esse momento é bastante esclarecedor para que possamos compreender o funcionamento do discurso neopentecostal. Observamos que, até essa etapa do episódio, não foi realizada nenhuma menção explícita à Igreja ou à religião e toda a construção discursiva foi desenvolvida a partir da tentativa de fundamentar cientificamente o tema debatido. Entretanto, é no diálogo que serão materializados discursivamente os dizeres que compõem a formação discursiva neopentecostal de “homem” e “mulher”.

#### Sequência 3: Conversa com o casal Fabrício e Maria



Captura de tela. Canal do YouTube do programa *The Love School*. Fonte: [https://www.youtube.com/watch?v=GpMoOqfemw4&ab\\_channel=EscoladoAmor-TheLoveSchool](https://www.youtube.com/watch?v=GpMoOqfemw4&ab_channel=EscoladoAmor-TheLoveSchool) Acesso em: 11 mar. 2025.

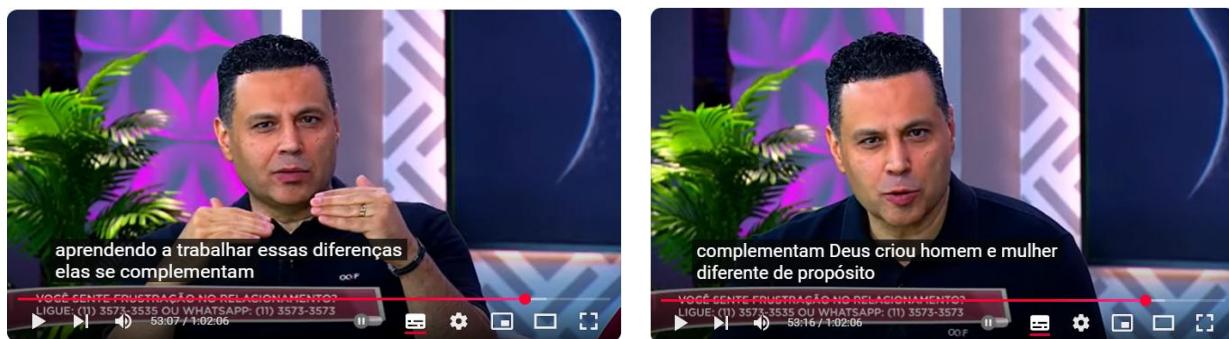
Durante a conversa, as imagens de homem e mulher no âmbito do relacionamento heteronormativo monogâmico, segundo a doutrina cristã neopentecostal, tornam-se centrais no debate do tema do episódio. Na sequência discursiva 3, podemos observar que os significantes em questão são retomados em formulações constituídas a partir de determinações: (i) “eu deixei de cuidar dele, **que seria o meu papel**” e (ii) “porque você tem que deixar **o homem ser homem**”. A naturalização dos papéis masculinos e femininos na construção da família – “porque eu não me preparei para ser **o homem da casa**” – remete, então, à argumentação que foi sendo construída até



o momento, de que há um funcionamento diferente – fato alicerçado, até então, somente na ciência e no senso comum, sendo o não saber lidar com as diferenças a raiz dos problemas enfrentados nos relacionamentos. Porém, a partir dali, as novas formulações apresentam-se amparadas pela teologia cristã: “por isso que o homem precisa da mulher, a **auxiliadora**”. Cristiane conclui: “Não foi à toa que Deus falou: ‘**Não é bom que o homem esteja só.**’”.

Apesar de esparsos os momentos em que a religião ou a “palavra de Deus” ancoram explicitamente o discurso desenvolvido no programa, a doutrina cristã neopentecostal é a base de sua construção argumentativa. Se, num primeiro momento, é o discurso da ciência que predomina, ao longo do programa comprehende-se que essa alusão só acontece porque coaduna com um aspecto específico da visão de mundo da IURD: a complementariedade entre homens e mulheres – princípio teológico que vai reaparecer no momento seguinte do programa, representado na sequência 4.

#### Sequência 4: A complementariedade



Captura de tela. Canal do *Youtube* do programa *The Love School*. Fonte: [https://www.youtube.com/watch?v=GpMoOqfemw4&ab\\_channel=EscoladoAmor-TheLoveSchool](https://www.youtube.com/watch?v=GpMoOqfemw4&ab_channel=EscoladoAmor-TheLoveSchool) Acesso em: 11 mar. 2025.

Na sequência discursiva 4, a complementariedade tem o seu sentido movido para a formação discursiva da teologia cristã. As diferenças passam a ser entendidas como complementação do casal – “aprendendo a trabalhar essas **diferenças, elas se complementam**”. Finalmente, chega-se à conclusão de que a diferença entre homens e mulheres deriva do desejo divino de complementariedade entre eles: “**Deus criou homem e mulher diferente de propósito**”.

Por fim, os convidados Maria e Fabrício relatam como as palestras da Terapia do Amor os ajudaram na superação de seus problemas conjugais. Os apresentadores convidam, então, os telespectadores a participarem dos encontros e exibem alguns testemunhos de participantes. Segundo a proposta de Mariano (2004, p. 130), pode-se dizer que a IURD prefere os testemunhos das transformações vividas pelos fiéis a programas explicitamente doutrinários; a partir dessa comunicação propagandística, transmite as atividades realizadas nos templos, convidando o público para seus eventos.

#### 4 SENTIDOS DE MULHER: UMA RETOMADA DA IMAGEM BÍBLICA

Não apenas a Igreja, mas também os Meios de Comunicação e a Família são AIEs relacionados por Althusser (1985), e o seu funcionamento é essencial para a manutenção da formação social capitalista, em que a ideologia neoconservadora está inserida. Na sociedade



secularizada das democracias liberais, nas quais as religiões perderam a sua centralidade, destacam-se novas formas de disseminação do discurso religioso. A alusão ao discurso científico e o apelo ao discurso pedagógico são exemplos de como o neopentecostalismo vem encontrando alternativas para chegar aos indivíduos.

Para Pêcheux (1969), todo processo discursivo supõe a existência de formações imaginárias. Nestas, as posições ocupadas pelos enunciadores encontram-se representadas, isto é, “presentes, mas, transformadas” (p. 82). Isto é, no processo discursivo, as imagens produzidas pelos enunciadores sobre si e sobre o outro são constitutivas dessas formações, de modo que tais posições vêm a compor também – além de outros elementos – o que se denomina, em AD, “condições de produção do discurso”. Além disso, para o autor, as representações imaginárias possibilitam as antecipações, necessárias, inclusive, para a formulação de estratégias discursivas. Desse modo, as representações imaginárias das diferentes dimensões do discurso (enunciador, destinatário, situação, etc) são atravessadas pelo já-dito (Pêcheux, 1969, p. 85). O trabalho da AD consiste também na recuperação desse já-dito constitutivo das formações imaginárias e do processo discursivo.

Pensando, portanto, no conceito de formação ideológica proposto por Pêcheux, buscamos entender como a imagem da mulher na família tradicional corresponde a um suposto propósito da criação da figura feminina no *Gênesis*. De acordo com a narrativa judaico-cristã, teria Deus feito o *homem* “à sua imagem e semelhança” (GÊNESIS 1:26) e, para que este não ficasse só, Ele teria arrancado uma de suas costelas e, com ela, criado a mulher: “Então o homem disse: ‘Esta, sim, é parte dos meus ossos e da minha carne. Ela será chamada mulher [do hebraico, *ishá*], porque foi tirada do homem [do hebraico, *ish*]’” (GÊNESIS 2:21). É interessante notar, ainda, que coube a Adão – homem, entendido como o ser humano primordial, o ser/sujeito universal em oposição ao qual qualquer outro estará na posição de “outro” – a função de nomear todos os animais (GÊNESIS 2:19-20).<sup>7</sup>

Percebe-se, no mito bíblico, que a mulher não figura como um projeto divino *per si*, mas como “não homem”, companheira e, portanto, subordinada à escolha masculina por um nome. Embora haja leituras que defendam que Eva foi retirada da costela de Adão para estar *ao seu lado*, há outras interpretações – muito recorrentes entre neopentecostais – que afirmam que, como as costelas aos órgãos vitais, a mulher deve proteger e sustentar o homem. Na análise materialista que propomos aqui, essa segunda leitura pode ser a chave para a compreensão da nossa tese principal: de que, na ideologia neopentecostal, a imagem da mulher é limitada à função de atuar como aparato funcional do homem, para o qual teria sido criada, num modelo familiar tradicional.

Essa pressuposta função feminina pode ser verificada *ad litteram* no versículo 18 do mesmo capítulo, escrito originalmente em hebraico. Como o hebraico bíblico tem um vocabulário menor que o português<sup>8</sup>, uma palavra pode conter múltiplos significados ou *nuances*, dificultando uma tradução precisa. Uma tradução é sempre uma reescrita; não se pretende aqui esgotar essa problemática, mas sinalizar que a escolha vocabular pode indicar preferências por significantes que,

<sup>7</sup> Neste estudo, optamos por destacar uma versão contemporânea do texto bíblico, a fim de demonstrar como o discurso é reproduzido ainda nos tempos atuais. A tradução utilizada é da Nova Bíblia Viva, de 2010.

<sup>8</sup> O Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras possui cerca de 380.000 entradas, enquanto o hebraico bíblico tem uma ocorrência de em torno de 13.000 palavras (Bíblia de estudo, s.d.).



ao serem lidos e aplicados literalmente por neoconservadores, funcionam, discursivamente, como produtores de sentido. É o caso da expressão “*ezer kenegdo*” em *Gênesis* 2:18<sup>9</sup>:

1. Depois disse o Senhor Deus: “Não é bom que o homem fique sozinho. Vou fazer para ele *uma companheira, uma auxiliadora que lhe corresponda*”. (Nova Bíblia Viva)
2. Disse mais o Senhor Deus: Não é bom que o homem esteja só; far-lhe-ei uma *ajudadora que lhe seja idônea*. (João Ferreira de Almeida Atualizada)
3. O SENHOR Deus disse: “Não é bom que o homem esteja sozinho. Farei *alguém que o ajude e o complete*”. (Nova Versão Transformadora)
4. E disse o SENHOR Deus: Não é bom que o homem esteja só; far-lhe-ei uma *adjutora que esteja como diante dele*. (Almeida Revista e Corrigida)

Como demonstrado, *ezer kenegdo* é apresentado como alguém que está *em função de*, o que é indicativo de como o discurso é determinante de uma formação ideológica – no caso, de papéis de gênero. Em sua dissertação *What is Helpmate?*, Rebekah Call (2023) defende que múltiplas leituras textualmente sustentáveis são possíveis para esse versículo e podem ser ainda mais convincentes do que as mais comuns. Após uma longa análise contrastiva com outras línguas semíticas, Call (2023) conclui que as visões negativas tradicionais baseadas em *ezer kenegdo* não são apoiadas pelo *Gênesis*. Observando, por exemplo, que *ezer* aparece em outros textos do Antigo Testamento como uma qualidade do próprio Deus<sup>10</sup>, ela declara não haver uma tradução definitiva, mas, dentre as possíveis, a *ezer kenegdo* poderia se referir a

um guerreiro ou campeão, disposto a enfrentar o combate com coragem e força, e capaz de realizar tarefas difíceis – mesmo aquelas que podem ser impossíveis para outros. *Ezer kenegdo* pode ser um líder ou um governante divinamente designado, um pastor ou uma pessoa que faz as coisas acontecerem. Um *ezer kenegdo* pode ser alguém que influencia os outros para longe da má conduta, o que implica uma pessoa de boa moral. A frase pode significar uma pessoa que reúne, um montador ou um organizador; tal tradução tem elementos que poderiam estar ligados à liderança e à administração, mas também à empreendimentos como engenharia ou arquitetura. Isto implica que o *ezer kenegdo* é inteligente. Em um sentido mais figurado, *ezer kenegdo* pode ser uma fundação, parede, fortificação ou casa, que pode indicar que a mulher pode ser um espaço seguro, protetor e confiável (CALL, 2023, p. 167-168, tradução nossa).

Num debate recente sobre qual seria a melhor acepção do termo hebraico, o pastor Batista Yago Martins (2024) afirma que o ideal seria a adoção de palavras “neutras” quanto à posição hierárquica, e não termos como “auxiliadora” e “ajudadora”, que evocam uma imagem de

<sup>9</sup> Todas as versões aqui apresentadas foram retiradas do endereço eletrônico <https://www.bible.com/pt/bible/compare/GEN.2.18>. Acesso em: 03 mar. 2025.

<sup>10</sup> A fim de ilustrar essa referência, destacamos o versículo *Êxodo* 18:4, onde consta: “O outro se chamava Eliézer, pois Moisés disse: ‘O Deus de meu pai foi minha ajuda e livrou-me da espada do faraó’”. O nome Eliezer (do hebraico, *El*, Deus, com o sufixo possessivo “meu”; *Ezer*, “Auxílio”, “Ajuda”, “Socorro”) significa “Deus é [meu] auxílio” (NOVA BÍBLIA VIVA, 2010, p. 67).



inferioridade. Embora a AD materialista rejeite a existência de neutralidade, uma quinta versão pode apresentar uma tradução outra, em que a imagem feminina aparece como menos submissa:

5. Então, o SENHOR Deus disse: — Não é bom que o homem esteja só; farei para ele uma *aliada que lhe seja semelhante*. (NOVA VERSÃO INTERNACIONAL – Português, grifos nossos)

Assim, a despeito da abrangência semântica, motivada pelas diferenças estruturais e lexicais das línguas, visando a acatar os textos sem desvios, neopentecostais apegam-se às palavras (de Deus?) cujas escolhas foram orientadas numa reescritura. Materializada nessas traduções, a ideologia interpela o indivíduo-mulher em sujeito subalternizado, não autônomo, visto que sua existência é derivada do homem, à semelhança *dele* – enquanto o homem existe à semelhança do divino. Nesse sentido, como demonstrado, essas versões, um pouco mais, um pouco menos, fomentam a teologia complementarista, que defende que homens e mulheres têm papéis diferentes, mas complementares, na sociedade. Dessa interpretação, neopentecostais têm evocado a imagem da “opositora idônea”, no sentido de que a mulher seria uma contraparte do homem, uma bênção *para seu marido*.

Retomamos, assim, a ideologia neoconservadora materializada no programa *The Love School*. Apoiados na teologia complementarista, ao exporem como, supostamente, homens e mulheres funcionam, os apresentadores não estão buscando a equidade, mas enfatizando dessemelhanças entre os gêneros. Todo seu discurso baseia-se na ideia de que o amor inteligente é condicionado pela não resistência às divergências de pensamento – que são muito mais culturais do que genéticas, embora um neurologista afirme o contrário no episódio. Portanto, o papel da mulher não seria outro senão cumprir com o propósito divino e declarado pelo próprio Deus em *Gênesis* 2:18: cuidar do homem para que este não esteja só, servindo-lhe, seja como auxiliadora, seja – quando muito – como aliada, para que ele cumpra seu próprio propósito, o de “tomar a frente” sendo “o homem da casa”.

Assim como a multiplicidade de traduções está relacionada às diferentes posições ocupadas pelos sujeitos-tradutores nas formações ideológicas, é certo afirmar que o discurso neopentecostal se encontra amparado na materialidade histórica que o funda. Na atual formação social, em que a realidade impõe a divisão da sociedade em classes baseadas na exploração do trabalho alheio e na opressão estrutural de parte considerável dos indivíduos, observamos que a Igreja, enquanto AIE, cumpre papel importante na manutenção da estrutura social dominante. Uma interpretação materialista possível nos interroga sobre a função da Família, dentro da formação social capitalista. De acordo com Federicci (2021 [2020], p. 33), essa instituição tradicionalmente estrutura para as mulheres o trabalho não assalariado, a dependência dos cônjuges e a existência de uma divisão no interior da classe trabalhadora, disciplinando também os homens como provedores.

O mito bíblico relata que Deus disse “Não é bom que o homem esteja só” (GÊNESIS 2:18); na sequência, enquanto nomeava os animais (e, naturalmente, os reconhecia em pares), Adão teria percebido a falta de uma correspondente que pudesse auxiliá-lo. Fica implícito, portanto, que esse “auxílio” é o mesmo que as fêmeas dão aos machos, isto é, a reprodução. A função social da família de reproduzir a força de trabalho é vista por Ana Montenegro (1981, p. 16-17) também como um meio de controle da mulher, sendo um reflexo histórico da relação entre propriedade privada e núcleo familiar. Ao se dedicar ao trabalho reprodutivo, à educação e ao cuidado dos filhos – garantindo, assim, a reprodução da força de trabalho dito “produtivo” (que garante o salário) –, a



mulher cumpre um papel central na manutenção da formação social capitalista: de repositora de mão de obra. Essa seria sua função perante Deus, o criador, e consequentemente é a imagem que os neopentecostais tentam perpetuar em seus discursos.

## CONCLUSÃO

Conforme detalhamos nas primeiras seções deste artigo, o discurso neopentecostal reforça os sentidos de família a partir de sua construção histórica como uma instituição tradicional, sendo esta fundamental à manutenção da sociedade de classes. Historicamente, entende-se que o rebaixamento do trabalho doméstico em relação ao trabalho produtivo e assalariado surge, conforme o estudo de Engels, no início do processo civilizatório, a partir da criação de gado e do aumento da força de trabalho escravizada. Por falar em escravização, para Saffioti (2015 [2004], p. 132), sexismo e racismo são irmãos gêmeos, uma vez que “o racismo, base do escravismo, independentemente de características físicas ou culturais do povo conquistado, nasceu no mesmo momento histórico em que nasceu o sexismo” – e tal realidade baseia-se na distinção do tratamento dado a homens e mulheres. No processo de escravização de um povo, os homens eram temidos, devido à sua força física, sendo frequentemente eliminados; já as mulheres eram preservadas, pois, além de poderem constituir força de trabalho, eram também reproduutoras dessa força de trabalho e prestadoras de serviços性uals aos homens (SAFFIOTI, 2015 [2004], p. 133).

Se, antes da formação da família patriarcal, a divisão de tarefas entre homens e mulheres não determinava a superioridade dos primeiros, depois, os homens assumem a responsabilidade sobre a propriedade do gado e dos escravos, o que os coloca hierarquicamente acima das mulheres, ainda que a divisão do trabalho continuasse a mesma. Além disso, segundo Engels (2020 [1884], p. 201), “Todo o excedente deixado agora pela produção pertencia ao homem. A mulher tinha participação no consumo, mas não tinha qualquer parte na propriedade”.

O desenvolvimento histórico das forças produtivas e a sua organização segundo a sociedade de classes mostram-nos que a formação da família centrada no homem não acontece naturalmente nem por razões biológicas, mas por fatores externos. A manutenção desse modelo familiar – em que a mulher tem o papel de exercer o trabalho doméstico e reprodutivo e o homem o de produzir riqueza – tem sido uma das bases da perpetuação do sistema capitalista. Como ficou demonstrado, a reprodução é imprescindível ao capitalismo, por isso, na ideologia neoliberal, há um esforço para que a existência desse modelo de organização familiar continue a existir.

Vimos que o discurso neopentecostal – exemplificado no programa *The Love School*, vinculado à IURD –, ao introjetar a ideologia neoliberal, reafirma a divisão sexual do trabalho baseada não só na distinção entre trabalho reprodutivo e trabalho produtivo, mas também na suposta diferença entre homens e mulheres que, desde o *Gênesis*, marca a hierarquização dentro do núcleo familiar tradicional. Esse modelo reproduz, para o homem, o lugar de prestígio como o “cabeça da casa” e à mulher, a imagem conservadora de auxiliadora ou opositora idônea.

Conclui-se, a partir do presente trabalho, que o discurso do programa *The Love School*, por meio de diversos funcionamentos discursivos, reproduz e faz circular imagens de que é ser mulher numa perspectiva neoconservadora. Assim, pretende-se aqui contribuir para uma reflexão, no campo da AD, acerca do papel da comunicação religiosa do programa no âmbito dos processos de subjetivação das mulheres cristãs.

## REFERÊNCIAS



@prpedrodaniel. **PARA DE ENXERGAR SUA ESPOSA COMO SUA ADVERSÁRIA!** [Instagram], 20 nov. 2024. Disponível em:

<https://www.instagram.com/reel/DCmBUbJxVtK/?igsh=MWUzZGh0eXZnOWV2ZQ%3D%3D>.

Acesso em: 05 mar. 2025.

ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. In: \_\_\_\_\_. et al. **Papel da memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015 [1983].

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, v. 2, 1985.

AMOR, Terapia do. Terapia do Amor. **Universal. S.l., s.d.** Disponível em:

<https://www.universal.org/terapiadoamor/>. Acesso em: 21 mar. 2025.

ARGUEDAS-RAMÍREZ, Gabriela. The Twenty-First-Century Crusade against Democracy in Latin America: ‘Gender Ideology’ at the Frontline. In: GOETZ, Judith; MAYER, Stefanie (Eds.). **Global Perspectives on Anti-Feminism: Far-Right and Religious Attacks on Equality and Diversity**.

Edinburgh: Edinburgh University Press, 2023. Disponível em:

<https://www.jstor.org/stable/10.3366/jj.7358671.6>. Acesso em: 4 mar. 2025.

BIROLI, Flávia. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BÍBLIA DE ESTUDO, A. **As 10 Palavras Mais frequentes da Bíblia em Hebraico**. A *Bíblia de Estudo*, s.l., s.d. Disponível em: <https://abibliadeestudo.com/as-10-palavras-mais-frequentes-da-b-blia-em-hebraico> Acesso em: 03 mar. 2025.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CALL, Rebekah. **What is a “Helpmate”? Using Comparative Semitic Linguistics to Propose New Translations for Ezer Kenegdo**. 2023. Dissertation (Doctor of Philosophy) – Claremont Graduate University, Claremont, 2023.

COURTINE, Jean-Jacques; MARANDIN, Jean-Marie. Que objeto para a Análise do Discurso? In: CONEIN, Bernard et al.. **Materialidades discursivas**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2016 [1980]. p. 33-54.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Lafonte, 2020.

ESCOLA DO AMOR - THE LOVE SCHOOL. **Como homens e mulheres funcionam**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GpMoOqfemw4>>. Acesso em: 20 mar. 2025.

ESTADÃO CONTEÚDO. **Pesquisa mostra que desinteresse do brasileiro pelo voto cresce desde 2006. IstoÉ Dinheiro**. 05 jul. 2022. Disponível em: <https://istoedinheiro.com.br/pesquisa-mostra-que-desinteresse-do-brasileiro-pelo-voto-cresce-desde-2006/> Acesso em: 03 mar. 2025.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo**. São Paulo: Boitempo, 2021 [2020].

INGALHALIKAR, Madhura et al. Sex differences in the structural connectome of the human brain. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 111, n. 2, p. 823-828, 2 dez. 2013.



ISNTITUTO Humanitas Unisinos. **Com fortuna de R\$ 2 bilhões, Edir Macedo é o pastor evangélico mais rico do Brasil, diz revista.** *Instituto Humanitas Unisinos. S. l.*, 22 jan. 2013. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/171-noticias-2013/517059-com-fortuna-de-r-2-bilhoes-edir-macedo-e-o-pastor-evangelico-mais-rico-do-brasil-diz-revista>. Acesso em: 14 mar. 2025.

MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. **Estudos avançados**, v. 18, p. 121-138, 2004.

MONTENEGRO, Ana. **Ser ou não ser feminista**. Recife: Ed. Guararapes, 1981.

NOVA BÍBLIA VIVA. São Paulo: Mundo Cristão, 2010.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (1969). In: **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

\_\_\_\_\_. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualizações e perspectivas (1975). In: **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

R7.COM. **Conheça mais sobre o The Love School - Escola do Amor**. Disponível em: <https://record.r7.com/love-school-escola-amor/conheca-mais-sobre-o-the-love-school-escola-do-amor-24022025/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

SAFFIOTI, Heleith. **Gênero patriarcado violência**. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SILVA, Luiz Felipe Andrade. **O diabo da língua: discursos da possessão em religiões brasileiras**. 2019. 324 f. Tese (Doutorado em Letras) - Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.



## A PRODUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE EM ENTREVISTAS COM LÍDERES RELIGIOSOS EVANGÉLICOS

Rian Caetano de Oliveira<sup>1</sup>

*Secretaria Estadual de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul (SED)*

Flavio da Rocha Benayon<sup>2</sup>

*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)*

### RESUMO

O presente artigo propõe analisar os sentidos produzidos pelo discurso religioso evangélico a partir da atualização da memória discursiva da homossexualidade. Ancorados na Análise do Discurso materialista, constituída por Michel Pêcheux na França e reterritorializada no Brasil por Eni Orlandi, constituímos nosso gesto de leitura a partir da indissociabilidade entre língua, sujeito e ideologia. A análise discursiva configurada toma por objeto de investigação três enunciados proferidos por líderes religiosos evangélicos contemporâneos: Aline Barros, Bruna Karla e Silas Malafaia. Os referidos pronunciamentos, com um grande número de visualizações, ocorreram em entrevistas concedidas a canais de mídia de alcance nacional e as respectivas gravações se encontram disponíveis na plataforma de streaming YouTube. Como procedimentos teórico-metodológicos de investigação, foram mobilizados os aparatos teórico e analítico da Análise do Discurso materialista. A partir da análise do material recortado, foi possível circunscrever o que nomeamos como posição de sujeito evangélico, constituída pela evidência da homossexualidade significada como pecado e prática voluntarista.

**Palavras-chave:** Análise do Discurso. Religião. Homossexualidade. Discurso religioso. Evangélicos.

### ABSTRACT

This article proposes to analyze the meanings produced by evangelical religious discourse through the updating of the discursive memory of homosexuality. Anchored in materialist Discourse Analysis, developed by Michel Pêcheux in France and reterritorialized in Brazil by Eni Orlandi, our reading gesture is based on the inseparability of language, subject, and ideology. The configured discursive analysis takes as its object of investigation three statements made by contemporary evangelical religious leaders: Aline Barros, Bruna Karla, and Silas Malafaia. These statements, which have garnered a large number of views, were given in interviews to nationally broadcast media channels, and the respective recordings are available on the streaming platform YouTube. As a research method, the theoretical and analytical frameworks of materialist Discourse Analysis were mobilized. From the analysis of the selected material, it was possible to circumscribe what we call the evangelical subject position, constituted by the framing of homosexuality as sin and voluntarist practice.

<sup>1</sup> Professor de Língua Portuguesa da Secretaria Estadual de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul (SED). Graduado em Letras – Português/Inglês pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: rian.oliveira@ufms.br

<sup>2</sup> Professor Adjunto de Linguística e Língua Portuguesa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutor e mestre em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: fbenayon2@gmail.com



**Keywords:** Discourse Analysis. Religion. Homosexuality. Religious discourse. Evangelicals.

## INTRODUÇÃO<sup>3</sup>

A Análise do Discurso materialista, linha de pesquisa que ancora o presente trabalho, constitui-se a partir da reterritorialização do Materialismo Histórico, da Psicanálise e da Linguística para investigar os processos de produção de sentidos. Ao analisar como as palavras, frases e enunciados significam, a Análise do Discurso, doravante AD, considera que o sentido sempre pode ser outro. Em outras palavras, a língua é aberta ao equívoco, sendo constituída pela relação intrínseca entre processos parafrásticos – a estabilidade dos sentidos – e polissêmicos – a irrupção do diferente no mesmo. A partir das contribuições teóricas e metodológicas da AD, o analista pode, entre outras possibilidades, descrever e analisar sentidos hegemônicos que circulam no social.

A levar em conta a descrição e a análise de pronunciamentos de três famosos líderes religiosos evangélicos concedidos em três diferentes entrevistas, questionamos a reprodução de sentidos hegemônicos no social. O recorte do material analisado é orientado pela seguinte questão de ancoragem: “Como sentidos sobre a homossexualidade e o homossexual são produzidos no discurso religioso cristão evangélico?”. Compreendemos que o discurso não é simplesmente uma forma de comunicação, mas, sim, o encontro entre a materialidade da língua e a da história, constituído sob determinadas condições de produção.

Mobilizamos o aparato teórico e analítico da AD com o objetivo de questionar o processo de produção de sentidos sobre a homossexualidade e o homossexual em entrevistas concedidas por Aline Barros, Bruna Karla e Silas Malafaia. Os dizeres desses três líderes religiosos têm grande circulação no meio evangélico, possibilitando, portanto, a observação de possíveis regularidades que podem delimitar o funcionamento de uma posição de sujeito específica.

## 1 SUJEITO, LÍNGUA, IDEOLOGIA

Ao considerar a relação entre sujeito e ideologia, é imprescindível salientar que, para a AD, o sujeito é constituído pela ideologia, sob determinadas condições sócio-históricas, ocupando determinados lugares sociais e posições de sujeito inconscientemente. O sentido produzido pelo sujeito não está sob seu controle, isto é, não há voluntarismo possível, pois ele é constituído a partir de uma posição de sujeito, inscrita em uma formação discursiva. A partir desse funcionamento, o sujeito enuncia, de modo que um pronunciamento não se confunde com o discurso, que é uma dimensão histórica.

O sujeito é assujeitado pela linguagem, pelas suas contradições e equívocos, de forma que não há neutralidade nem mesmo na utilização mais cotidiana da língua. Nas palavras de Orlandi (2001, p.09): “A entrada no simbólico é irremediável e permanente: estamos comprometidos com os sentidos e o político. Não temos como não interpretar”. O sujeito é descentrado, não possui controle sobre o seu dizer, é subordinado à historicidade e aos seus efeitos, tornando-se assujeitado. Em relação a esse último termo, entende-se o sujeito como assujeitado à língua e às estruturas ideológicas constitutivas do social.

<sup>3</sup> O presente artigo é um recorte do trabalho de conclusão de curso produzido na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPAq), intitulado “Religião e homossexualidade: produção de sentidos em entrevistas com líderes religiosos evangélicos”, defendido por Rian Caetano de Oliveira e orientado pelo Prof. Dr. Flávio da Rocha Benayon. Agradecemos às valiosas contribuições da banca, formada pelos Prof. Dr. Vinícius Massad Castro e Prof. Dr. Wellton da Silva de Fátima.



Em “Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado”, Althusser (1970, p.103) ilustra o funcionamento da ideologia antes mesmo da concepção de uma criança: “Antes de nascer, a criança é portanto sempre-já sujeito, designado a sê-la na e pela configuração ideológica familiar específica em que é ‘esperada’ depois de ter sido concebida”. Antes do nascimento, há um planejamento em torno da criança por parte dos pais e demais familiares. Por exemplo, após a descoberta do gênero biológico, há a especulação pelo nome a ser dado, a seleção das vestimentas, a compra dos móveis e a organização do quarto e do enxoval. A escolha do nome, assim como os demais exemplos, já é de ordem ideológica, pois aspectos sócio-históricos o configuram, como uma homenagem a algum familiar falecido, um nome bíblico devido às crenças dos responsáveis ou devido ao próprio gênero da criança.

O assujeitamento ideológico ocorre pelo aparelho repressivo, como a dimensão jurídica que impõe direitos e deveres, e pelos aparelhos ideológicos de Estado, como: a família, a religião, a escola, a mídia, o político. Em relação à língua, a criança a desenvolverá assujeitada ao idioma do local em que nasceu, mobilizando sentidos que circulam em determinada comunidade linguística. Um bebê nascido em algum país da América Latina, provavelmente, terá como idioma materno uma língua romântica. Outro bebê, nascido nos Estados Unidos, provavelmente, terá sua língua moldada no tronco linguístico germânico. Com base nesses exemplos, observamos que, desde muito cedo, o sujeito é ideologicamente interpelado, não sendo, portanto, dotado de práticas espontâneas, ou seja, o sujeito não é o senhor do seu próprio dizer.

A produção de sentidos é ideológica e se configura a partir de posições de sujeito, filiadas a formações discursivas, que são compreendidas por Pêcheux (2009, p.147, grifos do autor) como “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes determina *o que pode e deve ser dito*”. As formações discursivas, ao funcionarem como regiões do dizer determinantes do que pode e deve ser dito, produzem a evidência dos sentidos.

Estar na língua é, ainda que sem saber, interpretar a partir de determinada posição de sujeito, sendo essa uma prática corriqueira para o humano. Conforme Orlandi (2009, p. 45): “Não há sentido sem interpretação e, além disso, diante de qualquer objeto simbólico o homem é levado a interpretar”. Não há sentido sem o gesto de interpretar, assim como não há interpretação sem a circulação de sentidos no social. Em outras palavras, diante de qualquer objeto simbólico, o sujeito é levado a interpretar conforme a formação discursiva em que está inscrito.

O sujeito é assujeitado à história e à língua de tal modo que uma formulação somente faz sentido porque é constituída a partir de ambas. Diante desse funcionamento, conclui-se que a objetividade, a consciência e a autonomia que o sujeito roga a si é um funcionamento imaginário. Arrogar a imparcialidade para falar e afirmar a ausência de ideologia para legitimar os sentidos enunciados coloca em jogo o efeito ideológico elementar: a evidência.

Compreendemos por ideologia as evidências produzidas na relação do humano com a história. Nas palavras de Althusser (1970, p.77): “A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência”. A realidade é ideológica, de modo que não há um fora da ideologia. É por esta razão que, por exemplo, compreendemos de forma evidente o que é um pedreiro ou um juiz e suas respectivas funções, o que é direita ou esquerda, idôneo ou imoral, como se portar em certos ambientes, o que é apropriado falar ou não falar em dadas circunstâncias. Esses são efeitos ideológicos constitutivos do sujeito e que determinam o processo de produção de sentidos.



Os sentidos são produzidos em um tempo imemorial e reproduzidos a tal ponto que não se faz necessário descrever as características e funções de um pedreiro ou juiz, mãe, pai e filho para reconhecê-los. Assim ocorre o funcionamento ideológico, pelo esquecimento de sentidos que constituem o sujeito. É por esse motivo que se ouve falar que a linguagem, o sujeito e os sentidos são transparentes. Cabe, no entanto, observar que para a AD a linguagem não é transparente. Nem tudo está claro na linguagem, nos sentidos, no sujeito. O analista do discurso questiona como um texto reproduz sentidos em sua relação com a historicidade. É na contradição, no equívoco que a análise e os gestos de leitura são produzidos.

## 2 O DISCURSO RELIGIOSO CRISTÃO EVANGÉLICO

A partir de nossa questão de ancoragem, circunscrevemos nossa análise ao discurso religioso cristão evangélico, heterogeneamente constituído, considerando especificamente a produção de sentidos para a homossexualidade e o homossexual. Orlandi (1987, p. 242) define o discurso religioso como “aquele em que fala a voz de Deus: a voz do padre – ou do pregador, ou em geral, de qualquer representante seu – é a voz de Deus”. Esse funcionamento discursivo tem como base a autoridade divina, na qual o lugar do pregador importa apenas de maneira relativa, pois quem enuncia não é o sujeito, mas a divindade. Em outras palavras, há o imaginário de que o fiel profere a voz de Deus, sendo a “voz” significada como os ensinamentos e dogmas imaginariamente emanados pela divindade.

Em uma posterior articulação da teoria, Orlandi reformula a definição de discurso religioso. Nessa segunda conceituação, Orlandi afirma que o funcionamento do discurso religioso ocorre pelo silêncio divino. Ou seja, a partir do silêncio de Deus, os fiéis e líderes religiosos produzem sentidos:

Dessa perspectiva, a do analista de discurso, o que se pode dizer é que o que funciona na religião é a *onipotência do silêncio divino*. Mais particularmente, isso quer dizer que, na ordem do discurso religioso, Deus é o lugar da onipotência do silêncio. E o homem precisa desse lugar, desse silêncio, para colocar uma fala específica: a de sua *espiritualidade* (ORLANDI, 2007, p. 28, grifos da autora)

O sujeito religioso é assujeitado pelo silêncio de sua divindade de tal maneira que reproduz sentidos que ao longo da história foram caracterizados como mandamentos divinos, os quais não podem ser transgredidos sem que sofram penalidades. É justamente a onipotência do silêncio divino que possibilita a circulação de práticas que devem obedecer aos dogmas que a voz suprema (não)diz. O assujeitamento ao discurso religioso concorre para a produção de um sujeito submisso à divindade, semelhante a seu criador, no entanto, sem equivalência de poder.

O discurso religioso pressupõe Deus como o sujeito por excelência, aquele cuja imagem possibilita a constituição de formas específicas de assujeitamento que se dão à sua semelhança. Desse modo, os sujeitos/fiéis submissos a Deus, já se constituem com um marcador de diferença importante: sendo concebidos à semelhança da imagem divina, já se colocam na impossibilidade de o sé-lo, ou de se colocar em uma posição de equivalência no que se refere à posição ocupada por Deus. (FATIMA, 2018, p.38)

No discurso religioso evangélico, Deus é o ser onipotente, adorado entre os fiéis e adeptos da liturgia. Os fiéis, ao se assumirem submissos a sua divindade, são significados como inferiores,



não podendo ser iguais a Deus, por mais que tenham sido criados à imagem e semelhança da mencionada divindade. Uma relação equívoca<sup>4</sup> é configurada a partir do imaginário de livre arbítrio. Ao mesmo tempo que reconhece ser submisso a sua divindade e à palavra, o fiel reproduz o imaginário de que todos são livres para realizar escolhas.

Conforme Fatima (2018, p. 38): “Há, portanto, uma contradição constitutiva no funcionamento do discurso religioso: o sujeito se diz livre, ao mesmo tempo em que aceita a coerção que lhe é imposta para ser reconhecido como sujeito de sua fé”. Os sentidos estão em disputa no discurso religioso, pois ora o fiel é submisso a sua divindade, ora detém a capacidade de fazer escolhas. O sujeito, portanto, é afetado pelo real da língua, de modo que a historicidade, a contradição e a equivocidade estão entrelaçadas.

O funcionamento do discurso religioso cristão também está relacionado com o lugar do líder religioso<sup>5</sup>, comumente conhecido como pastor, nas religiões protestantes, o qual propõe falar a partir do silêncio divino, tomando para si a autoridade de enunciar os mandamentos cristãos. A essa figura é destinado o lugar de autoridade religiosa imaginariamente escolhida e ungida por Deus.

À frente da congregação, o líder religioso é considerado uma referência espiritual, encarregado de pregar os dogmas de sua liturgia, como também auxiliar seus seguidores. A voz de Deus é manifestada através do pastor, isto é, há a tomada de posse do silêncio divino para lhe dar sentido. Assim, no funcionamento dessa formação imaginária, quando o pastor enuncia, Deus também fala. Para exercer o ofício de líder religioso, há o imaginário de que ao pastor cabe estudo e preparação teórica. Determinadas congregações não exigem a formação em Teologia para assumir a pastoral, todavia, supostamente, deve-se ter conhecimento e domínio dos textos bíblicos, bem como boa comunicação. Em determinadas congregações, o líder religioso é considerado a autoridade maior, no entanto, cada igreja dispõe de um ministério, ou seja, possui formas próprias de organização e atuação na sociedade.

A noção de reversibilidade possibilita constituir um gesto de leitura de como, no discurso religioso cristão evangélico, figuras de autoridade, como líderes religiosos, apropriam-se da voz de Deus, significando as próprias palavras como se fossem a manifestação divina. Conforme Orlandi (2011, p.29), a reversibilidade pode distinguir o funcionamento do discurso lúdico, polêmico e autoritário, pois “o discurso autoritário procura estancar a reversibilidade [na relação dos interlocutores]; o lúdico vive dela; no polêmico, a reversibilidade se dá sob condições”. O pastor, ao interpretar e proclamar a palavra de Deus, estabelece uma relação unívoca entre a própria voz e o divino, de forma que seus pronunciamentos são significados tal qual a verdade promulgada por Deus. A reversibilidade é estancada, tal como no discurso autoritário, pois, ao tomar a posição de porta-voz de Deus e enunciar como se o próprio divino falasse, há o impedimento à legitimidade de qualquer contestação possível.

A língua, portanto, não é apenas meio de comunicação, mas o próprio meio de produção de um imaginário no qual o pastor dá sentido à voz divina ao mesmo tempo em que a significa a partir da formação discursiva a que está filiado. A ausência de reversibilidade possibilita que o discurso

<sup>4</sup> O equívoco, na Análise do Discurso materialista, tem relação com a possibilidade de diferentes sentidos, até mesmo dissonantes, inscreverem-se no fio do dizer constituído a partir de uma mesma posição de sujeito. Dessa forma, o equívoco não pode ser confundido com um erro, com um problema retórico.

<sup>5</sup> O termo “líder religioso” pode ser empregado para designar figuras de autoridade em diversas tradições e vertentes religiosas, não se restringindo ao Cristianismo. A mencionada definição abrange líderes espirituais em diferentes religiões, como rabinos no Judaísmo, imãs no Islamismo, monges no Budismo, dentre outros.



religioso cristão evangélico ganhe força, pois, ao considerar que a contestação a determinados dizeres é impraticável, a reprodução dos sentidos pelo líder religioso é reiteradamente legitimada.

### 3 LÍDERES RELIGIOSOS EVANGÉLICOS E A HOMOSSEXUALIDADE

Nosso material de análise é configurado a partir de recortes de pronunciamentos enunciados por três líderes religiosos evangélicos: Aline Barros, Bruna Karla e Silas Malafaia. Esses pronunciamentos ocorreram em entrevistas concedidas a duas emissoras e a um podcast de amplo alcance – RedeTV, Positivamente Podcast e SBT – e as gravações se encontram disponíveis na plataforma de streaming YouTube.

A primeira líder religiosa mencionada, Aline Barros, é uma cantora gospel, escritora e multi-instrumentista. Filha de também líderes religiosos, desde sua infância está inserida no mundo gospel. A cantora tornou-se muito popular na comunidade cristã, sendo referência para outros cantores gospels. Citada por diversos veículos midiáticos, como “The New York Times”, registrou seu nome no cenário musical religioso. No momento de escrita deste texto, a cantora é membro da Igreja Comunidade Evangélica Internacional da Zona Sul, no Rio de Janeiro. Em seu perfil no Instagram, dispõe de mais de oito milhões de seguidores; em sua página no Facebook, possui mais de quinze milhões de curtidas; no canal oficial do YouTube, conta com mais de 1.257.306.179 visualizações e três milhões e quarenta e quatro mil inscritos.

A entrevista analisada<sup>6</sup> ocorreu em um programa televisivo e foi alvo de polêmica na mídia. Um dos entrevistadores lê para Aline Barros a seguinte pergunta: “Por um acaso, com todo respeito, é claro, você é contra os gays, Aline?” (REDETV, 2018).

A cantora gospel responde:

Olha! O meu posicionamento sempre vai ser aquilo que a palavra de Deus me orienta, né! Porque eu vivo a palavra. Então, nós não concordamos com o pecado. Acho que o pecado é algo abominável, ele distancia a gente de Deus. Mas, amo as pessoas que escolheram viver assim, dessa forma. Tem a sua opção, tem a sua escolha. E o meu coração sempre vai tá aberto pra liberar amor, pra liberar essa fonte de amor que é Jesus dentro da minha vida, ela tá sendo liberada todos os dias. Conheço pessoas, né, que são homossexuais, conheço pessoas (...) que já fizeram meu cabelo, que já me maquiaram, né! São pessoas queridas, que eu tenho um carinho especial, sim. Mas, em relação à prática daquilo que eles fazem, eu não posso dizer pra você que eu concordo. Mas, eles sabem. Eles sabem. Porque quem me conhece, quem sabe o meu posicionamento como cristã, seguindo aquilo que a Bíblia me diz, me orienta e me instrui, sabe que não é a forma correta. Deus criou o homem e a mulher. Deus, na sua plenitude, ele pensou na estrutura de família pra que a gente pudesse se unir, o homem se unir a sua mulher, que os dois fossem uma só carne e que eles pudessem multiplicar, né! E encher a terra. Mas as escolhas são feitas por cada um de nós, como eu falei, né! [...] (REDETV, 2018)

Na formulação acima, recortada a partir da entrevista de Aline Barros, o amor é equivocamente afirmado, pois é também rejeitado, já que está condicionado ao que é imaginariamente essencial na constituição do sujeito amado. O modo como o amor significa é tomado pelo cinismo, pois, embora se apresente como verdadeiro, é atravessado por julgamento e

<sup>6</sup> As transcrições das entrevistas analisadas foram realizadas a partir dos vídeos disponibilizados na plataforma YouTube.



reprovação. A líder religiosa enuncia amar o homossexual, mas recusa a sua sexualidade, delimitando os limites do seu amor ao que se encaixa dentro de sua fé. A equivocidade inscrita no amor enunciado explica o funcionamento de uma máscara de tolerância, que perpetua preconceitos sob a aparência da benevolência.

Barros enuncia que os seus posicionamentos perante a vida sempre estarão embasados na “palavra de Deus”, pois, no seu imaginário, a cantora gospel vive “a palavra”. O verbo viver, conjugado no presente do indicativo, “vivo”, comumente assume um sentido de certeza, entretanto, nessas condições de produção, os sentidos não somente reproduzem afirmação. Ao enunciar que vive a palavra, Barros expressa crença, respeito e obediência ao que “palavra” significa no imaginário cristão em que está inscrita. Ademais, a partir da posição de sujeito em que enuncia, Barros frisa que suas decisões estarão atreladas aos ensinamentos e dogmas de sua religião, de sua divindade. Consequentemente, suas práticas são imaginariamente ditadas pelo seu Deus e a palavra que vive. A cantora gospel explica que não é ela, Aline Barros, quem fala, mas, sim, a palavra, sua divindade, outra voz. Pode-se observar que há o funcionamento da legitimação dos sentidos produzidos a partir da referência a Deus e a sua palavra.

O efeito produzido é de não ser Aline Barros quem diz, pois a palavra é promulgada por sua divindade. A equivocidade é constitutiva da formulação “a palavra”, enunciada pela cantora, pois não se especifica de que palavra se trata, nem quem a enuncia. A rede de sentidos que constitui “a palavra” desliza entre a palavra de uma divindade, do líder religioso, da igreja, da denominação religiosa, dos fiéis. O ensinamento exercido pela nomeação citada não é detalhado, possibilitando a atualização de trechos bíblicos que circulam como exemplos da homossexualidade compreendida como prática pecaminosa e profana. O interdiscurso inscreve-se, pela paráfrase, no fio do dizer, atualizando o imaginário da homossexualidade como prática pecaminosa.

Outra líder religiosa de grande sucesso é Bruna Karla. Desde tenra idade, Karla está inserida no universo gospel, já que começou a cantar nas igrejas ainda na juventude. Ao longo dos anos, consolidou-se como uma estrela proeminente da música gospel cristã contemporânea, destacando-se também como compositora. A líder religiosa acumula mais de 6 milhões de seguidores no Instagram, mais de 14,6 mil no Facebook, e, no YouTube, registra mais de 658.116.843 visualizações e conta com 2,53 milhões de inscritos em seu canal oficial. A artista foi indicada ao Grammy Latino em cinco ocasiões e vendeu mais de cem mil cópias de seus álbuns. Estes receberam disco de ouro e platina.

A entrevista com a cantora gospel ocorreu em 22 de dezembro de 2021, no podcast “Positivamente Podcast”, durante o governo Bolsonaro e a pandemia do coronavírus. Atualmente, a gravação do podcast, com duração de 2 horas e 4 minutos, possui mais de 552 mil visualizações no YouTube, mais de 43 mil likes e 3.372 comentários. O trecho que contém os dizeres de Karla foi amplamente divulgado e alvo de críticas nas mídias sociais e entre outras celebridades, que repudiaram a declaração da cantora a respeito do casamento homoafetivo. O pronunciamento transscrito abaixo comparece entre 1h:24min:37s e 2h:04min:00s do vídeo no YouTube.

Teve um amigo que me perguntou: “Bruna, quando eu me casar, você vai no meu casamento?” E eu olhei pra ele e fui bem sincera e eu disse assim: “Ah! Quando você se casar com uma mulher linda, cheia do poder de Deus, eu vou sim”. E ele falou assim: “Você sabe que não é isso que eu tô perguntando”. Eu tô falando de um amigo homossexual que a gente, sabe, tem essa liberdade. Ele falou: “Você sabe que não é isso que eu tô falando”. Eu falei: “Pois é, o dia que eu aceitar cantar no



seu casamento com outro homem, eu posso parar de cantar sobre a Bíblia e sobre Jesus. Porque não é uma questão, eu posso aceitar e respeitar a sua decisão”, falei pra ele. “Amigo, respeitar a sua decisão não é eu concordar com ela”. E ele ficou me ouvindo, eu falei assim: “Eu prego a palavra, eu não tô dizendo algo da Bruna, é algo de Deus, a palavra é contra essa forma de vida, a palavra diz que não tá certo, que não foi pra isso que Deus criou o homem e a mulher, foi pra o homem se unir com a mulher. Então, se eu for no teu casamento e aplaudir e dizer assim: ‘Nossa, você tá certo’, eu paro de cantar, eu saio da igreja, porque eu não vou estar servindo a Deus com meu coração completo, eu vou tá aplaudindo algo que eu tô dizendo assim: ‘É errado, mas eu vou aplaudir’”. E é o que, infelizmente, a gente, às vezes, faz inconscientemente. Ah! Eu não vou me posicionar, eu não vou falar pra não magoar. Não, peraí, não é magoar. A palavra nos confronta, nem tudo que a gente vai ver na palavra vai ser pra acariciar o nosso ego. Pelo contrário, é palavra de confronto, é certo, é certo. Deus tá dizendo que sim, eu vou pelo que a bíblia diz, eu sou o que a bíblia diz, eu vou aonde a bíblia diz, eu vou fazer o que a bíblia diz. A todos meus queridos homossexuais que estão nos ouvindo e assistindo, respeitamos a sua decisão, mas eu não posso concordar com seu estilo de vida. Porque eu sei que a palavra do meu Deus, que é verdade, diz que essa conduta de vida não vai te levar ao céu, que essa conduta de vida não vai te fazer feliz. Pouco se fala hoje sobre o inferno, sabe. As pessoas têm tentado, pra viver um evangelho mais agradável, eu não falo do inferno. Vamos trazer para perto, vamos amar e amar também se quiser continuar vivendo assim. E quando a verdade não é essa, a verdade é: existe o caminho, a verdade e a vida que é Jesus que nos leva ao céu, ele é o único caminho que nos leva ao céu. Qualquer outro caminho, o final dele é o inferno. Então, a gente tem que parar de dizer pras pessoas que: “Não, continue vivendo essa vida, continue vivendo desse modo que Deus vai te amar”. Ele ama, ele ama! Mas o final dessa vida não vai te levar pro céu, vai te levar pro inferno [...] (POSITIVAMENTE PODCAST, 2021)

Karla descreve à apresentadora do podcast uma conversa que teve com um amigo homossexual. O amigo, ao questionar se no dia de seu casamento com outro homem a cantora gospel compareceria no matrimônio e cantaria na cerimônia, obtém como resposta por parte da líder religiosa a exposição de preceitos religiosos. O casamento homoafetivo está em contradição aos preceitos religiosos constitutivos da posição de sujeito evangélico, a partir da qual a líder religiosa significa. No discurso religioso cristão, a homossexualidade é significada como uma sexualidade profana e desviante. Um desejo inscrito em sexualidades divergentes do padrão cis-heteronormativo significa o sujeito como um desviado da fé, afastado de Deus e de suas bênçãos.

A homossexualidade é significada como algo profano, que, apenas pelo fato de a cantora gospel ir ao casamento cantar, seria motivo suficiente para renunciar a Bíblia e Jesus Cristo. Em outras palavras, comprehende-se como mandamento que o fiel deve manter distância de práticas que não condizem com a sua fé, a fim de não praticar o pecado ou ir contra os preceitos do mundo cristão a que está identificado. A partir da posição de sujeito evangélico, ir contra a palavra acarretaria a condenação espiritual. Nesse mesmo imaginário, a homossexualidade é uma prática que conduz o sujeito desviado ao inferno, pois transgride os sentidos já estabelecidos como idôneos. Esse funcionamento é legitimado pela “palavra” e por “Deus”, que, ao mesmo tempo, desresponsabilizam aqueles que enunciam.



O pronunciamento da cantora pode ser analisado como parte de uma formação discursiva religiosa cristã que significa o casamento como uma instituição heteronormativa e, ao mesmo tempo, condiciona a permanência e o reconhecimento do fiel à sua obediência a esse imaginário. Ao mencionar que cantar em um casamento homoafetivo poderia resultar em sua saída da igreja, a cantora explicita o efeito disciplinador das normas religiosas, que não se restringem apenas à dimensão privada, mas também se estendem à prática pública. Há a articulação entre a identidade religiosa e a rejeição de práticas e posicionamentos considerados contrários à Bíblia. Tal rede de sentidos configura uma fronteira simbólica entre o “dentro” e o “fora” da comunidade de fé, na qual a adesão às normas é o critério de pertencimento. Logo, “sair da igreja”, conforme mencionado na entrevista, significa uma ruptura com uma ordem discursiva específica, na qual se cruzam autoridade religiosa, valores doutrinários e identidade coletiva.

Ao sugerir que a não obediência às normas poderia resultar em exclusão, esse funcionamento mobiliza uma lógica de vigilância e sanção, típica de instituições às quais o poder é exercido por meio da palavra e do controle. Não apenas as tensões entre um suposto livre arbítrio e a submissão a normas religiosas são explicitadas, mas também como o pertencimento a determinadas instituições religiosas é mediado pela aceitação de padrões normativos específicos vigentes dentro das congregações.

O terceiro líder religioso estudado é Silas Malafaia, líder neopentecostal, seguidor da teologia da prosperidade, graduado em psicologia e teologia, conferencista, evangelista, empresário e escritor brasileiro. É pastor presidente da Igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo, por ele fundada em 1982. Malafaia é também apresentador televangelista, líder e mentor de outros pastores no Conselho Interdenominacional de Ministros Evangélicos do Brasil (CIMED). É coordenador e apresentador do programa “Vitória em Cristo”, transmitido em rede nacional e em outros países.

O líder religioso, em vídeos publicados em suas mídias sociais, autodeclara-se apoiador do ex-presidente da República, Jair Messias Bolsonaro. Foi alvo de polêmicas por conceder declarações consideradas discurso de ódio envolvendo a comunidade LGBTQIAP+, questões de sexualidade, casamento homoafetivo, educação e a temática do aborto. Foi investigado pela Polícia Federal (PF) na operação “Timóteo” acerca de corrupção e lavagem de dinheiro. Malafaia é alvo críticas devido às posições radicais adotadas a respeito da homossexualidade.

O pronunciamento abaixo foi enunciado entre 18min:35s e 45min:06s. Atualmente, a entrevista possui 7.587.551 visualizações, mais de 52 mil curtidas e 108.286 comentários na plataforma de vídeos YouTube, no canal intitulado “Silas Malafaia Oficial”.

**Silas Malafaia:** Deixa eu falar sobre essa questão de homossexualismo.

**Apresentadora:** “Dade”, homossexualidade.

**Silas Malafaia:** Isso, homossexualidade. Deixa eu te falar uma coisa! Primeiro: ninguém nasce gay, homossexualismo é um comportamento.

**Apresentadora:** Isso é contestável!

**Silas Malafaia:** É contestável, então vamos lá. Eu mando vir na genética. Quem é que pode dizer que alguém nasce gay ou não? Não é a psicologia, é a genética. A ciência que pode dizer. É igual o aborto, quem é que pode dizer onde começa a vida, a biologia. [...]

**Silas Malafaia:** Ninguém nasce gay, não existe ordem cromossômica homossexual, não existe gene homossexual. Existe ordem cromossômica de macho e de fêmea. Então, eu vou fazer uma definição de homossexualismo.



**Apresentadora:** homossexualidade!

**Silas Malafaia:** Não! O homossexualismo, a prática! Eu posso falar o homossexualismo ou a homossexualidade.

**Apresentadora:** Não, é que homossexualismo caracteriza doença.

**Silas Malafaia:** Não, não vejo como doença, eu não vejo, vejo como um comportamento. Nada de doença! Então, a homossexualidade, um homem ou uma mulher por determinação genética e homossexual por preferência aprendida ou imposta. Agora, vamos para a pesquisa: 46% dos homossexuais foram violados e violentados quando crianças ou adolescentes. Como é que alguém nasce? 46%. 54% escolheram ser. Então, primeiro, homossexualismo é comportamento. Então, vamos para a genética, gêmeos iguais, o mesmo embrião que se divide é chamado geneticamente iguais, homozigóticos, são gêmeos iguais. Então, o que tinha que acontecer: se um gêmeo é hétero, o outro tinha que ser hétero. Se um gêmeo é homossexual, o outro também tinha que ser. Então, vamos lá! 35% dos gêmeos que são homossexuais, o outro, 65% são héteros. Então, como é que são iguais, como que nascem? [...] 46% passaram a ser homossexuais, e eles não falam, a partir do dia que foram violados, violentados.

**Apresentadora:** no geral, violentados por quem?

**Silas Malafaia:** por parentes, violentados por vizinhos [...] Ninguém nasce homossexual, foi minha resposta aqui para você. [...]

**Apresentadora:** Eu quero saber de você, qual é a tua questão com a homossexualidade?

**Silas Malafaia:** Eu vou dizer para você qual é a minha questão: a minha questão aqui no Brasil é os direitos que eles querem em detrimento da coletividade.

**Apresentadora:** Quais são esses direitos? Serem respeitados, não serem mortos e agredidos? [...]

**Silas Malafaia:** eles querem uma Lei para atacar, xingar, atingir quem eles querem e estarem protegidos, acima de todos, uma vírgula para eles. [...]

**Apresentadora:** Venha cá, venha cá, os seus fiéis, imagino, entre eles, deve haver homossexuais.

**Silas Malafaia:** que foram ou estão buscando sair.

**Apresentadora:** mas existem.

**Silas Malafaia:** que estão buscando sair.

**Apresentadora:** entre os pastores também.

**Silas Malafaia:** se tiver pastor homossexual, na Bíblia, Deus fala: adultério, homossexualismo, prostituição, o cara é passível de ser excluído daquela congregação. Se um pastor tiver um caso com uma mulher, ele perde o cargo de pastor. Se um pastor tiver um caso de homossexualismo, ele perde o cargo de pastor. Se um pastor for solteiro e tiver uma relação sexual com qualquer uma, vai perder o cargo. Então a Bíblia trata do mesmo nível.

**Apresentadora:** você como psicólogo chegou à conclusão de que um homossexual deve e pode realmente ser reorientado?

**Silas Malafaia:** ouça alguém que foi reorientado. [...] A Bíblia define o que é pecado, então eu não estou aqui para acusar a, b ou c, mas estou aqui para condenar o pecado. Então, na minha visão, ok?, da minha crença e valores, da minha visão espiritual, do que eu creio na bíblia, a homossexualidade, o adultério, a prostituição são pecados gravíssimos à luz da bíblia. [...] Toda história da civilização humana, toda história! O que eu estou te falando é antropológico, sociológico e teológico. Toda história da civilização humana está sustentada: um homem, uma mulher e sua



prole. [...] Sabe Freud, que tanto falam? Freud estudou o caso de uma paciente homossexual e descobriu que ela é homossexual pela relação dela com o pai. [...] Ele reorientou a mulher e ela passou a ser heterosexual. Então vai dizer que não pode ser reorientado?

**Apresentadora:** eu vou propor um problema a você que é contra inclusive o aborto, a legalização do aborto. Supondo que nasça uma criança e a mãe dessa criança não vai poder criá-la, um casal homossexual se dispõe criar essa criatura, se não vai ficar jogada, à disposição do que seja, numa instituição que vai tratá-la mal. Você ainda assim acha que um casal homossexual não possa ter essa criança e fazer dela um belo cidadão, uma bela cidadã e criar um ser humano digno, com todos os seus direitos, com toda sua inteligência, com todo seu amor e compaixão pelo outro?

**Silas Malafaia:** eu não acredito que dois homens possam criar uma criança perfeita, no sentido total que você quer, não acredito. Porque eu acredito que Deus fez homem e mulher e esses seres que se completam. [...] Eu não acredito que dois homens ou duas mulheres tenham capacidade para desenvolver um ser humano, não acredito. [...] Concordar com uma prática é uma coisa, amar a pessoa é outra. Eu amo os homossexuais. Mas, discordo cem porcento de suas práticas.

**Apresentadora solicita que o pastor repita a fala.**

**Silas Malafaia:** Não, isso eles sabem. Eles sabem, eles não são bobinhos não. Eles sabem.

**Apresentadora:** Então, diga!

**Silas Malafaia:** Eu amo os homossexuais como amo os bandidos, amo assassinos, vamos embora, eu aumento o leque, porque eu amo. Porque o ser humano, oh, Gabi, o ser humano é a coisa mais importante.

**Apresentadora:** Você tá colocando homossexuais ao lado de bandidos e assassinos, porra!

**Silas Malafaia:** Não! Não! Não tô colocando não! Eu amo todas as pessoas. Não, mas pra dizer, olha: eu não gosto de uma prática, então eu tô dizendo pra você. (SILAS MALAFAIA OFICIAL, 2015)

A partir da posição de sujeito na qual Malafaia enuncia, é reproduzido um imaginário da moral cristã que significa a homossexualidade como uma questão de comportamento desviante, e não uma sexualidade natural inerente aos seres humanos. O líder religioso referencia constantemente a Bíblia como base do que enuncia, ancorando-se em uma posição de sujeito que naturaliza a heterossexualidade.

Em alguns momentos, a entrevistadora contesta termos mobilizados por Malafaia, como "homossexualismo", sugerindo "homossexualidade" devido à conotação de doença que a primeira nomeação produz. Esse tensionamento explicita o embate de sentidos em torno das palavras e a luta por hegemonia discursiva. A disputa entre os dizeres da apresentadora e os de Malafaia ilustra o conflito entre sentidos que buscam legitimar a diversidade sexual e aqueles que a patologizam, isto é, a veem como doença.

No pronunciamento de Malafaia, a atribuição de autoridade à ciência, especificamente à genética e à biologia, embasa as afirmações realizadas, ainda que esse funcionamento ocorra de maneira seletiva, inscrita na posição de sujeito evangélico. O referido líder religioso mobiliza dados que supostamente comprovam suas alegações, como as estatísticas sobre abuso infantil, que reafirmaria a homossexualidade como um comportamento patológico. Ao citar Freud, há a tentativa de produzir um imaginário de legitimidade científica aos sentidos reproduzidos.



O pronunciamento analisado empreende a normatização do social e o controle dos corpos e comportamentos. Na formulação “se tiver pastor homossexual, na Bíblia, Deus fala: adultério, homossexualismo, prostituição, o cara é passível de ser excluído daquela congregação” (SILAS MALAFAIA OFICIAL, 2015), há a atualização da memória da homossexualidade como um comportamento passível de correção. Normas rígidas, sobre como os fiéis devem agir dentro de sua comunidade religiosa e fora dela, são reproduzidas, podendo implicar a expulsão de pastores. Observamos que na entrevista de Bruna Karla tal obediência às normas impostas pela comunidade evangélica e as consequências da não obediência para o fiel são reafirmadas, configurando, aparentemente, uma mesma posição de sujeito.

Em Malafaia (2015), na formulação “[e]u amo os homossexuais como amo os bandidos, amo assassinos, vamos embora, eu aumento o leque, porque eu amo”, assim como em Karla, comparece um amor cínico. Há uma distinção entre amar a pessoa e aceitar suas práticas, de forma que amor e aceitação constituem uma relação equívoca. A partir do mecanismo da antecipação, ao atualizar os fundamentos do amor cristão, há a tentativa de mitigar o impacto do repúdio aos homossexuais, porém, ao mesmo tempo, há a desqualificação da legitimidade das identidades LGBTQIAP+. Esse funcionamento é uma regularidade constitutiva da posição de sujeito evangélico.

Na formulação acima citada, o amor aos homossexuais é equiparado ao amor a bandidos e assassinos. A partir desse imaginário, não há nenhuma diferença entre as nomeações comparadas, pois todos estão em pecado. O crime, a partir da posição de sujeito evangélico, não está em relação à Constituição ou ao Código Penal, mas a um imaginário de comportamento determinado pela Bíblia. Se, para as leis brasileiras, a homossexualidade é uma forma de vida tão legítima quanto qualquer outra, para as leis bíblicas, reproduzidas a partir da posição de sujeito evangélico, a homossexualidade é um crime, assim como roubar e matar.

O líder religioso inscrito na posição de sujeito evangélico reproduz a evidência de que a estrutura familiar correta e natural é aquela composta por um homem e uma mulher. Formula-se: “Eu acredito que Deus fez homem e mulher e esses seres que se completam” (SILAS MALAFAIA OFICIAL, 2015). O fio do dizer é ancorado a uma configuração essencialista e normativista da complementaridade dos gêneros, na qual as práticas masculina e feminina são significadas como insubstituíveis e necessárias para o desenvolvimento saudável de uma criança. Qualquer modelo familiar fora desse padrão estabelecido é considerado errado.

Ao decorrer da entrevista, Malafaia reafirma determinados sentidos que explicitam o funcionamento da posição de sujeito evangélico. A crença é apresentada como uma verdade universal, pautada pela moral cristã, na qual a sua divindade, Deus, estabelece o modelo de família correto. Esse funcionamento é significado como incontestável e como o alicerce para as objeções à adoção por casais homoafetivos. A referência à Bíblia como regularidade no discurso religioso naturaliza e reforça a rejeição do modelo de família homoafetiva, desconsiderando a pluralidade na formação familiar.

Os sentidos reproduzidos por Malafaia também reafirmam a contraposição à expansão de direitos para a comunidade LGBTQIAP+. Ao desqualificar e desmerecer a adoção por casais homoafetivos, contribui-se para a invisibilização dessas famílias, tratando-as como inadequadas ou inferiores em relação ao modelo imaginariamente padrão. A mobilização de bandeiras como a proteção dos valores tradicionais, da família tradicional brasileira e da coletividade se alinha a uma deslegitimação ampla de direitos à comunidade LGBTQIAP+. A contraposição à adoção por casais homoafetivos opera a partir de uma rede de sentidos excludente, que normatiza a família heterossexual como o único modelo legítimo. As formulações configuradas, embora disfarçadas de



preocupação com o bem-estar da criança, sustentam uma posição conservadora e religiosa que promove a exclusão e a marginalização de práticas e sentidos outros.

Na formulação “Concordar com uma prática é uma coisa, amar a pessoa é outra. Eu amo os homossexuais. Mas, discordo cem porcento de suas práticas” (SILAS MALAFAIA OFICIAL, 2015), a homossexualidade significa como uma prática voluntarista, isto é, como se fosse uma escolha. Em outras palavras, é homossexual porque escolheu viver de tal modo. No imaginário reproduzido pelo líder religioso, há um amor pelos homossexuais enquanto ser humano, porém as suas práticas, aquelas supostamente pecaminosas, que divergem da concepção cristã moralista, não são aceitáveis, portanto, são passíveis de condenação. Tais práticas, como a homossexualidade, tornam o sujeito pecador, afastado de Deus.

A partir do imaginário constitutivo dos dizeres do pastor Malafaia, a homossexualidade é uma prática realizada por alguns sujeitos ao longo de suas vivências, muitas vezes, apresentando como origem um abuso sexual sofrido na infância. Há, portanto, uma patologização da homossexualidade, já que seria proveniente de uma experiência traumática. Essa forma de significar a homossexualidade viabiliza a possibilidade de realização do tratamento de reorientação. Dessa forma, a homossexualidade não é significada somente como uma prática voluntarista, mas também como um sintoma de um trauma, sendo ambos pecaminosos, conduzindo o homossexual ao inferno.

Conforme a posição de sujeito evangélico, a partir da qual os três líderes religiosos produzem sentidos, não há diferença alguma entre homossexuais, bandidos e assassinos, pois todos terão o inferno como destino. Esses sujeitos estão entrelaçados por algo em comum, suas práticas pecaminosas e profanas. A homossexualidade não é significada como manifestação da vida ou condição natural dos sujeitos, mas como algo anômalo. Essa forma de vida comparece, nos pronunciamentos analisados, como escolha, prática, comportamento, doença e pecado sem que haja a possibilidade de contestação, pois a reversibilidade na relação entre os interlocutores está estancada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A descrição e análise dos enunciados recortados possibilitou observar como os sentidos produzidos sobre a homossexualidade e o homossexual apontam para um mesmo imaginário: a homossexualidade é um comportamento voluntarista. Expressões como “escolheram viver assim”, “tem a sua opção”, “tem a sua escolha”, “prática”, “decisão” e “forma de vida” estão presentes nas três entrevistas como uma regularidade que produz sentidos semelhantes. Há, portanto, formulações constituídas a partir de uma mesma família parafrástica, configurando a posição de sujeito evangélico.

Conforme as análises realizadas a partir das entrevistas, ninguém nasce homossexual, a homossexualidade é adquirida como um comportamento. O funcionamento da posição de sujeito evangélico, circunscrito a partir do movimento parafrástico, possibilita observar como os três líderes religiosos atualizam uma memória discursiva semelhante quando enunciam sobre a homossexualidade.

Quanto à “família”, há a atualização de sentidos já estabilizados. À família, constituída por casais heterossexuais, é atribuída a responsabilidade acerca da reprodução da espécie humana. A partir desse imaginário, família é a formada por pares diferentes e que tenha a capacidade de reprodução. Outras uniões, por exemplo, as homoafetivas, são desacreditadas. Ainda nesse



imaginário, a criação dos seres humanos é atribuída a Deus. A partir da posição de sujeito evangélico, a referida divindade criou o homem e a mulher para se unirem e se multiplicarem.

Outra regularidade presente nos recortes analisados comparece quando os líderes religiosos referenciam a formulação “A palavra”. Nos três pronunciamentos, cada líder religioso enuncia a mencionada nomeação, reafirmando como suas ações e crenças seguem a palavra proferida por sua divindade. Há um funcionamento opaco, pois não é explicitada a especificidade da “palavra”.

As regularidades apontadas, como o padrão de família cis-heteronormativa, a função reprodutiva da relação sexual e a menção opaca à “palavra”, possibilitam circunscrever a posição de sujeito evangélico. Em cada recorte descrito há a legitimação da família cis-heteronormativa, de forma que, sendo essa a sexualidade correta, há a contraposição à outra, desviante. Além disso, há a menção a Deus e a seus possíveis ensinamentos. Essas regularidades possibilitaram circunscrever como a posição de sujeito evangélico é configurada pelas evidências que apontam para um imaginário de família legítima, de sexualidade adequada e respeitada, em oposição à outra, desviante. Aos sujeitos inscritos na posição de sujeito evangélico cabe obediência aos preceitos religiosos, fidelidade à comunidade e a impossibilidade de contestação.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Trad. Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1970.

FATIMA, Wellton. **As sexualidades mal ditas no discurso religioso neopentecostal**. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, p.125. 2018.

ORLANDI, Eni. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 6ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2011.

ORLANDI, Eni. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

POSITIVAMENTE PODCAST. Criando um berço cristão! Com Bruna Karla. **YouTube**, 21 de dezembro de 2021. 2h4min. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dkeGMYNyUts>>. Acesso em: 10 de abril de 2025.

REDETV. “Não concordo com as práticas”, diz Aline Barros sobre homossexualidade. **YouTube**, 01 de abril de 2018. 2min23s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xrR5HrpPRP4>>. Acesso em: 10 de abril de 2025.

SILAS MALAFIA OFICIAL. De Frente com Gabi - Pr. Silas Malafaia. **YouTube**, 01 de abril de 2015. 45min16s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=b50Oi8RRYLc>>. Acesso em: 10 de abril de 2025.



## DIZERES SOBRE A LINGUAGEM NEUTRA DE GÊNERO NO CIBERESPAÇO: LÍNGUA E GÊNERO EM DISCURSIVIDADE

Camilla Machado Cruz<sup>1</sup>  
*Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)*

### RESUMO

Neste artigo, apresentamos uma análise discursiva de dizeres sobre a linguagem neutra de gênero nas seguintes materialidades significantes: 1) Episódio de *podcast* intitulado “Não existe linguagem neutra! Uma conversa com Raquel Freitag” (Linguística ON, 2024); 2) Entrevista intitulada “A(s) linguística(s) e a linguagem neutra: Entrevista com Raquel Meister Ko Freitag” (Freitag, 2023). A linguagem neutra de gênero, também denominada linguagem não binária, propõe a visibilização de sujeitos-não-binários na língua, ou seja, aqueles que não se identificam com o binarismo de gênero (masculino/feminino). Nosso objetivo, neste estudo, é compreender como o discurso sobre a linguagem neutra de gênero circula no ciberespaço, na contemporaneidade (2023/2024), a partir da perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso (AD) de filiação materialista. Vale dizer que o discurso em análise é de autoria de um sujeito-linguista, especificamente um sujeito-sociolinguista, a quem estão autorizados determinados sentidos a serem discursivizados e não outros. Acreditamos na relevância de depreender acerca dos efeitos de sentido produzidos pelo/no discurso enunciado por um sujeito-linguista, tendo em vista a necessidade emergente de estudos discursivos sobre a temática da linguagem neutra de gênero, ainda que consideremos que nem a língua, nem a linguagem, nem mesmo o ciberespaço, sejam neutros ou transparentes, mas opacos e passíveis de equivocidade. Por fim, observamos que o discurso do sujeito-linguista produz sentidos de incerteza e busca de autoridade sobre a língua portuguesa e sobre a linguagem neutra no ciberespaço.

**Palavras-chave:** Discurso digital. Linguagem neutra de gênero. Língua. Gênero. Ciberespaço.

### RESUMEN

En este artículo, presentamos un análisis discursivo de lo que se ha dicho acerca del lenguaje inclusivo de género en las siguientes materialidades significantes: 1) Episodio de *podcast* intitulado “No existe linguagem neutra! Una conversación con Raquel Freitag” (Linguística ON, 2024); 2) Entrevista intitulada “A(s) lingüística(s) y la lengua neutra: Entrevista con Raquel Meister Ko Freitag” (Freitag, 2023). El lenguaje inclusivo de género, también denominado lenguaje no binario, propone la visibilización de sujetos-no-binarios en la lengua, o sea, quienes no se identifican con el binarismo de género (masculino/femenino). Nuestro objetivo, en esta investigación, es comprender cómo el discurso acerca del lenguaje inclusivo de género circula en el ciberespacio, en la contemporaneidad (2023/2024), a partir de la perspectiva teórico-metodológica del Análisis del Discurso (AD) de filiación materialista. Vale decir que el discurso en análisis es de autoría de un sujeto-lingüista, específicamente un sujeto-sociolinguista, a quien se autorizan determinados sentidos a discursivizarse y no otros. Creemos en la relevancia de deprender acerca de los efectos

<sup>1</sup> Doutoranda em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/Campus Cascavel) e mestra em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: camillcruz@gmail.com



de sentido que se producen por/en el discurso enunciado por un sujeto-lingüista, al tenerse en cuenta la necesidad emergente de estudios discursivos acerca de la temática del lenguaje inclusivo de género, aunque consideremos que ni la lengua, ni el lenguaje, ni mismo el ciberespacio, sean neutros o transparentes, pero opacos y pasibles de equivocidad. Por fin, observamos que el discurso del sujeto-lingüista produce sentidos de incertidumbre y búsqueda de autoridad sobre la lengua portuguesa y sobre el lenguaje inclusivo de género en el ciberespacio.

**Palavras-clave:** Discurso digital. Lenguaje inclusivo de género. Lengua. Género. Ciberespacio.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atualmente, muito se discute acerca da linguagem neutra de gênero, inclusive no âmbito do ciberespaço. Essa linguagem é também denominada linguagem não binária ou neolinguagem. Tendo em vista que o uso do termo “linguagem neutra” vem se popularizando na sociedade brasileira (em notícias, leis, manuais, redes sociais, etc.), optamos por utilizar tal denominação neste estudo.

Vale explicitar que, considerando a língua portuguesa, esse tipo de linguagem propõe diversas alternativas de mudanças linguísticas no que se refere a marcações de gênero, desde o uso de pronomes neutros/não binários em substituição a pronomes binários — como “ile”/“elu” e “dile”/“delu” —, até o uso da vogal “e” em substantivos, como “todes”, “amigues” e “alunes” (em substituição a todos/as, amigos/as e alunos/as), por exemplo. Algumas recomendações de uso da linguagem neutra podem ser consultadas no “Manual para o uso da linguagem neutra em língua portuguesa” (Caê, 2020), bem como em outros manuais em circulação no ciberespaço.

Entendemos, em consonância com a analista de discurso brasileira Medeiros (2024), que esse tipo de linguagem faz parte da linguagem inclusiva de gênero, a qual prevê uma perspectiva ampla de inclusão na língua, no que se refere a gênero identitário, rejeitando o uso do masculino genérico e visibilizando o feminino e gêneros não binários.

Neste estudo, apresentamos uma análise discursiva de dizeres sobre a linguagem neutra de gênero, enunciados por um sujeito-linguista, nas seguintes materialidades significantes: 1) Episódio de podcast intitulado “Não existe linguagem neutra! Uma conversa com Raquel Freitag” (Linguística ON, 2024), veiculado na plataforma Spotify; 2) Entrevista intitulada “A(s) linguística(s) e a linguagem neutra: Entrevista com Raquel Meister Ko Freitag” (Freitag, 2023), publicada na Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL.

O objetivo deste estudo é compreender como o discurso sobre a linguagem neutra de gênero circula no ciberespaço, na contemporaneidade, pela perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso (doravante AD) de filiação materialista, ou seja, trata-se de uma disciplina da interpretação, a qual tem como objeto o discurso e concebe o sujeito como conceitual, descentralizado, simbólico e histórico (Orlandi, 2023).

Para tanto, nesta investigação, nos questionamos o seguinte: de que modo os dizeres de um sujeito-linguista (especificamente de um sujeito-pesquisador do campo da Sociolinguística, logo, de um sujeito-sociolinguista) produzem sentido no ciberespaço, na contemporaneidade de 2023/2024?

Nesse aspecto, é necessário pontuar que a Sociolinguística é um campo teórico da Linguística que tem como interesse científico “analisar o vernáculo de uma comunidade de fala” (Freitag; Lima, 2010, p. 88). Dito de outra forma, a Sociolinguística investiga a relação entre a sociedade e a língua,



considerando a influência de fatores sociais nos usos linguísticos de uma comunidade de fala determinada.

Nas seções seguintes, apresentamos uma breve descrição das materialidades significantes deste estudo, bem como as análises das sequências discursivas (SD), as quais serão descritas em duas etapas, respectivamente: análise do episódio de podcast e análise da entrevista acadêmica.

## 1 O DISCURSO DIGITAL SOBRE A LINGUAGEM NEUTRA DE GÊNERO

Antes de iniciar as análises aqui empreendidas, é crucial explicar que o *corpus* de nossa análise compreende em duas entrevistas direcionadas a um sujeito-linguista: um episódio de *podcast* e uma entrevista publicada em um periódico acadêmico, como dito anteriormente.

A composição material desses objetos simbólicos, em suas especificidades, nos faz questionar acerca das materialidades significantes que os compõe. Por isso, é importante dizer que a materialidade desses objetos se estrutura verbalmente de duas maneiras distintas: escritura planejada (no caso da entrevista de periódico acadêmico) e oralidade não planejada (como ocorre com a entrevista em áudio de *podcast*).

Essas observações pontuais nos permitem pensar no modo como os objetos simbólicos específicos, em suas constituições materiais particulares, se diferenciam do *corpus* de análise e da materialidade significante, conforme nos adverte a analista de discurso brasileira Lagazzi (2023, p. 318, grifos da autora): “a materialidade significante não se confunde com objeto simbólico, nem tampouco com o *corpus* de análise”.

Ainda de acordo com Lagazzi (2010, p. 173), no trabalho com as diferentes materialidades, é necessário “tomarmos o sentido como efeito de um trabalho simbólico sobre a cadeia significante, na história, compreendendo a materialidade como o modo significante pelo qual o sentido se formula”.

Nessa perspectiva, na demanda de interpretar, produzir análises discursivas é trabalhar a contradição, a falta e a incompletude da linguagem no discurso, em determinadas condições históricas, as quais constituem as diversas materialidades significantes imbrincadas na heterogeneidade do *corpus*, a partir de certos objetos simbólicos elegidos pelo analista.

## 2 LÍNGUA E GÊNERO EM DISCURSIVIDADE NO CIBERESPAÇO: ANÁLISE DO EPISÓDIO DE PODCAST

A fim de desenvolver nossas análises, sempre em um movimento entre descrição e interpretação, entre teoria e análise, “em um batimento de corte e costura que tece e destece os sentidos” (Abrahão e Sousa; Ribeiro, 2023, p. 137), iniciaremos, neste primeiro momento, pelas análises das sequências discursivas (SD) transcritas a partir do episódio de podcast publicado pelo Linguística ON, no Spotify, intitulado “Não existe linguagem neutra! Uma conversa com Raquel Freitag” (Linguística ON, 2024), o qual veicula uma entrevista com a Profa. Dra. Raquel Meister Ko Freitag (UFS). Sinalizamos que a duração do podcast em análise é de 26 minutos e 20 segundos (26:20).

O podcast Linguística ON é produzido pelo Prof. Dr. Gabriel de Ávila Othero (UFRGS), tendo seu primeiro episódio sido publicado em julho de 2024. Além do episódio em análise, outros episódios que versam sobre linguagem neutra foram publicados: “Linguagem neutra” e “Ainda a linguagem neutra”. Tais episódios tratam de discussões com base na obra “Linguagem “neutra”: língua e gênero em debate” (Barbosa Filho; Othero, 2022). O título do podcast faz referência aos sentidos de uma linguística on-line, que está conectada eletronicamente e relacionada com a atualidade. Não se trata de uma linguística off-line, desconectada da sociedade, mas de uma



linguística que ultrapassa o âmbito universitário, está presente nas redes, no ciberespaço, produzindo e fazendo circular discursos no espaço digital.

A seguir, apresentamos a SD1 (7:27-8:08).

SD1: Não, ela não é neutra. Talvez ela seja hegemônica; talvez ela seja conveniente; talvez ela seja alinhada a valores socioculturais estabelecidos nesse momento na sociedade. Mas, neutra, não é. Identidades de gênero e outras referências a gênero, que não, né, o binário estabelecido, em outras partes do mundo, né, têm alguns rótulos. No Brasil, ele se consolidou por “linguagem neutra”, né. E é esse o rótulo pelo qual esse fenômeno emergente tem se ~~consolidado~~ (interrompe a palavra) difundido. (Linguística ON, 2024, grifos nossos).

Em SD1, os sentidos de neutralidade, de não tomar partido, jogam em contradição com os sentidos de hegemonia, conveniência e alinhamento. Nesse viés, o sujeito-linguista (sujeito conceitual, não empírico) se inscreve em uma posição de autoridade de dizer sobre a relação entre linguagem e “valores socioculturais” específicos, os quais condicionam o que é “hegemônico”, “conveniente” e “alinhado” a determinados valores na contemporaneidade social: a linguagem neutra.

O sujeito-linguista se inscreve em uma posição de poder dizer sobre a linguagem neutra, especialmente porque publicou, no mesmo ano de 2024, uma obra sobre o tema, intitulada “Não existe linguagem neutra!: gênero na sociedade e na gramática do português brasileiro” (Freitag, 2024), título referido no título do episódio de podcast. Trata-se de um sujeito-sociolinguista que está autorizado a falar de gênero no que diz respeito à linguagem, à sociedade brasileira atual, à gramática da língua portuguesa e ao uso dessa língua no território brasileiro.

Os sentidos sobre essa linguagem não são neutros, pelo contrário: ao usá-la, o sujeito se posiciona, toma partido. É uma linguagem supostamente preponderante e necessária, que estaria de acordo com a comunidade falante brasileira, a qual é diversa no tocante ao gênero identitário, não é uma comunidade de sujeitos unicamente binários, formada somente por homens e mulheres.

Contudo, todos esses sentidos são relativizados pela repetição da palavra “talvez” diante de cada adjetivo referido à linguagem neutra. Ela pode ser e pode não ser, depende, não está comprovado cientificamente pelo sujeito-linguista que estuda esse “fenômeno emergente”. Não se diz o que esse tipo de linguagem é, mas se diz o que não é: neutra. A contradição desses dizeres é que neutra é um adjetivo que não lhe pode ser atribuído como característica, embora esteja expresso em sua denominação, em seu “rótulo”.

O ato de interrupção, por parte do sujeito-linguista, ao enunciar a palavra “consolidado” substituindo-a pela palavra “difundido” denuncia que o sentido de permanência do termo “linguagem neutra” ainda não está cristalizado, não pode ser afirmado com solidez, sendo necessário interditá-lo, corrigi-lo, pelo sentido de difusão, de emergência, ou seja, de uso crescente desse tipo de linguagem na sociedade brasileira.

Partindo de uma posição de analistas de discurso, poderíamos considerar essa interrupção inconsciente como uma espécie de ato falho que faz emergir no discurso do sujeito-linguista um posicionamento favorável no que tange a uma possível consolidação da linguagem neutra na sociedade, ainda que sua posição discursiva de profissional do ramo da Sociolinguística não lhe permita estabelecer juízos de valor sobre a língua, delimitando, pela formação discursiva (Pêcheux,



2014), o que ele pode e deve dizer em determinada conjuntura, neste caso, em um podcast que versa acerca de Estudos Linguísticos.

Dessa forma, entendemos o ato falho como um processo discursivo inconsciente que mostra aquilo que o sujeito desejava esconder, produzindo uma fratura no dizer “mediante a substituição, desvio, inversão ou omissão de significantes [...] de forma inesperada e aparentemente estranha” (Ernst, 2018, p. 6).

A seguir, apresentamos a SD2 (8:53-9:14).

SD2: Não é neutro, né, neutro no sentido de isento. Ao escolher uma marca para referência a gênero, à pessoa, seja qual for essa marca, eu me alinho a um posicionamento, né, a uma ideologia de gênero, o que quer que isso seja, não é neutra. (Linguística ON, 2024).

Em SD2, o sujeito-linguista, ao enunciar sobre a linguagem neutra, atribui à palavra “neutro” o sentido de “isento”, isto é, desprovido de posicionamento e aparte criticamente, dizendo que esse não é um sentido possível quando se fala de linguagem neutra. Nessa direção, escolher usar ou não a linguagem neutra, marcando gramaticalmente o gênero na língua, seria um modo de posicionarse politicamente no que diz respeito ao gênero identitário. Seria esse uso, portanto, uma questão de escolha do “eu”: que sujeitos visibilizar na/pela língua? Homens, mulheres ou não binários?

Assim, ao optar por determinada marcação de gênero na língua, o sujeito se afastaria da neutralidade, alinhando-se a um “posicionamento”, a uma “ideologia de gênero” (“o que quer que isso seja”), tendo em vista “a escalada do conservadorismo como força política” (Medeiros, 2024, p. 99) na formação social brasileira contemporânea.

Ao enunciar “o que quer se isso seja” referindo-se a “uma ideologia de gênero”, o sujeito-linguista produz sentidos de indiferença e desvio sobre o conceito dessa “ideologia”, dada a memória discursiva que atravessa esse dizer, ao que “fala antes, em outro lugar, independentemente” (Orlandi, 2020, p. 29): uma memória do conservadorismo emergente nas condições de produção da época de circulação de discursos acerca da “ideologia de gênero”, anterior à entrevista.

Na perspectiva discursiva que adotamos neste estudo, as condições de produção são basilares para a compreensão dos processos discursivos. Segundo Orlandi (2020), as condições de produção concernem tanto ao sujeito quanto à situação, sendo consideradas em sentido estrito e em sentido amplo, funcionando em conjunto com a memória discursiva na produção de sentidos. Estritamente, as circunstâncias da enunciação se relacionam ao contexto imediato do dizer. Por outro lado, amplamente, contemplam o contexto sócio-histórico e ideológico do dizer. Dito de outra forma: a exterioridade atravessa o discurso e o sujeito de maneira incontornável.

Para a AD materialista, a ideologia é constitutiva de sujeitos, aquilo que o interpela (Pêcheux, 2014). Diferentemente, vale ressaltar que o sentido atribuído à “ideologia” nessa SD2 é o de um conjunto de ideias sobre identidade de gênero, que podem ser favoráveis ou não à diversidade de gênero e ao não binarismo, apesar de que isso não possa apagar a existência de sujeitos-não-binários na sociedade, mas torne possível invisibilizá-los na/pela língua.

### 3 LÍNGUA E GÊNERO EM DISCURSIVIDADE NO CIBERESPAÇO: ANÁLISE DA ENTREVISTA ACADÊMICA

Neste segundo momento, analisaremos as sequências discursivas (SD) correspondentes à entrevista (constituída de 8 páginas e 5 perguntas/respostas e publicada em 2023), também com a



Profa. Dra. Raquel Meister Ko Freitag, publicada na Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL intitulada “A(s) linguística(s) e a linguagem neutra: Entrevista com Raquel Meister Ko Freitag” (Freitag, 2023). É relevante mencionar que a ReVEL é uma revista eletrônica acadêmica que publica artigos, resenhas e entrevistas da área de Estudos Linguísticos desde 2003.

Em seguida, apresentamos a SD3, referente à resposta da primeira questão da entrevista, acerca do papel da Linguística na discussão sobre a linguagem neutra.

SD3: [...] há muitas opiniões sem embasamento, mas que ganham espaço na mídia e status de discurso de autoridade, assim como há uma grande produção de manuais prescrevendo o uso de linguagem neutra na comunicação cotidiana. Há ainda iniciativas legislativas para proibir ou barrar o seu uso (que é, diga-se, ainda muito restrito). E a Linguística, assim como as demais ciências, está bastante periférica deste debate [...]. (Freitag, 2023, p. 95-96).

Em SD3, os dizeres sobre a linguagem neutra produzem sentidos de popularização dos saberes sobre a língua, os quais “ganham espaço” em três instâncias discursivas: o discurso midiático (das mídias), o discurso didático (dos manuais) e o discurso legislativo (das leis). O discurso linguístico (da ciência Linguística), que estaria autorizado a dizer sobre, não faz parte de forma incisiva dessa popularização de dizeres acerca da linguagem neutra.

Nessa esteira, o discurso direciona os sentidos para uma banalização da posição de autoridade de dizer sobre a língua, em uma sociedade na qual “opiniões sem embasamento” sobre a linguagem neutra são ditas na mídia (que propaga informações), nos manuais/guias (que prescrevem o uso desse tipo de linguagem) e nas iniciativas legislativas (que buscam cercar a língua, proibindo tal uso, “ainda muito restrito”).

Em contraponto, o sujeito-linguista enuncia nesse espaço de embate dos sentidos sobre a linguagem neutra, no qual algo parece falhar, pois a ciência que tem a língua e a linguagem como objeto de estudo — a Linguística — está localizada numa posição “periférica”, enquanto deveria estar numa posição de “status de discurso de autoridade”, a qual lhe caberia socialmente. Não só a Linguística não está ocupando esse lugar de poder: as “demais ciências” tampouco estão.

Para a analista de discurso brasileira Dias (2022), no espaço digital, os sentidos, a escrita, a leitura e os sujeitos se automatizam. Por conseguinte, pensar o digital como condição e desdobramento de discursividades nos convoca a refletir sobre as formas de produção de “um espaço polêmico das leituras de arquivos” (Dias, 2022, p. 22). Logo, o digital é considerado um espaço simbólico dotado de opacidade, o qual requer gestos de interpretação discursivos específicos, visto que é atravessado na/pela história e constituído de sujeitos e sentidos.

Nesse sentido, o funcionamento das formações imaginárias, isto é, dos lugares em que os sujeitos imbrincados no discurso se “atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro” (Pêcheux, 2014, p. 82), sobre quem pode dizer sobre a língua nos levam a refletir deixando as respostas em aberto, na multiplicidade dos sentidos. Assim, nos questionamos: quais as outras ciências poderiam dizer sobre a linguagem neutra? Todas elas ocupariam uma posição de autoridade apenas por serem científicas ou apenas algumas poderiam ocupar esse lugar de poder? A quem caberia dizer sobre a língua e a quem não caberia fazê-lo? O que significa ter “embasamento” para dizer sobre a língua e a linguagem? Que sujeitos utilizam a



linguagem neutra? Ou ainda: caberia aos sujeitos-linguistas ocuparem espaços de poder na mídia, na produção de manuais e no âmbito legislativo a fim de dizer sobre a linguagem neutra?

Ao enunciar no ciberespaço, o sujeito-linguista populariza os sentidos sobre a linguagem neutra no/pelo discurso digital, tornando determinados saberes linguísticos acessíveis a quem pretende buscá-los ou compartilhá-los na rede. No entanto, não faz com que esses saberes circulem no/pelo discurso midiático, didático ou legislativo, os quais estão mais acessíveis a toda a comunidade falante, ou seja, a qualquer sujeito que está constantemente exposto às mídias, aos manuais e às leis.

Antes de apresentarmos a SD4, é importante explicar que Freitag (2023) considera a linguagem inclusiva como a marcação explícita de gênero e a linguagem não sexista como a não marcação de gênero. Por exemplo: dizer “alunos e alunas” seria considerado um uso da linguagem inclusiva, enquanto dizer “estudantes” ou “discentes” seria um uso da linguagem não sexista.

Dito isso, a seguir, apresentamos a SD4, referente à resposta da quarta pergunta da entrevista, sobre a(s) diferença(s) entre a linguagem inclusiva de gênero e a linguagem neutra.

SD4: O movimento de linguagem neutra prevê a neutralização do gênero. Não dar evidência ou visibilidade a um gênero, como o movimento de linguagem não sexista propõe, é diferente de neutralizar o gênero. Pessoas têm gênero, e sequer sabemos quantos são os gêneros, haja vista movimentos LGBT+ adicionarem sistematicamente novas possibilidades de expressão, identificação e orientação. Neutralizar o gênero é utilizar uma forma para não referir a gênero. [...] O sistema da língua já dispõe de uma forma para essas mesmas funções, o masculino genérico; ao substituí-lo por outra forma, estamos mais uma vez invisibilizando o feminino. (Freitag, 2023, p. 100).

Em SD4, a última SD analisada neste estudo, o sujeito-linguista distingue o “movimento de linguagem neutra” (o qual busca neutralizar o gênero) do “movimento de linguagem não sexista” (o qual busca algo “diferente de neutralizar o gênero”). Os dizeres sobre a “neutralização do gênero”, proposta pelo movimento LGBT+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e outros gêneros e sexualidades), produzem sentidos de invisibilização do sujeito-mulher, de apagamento da luta feminista pelo desdobramento do gênero gramatical feminino, contrariando o masculino genérico.

Desse modo, um jogo de disputa entre os sentidos de “neutralizar” e “apagar” o gênero na língua atravessa o discurso enunciado pelo sujeito-linguista. Tal discurso equipara o uso da linguagem neutra com o uso do masculino genérico, enfatizando que o uso do neutro substitui o do masculino genérico, produzindo sentidos de apagamento da luta LGBT+, a qual, bem como o movimento não sexista, se posiciona contrariamente ao masculino genérico.

Finalmente, em consonância com Pêcheux (2014), podemos pensar que essas “novas possibilidades de expressão, identificação e orientação” dos sujeitos na sociedade contemporânea são atravessadas pela incompletude do discurso, dos efeitos de sentido, na opacidade da língua, considerada a base dos processos discursivos, assim como da linguagem, esse sistema de instabilidades, dotado de ambiguidades, faltas e equivocidades, que nos constitui enquanto sujeitos ideológicos afetados pelo inconsciente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS



Entendemos que a AD materialista, “como reflexão teórica e prática analítica, pulsa em questionamentos diante de seus objetos de análise” (Mariani, 2023, p. 28). Portanto, para efeito de fechamento deste estudo, dado que consideramos todo o discurso aberto à multiplicidade de interpretações, buscamos aqui responder ao nosso questionamento inicial: de que modo os dizeres de um sujeito-linguista produzem sentido no ciberespaço, na contemporaneidade?

Desde o nosso gesto de interpretação, nas condições de produção atuais, urge no sujeito, que pode identificar-se com diversos gêneros, para além do binarismo, a necessidade de simbolizar-se na/pela língua. Por isso, não cabe ao sujeito-linguista uma posição maniqueísta sobre a linguagem neutra, mas uma posição observadora sobre como a língua não pode ser cerceada e submetida aos desejos do sujeito.

Por fim, com esse estudo, compreendemos que os dizeres do sujeito-linguista produzem sentidos de incerteza e busca de autoridade sobre a língua portuguesa e sobre a linguagem neutra no ciberespaço, num esforço de tentar dar conta de um movimento de resistência (Pêcheux, 1990) entre ideologias dominantes e dominadas, de desvio e mudança de sentidos, de quebra de rituais, transgressão de fronteiras, questionamento de ordens e ruptura de repetições. No que se refere à linguagem neutra, podemos pensar na noção discursiva de resistência, como aquilo que toca na língua e se constitui socio-historicamente no ato de “[...] deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras...” (Pêcheux, 1990, p. 17).

Tal movimento de resistência desestabiliza os saberes linguísticos que conhecíamos até então, num jogo de tensão entre o mesmo e o diferente, entre paráfrase e polissemia, sendo a paráfrase aquilo que se estabiliza discursivamente e a polissemia aquilo que se desloca discursivamente (Orlandi, 2020). Nesse jogo de disputa pelos sentidos sobre a língua, a paráfrase concerne na repetição de que a língua portuguesa é binária naturalmente e assim deve permanecer, enquanto a polissemia consiste naquilo que busca modificar a língua para incluir o sujeito-não-binário, diferindo do que foi convencionado linguisticamente. Nesse jogo de tensão entre uma memória e uma atualidade, a estrutura do masculino genérico se encontra com o acontecimento do gênero neutro que a linguagem neutra propõe na sociedade atual.

## REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO E SOUSA, L. M.; RIBEIRO, T. de M. Travessias de uma análise: o gesto de leitura de cada analista. In: SOARES, A. S. F.; GARCIA, D. A.; VIEIRA, N. C. (org.). **Tornar-se analista de discurso**. 1. ed. Campinas: Pontes, 2023. p. 129-153.
- BARBOSA FILHO, F. R.; OTHERO, G. de Á. (org.). **Linguagem “neutra”**: língua e gênero em debate. 1. ed. Parábola: São Paulo, 2022.
- CAÊ, G. **Manual para o uso da linguagem neutra em língua portuguesa**. Foz do Iguaçu: Frente Trans Unileira, 2020. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/informes/manual-de-linguagem-neutra/Manualdelinguagemneutraport.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2025.
- DIAS, C. P. C. Discurso digital: efeito da automatização da leitura no campo teórico e analítico da Análise do Discurso. In: GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. et al. (org.). **Estudo do texto e do discurso: perspectivas contemporâneas**. São Paulo: FFLCH/USP, 2022. p. 18-25. Disponível em: <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/935/847/3078>. Acesso em: 14 jan. 2025.



ERNST, A. G. Cinismo e ato falho no discurso político midiático. **Revista Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 21, n. 2, p. 6-16, 2018. Disponível: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/rle/article/view/15177>. Acesso em: 15 jan. 2025.

FREITAG, R. M. K. A(s) linguística(s) e a linguagem neutra: Entrevista com Raquel Meister Ko Freitag. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL**, [S. I.], v. 21, n. 41, p. 95-102, 2023. Disponível em: <https://www.revel.inf.br/files/1edc500b6a43280469d553514f444578.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2025.

FREITAG, R. **Não existe linguagem neutra!**: gênero na sociedade e na gramática do português brasileiro. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2024.

FREITAG, R. M. K. L.; G. de O. S. **Sociolinguística**. São Cristóvão: CESAD/Universidade Federal de Sergipe, 2010.

LAGAZZI, S. Linha de Passe: a materialidade significante em análise. **Revista RUA**, Campinas, v. 2, n. 16, p. 172-182, 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638825/6431>. Acesso em: 15 jan. 2025.

LAGAZZI, S. Materialidade discursiva: “não se pode dizer não importa o quê”. In: GRIGOLETTO, E.; CARNEIRO, T. C. da C. (org.). **Diálogos com analistas do discurso**: reflexões sobre a relevância do pensamento de Michel Pêcheux hoje. 1. ed. Campinas: Pontes, 2023. p. 314-319.

LINGUÍSTICA ON: Não existe linguagem neutra! Uma conversa com Raquel Freitag. [Locução de]: Gabriel de Ávila Othero. [S. I.]: **Linguística ON**, 26 ago. 2024. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/0auyXIEnVWe2hzeoBP5mr5?si=890d027f99164455>. Acesso em: 10 jan. 2025.

MARIANI, B. Uma proposta de escuta discursiva. In: GRIGOLETTO, E.; CARNEIRO, T. C. da C. (org.). **Diálogos com analistas do discurso**: reflexões sobre a relevância do pensamento de Michel Pêcheux hoje. 1. ed. Campinas: Pontes, 2023. p. 34-40.

MEDEIROS, L. V. A. Linguagem inclusiva de gênero e seus debates controversos: é apenas sobre língua que se discute?. In: DOMINGUEZ, M. G. A.; VELOZO, N. de A. ; COSTA, T. de A. da. (org.). **Políticas de língua, políticas na língua**: reflexões sobre diversidade de gênero e inclusão. 1. ed. São Carlos: Pedro & João, 2024, p. 97-113. Disponível em: <https://pedrojoaoeditores.com.br/produto/politicas-de-lingua-politicas-na-lingua-reflexoes-sobre-diversidade-de-genero-e-inclusao/>. Acesso em: 15 jan. 2025.

ORLANDI, E. P. Análise de Discurso: uma ciência da linguagem. In: GRIGOLETTO, E.; CARNEIRO, T. C. da C. (org.). **Diálogos com analistas do discurso**: reflexões sobre a relevância do pensamento de Michel Pêcheux hoje. 1. ed. Campinas: Pontes, 2023. p. 126-131.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 13. ed. Campinas: Pontes, 2020.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cadernos de estudos linguísticos**. v. 19. Campinas: Editora Unicamp, p. 7-24, jul./dez. 1990. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636823>. Acesso em: 12 jan. 2025.



PRIMEIRA ESCRITA

2025 | Volume 12 | Número 1 | Páginas 103-112

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2014.



## “VAI TER TRANS NA UNICAMP!”: O COMPROMISSO DE ISONOMIA JURÍDICA COMO ESPAÇO DE DISPUTAS

Luiz Davi Alves Castilho<sup>1</sup>

*Universidade Estadual Paulista (UNESP)*

Liliane Souza dos Anjos<sup>2</sup>

*Universidade Estadual Paulista (UNESP)*

### RESUMO

Este artigo oferece uma leitura discursiva de materiais que tematizam a reserva de vagas para pessoas trans, travestis e não-binárias no vestibular Enem-Unicamp, medida aprovada em 1º de abril de 2025. A decisão, inédita entre as universidades estaduais paulistas, suscitou disputas em torno da legitimidade jurídica da ação afirmativa. A partir da Análise de Discurso materialista, investigam-se os modos pelos quais o discurso jurídico é mobilizado para sustentar posicionamentos antagônicos, tendo como *corpus* um vídeo da Bancada Feminista do PSOL e uma Ação Direta de Inconstitucionalidade movida pelo deputado Guto Zacarias. Partindo da premissa de que a isonomia jurídica funciona como uma promessa discursiva historicamente situada, o artigo busca evidenciar a imbricação entre o político e o jurídico, observando como os sentidos se deslocam no espaço de interpretação possível, atravessando tal eficácia ideológica. Discute-se, assim, a contradição constitutiva do discurso jurídico e sua relação com as injunções de sujeitos de direito, ressaltando como o princípio da igualdade é acionado, ora como instrumento de justiça social, ora como operador de apagamento das condições materiais de existência.

**Palavras-chave:** Ações afirmativas. Isonomia jurídica. Discurso jurídico. Promessa discursiva.

### ABSTRACT

This article offers a discursive reading of materials that address the reservation of spot for trans, travesti, and non-binary individuals in the Enem-Unicamp university entrance exam, a measure approved on April 1, 2025. The decision, unprecedented among São Paulo state universities, sparked disputes over the legal legitimacy of the affirmative action. Based on materialist Discourse Analysis, the study investigates how legal discourse is mobilized to support opposing positions, using as its corpus a video from the PSOL Feminist Parliamentary Group and a Direct Action of Unconstitutionality filed by Congressman Guto Zacarias. Starting from the premise that legal isonomy functions as a historically situated discursive promise, the article seeks to highlight the entanglement between the political and the legal, observing how meanings shift within the space of possible interpretation, traversing this ideological effectiveness. It thus discusses the constitutive

<sup>1</sup> Graduando em Comunicação Social - Relações Públicas pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). E-mail: davi.castilho@unesp.br

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC), na Universidade Estadual Paulista (UNESP- Bauru). Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestra em Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: lilianesouzaanjos@gmail.com



contradiction of legal discourse and its relationship with the injunctions of legal subjects, emphasizing how the principle of equality is invoked sometimes as a tool for social justice, at other times as a mechanism for erasing material conditions of existence.

**Keywords:** Affirmative actions. Legal isonomy. Legal discourse. Discursive promise.

## INTRODUÇÃO

O grito “a nossa luta unificou e a Unicamp transicionou!” ecoou pelos corredores da Universidade Estadual de Campinas no dia 1º de abril de 2025. A data

tornou-se histórica quando o Conselho Universitário (Consu) aprovou, por unanimidade, a reserva de vagas para pessoas autodeclaradas trans, travestis ou não-binárias no vestibular ‘Enem-Unicamp’. A decisão, inédita entre as universidades estaduais paulistas (Unesp, USP e Unicamp), rapidamente ganhou espaço nos principais veículos de comunicação e nas redes sociais, evidenciando posicionamentos divergentes.

A medida tornou-se alvo de acirradas disputas, atualizando a dualidade que marca o cenário político brasileiro nos últimos anos. De um lado, a reserva de vagas foi fortemente celebrada, destacando a urgência de políticas sociais voltadas à melhoria da qualidade de vida de pessoas trans, travestis e não-binárias, bem como seu potencial de transformação para as próximas gerações. Discursos evidenciando a luta da comunidade LGBTQIAPN+ e a importância de sua presença no ambiente acadêmico preencheram cartazes e lotaram as redes sociais de apoiadores. Em contraposição, setores mais conservadores questionaram a necessidade de uma reserva de vagas com foco em identidade de gênero, argumentando que a universidade já adota cotas raciais e socioeconômicas. Com base nessa argumentação, foi ajuizada uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), na qual se alega que a medida da Universidade viola princípios fundamentais do ordenamento jurídico.

Diante da diversidade de discursos que evidenciam posições antagônicas em relação à adoção da medida, observa-se, em muitos casos, a invocação de princípios constitucionais para embasar argumentos aparentemente díspares. É nesse contexto que se inserem os materiais selecionados para a presente proposta de análise: um vídeo publicado pela Bancada Feminista do PSOL e uma Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pelo deputado Augusto Zacarias Corrêa Leite (Guto Zacarias).

A partir desses materiais, temos como objetivo analisar, à luz da Análise de Discurso materialista (PÊCHEUX, 2009, [1983] 2012; ORLANDI, 2012; LAGAZZI, 1987, 2023), o modo como as diferentes materialidades discursivas notabilizam as injunções do sujeito de direito, buscando dar visibilidade à “imbricação entre o político e jurídico” (ADORNO, 2019, p. 116). Partimos da premissa de que essa imbricação se materializa no social de diferentes formas (LAGAZZI, 1987), costurando sentidos por entre as relações cotidianas e suscitando debates que ora se jogam na busca por respaldo no texto constitucional, ora deslizam para novos domínios de significação. É nesse sentido que o artigo propõe voltar o olhar para a contradição constitutiva do discurso jurídico, na possibilidade de atravessar as obviedades de posicionamentos políticos partidários opostos que se colocam em discussões acaloradas sobre o que pode ou não esse sujeito. É nessa brecha, no espaço da interpretação possível, que buscamos observar o modo como os sentidos se deslocam, atravessando a eficácia ideológica do jurídico.

Entendemos que os materiais fazem notar, em franco funcionamento, a performance de inviolabilidade do direito à igualdade, vinculada ao compromisso para um tratamento “isonômico”



reservado aos cidadãos, direito este que estaria descrito no caput do art. 5º da Constituição Federal — “Todos são iguais perante a lei [...]” (BRASIL, 1988, art. 5º, caput). Consideramos ser essa uma promessa discursiva (ANJOS, 2024), traduzida em tomadas de posição equívocas e determinadas na história, que envolve “os sujeitos em uma rede imaginária de convicções ligadas a relações de contrato e aliança” (ANJOS, BENAYON, 2024, p. 343).

## 1 O COMPROMISSO EM TORNO DA ISONOMIA JURÍDICA

O modo de produção capitalista, estruturado pelo funcionamento do Direito, pauta a existência de sujeitos pela injunção à responsabilização, à individualização e à igualdade. Uma vez individuados e responsabilizados, os sujeitos de direito, ligados a um véu de formalidade, tornam-se aptos a realizar transações comerciais, estando também sujeitos à punição em caso de violação da lei. Os autores Adorno, Gonçalves e Lagazzi (2024, p. 334) elucidam muito bem esse funcionamento, como se observa na citação a seguir:

[...] a eficácia jurídica está em manter essa máxima da igualdade formal, a despeito da prática do direito. A igualdade jurídica, que considera os sujeitos de direito formalmente iguais, desconsidera as diferenças reais. Cria-se uma aparência de igualdade e equivalência nas relações de troca de mercadorias, existente no plano formal, que propicia a administração de tais relações de modo a preservar os interesses do Capital, conformando-as a padrões tidos como justos pela ideologia burguesa. O jurídico vai, sempre, buscar o sujeito a ser responsabilizado para que o direito tenha condições de aplicabilidade, daí a importância do funcionamento social estruturado na individualização. É preciso a identificação de indivíduos para a imputabilidade.

Conforme salientam os autores, a individualização é um modo de o social ser estruturado; no entanto, é esse mesmo social, orientado por disputas, que se vê às voltas com a necessidade de igualdade. Assim como a liberdade, diretamente relacionada à necessidade de individualização do sujeito, a igualdade formal possibilita a troca livre de mercadorias. É isso que sustenta Lagazzi (2018), com base em sua leitura de Pachukanis e Edelman. Para a autora, o social é lastreado por uma cadeia de relações jurídicas capaz de legitimar os sujeitos em suas interações, de modo a não permitir que se percebam os silenciamentos impostos pela abstração e pela generalização do Direito. A construção de uma inclusão — de uma coletividade de cidadãos abraçada por um manto jurídico que não reconhece diferenças — é parte fundamental desse jogo de generalizações.

A igualdade jurídica configura-se, então, como um axioma, um valor supraconstitucional, imposto mesmo quando não expresso de forma explícita (ROCHA, 1997). De acordo com Norberto Bobbio (1997, p. 30) a igualdade jurídica é um atributo que torna “todo o membro de um grupo social [...] um sujeito jurídico, isto é, um sujeito dotado de capacidade jurídica”. Em termos discursivos, a isonomia pode ser compreendida como um traço pré-construído, algo que funciona à revelia do sujeito, responsável pelo estabelecimento de sentidos ligados ao ordenamento jurídico, desdobrando-se na letra da lei como uma promessa de uma garantia constitucional construída antes e em outro lugar. Em outras palavras, em um regime democrático e republicano, o Estado de Direito assegura igualdade jurídica como premissa irrevogável aos indivíduos, o que demonstra ser esse um compromisso construído histórica e socialmente.



Conforme observa Torrely (2008), o princípio da isonomia, enquanto um ideal de justiça, percorre um caminho histórico, sendo constantemente perseguido pela humanidade sob diferentes perspectivas jurisprudenciais. Embora inscrito historicamente, tal princípio se pauta como atemporal, evocado constantemente como forma de preservar um imaginário de coerência interna do jurídico. Podemos dizer que, como recurso desse funcionamento, o princípio da isonomia jurídica está em “relação à reprodução do imaginário de assepsia da linguagem jurídica, da isenção ideológica dos operadores do Direito, como se fosse possível estar fora da história, à parte da contradição constitutiva do social (ANJOS, BENAYON, 2024, p. 346).

O fato de que a linguagem possui um funcionamento próprio, e que sua inscrição na história é condição necessária para que haja produção de sentido é negligenciado pelas teorias jurídicas mais críticas, conforme apontam Gonçalves, Adorno e Lagazzi (2024). Do ponto de vista da Análise de Discurso materialista, no entanto, consideramos a opacidade da linguagem, ou seja, a equivocidade como própria ao funcionamento da língua e, com isso, qualquer objetividade reivindicada dá lugar à abertura dos sentidos.

Falar em isonomia jurídica é, portanto, evocar a igualdade como compromisso do Estado para com todo e qualquer cidadão. Compromisso que pode ser observado discursivamente como uma promessa, mais especificamente, uma tomada de posição historicamente situada que, em sua equivocidade, agencia o dito, enredando o sujeito a narrativas de compromisso dadas no social (ANJOS, 2024). O que está em jogo é a possibilidade de estarmos diante de um funcionamento promissivo altamente eficaz, sem deixar de produzir fissuras que permitam a emergência de novos sentidos. Afinal, se não há ritual ideológico isento de falhas, o que podemos esperar, senão o mesmo do jurídico?

Na esfera cotidiana, o funcionamento altamente eficaz do jurídico, e ao mesmo tempo sujeito a falhas, se impõe aos sujeitos a partir de certo ideal de vontade, liberdade e igualdade, de tal modo que, conforme nos lembra Medeiros (2019), assumimos os pressupostos do sujeito de direito como ponto de partida de qualquer reivindicação. Nesse ponto, destacamos o modo como as cotas trans evocam a reivindicação dos direitos, como uma cobrança explícita a uma promessa construída constitucionalmente: a promessa de um “todos são iguais perante a lei”.

## 2 E NÓS VAMOS ARRANCAR CADA VEZ MAIS DIREITOS

O vídeo intitulado “Vai ter trans na Unicamp!” foi publicado no *Instagram* da bancada feminista (@bancadafeministapsol) poucas horas após a confirmação da aprovação das cotas trans. Logo de início observamos, ao som de uma marchinha, duas pessoas se abraçando sem conter a emoção. Uma diz a outra: “A gente venceu!”. Na sequência, um aglomerado de pessoas celebra no gramado da Universidade a um só grito: “A nossa luta unificou e a Unicamp transicionou!”. O *reels*, vídeo curto criado e editado no aplicativo Instagram, continua com a deputada Carolina Iara (PSOL) que confirma emocionada a vitória: “Conseguimos as cotas trans e travestis!”.

Em poucos segundos, o vídeo oferece diversos elementos que contribuem para dar a dimensão da celebração e do ativismo voltado à pauta LGBTQIAPN+. Os dizeres sobrepõem a coletividade à individualidade, em uma regularidade voltada a significantes cuja agentividade reforça a pluralidade do movimento (“conseguimos”/ “A nossa luta unificou”/ “A gente venceu”), como uma forma de defesa de uma causa coletiva. Carolina, mulher trans negra, representante da bancada feminista engajada na defesa do movimento e luta pelos direitos de sua comunidade, está em relação a cada um dos que comemoram, mas também em relação aos que não puderam presenciar tal vitória. É nessa direção que caminha o discurso da deputada:



[...] e eu que estou numa casa legislativa, estadual, muito complicada, muito conservadora, transfóbica e que não quis tramitar a cota trans, **hoje é um dia de vingança para extrema direita**. Hoje, **eu choro por aquelas e aqueles que não conseguiram me acompanhar, ou nos acompanhar, até aqui**.

O Brasil é o país que mais mata travestis, transexuais, homens trans e não-binários, mas também é o país que mais resiste e que consegue arrancar direitos da casa grande. **E nós vamos arrancar cada vez mais direitos**. Agnes, presente! [...] **E nós, para delírio da casa grande, nós vamos envelhecer.** (grifos dos autores).

O vídeo dá destaque ao que historicamente tem sido apagado e silenciado. Há um corpo e não outro; há uma voz e não outra. Em relação a muito do que foi dito naquele dia, são as palavras de Carolina que ocupam espaço no vídeo, uma vez que o que está sendo dito opera em um enlace de relato pessoal e reivindicação coletiva, amplificando as vozes ali representadas. São essas palavras provocadoras que cobram por algo que não está materialmente inscrito, mas que sustenta o dito.

Figura 1: Captura de tela do vídeo “Vai ter trans na Unicamp” (2025).



Fonte: BANCADA FEMINISTA PSOL. Vai ter trans na Unicamp. Campinas, 1 abr. 2025. Instagram: @bancadafeministapsol.

Carolina cobra por espaço (dentro da universidade, da assembleia legislativa etc.), cobra por direitos a serem garantidos pela luta (“**E nós vamos arrancar cada vez mais direitos**”). Nessas condições de produção, o corpo trans é evocado no contexto de uma reivindicação de direitos: direito a envelhecer, direito a viver. O corpo que resiste é trazido em oposição ao que morre, isso porque os direitos da “**casa grande**”, segundo suas palavras, estariam sendo arrancados. É desse modo também que o jurídico é afirmado e o sujeito de direito, evocado: pela chave da reivindicação.

Carolina reivindica direitos para sua comunidade, o direito sobre si, sobre o próprio corpo, tal qual nos lembra Medeiros (2019), ao recuperar as noções de Edelman, “reivindicar direitos sobre



o próprio corpo é falar da posição de sujeito de direito, proprietário de si mesmo e resistente à possibilidade de posição de objeto ou de posse de outrem”.

A exigência pelo cumprimento de uma promessa de igualdade se apresenta no material como pré-construído. É no batimento entre promessa e ameaça — uma ameaça “à extrema direita”, à “casa grande” — sob a forma de resposta/vingança, que os sentidos da mobilização na Unicamp se dão a ver. Ao mencionar que “**hoje é um dia de vingança para extrema direita**”, a dor por relembrar os vitimados por transfobia que não puderam presenciar tal vitória ecoa um apelo que reivindica, cobra, vinga-se: “**eu choro por aquelas e aqueles que não conseguiram me acompanhar, ou nos acompanhar, até aqui**”.

Esse dito que recorda pessoas e reivindica promessas aponta para a garantia de igualdade, de proteção à vida, evocando o caput do artigo 5º da Constituição Federal. Na legenda da postagem podemos localizar mais elementos que reiteram a exigência em torno do compromisso pela igualdade jurídica:

VAI TER TRANS NA UNICAMP! ☰

Em uma conquista histórica, a Unicamp se tornou a primeira universidade estadual de São Paulo a aprovar, por unanimidade, cotas para pessoas trans! 🏳️ ♀

**Essa vitória representa um passo gigantesco na luta por reconhecimento dos direitos da população trans**, que há tanto tempo **enfrenta barreiras para acessar e permanecer na universidade**.

Que essa conquista inspire mudanças em todas as instituições de ensino! **Seguimos firmes na luta por direitos e permanência estudantil.** ☰ 🏳️ 💕 (grifos dos autores).

Corpo, voz, língua; na imbricação dessas diferentes materialidades significantes (LAGAZZI, 2023), o sujeito agenciado pela promessa de isonomia jurídica busca por reparação, por vingança, por arrancar todo o direito a que foi negado. À sua revelia, no entanto, a resistência se dar a ver. O corpo que resiste não o faz por via jurídica, ou pela ameaça das palavras. A resistência se dá na possibilidade de outros percursos de sentido para o corpo não binário, que se destaca, vive, transita em espaços antes impossíveis. Ainda que apegada ao jurídico para afirmar seu posicionamento, há algo que escapa às palavras da deputada, indicando uma via para o político na promessa, mesmo diante de tamanha eficácia ideológica.

### 3 UMA REIVINDICAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE

O apelo ao jurídico se dá em um percurso semelhante no documento encaminhado ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo, a solicitação de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) assinada por Augusto Zacarias Corrêa Leite (Guto Zacarias). Vejamos um trecho do documento:

A proposta aprovada no Conselho Universitário da UNICAMP surgiu de um grupo de trabalho formado por integrantes da própria comunidade acadêmica e por movimentos sociais. A justificativa principal é que a população trans enfrenta condições de vulnerabilidade e exclusão social que dificultam seu acesso ao ensino superior. Não obstante a relevância da discussão sobre políticas de inclusão, o sistema de reserva de vagas instituído pela UNICAMP não encontra respaldo em



legislação estadual ou federal. Trata-se, assim, de norma administrativa que cria direitos e obrigações sem a correspondente previsão legal, violando princípios fundamentais do ordenamento jurídico brasileiro.

## II DO DIREITO

A reserva de vagas para grupos específicos em universidades públicas somente pode ser instituída por meio de lei formal, nos termos do princípio da legalidade previsto no artigo 111 da Constituição do Estado de São Paulo, que estabelece: “A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, finalidade, motivação, interesse público e eficiência” [...]

Ademais, a criação de reserva de vagas sem previsão em lei também fere o princípio da isonomia, insculpido no artigo 5º da Constituição Federal, pois confere tratamento desigual a candidatos sem que haja previsão legal para tanto. Dessa forma, a norma aprovada pela UNICAMP deve ser declarada **inconstitucional** por violação ao princípio da legalidade e da separação dos poderes, cabendo ao Procurador-Geral de Justiça ajuizar Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, tendo como parâmetro de controle o art. 111 da Constituição do Estado de São Paulo.

Conforme é possível observar, a ADI, que por limitação do nosso espaço textual não será trazida na íntegra, reforça ainda mais o funcionamento do direito à isonomia como promessa discursiva (ANJOS, 2024). O deputado Augusto Zacarias Corrêa Leite estrutura seu pedido ancorado no princípio da legalidade e da isonomia, afirmando que a decisão da Unicamp viola o artigo 5º da Constituição Federal, o mesmo artigo que embasa, no campo oposto, a defesa das cotas por parte dos movimentos sociais. O sujeito de direito, aqui, aparece como aquele que, por definição, deve ser tratado sem diferenciações e cujos direitos só podem ser modulados a partir de previsão legal formal. Trata-se de uma evocação de um sujeito formalmente igual perante a lei, cuja homogeneidade é construída como condição para a validade do ordenamento jurídico.

Nesse gesto discursivo, vemos como a promessa de um tratamento isonômico pauta os dois posicionamentos. Evoca-se um sujeito universal, ou seja, livre de distinções, como modo de negar as desigualdades materialmente inscritas no nosso social. O pedido de ADI desloca a vulnerabilidade social das pessoas trans para o âmbito da "relevância da discussão", em uma tentativa de atenuar o debate com argumentos voltados ao que diz a lei.

Assim como no material da Bancada Feminista, encontramos a marca do jurídico enquanto operador de uma promessa de igualdade. No material elaborado por Guto Zacarias, porém, tal funcionamento se dá por uma suposta separação entre o Direito e o político, reivindicando uma neutralidade asséptica. O pedido de ADI evidencia como o discurso jurídico pode ser mobilizado para estabilizar sentidos e sustentar o *status quo*, mesmo em face das mais mortíferas tensões sociais.

O sujeito de direito é evocado em sua responsabilização com o intuito de impedir que outros accessem espaços historicamente reservados a uma parcela seleta da sociedade: pessoas brancas, ricas e cisgênero.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A breve análise dos materiais indica a eficácia do discurso jurídico como forte apelo argumentativo em posicionamentos divergentes — tanto contrários quanto favoráveis — às cotas para pessoas trans, travestis e não binárias no processo seletivo da graduação da Unicamp. O vídeo da Bancada Feminista do PSOL e a ADI, que parecem caminhar em direções opostas, demonstram como o jurídico, especialmente o axioma da isonomia jurídica, pode ser evocado como forma de reivindicar um compromisso assumido com o cidadão.

Tensionar a noção de isonomia, a partir dos aportes teóricos da Análise de Discurso materialista, permitiu evidenciar que essa suposta igualdade não deve ser compreendida como um dado natural, mas como efeito de um compromisso dado socio-historicamente e articulado pela própria noção de sujeito de direito.

Tal compromisso se materializa não apenas na letra da lei, mas também na lógica de responsabilização dos sujeitos e nas disputas simbólicas travadas no âmbito dos movimentos sociais. É em nome desse mesmo compromisso que a ativista e deputada Carolina clama por reconhecimento, por justiça e por espaço — e é, paradoxalmente, sob a mesma bandeira da isonomia que se justificariam as oposições às ações afirmativas voltadas à reparação de grupos historicamente subalternizados.

Essa isonomia, reiterada como possibilidade de anulação das condições materiais de existência dos sujeitos, evidencia a atuação da ideologia jurídica na construção de um mundo semanticamente normalizado, erguido tijolo a tijolo por meio da imposição de uma positividade lógica. Como promessa, o compromisso inscrito no texto constitucional é constantemente invocado — ainda que não esteja literalmente expresso no vídeo da deputada da Bancada Feminista —, o que demonstra como o discurso jurídico é mobilizado não apenas como norma, mas também como território de disputas no social.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, G., GONÇALVES, J., LAGAZZI, S. O “direito” e o “jurídico” na análise materialista do discurso. **Revista Linguagem e Ensino**, Pelotas, v. 27, n. 3, p.333-341, set.-dez. 2024.

ADORNO, G. Na dança das imbricações ou uma coreografia materialista: o discurso nas fronteiras. In: Adorno, Guilherme et al. (Orgs.). **O discurso nas fronteiras do social: uma homenagem à Suzy Lagazzi**. Campinas: Pontes, 2019. p. 115-132.

ANJOS, Liliane Souza dos. **A promessa de pacificação**: a favela em discurso. São Paulo: Editora Unesp, 2024.

ANJOS, L., BENAYON, F. Quando a festa do performativo acaba: a insolência e a promessa como modos de escuta discursiva do jurídico. **Revista Linguagem e Ensino**, v.27, n.3, p.342-355, set.-dez. 2024.

BANCADA FEMINISTA PSOL. **Vai ter trans na Unicamp**. Campinas, 1 abr. 2025. Instagram: @bancadafeministapsol. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/DH6-UNPP78f/?igsh=MTJ2N2ozMXozM2J0OA%3D%3D>. Acesso em: 6 abr. 2025.

BOBBIO, N. **Igualdade e Liberdade**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.



BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República [2025]. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 6 maio 2025.

LEITE, A. Z. C. **Carta ao Procurador Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo**. abr. 2025. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2025/04/PGJ-Unicamp-cotas-Trans-4abr2025.pdf>. Acesso em: 7 maio 2025.

LAGAZZI, S. M. **O juridismo marcando as palavras**: uma análise do discurso cotidiano. 1987. [108]f Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1575023>. Acesso em: 2 abr. 2025.

LAGAZZI, S. Da tautologia no social: entre a democracia e a cidadania. In: CAMPOS, T. M.; SOUSA, L. M. A. (org.). **Mídias e movimentos sociais**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018. v. 1. p. 209-224.

LAGAZZI, S. Materialidade Discursiva: “Não se pode dizer não importa o quê”. In: GRIGOLETTO, E.; CARNEIRO, T. C. da C. (org.). **Diálogos com Analistas de Discurso**: reflexões sobre a relevância do pensamento de Michel Pêcheux hoje. Campinas, SP: Pontes Editores, 2023. p. 314-319.

MEDEIROS, L. V. A. Nossos corpos nos pertencem: o sujeito de direito no discurso feminista. **Entremeios**, Pouso Alegre, v. 18, p. 163-172, jan.- jun. 2019.

PÊCHEUX, M. **Discurso**: estrutura ou acontecimento. Traduzido do francês por Eni Orlandi. 6 ed. Campinas: Pontes editores, [1983] 2012.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. Traduzido do francês por Eni Orlandi. In: ORLANDI, E. (org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. 4. ed. Campinas: Unicamp, [1982] 2014, p. 57-67.

ROCHA, C. L. A. Cidadania e Constituição: as cores da revolução do cidadão. **Revista Trimestral de Direito Público**, n. 19, p. 19-37, 1997.

TORELLY, P. P. O princípio da isonomia (igualdade jurídica). **Revista Brasileira De Direitos Fundamentais & Justiça**, [S. I.], v. 2, n. 3, p. 215–247, 2008.



## A LEGÍTIMA DEFESA E A CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS: SENTIDOS EM DISPUTA

José Ricardo Menacho<sup>1</sup>

*Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)*

Joelma Aparecida Bressanin<sup>2</sup>

*Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)*

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo compreender, à luz da Análise de Discurso materialista, os discursos produzidos a partir da associação estabelecida entre a legítima defesa e a concretização de direitos fundamentais que comparecem no plano de governo de um dos candidatos à Presidência da República, nas eleições de 2022. Nossa escolha por constituir um arquivo com planos de governo de candidatos à Presidência da República se deve ao fato de que o programa de discussões colocado em debate, se comparado com a dos outros cargos, como os de governador, Senador, Deputado Federal e Estadual, possuía um apelo e um alcance mais amplos, haja vista as atribuições e as competências de um(a) Presidente(a) da República, que, em nossa tradição constitucional, acumula as funções de chefe de Estado e de chefe de Governo. Em nossos gestos de interpretação, observamos como a política do performativo apaga o político, ao administrá-lo, e estabelece um sentido único para a temática, que dispensa contrapontos. Como um efeito de verdade e unidade, a legítima defesa torna-se um instrumento de destaque de uma política de segurança pública.

**Palavras-chave:** Política do performativo. Político. Plano de governo. Formações imaginárias.

### ABSTRACT

This article aims to understand, in light of materialist Discourse Analysis, the discourses produced based on the association established between self-defense and the realization of fundamental rights that appear in the government plan of one of the candidates for President of the Republic in the 2022 elections. Our choice to create an archive with government plans of candidates for President of the Republic is due to the fact that the program of discussions put up for debate, when compared to those of other positions, such as governor, senator, federal and state parliamentarian, had a broader appeal and scope, given the attributions and competences of a President of the Republic, who, in our constitutional tradition, accumulates the functions of head of state and head of government. In our gestures of interpretation, we observe how the politics of the performative erases the political, by administering it, and establishes a single meaning for the theme, which dispenses with counterpoints. As an effect of truth and unity, self-defense becomes a prominent instrument of a public security policy.

<sup>1</sup> Professor e pesquisador no Curso de Direito e no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Doutor em Linguística pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). E-mail: menacho@unemat.br

<sup>2</sup> Professora e pesquisadora no Curso de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: bressanin.joelma@unemat.br



**Keywords:** Politics of the performative. The political. Government plan. Imaginary formations.

## 1 OS PLANOS DE GOVERNO PARA ALÉM DAS ELEIÇÕES

Esta pesquisa, inscrita na Análise de Discurso materialista, foi desenvolvida no âmbito do Grupo de Estudos Políticas de Ensino de Línguas no Centro-Oeste da Universidade do Estado de Mato Grosso (GEPELCO/UNEMAT) e se iniciou a partir da constituição de um arquivo com planos de governo dos candidatos à Presidência da República do Brasil, no ano de 2022.

Dado o acirramento das eleições, sobretudo em torno de dois candidatos que foram para o segundo turno, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), e Jair Messias Bolsonaro, do Partido Liberal (PL), despertou-nos, a princípio, o interesse em compreender os processos de significação e os funcionamentos em conflito no modo como cada um constrói e propõe um programa de garantia e concretização de direitos em seus planos.

Os planos de governo não são documentos transparentes, cuja materialidade linguística possui e só pode possuir um único sentido, e este, límpido por natureza, inteligível graças à habilidade dos profissionais de marketing envolvidos, é acessível a todos, visto que o interpretarão na exata direção idealizada por seus autores. Tampouco os planos de governo são documentos personalíssimos, vinculados a uma figura específica, aos candidatos da vez, aos que estão sob os holofotes de um pleito eleitoral.

A noção de transparência, como *fiel da balança* para a compreensão dos processos de significação, é amplamente trabalhada pela Análise de Discurso materialista, uma vez que, se a língua fosse transparente, se essa fosse uma particularidade sua, não haveria lugar para a interpretação, nem para o equívoco: o sentido, desta feita, seria sempre o *mesmo*. A *falha* – que, aliás, não é um defeito, refere-se a uma condição da própria língua, à sua não planificação, à sua insubordinação ao domínio, à sua possibilidade de produção de sentidos outros – não existiria. A língua, nessa toada, seria uma ferramenta à disposição de um sujeito-cognitivo, que pensa ser a origem e o dono de seu dizer.

Agregamos que a interpretação, em face da transparência, converter-se-ia em um exercício dado, já-sabido, um desde sempre, com uma consequência previsível; seus terrenos seriam restringidos, porque, para cada enunciado, haveria apenas uma interpretação, e, para esta, exclusivamente, os destaque deveriam ser direcionados.

De uma mesma palavra, então, emanaria ou seria possível extrair um único sentido – ou até mais de um, porém, dentro de uma margem controlável e conhecida; um único sentido cuja *apreensão* estaria ao alcance de todos, pois se a língua fosse transparente, todos (sempre) chegariam às mesmas conclusões.

O texto onde ou o verbal, ou o imagético, ou ambos se imbricam é opaco, turvo, complexo, não possui uma essência, tampouco um conteúdo que possa ser acessado de forma automatizada, ou que está na superfície, aguardando ser fiscado. O que está exposto é o resultado de gestos de interpretação, constituídos (e cimentados, por que não?) pelo trabalho da ideologia. É o trabalho da ideologia, articulando o sujeito, a língua e a história, que produz as evidências; que produz um teatro de papéis marcados e demarcados sobre o que é isto ou aquilo: o que vemos, lemos e interpretamos são efeitos.

Assim, ao afirmarmos que os planos de governo não são transparentes, como fizemos no início do parágrafo anterior, entendemos que estamos diante de documentos cujos sentidos produzidos não são imunes à história nem aos sujeitos. A história e os sujeitos constituem os sentidos. Não há sentidos sem história, como não há sentidos sem sujeito. E, por seu turno, não há



história sem contradição, e não há sujeito sem o inconsciente. Se a história, que tem a contradição como o seu real, nas palavras de Gadet e Pêcheux ([1981] 2010, p. 35-36), como o seu motor, e o sujeito, que tem o inconsciente como o seu real, igualmente segundo Pêcheux ([1979] 2016, p. 17), constituem os sentidos, os processos de significação, pois, não estão dados, não são controláveis, não estão no domínio das certezas, do provável, mas do improvável, do imprevisível.

Estamos diante de documentos que significam e são significados na/pela história e no/pelos sujeitos. Para além de uma perspectiva *logicista*, que tende a considerar apenas a estrutura linguística e a sua ordem; bem como, para além de uma perspectiva *sociologista* que tende a relacionar o objeto-alvo de interesse com a sociedade e a história de um modo contextual, episódico, ocasional, estamos diante de documentos que colocam em circulação – a partir dos discursos que se materializam em seus dizeres – aparatos de interpretação acerca dos temas que aborda.

Aparatos que não são neutros ou imparciais e que, apesar de evidenciarem uma posição sociopolítica (ou de esquerda, ou de direita, ou conservadora, ou liberal...), que, a propósito, não é intencional, mas constituída por uma inscrição numa dada posição-sujeito, direcionam o que e como interpretar.

Um aparato de interpretação, nessa linha, consiste em um formato/modelo de leitura pré-estabelecido, que se apresenta ao sujeito-leitor, dissimulando a sua existência, como uma chave para que leia aquilo que lhe é indicado, segundo uma diretriz, um caminho próprio, com a finalidade de administrar os sentidos: *este é o caminho, e não aquele*.

O aparato não decorre de voluntarismos, muito embora este seja um efeito que ganhe relevo, o de que alguém, muito habiloso, ao redigir o que lhe foi solicitado ou o que desejava, conseguiu, a partir do que escreveu e de como escreveu, seduzir e manipular a percepção dos leitores, carreando-os para uma visão de mundo ambicionada, que, no caso dos planos, favoreceria a este ou àquele candidato. Os aparatos se constituem, seus direcionamentos, ideias, conceitos e pré-conceitos, da predominância de uma ou mais redes de formações ideológicas e discursivas.

Nesse sentido, os planos, ademais de proporcionarem o registro público das promessas de campanha – suscetível, portanto, ao controle e ao acompanhamento da população e da imprensa (o que cumpriu ou não cumpriu; o que foi alterado e o que se manteve, ao longo do mandato dos representantes políticos eleitos) – e de falarem muito de seus candidatos e do programa que defendem, falam, também, por meio de aparatos de interpretação, nos termos explicitados acima, de uma concepção de: Estado; país; política; democracia; direitos; políticas públicas; sociedade.

Trata-se de representações, como consideramos, constituídas por expectativas sobre algo, referências que organizam e unificam sentidos, que instauram, numa relação de reciprocidade com os aparatos de interpretação, modos específicos para se compreender alguns temas e objetos: é comum que...; é esperado que...; é óbvio que...; é certo que, se você for brasileiro, perceberá que é necessário pensar/agir/comportar-se desta ou daquela forma; é importante que um Presidente da República defenda isto ou aquilo, tenha esta ou aquela agenda.

Por certo que essas representações não provêm da intenção/da vontade deste ou daquele sujeito, deste ou daquele grupo, enfim, deste ou daquele partido político – conforme já ponderamos, ao tratarmos da constituição dos aparatos de interpretação. Não estamos diante de um terreno cujos significados se estabelecem segundo uma relação termo a termo entre o pensamento, a linguagem e o mundo: para cada palavra, um significado, e, para cada significado, uma palavra, tudo, sem exceção, em consonância com o pensamento de um sujeito que, supostamente, domina a linguagem e, ao dominá-la, domina o mundo.



Desse modo, no intuito de compreendermos, em nível discursivo, algumas dessas representações, nomeadamente a associação entre a legítima defesa e a concretização de direitos fundamentais em funcionamento no plano de governo selecionado, e não incorrermos em uma análise de conteúdo, produto de julgamentos deterministas e de explicações biopsicológicas, centradas ou num movimento conspiratório, ou numa plêiade de manipulações premeditadas, ou, ainda, num jogo de cartas marcadas, é que propomos, de acordo com os princípios e procedimentos da teoria à qual nos filiamos, um deslocamento, uma mudança de observatório, que nos demanda uma outra prática de se tomar, recortar e analisar o *corpus*.

Expliquemo-nos.

O deslocamento proposto nos provoca a compreender a materialidade linguística como um ponto de partida, e não como um fim em si mesmo; provoca-nos a questionar a significaçãoposta, ao considerá-la como um efeito de sentido, dentre tantos outros possíveis, que se projeta sobre os demais, em razão de relações de dominância estabelecidas pelo funcionamento das formações ideológicas<sup>3</sup> e discursivas, que autorizam, em uma dada conjuntura, “o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 147).

Trata-se, portanto, de um deslocamento que:

(a) Redimensiona o estudo sobre o tema, ao descentrá-lo tanto de uma busca por um sentido essencial, escondido nas entrelinhas de um texto, ou supostamente camouflado nos cantos de uma imagem; quanto de uma busca (também ilusória) pelas *reais intenções do autor*, segundo um exercício hermenêutico, que apostava na permanência do processo de significação ao longo do tempo, ou na existência de um sentido original para algo.

(b) Considera a língua e suas determinações históricas, o social, o político (a divisão de sentidos), o sujeito e o trabalho da ideologia (que, como um mecanismo, ladrilha certezas e dissimula suas articulações), para interrogar a própria interpretação, seus gestos, o modo como se constitui e sustenta o que está posto.

Tomamos os planos de governo como unidades analíticas, tal como a noção de texto proposta por Orlandi (2012), e não como unidades de sentido. Assim, entendemos que, embora os planos produzam um efeito de unidade, de organização da dispersão, de homogeneidade sobre o que está sendo dito, os discursos que os constituem estão em disputa. Alguns, predominantemente, acabam por interditar o surgimento de significados outros, acomodando certos pressupostos que irrompem *para e sempre quando* um determinado tema vem à baila: liberdade, educação, família etc.

Dos planos que compõem o arquivo, selecionamos como *corpus*, para este artigo, o do candidato Jair Messias Bolsonaro. Esclarecemos que a opção por constituir um arquivo com planos de governo de candidatos à Presidência da República, nas eleições 2022, deveu-se ao fato de que o programa de discussões colocado em debate, se comparado com a dos outros cargos, como os de governador, Senador, Deputado Federal e Estadual, possuía um apelo e um alcance mais amplos, haja vista as atribuições e as competências de um(a) Presidente(a) da República, que, em nossa tradição constitucional, acumula as funções de chefe de Estado e de chefe de Governo.

O candidato ou candidata à Presidência da República, independentemente de sua filiação partidária, em busca de votos, fala para eleitores espalhados pelo território nacional, tocando em

<sup>3</sup> Que compreendem “um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são individuais nem universais, mas se relacionam mais ou menos diretamente às posições de classe em conflito umas com as outras” (PÊCHEUX, [1969] 2014, p. 163).



matérias que repercutem diretamente em suas vidas: trabalho, saúde, segurança pública, transporte, educação, dentre muitos outros. Não é à toa que, em nossa experiência democrática, as eleições presidenciais mobilizam o país todo.

Esclarecemos, também, que a escolha por um dos planos, o de Bolsonaro, deveu-se ao fato de que, em que pese a sua plataforma não ter sido a vencedora, o ex-presidente, mesmo após a sua derrota, seguiu em campanha, recebendo destaque nas rodas e no debate político, bem como na mídia brasileira e, em uma proporção maior, nas redes sociais e mídias digitais: ora por convocar/participar, nos últimos anos, de manifestações pelo Brasil (e, nestas, desacreditar o sistema eleitoral brasileiro e as instituições); ora por ser condenado no Tribunal Superior Eleitoral, tendo perdido, nessa ocasião, os seus direitos políticos por oito anos, em 2023; ora por ser denunciado, pela Procuradoria Geral da República, no Supremo Tribunal Federal, pela tentativa de golpe contra a ordem democrática e contra o Estado de Direito, no dia 8 de janeiro de 2023, em Brasília.

Do Plano de Governo de Bolsonaro, intitulado “Pelo bem do Brasil”, extraímos o seguinte recorte do subitem “d”, “liberdade para a defesa de direitos”, do item 1.1, “A liberdade e a vida”, da seção 1, “Valores e princípios centrais do Plano de Governo”:

**Figura 1.** Capa do Plano de Governo de Jair Messias Bolsonaro



Fonte: (BOLSONARO, 2022)

**Figura 2.** Recorte Discursivo 1 (RD1)

**d) Liberdade para a Defesa de Direitos**

A legítima defesa é direito fundamental que deve ser tutelado para permitir ao cidadão a proteção dos seus **direitos fundamentais** (vida, integridade física, dignidade sexual e liberdade) contra injusta agressão. Nesse sentido, trata-se de importante dever de um estado de direito, que prima pela defesa dos valores fundamentais, **assegurar a legítima defesa e prover meios para seu exercício**. É fundamental pontuar a importância da preservação e potencialização do exercício da legítima defesa que, por óbvio, autoriza o uso da força para evitar injusta agressão, inclusive com o uso de arma de fogo.

A força dissuasória do acesso às armas de fogo se mostra também um importante elemento que contribui para a política de segurança pública e para a própria pacificação social e preservação da vida. A esse respeito, é válido registrar a queda de homicídios por arma de fogo de 25,1% de 2018 a 2019, período este de ampla expansão de aquisição de armas de fogo pelo cidadão.

Fonte: (BOLSONARO, 2022, p. 10)

Registrados que essa passagem formula a posição sobre armas de fogo propagandeada pelo candidato desde a sua primeira campanha eleitoral à Presidência da República, em 2018, da qual saiu vitorioso, que consiste na ampliação da posse, do porte, da aquisição e do registro dessas armas



para a população, com a justificativa de que esta possa, contando com as suas próprias mãos e armamentos (particularmente adquiridos), defender-se.

Devidamente empossado, Bolsonaro expediu, já no início de seu mandato, uma série de decretos, alterando as regras vigentes sobre a matéria, e, como consequência, ampliando o acesso a armas.

O primeiro decreto publicado foi o de n. 9.685, de 15 de janeiro de 2019; após este, outros tantos, na sequência, também foram publicados, e alguns revogados. Dentre os revogados, citamos, como exemplo, o de n. 9.785, de 7 de maio de 2019. Neste, a despeito das facilidades implementadas por outros decretos publicados para atender aos chamados CACs (colecionadores, atiradores desportivos e caçadores), estendia-se o porte de armas para várias categorias profissionais, e autorizava a prática de tiro desportivo a menores de 18 anos, mediante prévia autorização de um de seus responsáveis legais.

Não é por coincidência que a ocorrência da palavra “arma” abunda o **RD1** e a íntegra do item de onde foi extraído: “...inclusive com o uso de arma de fogo”; “...A força dissuasória do acesso às armas de fogo...”; “...de ampla expansão de aquisição de armas de fogo pelo cidadão...”.

Há, na materialidade linguística, uma costura de causa e consequência entre a legítima defesa, o armamento da população e a concretização de direitos. Apresentada a questão como uma equação linear, a legítima defesa se torna um direito fundamental, cujo exercício precisa ser “tutelado” e ampliado pelo Estado, para que os cidadãos protejam os seus direitos.

Como um resultado virtuoso dessa equação, ainda no nível da descrição do recorte, anotamos que, não obstante o ganho individual destacado, que se refere à oportunidade de se adquirir uma arma para se proteger de uma “injusta agressão”, são mencionadas três outras contribuições promovidas por essa iniciativa: a primeira, “...para a política de segurança pública...”; a segunda, “para a própria pacificação social”; e, a terceira, para a “...preservação da vida”.

A partir desse recorte, perguntamo-nos sobre: (a) o modo como o político é administrado na associação estabelecida entre a concretização de direitos fundamentais e a legítima defesa, na materialidade linguística; e (b) como o jurídico, inscrito na forma-sujeito histórica contemporânea, a capitalista, opera na produção de um sujeito de direito capaz de defender a si mesmo e de se responsabilizar pelos seus próprios direitos.

A Análise de Discurso materialista, teoria à qual nos filiamos, como pontuado alhures, permite-nos *chacoalhar* as evidências, levantar o seu pó; permite-nos, por meio de seus dispositivos teóricos e analíticos, olhar para o material escolhido e questionar os seus processos de significação, que não estão clarificados sob a luz do sol do meio-dia.

Os processos de significação que muito nos interessam são acessados, na companhia da teoria, pelo discurso que se materializa na língua: esse é o nosso objeto de estudo. O discurso é o convite, o meio de entrada, para que compreendamos uma outra materialidade que está para além da linguística – a materialidade discursiva.

No âmbito da materialidade discursiva, é possível expormos, alicerçados em nossos gestos analíticos, o modo como a língua foge do controle; como os deslizes ocorrem ou são interditados; como o sujeito diz o que diz, segundo a inscrição de sua posição-sujeito em uma dada rede de formações discursivas; como as contradições e os efeitos de sentido se tensionam. E, ao acessarmos o discurso, conseguimos observar a ideologia. Precisamos nos incumbir dos processos, apesar dos resultados. Precisamos nos perguntar e perguntar aos planos sobre as interpretações que os mantém em pé, para além de sua viabilidade de implementação ou validade jurídico-política.



## 2 QUANDO A LEGÍTIMA DEFESA É CONVERTIDA EM UM DIREITO FUNDAMENTAL: O FUNCIONAMENTO DA POLÍTICA DO PERFORMATIVO

Em nossas primeiras incursões no material, inquietou-nos a associação direta estabelecida – e já descrita por nós anteriormente – entre a legítima defesa e a concretização de direitos, sendo isto apresentado no plano de governo como uma faceta da liberdade (*vide* os títulos do subitem, do item e da seção de onde selecionamos o recorte).

Segundo essa associação, a legítima defesa deixaria as trincheiras do Direito Penal, *locus* em que é considerada uma hipótese de excludente de ilicitude, ou seja, uma justificativa que exclui a existência de um crime, e se converteria tanto em um direito fundamental a ser tutelado pelo Estado quanto em um meio eficaz e legítimo para a garantia de (outros) direitos fundamentais: **R.1** “A legítima defesa é direito fundamental que deve ser tutelado para permitir ao cidadão a proteção dos seus direitos fundamentais (vida, integridade física, dignidade sexual e liberdade) contra injusta agressão [...]”.

A legítima defesa está prevista no Código Penal brasileiro há anos – tanto no código vigente, de 1940 (Decreto-Lei n. 2848/1940), quanto no revogado, de 1890 (Decreto n. 847/1890), que remonta ao início da República – não se trata de um instituto inexistente, muito menos proibido no ordenamento jurídico brasileiro.

Para que a legítima defesa se configure, de acordo com os artigos 23 e 25 do Código Penal, alguns requisitos devem ser verificados cumulativamente. O sujeito que praticou a ação considerada ilícita precisa estar sofrendo ou na iminência de sofrer uma injusta agressão a direito seu ou de outrem e, como defesa (legítima), repeli-la, de forma moderada (proporcional), valendo-se dos meios necessários. Como uma excludente de ilicitude, sua alegação pode surgir ou ser suscitada, em linhas gerais, nos inquéritos policiais, como uma constatação nas investigações; nos pedidos de arquivamento do Ministério Público; ou como matéria de defesa, com as devidas comprovações, de alguém que está sendo acusado por um crime.

Resgatar como o tema é observado no/pelo Direito, ao menos em termos legais, bem como resgatar como o ex-presidente se manifestava, e se manifesta, sobre o uso de armas de fogo pela população, é indispensável para que possamos compreender como a aludida associação, posta e firmada como vantajosa e favorável, funciona discursivamente: quer produzindo um efeito de que esta é a solução, de que, no caso, *a concretização de direitos pode se efetivar com (a) e por meio (da) legítima defesa*; quer apagando a diversidade e a divisão de sentidos, fixando uma homogeneidade que aponta em uma direção, independentemente de outras, afinal, *a quem cabe a garantia e a concretização de direitos em nossa sociedade?*; quer colocando na vitrine a unidade acerca da resposta à pergunta anterior: *cabe aos próprios cidadãos*; quer, ainda, fazendo irromper pré-construídos (como sustentáculos presentificados na formulação) a respeito das funções do Estado, do poder público constituído e de suas competências e atribuições, especialmente àquelas que demandam uma prestação sua, uma atuação mais ativa sua, à luz da *realidade brasileira*.

Ao analisar propagandas de Estado, da Alemanha nazista e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), dentre os funcionamentos visibilizados, Pêcheux ([1979] 2011, p. 89) observou dois, que são produtivos para as nossas análises. O primeiro deles diz respeito à política do performativo e o segundo diz respeito à formação-sujeito histórica.

A política do performativo se refere ao funcionamento que coloca o dizer e o fazer em uma condição de equivalência, apagando, dessa forma, como desdobramento recíproco, e não como uma consequência, o político. A reciprocidade entre o performativo e o apagamento do político,



nesta circunstância, deve-se ao fato de que, para que aquilo que se diz equivalha ao fazer, o político (a diferença, a diversidade, a divisão de sentidos) precisa ser administrado.

Um sentido único deve ser fixado, mantido como se outro não houvesse, a fim de que o dito se sustente como verdade; ou, em outras palavras, até mesmo como um *fatalismo*, como se estivéssemos à beira do abismo, e não houvesse alternativa, somente esta e tão somente esta, que está sendo apresentada: se não for desta forma, de outra não será; para que isto ocorra, é indispensável que se incorpore esta proposta, e não outra qualquer.

Essa equivalência entre o dizer e o fazer produz o efeito de que o que está sendo falado/escrito/demonstrado é o real, condiz com as nossas experiências cotidianas, tem aplicabilidade, é verossímil: se isto ou aquilo está sendo dito, é porque procede.

Antes de avançarmos, pontuamos que problematizar o funcionamento da política do performativo, a partir de sua visibilização em uma determinada materialidade linguística, não significa nem promover uma classificação conteudista entre aquilo que é verdadeiro ou falso; nem manifestar um juízo definitivo sobre as propostas apresentadas no plano de governo. O nosso compromisso não é o de inquirir ou checar a autenticidade do que está sendo (ou foi) afirmado, mas, sim, demonstrar como a performance (no nível da significação) ocorre, isto é: como o que é (ou pode ser) diverso se torna um; como que os direitos fundamentais, o seu cabimento, responsabilidade e concretização, são enquadados desta forma, e não de outra.

Reducir a questão, esta que estamos discutindo, a um julgamento de verdadeiro ou falso é, inclusive, desperdiçar a oportunidade de se trabalhar com algumas pegadas na areia, alguns rastros dos processos discursivos na materialidade linguística, que produzem como efeito a garantia de que a formulação por si só, tão somente a partir do que é dito, dá conta do recado, garante-se, firma-se como um argumento crível, como um entendimento que merece acolhimento e pelo qual vale a pena lutar, como uma causa (ou a causa das causas) a ser levada adiante.

A política do performativo – demonstrada por Pêcheux ([1979] 2011) e mobilizada por nós neste estudo – não corresponde a uma arte intencional do engano, ou a um conjunto de estratégias de manipulação, adotado para ludibriar um público específico, ou, ainda, à capacidade de se detectar uma mentira escondida em uma propaganda, ou em um plano de governo; corresponde ao modo como aquilo que é dito é ratificado pelo próprio dizer; como aquilo que é dito busca e encontra validade na própria formulação, não havendo espaço para maiores digressões ou indagações, para o contraditório, para a *alteridade*.

A diferença, nessas circunstâncias e condições, é apagada, e aí está a administração do político: um sentido é evidenciado, bem como uma direção interpretativa (que, também, constitui-se a partir de gestos de interpretação) é consagrada.

Como fruto de um suposto consenso dado e imemorial, aquilo que é dito se torna *autoexplicativo* e *autocentrado*: é o que é, porque, simplesmente, é; é o que é, porque circula por meio de um plano de governo, um documento público, registrado em um cartório eleitoral, segundo a legislação brasileira; é o que é, porque o plano de governo foi elaborado por especialistas, por técnicos, pessoas que são referência em suas áreas de atuação, logo, falam o que falam e falam como falam, com retidão, embasamento e neutralidade.

Em “A legítima defesa é direito fundamental que deve ser tutelado para permitir ao cidadão a proteção dos seus direitos fundamentais [...]”, podemos observar que a “legítima defesa” é alçada, por meio de uma declaração, e sem qualquer mediação, condicionantes, limitações, concessões doutrinárias, à condição de direito fundamental. Trata-se de uma certeza que não transita pelos prados da dúvida. Estamos diante de uma declaração que não abre a discussão para que o tema seja



trabalhado, comparado ou contestado, afinal, a “legítima defesa”, tal como é concebida e anunciada, não está sob o crivo das possibilidades, ou sob o filtro dos deveres, ou, ainda, como faceta de um posicionamento, de uma marca política e/ou político-partidária.

“A legítima defesa é um direito fundamental”. Essa declaração inaugura a discussão e ao mesmo tempo a justifica, como se o tema em destaque fosse ou algo já sabido, do conhecimento de todos, cuja divergência é dispensável, quiçá nem exista; ou algo que, inclusive, transcende o próprio ordenamento jurídico, visto que a legítima defesa não compõe, por exemplo, o rol de direitos fundamentais (civis e políticos, sociais, difusos e coletivos) descrito no texto constitucional. E se “a legítima defesa é um direito fundamental”, e isto não se discute, o Estado deve tutelá-la, deve “prover meios para o seu exercício” (segundo parágrafo do **RD1**).

Explorando um pouco mais a estrutura linguística e o modo como a política do performativo opera – produzindo efeitos de unidade e consensualidade, ao administrar o político – em: “A legítima defesa é direito fundamental que deve ser tutelado para permitir ao cidadão a proteção dos seus direitos fundamentais [...]”, temos, segundo a sintaxe, uma oração subordinada adjetiva restritiva. *Subordinada*, porque a primeira parte do enunciado, muito embora introduza o tema como uma certeza, depende da segunda parte para, em termos sintáticos, possuir um sentido completo: “que deve ser tutelado para permitir ao cidadão...”. É *adjetiva*, porque fornece detalhes sobre um substantivo presente na primeira parte do enunciado, qualificando-o, no caso: “um direito fundamental”. E, por fim, é *restritiva*, porque diminui o seu alcance: “a legítima defesa” até pode ser afirmada como “um direito fundamental”, no entanto, a sua aplicabilidade e eficácia não são plenas e imediatas, visto que a tutela do Estado é imprescindível para “permitir ao cidadão a proteção dos seus direitos fundamentais”.

De forma linear, a equação está colocada e o resultado devidamente oferecido, como uma verdade intransponível (o dizer equivalendo ao fazer): a legítima defesa, como premissa, é lançada como um direito fundamental e, como tal, deve ser assegurada. Nessa toada, um candidato à Presidência da República, no intuito de não ser conivente com uma injusta agressão que um cidadão (*de bem*, conforme o candidato vaticinava em seus pronunciamentos) possa sofrer, deve – naturalmente, como um comportamento *lógico* e esperado – defender e assumir essa pauta, concorrer para a sua concretização, sob pena de injustiças serem perpetradas.

O tema é colocado nestes termos, de forma simplificada, e até didática, diante da criminalidade *acachapante*; a sociedade, indefesa, precisa se proteger, e, para esse propósito, de posse dos meios necessários, facilitados, é claro, pelo Estado, contribuir: “para a política de segurança pública e para a própria pacificação social e preservação da vida” (**RD1**).

Ponderamos e gostaríamos de insistir uma vez mais que a política do *performativo*, para produzir o efeito de equivalência entre o dizer e o fazer, administra, como um desdobramento recíproco, o político, uma vez que, para que o dizer corresponda à realidade, seja considerado cabível, a diversidade de sentidos é tamponada por um efeito de unidade, visto que, no ilusório panteão da verdade, a fim de que a objetividade impere e o caos não se instale, só há espaço para uma única direção interpretativa reinar, para um único sentido se consolidar, devendo ser desconsiderados e descredibilizados quaisquer outros sentidos e quaisquer outras direções interpretativas que não estejam em sintonia com o padrão estabelecido para a legítima defesa: a sua afirmação como direito fundamental, e a sua associação com a defesa de outros direitos fundamentais.

Considerando as condições de produção que constituem o *corpus* e a inscrição de seus dizeres em uma dada rede de formações discursivas (PÊCHEUX, [1969] 2014, p. 163),



predominantemente identificada como de extrema direita e neoliberal, acrescentamos que as direções interpretativas e os sentidos outros, não obstante serem desautorizados, quando irrompem na falha e/ou no equívoco são interditados e relacionados, de forma contumaz, e num certo tom pejorativo (um trabalho das formações imaginárias), a posições favoráveis à criminalidade, à intervenção descabida do Estado no domínio privado e ao comunismo.

Também exploraremos essa questão, a partir da perspectiva da determinação do dizer pelas formações ideológicas e discursivas e, especialmente, pelas formações imaginárias, que “designam o lugar que os sujeitos se atribuem cada um a si e ao outro, (segundo) a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, [1969] 2014, p. 82).

Porém, assinalamos desde já que as interdições reportadas e, sobretudo, a relação traçada entre direções interpretativas e sentidos outros com posições favoráveis à criminalidade, à intervenção descabida do Estado etc. decorrem de um silogismo simplificado, um jogo de lógica que enfrenta e reduz temas complexos, como este, cujas causas também são complexas, a algo que pode ser resolvido, hipoteticamente, num estalar de dedos, porque não é difícil, só depende de força de vontade; de vontade política; de interesse por parte dos governantes; de quem tem o poder da caneta; de quem não tem medo de combater à criminalidade.

Nessa linha, podemos reparar no modo como a legítima defesa, associada à concretização de direitos fundamentais, conforme a formulação do **RD1**, torna-se tanto a porta de entrada para que outras discussões sejam suscitadas e fundamentadas, quanto uma eficiente solução para os problemas envolvendo a concretização de direitos fundamentais (a sua defesa). Podemos reparar, ainda, que, se, no início do **RD1**, a legítima defesa inaugura a exposição da proposta como um direito fundamental (“é”), fechamos o recorte com a posição favorável ao armamento, à força dissuasória das armas e à sua contribuição para a segurança pública.

A redução da complexidade da questão, como demonstramos, a partir de premissas silogísticas que desconsideram a totalidade material da temática – ora tomando a parte pelo todo (a legítima defesa pela segurança pública), ora desconsiderando pesquisas e outras vozes que estudam o assunto – também pode ser visibilizada como um outro efeito que não escapa à política do performativo.

A *simplificação* do que está sendo dito – que não se refere à comunicação, ao emprego de uma linguagem mais acessível, mas a própria administração do político, à estabilização de um sentido único para..., a uma abordagem mais restritiva, que não se abre, fecha-se – produz identificações entre os sujeitos-leitores e o tema em discussão, tornando-o comum, familiar, próximo, enfim, uma preocupação que todos deveriam/devem ter, uma questão de honra, até porque como não apoiar uma proposição nestes moldes: se *a violência está aí, ameaçando-nos, acuando-nos, e nós, cidadãos, precisamos nos proteger, o Estado precisa, portanto, garantir meios para que nós, cidadãos, possamos nos defender*.

As premissas são estas: se a sociedade está violenta, ao ponto de comprometer a concretização de direitos fundamentais, o Estado deve garantir que os cidadãos possam se defender, por meio da “preservação e potencialização do exercício da legítima defesa que, por óbvio, autoriza o uso da força para evitar injusta agressão, inclusive com o uso de arma de fogo”. Essa ação do Estado, ao preservar e potencializar o exercício da legítima defesa, tem como resultado, como síntese, da tese e da antítese indicadas acima, contribuir “para a política de segurança pública e para a própria pacificação social e preservação da vida”. Se as premissas não forem essas, e o resultado esperado não for alcançado, tudo o mais é declarado a favor daquilo que se quer combater: a criminalidade, por exemplo.



Sob o viés dessas premissas, o cidadão armado afirma seus direitos, garante a sua liberdade, contra qualquer agressão, e o faz sob o manto da legítima defesa. O Estado, nessa circunstância, não deve se imiscuir no domínio privado. Esse tipo de expediente inclusive é característico de um Estado comunista, que desarma a população para a dominar, para a tornar frágil – uma ameaça permanente, interna e externa, cujas representações a seu respeito se constituem, projetam-se e circulam a partir dos efeitos de sentido inscritos em formações ideológicas e discursivas que congregam, com predominância, ideias e ideais de extrema direita e neoliberal.

O cidadão deve, portanto, ver com desconfiança esse tipo de intervenção, porque a liberdade é inegociável, inclusive a de se proteger. Ao Estado compete afiançar o acesso às armas, bem como preservar e expandir a aplicação das hipóteses de legítima defesa, a fim de que os cidadãos possam adquiri-las, utilizá-las, como um recurso para fazer cessar uma agressão, e não sejam punidos.

A direção interpretativa e o sentido único sobre a legítima defesa – evidenciados na superfície e tomados como verdade, conforme as premissas mencionadas e o resultado esperado (a síntese) – diluem o contraponto, torna-o desnecessário diante do cenário desenhado; esmaecem a sua contribuição para o refinamento do debate e, especialmente, para a adoção de medidas de segurança pública (e não de segurança individual) mais assertivas, à luz dos elementos estruturantes (das muitas realidades brasileiras) e de uma abordagem do tema, para além da *ostensividade*.

A necessidade do contraponto é diluída:

(a) Quer pela falta de alternativas e escolhas – *a legítima defesa é um direito fundamental e o Estado deve tutelá-la e ponto, não havendo escapatória. Essa é a melhor saída, visto que tudo o mais não trouxe e não trará um desenlace satisfatório, é balela. E, além disso, o que é proposto não promoverá um quadro de insegurança aos cidadãos, estes não precisam se preocupar*, sentido engendrado pela RD1: “[...] a esse respeito, é válido registrar a queda de homicídios por arma de fogo de 25,1% de 2018 a 2019, período este de ampla expansão de aquisição de armas de fogo pelo cidadão”.

(b) Quer por meio da constituição e exposição de um dilema, que busca sustentação em suas próprias condicionalidades – *se não for assim, não é possível; se não for desta maneira, o Brasil e os brasileiros padecerão, estarão vendidos; se não for nestes termos, as taxas de homicídio e de outros crimes podem aumentar; se não for deste jeito, a sociedade, os cidadãos de bem, serão ludibriados; se a legítima defesa não for afirmada como um direito fundamental e, como tal, não for tutelada pelo Estado (segundo o RD1), os cidadãos não poderão se defender e defender seus direitos, estarão à mercê*.

A vinculação automática de direções interpretativas outras e sentidos outros a posições favoráveis à criminalidade, à intervenção desarrazoada (descabida) na vida privada, por parte do Estado, e ao comunismo, não se constituem a partir do acaso, mas, como antecipamos e a partir de agora aprofundaremos, de gestos de interpretação atravessados por formações imaginárias, determinadas pelas formações discursivas, que, neste caso, conforme pontuamos, podem ser identificadas como de extrema direita e neoliberal.

Essa identificação não é *arbitrária*, devendo-se:

(a) Às regularidades no modo de se compreender e de se propor meios para a concretização de direitos e para a elaboração de políticas públicas, especialmente, no caso em tela, as de segurança pública, de acordo com um viés individualista, punitivista e autoritário, dissimulado pelo trabalho da ideologia, por meio do verniz da legalidade (a ordem é a lei e a lei é a ordem) e da igualdade (todos são iguais perante a lei): RD1 “É fundamental pontuar a importância da



preservação e potencialização do exercício da legítima defesa que, por óbvio, autoriza o uso da força para evitar injusta agressão, inclusive com o uso de arma de fogo”.

(b) À entusiasmada defesa pelo armamento da população, como uma “força dissuasória” (**RD1**) complementar ou principal àquela de responsabilidade e competência do Estado, a ser exercida por cada um, a fim de se manter a paz social: “[...] acesso às armas de fogo se mostra também um importante elemento que contribui para a política de segurança pública e para a própria pacificação social e preservação da vida.

(c) Ao crédito dado ao indivíduo, à sua força e ao que pode adquirir para garantir à sua própria segurança; à privatização de assuntos coletivos, cuja incidência e repercussão transcende àquele que pode pagar por uma arma de fogo para se defender de uma “injusta agressão”.

As formações discursivas autorizam o que deve ou não ser dito, em uma dada conjuntura. O sujeito, ao enunciar, ocupa alguma das posições-sujeito nelas inscritas. Fala sempre ocupando uma posição, que não se confunde com a social ou *empírica*. Ao contrário, esta é produzida por aquela: a mãe, por exemplo, não fala só do lugar social de mãe, tampouco há um lugar social universal de mãe, um que seja comum a todas, e de onde todas falam.

Se a legítima defesa é orientada de um modo e não de outro – como um direito fundamental e, segundo o **RD1**, o Estado deve tutelá-la, preservá-la e expandi-la – e se as suas expectativas se configuram neste ou naquele formato, são em virtude de que os gestos de interpretação que as constituem transitam e se inscrevem em regiões do dizer porosas, heterogêneas e conflitivas, com predominância de uma certa orientação social, histórica, cultural, política, econômica.

Complementamos que as expectativas referentes à legítima defesa e seus desdobramentos, de acordo com o plano de governo, constituem-se a partir de formações imaginárias, que se ancoram em mecanismos de antecipação. Esses mecanismos, por seu turno, como explicamos no primeiro tópico deste estudo, produzem aparatos de interpretação, margens definidas que conduzem a leitura, que guiam o conhecimento sobre algo, conforme o modo como os sujeitos e seus interlocutores se veem e veem o outro, (quem sou eu para lhe dizer isto? Quem é ele para que eu lhe diga isto?); e conforme o modo como os sujeitos e seus interlocutores veem o objeto em discussão (como eu vejo o objeto em questão? Como ele vê o objeto?).

Reiteramos que as formações imaginárias são determinadas pelas formações ideológicas, que se materializam no discurso por meio das formações discursivas, logo, o modo como os sujeitos e seus interlocutores se veem e veem o outro, e o modo como os sujeitos e seus interlocutores veem o objeto de que se fala, são pautados pelas inscrições naquela rede de formações discursivas de extrema direita e neoliberal.

Assim, considerando os mecanismos de antecipação em operação:

(a) No que concerne à pergunta *quem sou eu para lhe dizer isto?* Temos: o plano de governo do candidato à Presidência da República, Jair Messias Bolsonaro – eleito pelo povo brasileiro na eleição de 2018, e que, em 2022, estava em busca de sua reeleição – como um meio idôneo e insuspeito para discorrer sobre as suas propostas, cujos fundamentos podem ser sintetizados no próprio lema de campanha, empregado por ele com constância, e, igualmente, presente naquele documento: “Deus, pátria e família, vida e liberdade”. O candidato se vê como um salvador, um herói, e a sua plataforma o introduz desta forma: “pelo bem do Brasil”.

(b) No que concerne à pergunta *quem é ele para que eu lhe diga isto?* Temos: o cidadão, seu interlocutor e eleitor, que, preocupado em proteger a sua vida e a de sua família poderá se identificar com a proposta. Afinal, todos querem proteger as suas vidas e, para tanto, necessitam de meios eficientes, e de garantias que não serão punidos, na eventualidade de terem que lançar



mão de uma arma de fogo. O candidato fala para um cidadão que está farto da violência e da sensação de impotência, e lhe oferece uma saída, que não passa pelo Estado, no que toca a uma concertação política, institucional e estratégica, mas individual. É com esse cidadão, que almeja a liberdade, acima de tudo, com quem ele fala.

(c) No que concerne às perguntas *como eu vejo o objeto?* E *como ele vê o objeto?* Temos a proposição, por parte do candidato, e a aceitação, por parte do cidadão da:

(c.1) Legítima defesa como um tipo de salvo-conduto permanente, que poderá ser alegado, e, mais do que isto, uma justificativa crível, uma autorização, para que cada brasileiro possa, caso possua recursos próprios, comprar armas de fogo e, assim, proteger-se e defender-se.

(c.2) Justiça, que passa a ser um tema particular, individual, que compete ao sujeito, que está dentro de seu campo de atuação, e cuja execução depende do emprego de suas próprias mãos, dispondo, para tanto, frisamos, dos meios necessários que o Estado deve prover. A *justiça* cuja compreensão, ressaltamos, também é determinada historicamente, não sendo produto de nenhuma noção cosmológica, imaterial e atemporal, enquanto princípio, valor, objetivo e finalidade, a reger a atuação e as atribuições das forças de segurança pública, do Poder Judiciário e dos órgãos auxiliares à administração da justiça de um Estado democrático de Direito como o nosso, é esvaziada; a apuração dos fatos, a composição dos conflitos (de qual ordem for) e a busca pela *paz social*, quando do cometimento de um crime, por exemplo, são delegadas ao sujeito de direito.

(c.3) Política de segurança pública (independentemente de qual modelo seja e de suas experiências materiais e históricas vivenciadas no Brasil) deixa de ser pública, *abandona* esse caráter, ou ao menos abandona a busca por uma compreensão e uma resposta públicas do tema, e é terceirizada, é transferida ao cidadão, que, *individuado pelo Estado* (ORLANDI, 2016, p. 228), acredita ser (plena e absolutamente) responsável por si e por questões que estão para muito além do seu próprio alcance; para muito além de suas forças.

O funcionamento das formações imaginárias está imbricado nos funcionamentos da política do performativo e da administração do político. Para que a legítima defesa, tal como é apresentada, corresponda à realidade, ecoe como um entendimento plausível, o político é administrado, uma vez que a divisão dos sentidos (sobre a questão), como vimos, é interditada. Todavia, o que é firmado, o dizer convertido em um padrão exemplar para... se relaciona com as inscrições problematizadas nos últimos parágrafos.

As formações imaginárias projetam e preenchem, com tipos ideais, as discussões sobre a legítima defesa, servindo como seus fundamentos e argumentos definitivos, e não como gestos de interpretação, cristalizados, que devem ser indagados e confrontados; muito menos como imagens idealizadas do sujeito, de sua subjetivação, de suas sociabilidades, de seu lugar no mundo, e que devem ser desestabilizadas: de únicas, para uma ou algumas dentre tantas outras possíveis; e de imutáveis, para mutáveis.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como iniciamos este estudo refletindo acerca de um outro olhar a ser lançado aos planos de governo, gostaríamos de voltar a nos dedicar a esse tema. Não com ares conclusivos, afinal, a pesquisa está viva, e assim seguirá, mas, sim, propor uma agenda para que outros pesquisadores se interessem por esses materiais, e outros trabalhos sejam elaborados, contribuindo para a ampliação das discussões e debates no campo da Análise de Discurso materialista e, igualmente, propondo



para outras áreas do conhecimento, como as Ciências Políticas e o Direito, articulações, costuras e leituras outras, muito produtivas, de suas matérias.

Como descrevemos, o plano de governo selecionado faz parte de um arquivo constituído por outros planos de governo de candidatos à Presidência da República. Os planos de governo são documentos que merecem a nossa atenção analítica, devido aos discursos e aos imaginários que estão em disputa em suas formulações.

Merecem a nossa atenção analítica, visto que, ao mobilizarmos a teoria à qual nos filiamos, é possível visibilizarmos o funcionamento dos processos de significação e os gestos de interpretação que alicerçam o que está à mostra, na superfície. E, neste propósito, sem partirmos de uma divisão pouco estratégica, que divide forma e conteúdo, como se estes fossem elementos que pudessem ser apartados e não se significassem. A linguagem, tradicionalmente classificada como mera forma, uma estrutura neutra, supostamente à disposição do escritor ou do orador, tem muito a nos dizer e a nos provocar. É na/pela linguagem que somos convidados a nos debruçar sobre o discurso, pois é nela que este se materializa. Os planos de governo se constituem pelo simbólico, por esta mediação entre os sujeitos e o mundo. Os planos não escapam à linguagem, tampouco escapam aos discursos.

Os planos de governo mais do que exporem ou divulgam as propostas dos candidatos, sendo utilizados, estrategicamente, na prática política, como parte do marketing político; mais do que servirem para ocultar ou mascarar dados, pintar um cenário falacioso, pouco preciso, fantasioso; e mais do que favorecerem uma manipulação biopsicológica; esses documentos nos permitem compreender, considerando as condições de produção que os determinam, os processos discursivos que produzem os (nossos) muitos *Brasis*; os efeitos de sentido *sobre e da* cidadania; os sentidos de política, de direitos, de saúde, educação, cidade, segurança pública etc.; os efeitos de unidade, de verdade, de eficiência, de equivalência em operação. A despeito do seu uso e destino, os planos de governo são produtos de seu tempo.

Neste artigo, inspirados e fundamentados no texto “Foi ‘propaganda’ mesmo que você disse?”, de Pêcheux ([1979] 2011), exploramos, a partir do *corpus*, a política do performativo e suas imbricações com outros funcionamentos discursivos, com o político, com as formações ideológicas, discursivas e imaginárias.

Ficamos inquietos, no início de nosso percurso, com a associação naturalmente atribuída entre a legítima defesa, segundo uma versão sua mais ampla, abrangente, e a concretização de direitos.

Provocou-nos o efeito de verdade estabelecido apenas pela formulação, e como se qualquer outro sentido ou reflexão acerca da temática fosse um absurdo, considerando a transparência dada. Provocou-nos, também, o modo como o Estado e a sua responsabilidade são tomados perante a afirmação de direitos.

Perseguimos o objetivo de compreender o modo como a associação entre a legítima defesa e a concretização de direitos fundamentais se sustentava – pela política do performativo e pela administração do político, como fizemos referência e demonstramos em nossos gestos – bem como problematizar os seus efeitos.

Sugerimos que outras pesquisas sejam realizadas, explorando a forma-sujeito histórica e os pré-construídos que se presentificam no fio do discurso e atualizam o dizer.

## REFERÊNCIAS



BOLSONARO, Jair Messias. Plano de Governo – gestão 2023-2026. Eleições presidenciais de 2022. Brasil.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível**: o discurso da história da Linguística. Campinas: RG editora, [1981] 2010.

ORLANDI, Eni Puccinelli **Discurso em Análise**: sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Pontes, 2016.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e Texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, [1969] 2014.

PÊCHEUX, Michel. Foi “propaganda” mesmo que você disse? Tradução: Sérgio Augusto Freire de Souza. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Orga.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux, textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, [1979] 2011.

PÊCHEUX, Michel. Questões Iniciais. Tradução: Débora Massmann. In: CONEIN, Bernard. et al. (Orgs.). **Materialidades discursivas**. Campinas: Unicamp, [1979] 2016.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Unicamp, [1975] 2014.



## FAMÍLIA OU FAMÍLIAS: DISCURSIVIDADES EM CONFLITO SOBRE “A FAMÍLIA” EM PROJETOS DE LEI APRESENTADOS AO CONGRESSO NACIONAL BRASILEIRO

Luciano Arêas do Nascimento<sup>1</sup>

*Universidade Federal Fluminense (UFF)*

### RESUMO

O presente artigo investiga o modo como se constituem os processos de significação e de subjetivação acerca da família brasileira na articulação discursiva presente em projetos de lei, protocolados na Câmara de Deputados e no Senado Federal brasileiros, na década de 2010, sobre a criação de legislação específica ou estatuto para a área da Família, a exemplo do Estatuto da Criança e do Adolescente ou ECA (Lei 8.069/1990) e o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003). Em nosso gesto analítico, apresentam-se recortes dos projetos de lei nº(s) 3.369/2015 e 4.590/2019, protocolados na Câmara de Deputados, e do projeto de lei do Senado nº 470/2013. Pelos resultados das análises, observa-se a configuração de uma disputa na produção de sentidos sobre o que deve ser naturalizado, evidenciado, universalizado como discursividade(s) em torno do significante ‘família’, revelando assim as contradições inerentes às condições sócio-históricas e ideológicas em torno da discussão do tema na esfera jurídico-política no Brasil.

**Palavras-chave:** Projetos de lei. Discurso Jurídico. Direito de Família. Legislação.

### ABSTRACT

This article investigates how the signification and subjectivation of the Brazilian family have been developed in the discourse of Bills filed in the House of Representatives and the Federal Senate in Brazil in the first two decades of the 21st century. Those Bills concern the creation of specific legislation or statutes in the area of Family Law, following the example of ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente (the Statute of the Child and Adolescent - Law 8.069/1990), and the Estatuto do Idoso (Statute of the Elderly - Law 10.741/2003). For our analysis, discourse découpages were taken from House of Representatives Bills 3.369/2015 and 4.590/2019, and Senate Bill 470/2013. The results of the analyses show that there is a dispute in the production of meanings about what should be naturalized, evidenced, universalized as discursivity(ies) around the signifier ‘family’. This dispute reveals the contradictions inherent in the socio-historical and ideological conditions surrounding the discussion of the topic in the legal-political sphere in Brazil.

**Keywords:** Bills. Legal Discourse. Family Law. Legislation.

### PALAVRAS INICIAIS

O sujeito da linguagem fala, não de qualquer lugar, mas de uma posição já definida social, histórica e ideologicamente, ou que se define no jogo discursivo, no embate de forças, mas sempre de um lugar ao mesmo tempo determinado pela/determinador da história desse sujeito (...)

<sup>1</sup> Doutorando e mestre em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Especialista em Educação e Tecnologia pela Universidade Veiga de Almeida (UVA). E-mail: lucianoareas@id.uff.br



Suzy Lagazzi

Sob a base teórico-metodológica da Análise do Discurso Materialista, este trabalho tem o intuito de promover uma discussão sobre o modo como se constituem discursividades sobre a ‘família’ na esfera legislativa; em particular, em projetos de leis protocolados junto à Câmara de Deputados e ao Senado Federal, por parlamentares que são interpelados-identificados ideologicamente e, de modo consequente, delimitados discursivamente, a posições discursivas distintas.

A partir do crescimento das pautas de grupos minoritários no Brasil, com início nos anos 1990 e maior repercussão nas primeiras décadas do século XXI, observa-se entre os legisladores brasileiros, representantes de alas conservadoras e progressistas de nossa formação social, uma disputa para definir o que é a família no campo da lei brasileira e, por tabela, quem terá sua organização familiar visibilizada (e, no movimento contrário, apagada) por aquilo que for aprovado como texto de lei para um Estatuto da Família ou Estatuto das Famílias no Brasil. Sob essa decisão de nossos deputados e senadores pesa o destino de grupos familiares que, por determinações sócio-históricas, podem ser (ou não) considerados como ‘família’ em um futuro imediato na nossa conjuntura atual.

Nas duas primeiras décadas do século XXI, em levantamento realizado, observou-se que o debate jurídico-político sobre o tema da família no Brasil rendeu 11 (onze) projetos de lei para a criação e aprovação de um estatuto específico, nas duas casas legislativas da esfera federal, sobre o Direito de Família.

Em um primeiro momento, a movimentação dos parlamentares foi em torno da divergência/aceitação do processo de significação da família formulado e posto em circulação a partir da vigência do atual Código (a lei nº 10.406/2002) ou CC/2002, que dá continuidade ao disposto na Constituição Federal de 1988 (CF/1988)<sup>2</sup>: a união entre um homem e uma mulher, seja por casamento (civil ou religioso) ou por união estável (arts. 1565 e 1723 do CC/2002<sup>3</sup>)

Em um segundo momento, os projetos de lei protocolados surgem em função da repercussão de decisão de maio de 2011 do Supremo Tribunal Federal (STF), como conclusão de julgamento da ADI 4277<sup>4</sup> e da ADPF 132<sup>5</sup>, reconhecendo a união estável entre casais do mesmo sexo. Dois anos depois, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) reforça o posicionamento do STF a partir da Resolução nº 175 de 14/05/2013, obrigando os cartórios de todo país a celebrarem o casamento civil e a conversão de união estável em uniões homoafetivas.

<sup>2</sup> CF/1988 – Art. 226 – A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. §1º O casamento é civil e gratuita a celebração; §2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei; §3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

<sup>3</sup> CC/2002 – Art. 1565: Pelo casamento, homem e mulher assumem mutuamente a condição de consortes, companheiros e responsáveis pelos encargos da família; Art. 1723 – É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.

<sup>4</sup> ADI ou Ação Direta de Inconstitucionalidade - ferramenta jurídica, prevista no art. 102, inciso I, alínea a da Constituição Federal de 1988, para avaliar a constitucionalidade - ou seja, se respeita ou não o disposto na Constituição - determinada lei ou ato normativo federal ou estadual.

<sup>5</sup> ADPF ou Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - dispositivo previsto no §1º do art. 102 da Constituição Federal de 1988, que tem como objetivo evitar ou reparar lesões causadas por atos resultantes do poder público que despeitem preceitos fundamentais da Constituição.



Somando-se ao debate, a palavra ‘família’ passou a compor a denominação de dois ministérios: um durante a presidência de Jair Messias Bolsonaro - no caso, o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (2019 – 2022); e outro, no atual governo de Luís Inácio Lula da Silva, a saber, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), criado em janeiro de 2023.

Recentemente, como último ato na presidência do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD/MG) apresentou a esta casa legislativa em fevereiro de 2025 o projeto de atualização do Código Civil<sup>6</sup>, protocolando-o sob o projeto de lei ou PL 4/25 de 03/02/2025. Fruto do trabalho de 8 meses de uma comissão de juristas, presidida pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luís Salomão, seu anteprojeto foi entregue em abril de 2024 à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. Uma das pautas de alteração do Código Civil em vigor (Lei nº 10.406/2002) é a modernização das normas sobre a família no Brasil.

Após nosso esforço em delimitar as condições sócio-históricas de produção da significação sobre as entidades familiares no Brasil e a batalha na esfera legislativa para a criação de leis específicas para a área de Família no Direito brasileiro, agora podemos partir para algumas considerações teóricas da AD importantes neste estudo.

## 1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O DISCURSO JURÍDICO DA LEI

Em trabalho de 2002, estruturando sua investigação sobre os processos de significação que interpretam o espaço público urbano a partir do discurso da lei em relação com a ocupação e uso do solo urbano pelos camelôs na cidade de Campinas (SP), Zoppi-Fontana comenta o trabalho dos textos da lei como *dispositivos de normalização/normatização da ordem social* (ZOPPI-FONTANA, 2002, p. 180), de modo a estabilizar determinados sentidos sobre o tema legislado, apagando-se as contradições históricas e ideológicas no funcionamento do arquivo jurídico. Lembrando-se que essas contradições representam o conflito entre as formas de discursivização do objeto normatizado, consequente de uma luta de classes.

Ainda no trabalho mencionado, Zoppi-Fontana aprofunda seu gesto analítico, comentando que a legislação (o arquivo jurídico das leis) acaba por constituir uma *grade interpretativa* do presente e um gesto de projeção para o futuro, em uma tentativa de congelar o processo histórico em um *eterno presente formal*. E, complementa que, em seu funcionamento, esse arquivo jurídico:

projeta sobre o sujeito e sobre o real histórico seu poder de categorização, definição, classificação, estabilização das contradições. (...) Como espaço de memória institucionalizada, controlada, cristalizada, que fixa um gesto de leitura estruturado pelo apagamento, pelo silenciamento necessário do exterior. (*op.cit*, p. 199)

É interessante termos em conta que os legisladores, ao protocolar propostas de lei na Câmara de Deputados e no Senado Federal, estão inscritos discursivamente em posições ou lugares como sujeitos, ou seja, assujeitados a um modo específico de produção de sentidos delimitado por essas posições discursivas, em suas formulações, constituídas como práticas discursivas relacionadas ao Direito, principalmente, na esfera legislativa, a partir das quais silenciam vozes contrárias e estabelecem determinadas relações de sentido quanto ao “controle da leitura, dos

<sup>6</sup> De acordo com matéria publicada do G1 em 03 fev. 2025.



gestos de leitura e dos trajetos da interpretação” (ZOPPI-FONTANA, *op.cit.*, p.185) sobre a família no Brasil. Isto significa que, a partir dessas posições como sujeito, estes se inscrevem em seus processos discursivos desde suas bases ideológicas (em AD, formações ideológicas), materializadas discursivamente em formações discursivas, que fornecem o conjunto de certezas e evidências, com as quais se vincula o sujeito em um duplo processo de interpelação-identificação, e que determinam aquilo que pode ou deve ser dito (PÊCHEUX, 2014b) pelo sujeito. Fora disso, opera-se o silenciamento, o apagamento, daquilo que não pode ou deve ser dito a partir da formação discursiva.

Vale ainda acrescentar o comentário de Vargas (2019a) sobre a lei como prática discursiva, e, consequentemente, vinculada a um posicionamento discursivo de nossos legisladores, ao escrever sobre o discurso da lei em uma formação social como a nossa. Além disso, fala esse autor da importância do olhar da AD sobre o assunto:

O discurso da lei em um Estado moderno de viés capitalista, como o brasileiro, assenta-se sobre determinadas ilusões: de que as normas jurídicas gozam de generalidade e abstratividade para que possam ser aplicadas igualmente a todos os sujeitos; a de que essas normas são produzidas por um legislador justo e neutro, dentro de um ordenamento jurídico racional, lógico, completo e coerente. A AD, a seu turno, nos mostra que essas ilusões são originadas pelo trabalho da ideologia própria do modo de produção capitalista, ideologia que interpela os indivíduos em sujeitos e com a qual se identifica a forma-sujeito contemporânea: o sujeito-de-direito, que se crê livre, racional, centro e senhor de sua vontade e de suas liberdades, olvidando que está inevitavelmente submetido às injunções de um modo de produção econômico de base excludente (...) (VARGAS, 2019, p. 29)

Desse modo, como explicitado por Vargas, não há “um legislador justo e neutro, dentro de um ordenamento jurídico racional, lógico, completo e coerente”, mas sujeitos posicionados discursivamente a defender em seus enunciados um processo de significação X ou Y da família brasileira.

## 2 UM GESTO ANALÍTICO

Em nosso gesto teórico-analítico, centramos em recortes dos seguintes projetos de lei, protocolados na Câmara de Deputados e no Senado, aqui listados por ordem cronológica: o PLS 470/2013, proposto pela então senadora Lídice da Mata (filiada à época ao PSB/BA); o PL 3369/2015, proposto pelo deputado federal Orlando Silva (PCdoB/SP); e, finalmente, a PL 4.590/2019, de autoria do deputado federal Pastor Eurico (filiado à época ao Patriota/PE e, atualmente, ao PL/PE).

Encontram-se aqui como sequências discursivas recortes que constituem discursividades sobre os seguintes temas:

- a) O que é uma família?
- b) Qual o papel da lei frente às mudanças das condições sócio-históricas e ideológicas na atual conjuntura de nossa formação social brasileira?



## 2.1 O QUE É UMA FAMÍLIA?

De acordo com MARIANI (1998), a categorização ou denominação é uma construção discursiva do referente, e, retomando Pêcheux, essa investigadora da AD comenta que trata-se da constituição de “um *objeto imaginário* (a saber, o ponto de vista do sujeito) e não da realidade física” (PÊCHEUX, 1990 *apud* MARIANI, 1998, p. 114, grifo da autora).

Sobre esse modo de construção discursiva, Mariani (1998) complementa que:

A denominação, enquanto um modo de construção discursiva dos ‘referentes’, tem como característica a capacidade de condensar um substantivo, ou em um conjunto parafrástico de sintagmas nominais, e expressões, « os pontos de estabilização de processos resultantes das relações de força entre formações discursivas em concorrência num mesmo campo.

(...) o denominar não é apenas um aspecto do caráter de designação das línguas. Denominar é significar, ou melhor, representa uma vertente do processo social geral da produção de sentidos. O processo de denominação não está na ordem da língua ou das coisas, mas organiza-se na ordem do discursivo, o qual, relembrando mais uma vez, consiste na relações entre o linguístico e o histórico-social, ou entre linguagem e exterioridade. (*op.cit.*, p. 118)

Em Soares e Zanella (2023), comenta-se ainda que:

As denominações (palavras, expressões ou locuções) compõem um grande bloco de produção de sentidos em relação ao que elas se referem. Denominar não é escolher aleatoriamente designações, é discurso e, como tal, tem história, determinações que permitem tais nomes e/ou impedem outros. As denominações constroem sítios de significância (ORLANDI, 1996, p. 15), ou melhor, produzem regiões discursivas que produzem efeito de sentido sobre o denominado. (SOARES e ZANELLA, 2023, p. 4)

Pelo acima exposto, as denominações (e, por tabela, as categorizações) dialogam diretamente com os posicionamentos discursivos desses sujeitos legisladores (a saber, os autores dos projetos de lei) e, consequentemente, às suas filiações sócio-históricas e ideológicas, materializadas em formações discursivas que apresentaremos mais à frente.

Após essa explicação, vejamos as sequências discursivas 01 e 02:

SD 01:

Art. 3º Para fins desta lei, a entidade familiar é **formada a partir da união entre um homem e uma mulher**, denominados respectivamente pai e mãe, **por meio de casamento ou união estável, com ou sem a existência de filhos**. (PL 4.590/2019, grifo nosso)

SD 02:

Art. 2º São reconhecidas como famílias **todas as formas de união entre duas ou mais pessoas que para este fim se constituem e que se baseiem no amor, na socioafetividade, independentemente de consanguinidade, gênero, orientação**



**sexual, nacionalidade, credo ou raça, incluindo seus filhos ou pessoas que assim sejam consideradas.** (PL 3.369/2015, grifo nosso)

Na primeira SD, o sintagma nominal no singular ‘a entidade familiar’, iniciado por artigo definido, materializa no fio discursivo uma universalidade relacionada a um único modelo de família, apresentada pelo qualificativo “formada a partir da união entre um homem e uma mulher (...) por meio de casamento ou união estável, com ou sem a existência de filhos”. Segue-se assim uma equação linguística (MARIANI, 1998), uma equivalência entre termos a partir de condições de produção específica, onde X (singular) é Y.

Na segunda SD, opera-se uma outra equação linguística, sob a fórmula: Xs (plural) são Y, Z, W, etc. Em seu fio discursivo, a partir do sintagma nominal no plural ‘famílias’ associa-se um extenso qualificativo, iniciada por um pronome indefinido (todas), que confere semanticamente um grau de indeterminação, uma abertura para uma discursivização da família pela pluralidade de formas de organização, inclusive àquelas fora da união entre um homem e uma mulher: “todas as formas de união entre duas ou mais pessoas que para este fim se constituem e que se baseiem no amor, na socioafetividade, independentemente de consanguinidade, gênero, orientação sexual, nacionalidade, credo ou raça, incluindo seus filhos ou pessoas que assim sejam consideradas”. Note-se que há a inscrição de uma ilusão de completude no fio discursivo a partir da extensa enumeração de qualificativos e, por assim dizer, causando um efeito de esgotamento das possibilidades de relações de sentido, pela delimitação do que pode ou deve ser considerado como ‘família’, a partir dos adjetivos e orações relativas. É importante lembrar que esse funcionamento é muito comum ao discurso jurídico em sua tentativa de cristalizar a história e a movência dos sentidos pela linguagem.

## 2.2 O PAPEL DA LEI FRENTE ÀS MUDANÇAS DAS CONDIÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS E IDEOLÓGICAS NA ATUAL CONJUNTURA DE NOSSA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA?

Nas sequências discursivas 03 e 04, observam-se processos de significação acerca do Direito frente às mudanças no contexto histórico-social em nossa formação social. Mostremo-nas:

### SD 03

Tendo em vista a importância da matéria, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação de nosso projeto, **a fim de que seja reafirmada a noção de entidade familiar que contribui historicamente para o estabelecimento e o desenvolvimento da civilização ocidental.** (PL 4.590/2019, grifo nosso)

### SD 04

Nenhum ramo do Direito sujeitou-se a tantas alterações e avanços quanto ao Direito de Família ocidental. **A realidade social subjacente obriga a todos, principalmente a quem se dedica a seu estudo, repensar o ordenamento jurídico para que se aproxime aos anseios mais importantes das pessoas.** Afinal, primeiro ocorre o fato, para depois o Direito regulamentá-lo. (PLS 470/2013, grifo nosso)

Nas SDs 03 e 04 estabelecem-se pela materialidade linguística duas discursividades antagônicas sobre o Direito: de um lado, uma que formula a lei como elemento de manutenção do *status quo*, protetor de um estado de equilíbrio social; do outro, uma que postula que a lei deve se enquadrar às mudanças sócio-históricas de uma dada conjuntura.



A terceira SD, através de uma subordinação por oração adverbial causal, iniciada pela locução prepositiva ‘a fim de que’, condiciona a aprovação do projeto à reafirmação da entidade familiar “que contribui historicamente para o estabelecimento e o desenvolvimento da civilização”. Desse modo, na PL 4.590/2019, relaciona-se como efeito de sentido ao projeto ser um antídoto contra um estado de barbárie, presente na atual conjuntura sócio-histórica do país, que ataca o processo de estabelecimento e desenvolvimento civilizatório do Ocidente.

Em oposição à SD 03, a SD 04 apresenta pela forma verbal ‘obriga’ um efeito de obrigatoriedade quanto à alteração do ordenamento jurídico frente às mudanças da realidade social. Note-se que a regência verbal de obrigar (verbo transitivo direto e indireto), estabelece pelo complemento indireto formado por um pronome indefinido um efeito de totalização e universalidade (a saber, ‘todos’), como modo de ‘fisgar’ todos aqueles que sejam interpelados/identificados pela lei em sua condição de cidadão; e, pelo complemento direto, o ato de repensar o ordenamento jurídico para que reflita a vontade das pessoas.

Após a apresentação e análise das sequências, observa-se que as SDs 01 e 03, estruturam-se a partir de uma formação discursiva conservadora, que visa a manter o já estabelecido pela legislação atual, - seja na Constituição Federal de 1988 ou no atual Código Civil Brasileiro (a lei 10.406/2002) -, tendo em vista sua interpelação-identificação a uma formação discursiva que significa a família como “uma união entre um homem e uma mulher” e que a lei deve manter um estado de equilíbrio social, em prol da defesa de um estado civilizatório frente à barbárie que se movimenta na atual conjuntura socio-política de nossa formação social.

Por outro lado, as SDs 02 e 04 dialogam com uma formação discursiva progressista, que discursiviza o significante ‘família’ pela pluralidade. A partir desta FD, considera-se como gesto de interpretação e de significação dar visibilidade a outras formas de organizações familiares, situadas fora do padrão homem-mulher-filhos. Tudo isso motivado, principalmente, por uma exterioridade que reclama o reconhecimento legal de outros grupos familiares invisibilizados (ou seja, apagados) em sua possibilidade de significação pelos processos discursivos constituídos, formulados e postos em circulação pela legislação brasileira vigente. Além disso, articulam discursivamente que o Direito deve se adequar às mudanças de comportamento e costumes da sociedade, não o inverso.

## PALAVRAS FINAIS

Em nosso percurso teórico-analítico, observamos que o confronto sócio-político e ideológico, com toda sua contradição (na história) e de equívoco (na língua), mostra que a questão da família no Direito brasileiro é complexa, envolvendo uma observação atenta às propostas que circulam para a criação de um estatuto da Família (ou das Famílias) no Brasil, ou, para alterações no atual Código Civil, a fim de contemplar (ou não) atualizações sob o impacto das mudanças nos padrões familiares e avanços tecnológicos, que tocam diretamente nos processos de significação e de subjetivação frente ao que deve ser considerado como entidade familiar.

Sob o olhar da Análise do Discurso, devemos estar atentos aos modos de produção de sentidos e de constituição dos sujeitos que se materializam nesses projetos de lei, a fim de refletirmos o jurídico não pelo seu efeito, ou seja, pela “evidência” do Direito como um sistema lógico-abstrato, homogêneo e estável (ZOPPI-FONTANA, 2002; VARGAS, 2019), mas como parte integrante da luta (do conflito) de classes em nossa formação social, intrinsecamente vinculado a seus determinantes sócio-históricos e ideológicos. Além disso, diante desses projetos de lei, vale determos o olhar sobre o que está em jogo no campo da produção de sentidos entre formular “estatuto da família” e “estatuto das famílias”, bem como as consequências das distintas



discursividades, assim linguisticamente materializadas, na garantia de direitos e de cidadania a entidades familiares no Brasil.

Encerra-se este artigo, parafraseando uma frase do romance *Os Três Mosqueteiros*, do escritor francês Alexandre Dumas (1802-1870), como forma de provocação ao nosso leitor: seriam “todas por uma” ou “uma por todas”?

## REFERÊNCIAS

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DO IBDFAM. Norma do CNJ que permite casamento civil homoafetivo completa 8 anos. **IBDFAM – Instituto Brasileiro de Direito de Família**, Belo Horizonte, 14 mai. 2021. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/noticias/8487/Norma+do+CNJ+que+permite+casamento+civil+homoafetivo+completa+8+anos>. Acesso em: 16 fev. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 04 abr. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10406compilada.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406compilada.htm). Acesso em: 04 abr. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Projeto de Lei do Senado nº 470/2013, de 12 de novembro de 2013**. Dispõe sobre o Estatuto das Famílias e dá outras providências. Tramitação encerrada no Senado Federal. Disponível em: [https://ibdfam.org.br/assets/img/upload/files/Estatuto%20das%20Familias\\_2014\\_para%20divulgação.pdf](https://ibdfam.org.br/assets/img/upload/files/Estatuto%20das%20Familias_2014_para%20divulgação.pdf). Acesso em: 14 out. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Projeto de Lei nº 3.369/2015, de 21 de outubro de 2015**. Em tramitação na Câmara de Deputados. Institui o Estatuto das Famílias do Século XXI. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarIntegra?codteor=1848999&filename=Avulso+-PL+3369/2015](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1848999&filename=Avulso+-PL+3369/2015). Acesso em: 14 out. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Projeto de Lei nº 4.590/2019, de 20 de agosto de 2019**. Institui o Estatuto das Famílias. Em tramitação na Câmara de Deputados. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarIntegra?codteor=1793498&filename=PL%204590/2019](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1793498&filename=PL%204590/2019). Acesso em: 14 out 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Projeto de lei nº 4/2025, de 31 de janeiro de 2025**. Dispõe sobre a atualização da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e da legislação correlata. Em tramitação no Senado Federal. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/166998>. Acesso em: 16 fev. 2025.

COLTRO, A. C. M. Visão geral das transformações contemporâneas no Direito de Família na Constituição Federal de 1988. A família em seu espectro atual. A multiparentalidade. In: GUERRA, A. D. M. (org.). **Estudos em homenagem a Clóvis Beviláqua por ocasião do centenário do Direito Civil codificado no Brasil**. São Paulo: Escola Paulista de Magistratura, v.2, 2018, p. 737-776.



Disponível em: <https://www.tjsp.jus.br/download/EPM/Publicacoes/ObrasJuridicas/cc37.pdf?d=636808309265887377>. Acesso em 16 fev. 2025.

DEUSTCHE WELLE. Os avanços da causa LGBT+ no Brasil – e o que ainda falta. **Carta Capital**, São Paulo, 17 mai. 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/os-avancos-da-causa-lgbt-no-brasil-e-o-que-ainda-falta/>. Acesso em: 11 fev. 2024.

FERNANDES, A. Entenda o projeto do casamento homoafetivo que tramita na Câmara. **CNN Brasil**, São Paulo, 06 jun. 2024. Disponível em: [www.cnnbrasil.com.br/politica/entenda-o-projeto-do-casamento-homoafetivo-que-tramita-na-camara/#goog\\_rewareded](http://www.cnnbrasil.com.br/politica/entenda-o-projeto-do-casamento-homoafetivo-que-tramita-na-camara/#goog_rewareded). Acesso em: 16 fev. 2025.

MARIANI, B. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethânia S. Mariani et al. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014a, p. 59-148.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Orlandi Pulcinelli et al. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014b.

REFORMA do Código Civil é protocolada no Senado. **Mgalhas**, São Paulo, 03 fev. 2025. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/423974/reforma-do-codigo-civil-e-protocolada-no-senado>. Acesso em: 15 fev. 2025.

SADI, A. Último ato de Pacheco como presidente do Senado foi apresentar projeto que atualiza o Código Civil. **G1**, Rio de Janeiro, 03 fev. 2025. Editoria Política. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/andreia-sadi/post/2025/02/03/pacheco-apresenta-projeto-de-atualizacao-do-codigo-civil.ghtml>. Acesso em: 15 fev. 2025.

SOARES, A. S. F.; ZANELLA, A. S. Na subjetivação pelo estado, onde está o sujeito? **Gragoatá**, Niterói, v. 28, n. 62, e-57698, set-dez. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gragoata/a/5gZ5gjRN6Gh43g54rS6S5Bw/?format=pdf>. Acesso em: 16 fev. 2025.

SUPREMO reconhece união homoafetiva. **Portal STF**, Brasília, 05 mai. 2011. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=178931&ori=1>. Acesso em: 16 fev. 2025.

VARGAS, F. O. **Sobre centauros e homens-bomba**: o sujeito transexual no discurso dos tribunais brasileiros. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.

ZOPPI-FONTANA, M. G. Acontecimento, arquivo, memória: às margens da lei. **Revista Leitura – Discurso: História, Sujeito e Ideologia**, Maceió, n. 30, p. 175–205, jul-dez. 2002. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/7489>. Acesso em: 16 fev. 2025.



## SUJEITOS NEGROS E SEUS ESPAÇOS DE VIDA EM DICIONÁRIOS ESCOLARES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Felipe Augusto Santana do Nascimento<sup>1</sup>

*Instituto Federal de Alagoas (IFAL)*

Amanda Vitória Silva Azevêdo<sup>2</sup>

*Instituto Federal de Alagoas (IFAL)*

Ana Júlia Virtuoso Alves<sup>3</sup>

*Instituto Federal de Alagoas (IFAL)*

### RESUMO

Os sentidos das palavras podem ser estudados a partir dos dicionários, uma vez que tais instrumentos linguísticos legitimam sentidos que circulam na formação social em determinado período sócio-histórico. Situados na Análise do Discurso Materialista em articulação com a História das Ideias Linguísticas, este trabalho tem como objetivo analisar, a partir das definições dos verbetes de dicionário, os sentidos em torno de palavras do campo semântico étnico-racial, observando como o sujeito lexicógrafo materializa e atualiza sentidos sobre sujeitos negros e seus espaços de vida. Para tanto, por meio da análise de verbetes de dicionários escolares contemporâneos de Língua Portuguesa, buscou-se compreender os processos discursivos em jogo nas definições desses verbetes. Assim, foi possível constatar que os dicionários legitimam discursos socialmente construídos, os quais classificam e hierarquizam sujeitos e seus espaços de vida.

**Palavras-chave:** Dicionários escolares. Espaços de vida. Relações étnico-raciais. Sujeitos negros.

### ABSTRACT

The meanings of words can be studied through dictionaries, since such linguistic instruments legitimize meanings that circulate in the social formation of a given socio-historical period. Based on the Materialist Discourse Analysis in conjunction with the History of Linguistic Ideas, this work aims to analyze, based on the definitions of dictionary entries, the meanings surrounding words in the ethnic-racial semantic field, observing how the lexicographer materializes and updates meanings about black subjects and their living spaces. To this end, through the analysis of entries from contemporary Portuguese language school dictionaries, we sought to understand the discursive processes at play in the definitions of these entries. Thus, it was possible to verify that dictionaries legitimize socially constructed discourses, which classify and hierarchize subjects and their living spaces.

<sup>1</sup> Professor de Língua Portuguesa no Instituto Federal de Alagoas (IFAL). Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com estágios doutoriais na Université Sorbonne Nouvelle (Paris III) e na Universidad de Buenos Aires (UBA). Mestre em Letras/Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: felipe.nascimento@ifal.edu.br

<sup>2</sup> Técnica em Mecânica pelo Instituto Federal de Alagoas (IFAL). E-mail: avsa3@aluno.ifal.edu.br

<sup>3</sup> Técnica em Mecânica pelo Instituto Federal de Alagoas (IFAL). E-mail: ajva1@aluno.ifal.edu.br



**Keywords:** School dictionaries. Living spaces. Ethnic-racial relations. Black subjects.

## INTRODUÇÃO

A discussão sobre etnia e raça se intensificou nas últimas décadas, circulando em diversas instâncias da formação social. Casos como o de George Floyd, asfixiado até a morte nos Estados Unidos por um policial; o de João Alberto Silveira Farias, morto em um supermercado no Rio Grande do Sul, e os de Vinícius Júnior e Luígi Santos, jogadores que sofreram ofensas racistas durante partidas de futebol, fomentaram ainda mais a discussão sobre racismo no Brasil. A escola, por sua vez, fazendo parte da formação social, também não está alheia a essa discussão, uma vez que, no ano de 2003, foi promulgada a lei nº 10.639/2003 (BRASIL, 2003), que altera a Lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96) e inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Tais documentos, de maneira geral, corroboram o compromisso do Estado (ANJOS, 2021) em discutir questões étnico-raciais na escola, possibilitando aos sujeitos alunos e demais sujeitos que compõem a comunidade escolar uma reflexão sobre as relações étnico-raciais na sociedade brasileira.

Nas aulas de Língua Portuguesa, a discussão sobre relações étnico-raciais vem sendo feita tanto por meio da literatura quanto por meio da língua. Do nosso ponto de vista, é possível discutir essas questões a partir do dicionário escolar por meio de um olhar materialista discursivo. Ao contrariar a ideia de o dicionário ser um "manual" para uma língua perfeita, completa e sem falhas, na nossa perspectiva, ele é considerado como um objeto discursivo produzido em diferentes condições sócio-históricas, em que o sujeito-lexicógrafo atualiza dizeres que circulam na formação social na qual está inserido (NUNES, 2006, 2010; ORLANDI, 2013; F. NASCIMENTO, 2019). Além disso, o dicionário funciona como observatório de subjetividades (NUNES, 2021), visto que, por meio dele, é possível analisar como os sujeitos e seus espaços de vida são significados na formação social.

Conforme Rodríguez-Alcalá (2011, p. 246, grifo da autora), “*sujeitos, sentidos e espaço* se constituem num mesmo processo histórico, existindo entre esses termos *uma relação constitutiva*”. A relação entre sujeitos e seus espaços de vida, portanto, é constitutiva, o que significa dizer que ao significar os sujeitos se significa os seus espaços de vida e vice-versa. Dessa forma, por meio dos dicionários escolares de Língua Portuguesa, é possível compreender como sujeitos negros e seus espaços de vida são significados nesses instrumentos linguísticos e como tais sentidos circulam no ambiente escolar.

Discutir os sentidos em torno de palavras que fazem parte do campo semântico étnico-racial possibilita um olhar discursivo sobre a constituição histórica desses sentidos, o que pode ajudar a compreender de que formas os sentidos que circulam na formação social brasileira estão filiados a determinados processos discursivos que, muitas vezes, classificam e hierarquizam etnias e raças. Assim, tal estudo histórico-discursivo possibilita uma melhor compreensão dos discursos sobre sujeitos negros e seus espaços de vida em circulação que são legitimados pelos dicionários escolares, que funcionam como instrumentos linguísticos-pedagógicos.

## 1 SOBRE OS DICIONÁRIOS ESCOLARES

Desde o período colonial, listas de palavras eram utilizadas para facilitar a comunicação entre os missionários jesuítas e os indígenas. Essas listas bilíngues com versões português-tupi foram usadas para auxiliar os missionários no processo de catequização. Ainda que não possamos chamá-



las de dicionários, elas são os embriões do que viriam a ser o que hoje chamamos de dicionários e já tinham, grosso modo, um caráter pedagógico, visto que auxiliavam no processo de ensino dos dogmas da igreja católica. Essas listas foram responsáveis pela construção dos primeiros dicionários bilíngues português-tupi, comuns até o século XVIII.

Esse processo, no Brasil, culmina com a publicação do primeiro dicionário monolíngue da Língua Portuguesa, em 1789, por Antônio de Moraes Silva, o *Dicionário da Língua Portuguesa*. Embora seja escrito por um brasileiro e apresente a inserção de palavras faladas no Brasil, como aponta Nunes (2010), ele está longe de representar a realidade brasileira. Apesar disso, esse dicionário foi importante para a construção da lexicografia brasileira e seu crescimento na passagem do século XIX para o século XX. O autor ainda aponta que é no início do século XX que surgem os primeiros grandes dicionários da Língua Portuguesa. Esses grandes dicionários funcionavam pelo efeito de completude da língua, *como se todo o léxico da língua portuguesa e os seus sentidos neles estivessem materializados*. Ou seja, o dicionário funciona pelo imaginário de que todas as palavras da língua estariam presentes nele, caso contrário, a palavra não existiria na língua. Esse imaginário funciona até os dias atuais quando, muitas vezes, ao se procurar uma palavra no dicionário e não a encontrar, os sujeitos duvidam de sua existência apesar de a enunciar no seu dia-a-dia.

É na segunda metade do século XX, portanto, que a lexicografia brasileira se consolida e temos a proliferação de dicionários condensados, mais conhecidos por minidicionários ou dicionários compactos. Esses instrumentos, além de apresentar um caráter linguístico, também passaram a apresentar um caráter pedagógico, já que eles também eram voltados para suprir uma necessidade escolar. De modo geral, com definições mais sucintas, apresentando uma menor quantidade de sentidos e praticamente sem trazer exemplos, esses dicionários respondiam a uma demanda didática de auxiliar no ensino e na ampliação do vocabulário dos estudantes. É dessa forma que podemos afirmar que, no caso dos dicionários escolares, eles não apenas funcionam como instrumentos linguísticos, por instrumentalizar a língua ao descrevê-la e normalizá-la, mas também como instrumentos pedagógicos, já que sua finalidade é facilitar o ensino-aprendizagem da língua alvo (primeira língua ou língua estrangeira).

Assim, esses dicionários escolares passaram a circular mais comumente no ambiente escolar, principalmente a partir de 2002, quando o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) começou a avaliar esses instrumentos linguístico-pedagógicos (BRANGEL, 2013). Houve, então, o aumento de publicações desse tipo de dicionários e de editoras preocupadas em atender as demandas estabelecidas pelo PNLD. Os minidicionários (que eram usados na sala de aula até então, mas não apresentavam necessariamente uma proposta pedagógica) passaram a se adequar às exigências do PNLD e a apresentar recursos pedagógicos para séries específicas do ensino básico. O próprio PNLD, em 2012, apontou quatro tipos de dicionários escolares, que variavam de acordo com a série (dicionários de alfabetização, do ensino fundamental 1, do ensino fundamental 2 e do ensino médio) e com o número de verbetes presentes neles. O dicionário do ensino médio, considerado do tipo 4, apresentaria mais verbetes do que os demais tipos, uma vez que se espera que um aluno do ensino médio amplie o seu vocabulário e conclua o ensino básico conhecendo uma parte significativa das palavras do léxico de sua língua.

Neste trabalho, os verbetes selecionados foram recortados de quatro dicionários escolares representativos da contemporaneidade, mais especificamente da passagem do século XX para o século XXI. Os dicionários em questão são:



1. o *Minidicionário da Língua Portuguesa*, de Silveira Bueno, edição publicada em 1996;
2. o *Minidicionário compacto da Língua Portuguesa*, de Ubiratan Rosa, cuja edição analisada é a de 1999;
3. o *Minidicionário Aurélio: o dicionário da Língua Portuguesa - Século XXI*, de Antonio Buarque de Holanda Ferreira, edição publicada em 2000;
4. e o *Minidicionário Luft*, de Celso Luft, publicado em 2001.

Em comum, os dicionários foram produzidos momentos antes de se iniciar, em 2002, a avaliação para os dicionários escolares pelo PNLD. Além disso, todos eles se auto intitulam como minidicionários, isto é, versões reduzidas ou compactas de dicionários maiores, que circulavam sobretudo no ambiente escolar. Neste trabalho, estamos entendendo esses minidicionários como dicionários escolares, sendo eles importantes para entendermos como na passagem do século XX para o século XXI as questões étnico-raciais eram significadas nesses instrumentos linguísticos-pedagógicos.

## 2 UMA OLHADA EM ALGUNS VERBETES

Os dicionários, por serem instrumentos linguísticos amplamente difundidos na sociedade, materializam diferentes sentidos de uma palavra em determinado espaço e tempo. Na pesquisa em questão, os dicionários selecionados datam do final do século XX e início do século XXI. Os verbetes selecionados para discutirmos a relação constitutiva entre sujeito, sentido e espaço foram: *negro*, *preto*, *favela* e *cortiço*. Em um dicionário geral de língua, tais verbetes apresentam uma grande produtividade em suas definições, isso porque diferentes sentidos foram sendo legitimados na textualidade específica dos dicionários, o que produz a ampliação das definições dos verbetes. No entanto, em um dicionário escolar, essa produtividade é limitada, uma vez que esse tipo de dicionário precisa ser compacto, fato que produz a redução de sentidos e a diminuição das definições, que passam a apresentar enunciados mais diretos e sem o uso de exemplificação.

Por meio das definições observadas, foi possível observar que parte das definições legitimadas nos verbetes do campo étnico-racial produz uma legitimação de dizeres construídos sócio-historicamente, que classificam e hierarquizam sujeitos/sociedades, línguas e seus espaços de vida, como exemplo, as definições dos verbetes *preto* e *negro* são apresentadas da seguinte maneira:

**Preto/a** (ê) adj.1. Da cor ébano, do carvão; negro. 2. Diz-se de coisas que apresentam cor escura.3. Sujo, encardido. 4. Negro (homem). 5. Bras. Difícil, perigoso. sm.6 Indivíduo negro. (FERREIRA, 2000 *grifo nosso*)

**Ne.gro** [ê] adj. 1. De cor escura; preto. 2. (fig) Sombrio; ameaçador. S.m. 3. Homem da raça negra; preto. Superl. abs. sint. do ad.: *nigérrimo*. (LUFT, *grifo nosso*)

O fato de o sujeito-lexicógrafo significar o sujeito preto como “difícil, perigoso”, na definição de preto no *Minidicionário Aurélio*, e “sombrio; ameaçador”, na definição de negro do *Minidicionário Luft*, legitima um dizer que cola a imagem do negro/preto à noção de violência, naturalizando sentidos negativos sobre esse sujeito. Sobre esse ponto, é importante destacar que o martiniano Fanon (2008), em seu livro *Pele negra, máscaras brancas*, narra que, ao chegar à França e ser visto por uma criança branca, a reação dela foi ter medo. O autor, então, discorre como o



corpo negro foi sendo objetificado, inventado como um ser inferior e lido como um potencial “ameaçador” por apresentar a pele negra. As consequências dessa construção são a negação de si como sujeito e a tentativa de se embranquecer, isto é, falar como um branco, portar-se como um branco, agir como um branco, daí o título da sua obra remeter a *máscaras brancas* que objetivam esconder a *pele negra*.

No caso do Brasil, podemos exemplificar que a negação de si passa não apenas pela vergonha da cor da pele, mas também pela vergonha de sua língua. Lélia González (1983) nomeou essa língua como “pretuguês”. Assim, como sua cor de pele precisaria ser embranquecida, sua língua também precisaria passar por esse processo de embranquecimento, ao apagar as marcas de africanização do português brasileiro. O processo de negação faz com que o pretuguês, que seria símbolo de resistência, seja “mascarado”, para que o sujeito negro seja bem “aceito” socialmente.

Ao ser lido, a partir de sua cor de pele, como “perigoso”, o sujeito negro é desumanizado e lido como “ameaça”. Esses mesmos dizeres vão circular na sociedade, produzindo inferiorização e marginalização do sujeito negro. O dicionário, assim, como instrumento linguístico-pedagógico legitima esses dizeres e os valida como sentidos possíveis no ambiente escolar. É preciso, no entanto, questionar esses sentidos e historicizá-los, para que o processo de ensino-aprendizagem não seja passivo, acrítico. Quando analisamos o verbete *negro* no *Minidicionário da Língua Portuguesa*, de Silveira Bueno, nos deparamos com a seguinte definição:

**Negro/a** adj. Que é de cor escura; preto; muito escuro; sombrio; escurecido pelo tempo ou pelo sol; lúgubre; triste; funesto; [superl.abs.sint.: negríssimo e nigérrimo; s.m. homem de raça negra; escravo; homem que trabalha muito. [Aument.: negrão, negrilhão, negraço; dimin.: negrito, negrilho; negrinho.] (BUENO, 1996, grifo nosso)

Ao analisarmos a definição deste verbete do *Minidicionário da Língua Portuguesa*, de Silveira Bueno, observamos como características negativas “sombrio”, “lúgubre” “triste” são materializadas para se referir ao adjetivo “negro”. Em relação ao substantivo “negro”, não é diferente. Sentidos (desistoricizados) negativos são atualizados para significar o homem negro, fazendo a sua associação com “escravo”, como se todo negro fosse um sujeito escravizado. Além disso, chama-nos a atenção a construção sintática “homem que trabalha muito”, que produz hierarquização entre raças ao colocar o sujeito negro no lugar do trabalho. Essa construção, como já apontaram trabalhos anteriores (MAZIÈRE, 1990; NUNES, 2006; NASCIMENTO, 2019) apresenta a seguinte estrutura sintática N+QUE (nome seguido de sintagma introduzido pela conjunção que), a qual constrói um apagamento histórico e naturaliza os processos, ao produzir uma evidência de que o “negro” “trabalha muito”, como se o trabalho fosse uma condição natural do negro. É desse modo que essa discursividade, que retoma o processo de escravização (não à toa que o exemplo anterior é “escravo”), ainda é comum atualmente ao colar a imagem do negro como aquele que “trabalha muito” (aquele que teria aptidões para o trabalho braçal), naturalizando, classificando e hierarquizando o lugar do negro na sociedade.

Em síntese, ao analisar as definições dos verbetes *negro* e *preto*, foi possível observar o funcionamento de uma discursividade racista, uma vez que o sujeito lexicógrafo atribui sentidos negativos para definir esses verbetes, tais como as palavras: “sujo”, “encardido”, “difícil” e “perigoso”. Sueli Carneiro (2023), ao investir teoricamente sobre o conceito de dispositivo da racialidade, afirma que esse dispositivo funciona pela dualidade entre o positivo e o negativo, sendo



os brancos associados ao positivo e ao modelo a ser seguido enquanto os negros seriam o negativo, o contrário do padrão esperado. Isso produz efeitos importantes na sociedade, pois, nas palavras de Sueli Carneiro (2023, p. 31-32), “o dispositivo da racialidade, ao demarcar a humanidade como sinônimo de branura, irá redefinir as demais dimensões humanas e hierarquizá-las de acordo com a proximidade ou o distanciamento desse padrão” .

Por meio dos verbetes acima, podemos observar como o que a autora chama de dispositivo da racialidade funciona nas definições dos verbetes, ao materializar sentidos negativos que são recorrentes na sociedade em relação à cor da pele. Assim, determinados termos são carregados de significados que estigmatizam e discriminam grupos étnico-raciais que não correspondem ao padrão: o branco. Estendemos as considerações feitas por Sueli Carneiro em relação ao sujeito negro aos seus espaços de vida, partindo do pressuposto de que, ao significar os sujeitos, os seus espaços de vida também são significados, fato que também produz a sua classificação e a sua hierarquização como pode ser observado nos verbetes *favela* e *cortiço*.

**Favela** Reunião de habitações sem conforto (ROSA, 1999, *grifo nosso*).

**Favela** sf. Bras. Conjunto de habitações populares, em geral toscamente construídas e usualmente deficientes de recursos higiênicos. (FERREIRA, 2000, *grifo nosso*)

**Cortiço** sm. 1. Casa onde as abelhas se criam e fabricam o mel e a cera. 2. Bras. Habitação coletiva de pessoas pobres; cabeça-de-porco. (FERREIRA, 2000, *grifo nosso*)

**Cortiço** s. m. Casa de abelhas, colmeia. 2.Habitação coletiva de gente pobre. (LUFT, 2001, *grifo nosso*)

É possível observar o funcionamento da relação entre sujeito, sentido e espaço ao analisarmos as definições dos verbetes *cortiço* e *favela*. Estamos tomando tanto o cortiço como a favela como parte constitutiva da cidade, sendo esta entendida, a partir de uma perspectiva materialista, como um espaço simbólico que apresenta sua materialidade e suas formas de significar (ORLANDI, 1999). É pela materialidade específica do dicionário que aqui estamos observando como o *cortiço* e a *favela* significam fenômenos específicos da cidade e da formação social. No verbete *favela*, por exemplo, o sentido de habitação é delimitado por adjetivações “sem conforto” e “populares”. Não se trata de qualquer tipo de habitação, mas de um tipo específico que é descrito como “toscamente construído” e “usualmente deficiente”. A falta parece ser constitutiva desse espaço que, por consequência, também significam os sujeitos que nele habitam como sujeitos faltantes.

Além disso, há o funcionamento equívoco quando o sujeito lexicógrafo afirma que a *favela* (assim como *preto* foi significado como “sujo” e “encardido” no primeiro verbete acima) seria “deficiente de recursos higiênicos”, sugerindo não apenas a falta de saneamento básico, mas também o efeito de sentido que aponta para a falta de higienização (dizer que também aponta para uma falta de civilidade) que historicamente tem sido associada à população negra marginalizada. Esta definição não só generaliza, mas também apaga o contexto histórico das favelas e as políticas que contribuíram para sua formação e perpetuação.



Similarmente, no verbete *cortiço*, podemos observar essa relação funcionando quando sentidos negativos são atribuídos não apenas ao espaço de vida, mas também aos sujeitos que o habitam, predominantemente sujeitos negros. Definições como “Habitação coletiva de pessoas pobres” e “Habitação coletiva de gente pobre” funcionam parafrasticamente para significar aqueles que habitam nesse espaço, classificando-os e hierarquizando-os socialmente como “pessoas/gente pobre”.

Fala-se da classe social dessas pessoas, mas não se fala de sua raça. No Brasil, as pessoas que habitam esses espaços são majoritariamente pessoas negras. Embora não se fale explicitamente de raça, aprendemos com as reflexões de Rogério Modesto (2021) que os discursos racializados podem tanto estar presentes de maneira explícita quando discutimos diretamente sobre raça (isso pode ser observado no verbete *preto*, no qual estamos explicitamente abordando uma temática racial) quanto aparecer de maneira implícita quando a menção à raça não é explicitamente mencionada, como é o caso dos verbetes *favela* e *cortiço*.

Nossa análise aponta para o fato de esses sujeitos e espaços serem estigmatizados devido à estrutura racista que está profundamente cristalizada na nossa formação social. Esses sentidos se filiam a dizeres que põem os sujeitos negros em uma posição de “ameaça”, legitimando práticas de violência contra os seus corpos e seus espaços de vida. Abdias Nascimento (2016) aponta que o genocídio do negro do Brasil foi uma constante que foi institucionalizado e naturalizado. O autor discute, então, o racismo velado que, nos verbetes aqui analisados, se materializam por adjetivos negativos que colam o sujeito negro à violência. Se esses sujeitos e seus espaços de vidas são violentos, é possível normalizar (e também normatizar) a violência contra eles, o seu genocídio, como uma resposta “natural” a sujeitos violentos.

Sentidos racistas são legitimados pelos dicionários e acabam sendo difundidos no ambiente escolar de maneira naturalizada, sem historicização. Portanto, é fundamental que os dicionários sejam vistos como instrumentos que materializam e legitimam sentidos que circulam na formação social. Esses instrumentos linguístico-pedagógicos, assim, funcionam legitimando formas de subjetividades, atribuindo significados para sujeitos e seus espaços de vida ao classificá-los e hierarquizá-los como “perigoso”, “ameaçador”, “sem conforto” ou “sem recursos higiênicos”. Dizeres que justificam todo e qualquer tipo de violência contra sujeitos negros em prol de uma suposta “civilidade”.

## CONCLUSÃO

No que tange à escola, os dicionários são considerados um instrumento linguístico-pedagógico que os sujeitos alunos utilizam em diversos momentos de sua vida escolar e os têm como um recurso linguístico para o seu desenvolvimento educacional. Esse recurso linguístico-pedagógico não é “neutro”, mas legitima dizeres que foram construídos sócio e historicamente. Compreender esses dizeres é fundamental para não se reproduzir discursos que colocam à margem sujeitos que constituem a sociedade brasileira.

Sabendo disso, realizamos uma análise dos sentidos materializados nas definições dos verbetes do campo semântico étnico-racial em diferentes dicionários escolares de Língua Portuguesa, observando como esses dicionários escolares legitimam sentidos que circulam na sociedade e, consequentemente, hierarquizam raças e etnias por meio de definições que atualizam sentidos racistas. Ao atribuir características negativas aos sujeitos negros, também se atribuem características negativas aos espaços onde vivem, e vice-versa. Esses dizeres reforçam a



desigualdade existente entre os sujeitos, ao validar narrativas que inferiorizam sujeitos negros ao significá-los a partir do modelo branco.

Dessa forma, reforçamos a importância das discussões e estudos sobre questões étnico-raciais nas escolas, a fim de que os sujeitos alunos tenham um conhecimento mais abrangente sobre essas pautas que percorrem por nossa sociedade e, assim, possam desconstruir preconceitos cristalizados na população brasileira. Este trabalho, portanto, corrobora o dizer de pesquisadores brasileiros (Cf. GABRIEL NASCIMENTO, 2019; ROGÉRIO MODESTO, 2018; ROGÉRIO MODESTO E LARISSA FONTANA, 2020; ALLICE TOLEDO, 2021; entre outros) de que é necessário investir em pesquisas sobre instrumentos linguísticos brasileiros, para compreender melhor como sentidos sobre questões étnico-raciais no Brasil estiveram presentes na formação dos estudos linguísticos brasileiros e como foram por eles tratados.

## REFERÊNCIAS

- ANJOS, L. S. A construção de um compromisso para uma educação antirracista: entre o político e o hipnótico. **Fragmentum**, N 64, 2025, p. 23–34.
- BRANGEL, L. M. Dicionários escolares e ensino de Língua Portuguesa. **Revista Interdisciplinar - Revista de Estudos em Língua e Literatura**, São Cristóvão - v. 19, 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Com direito à palavra**: dicionários em sala de aula. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2012.
- BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm#:~:text=L10639&text=LEI%20No%2010.639%2C2020DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Altera%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A1ncias. Acesso em: 18 abril 2025.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm#:~:text=L10639&text=LEI%20No%2010.639%2C2020DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Altera%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A1ncias. Acesso em: 18 abril 2025.)
- BUENO, S. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: FTD, 1996.
- CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EdUfba, 2008.
- FERREIRA, A. B. H. **Minidicionário Aurélio**: o dicionário da Língua Portuguesa - Século XXI. 4 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- GONZALEZ, L. "Racismo e sexism na cultura brasileira". In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. **Ciências Sociais Hoje**, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983.
- LUFT, C. **Minidicionário Luft**. 20 ed. São Paulo: Editora Ática, 2001.
- MAZIÈRE, F. O enunciado definidor: discurso e sintaxe. In: GUIMARÃES, E (org.). **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes, 1990.
- MODESTO, R.; FONTANA, L. S. “Terreiro” e “Macumba”: Tensões de raça e classe nas ordens das significações. **Revista Porto das Letras**, v. 06, n. 05, 2020, p. 219-244.



MODESTO, R. Mulato nos dicionários de português ou sobre o que uma palavra pode contar da mestiçagem no Brasil. **Revista Interfaces**, v. 13, p. 1-15, 2022.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016

NASCIMENTO, F. A. S. **Definir, conceituar**: história e sentidos da palavra-conceito cultura em dicionários de línguas e terminologias. Tese de doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP: [s. n.], 2019

NASCIMENTO, G. **Racismo linguístico**: os subterrâneos da linguagem e do racismo. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2019.

NUNES, J. H. **Dicionários no Brasil**: análise e história. Campinas: Pontes Editores; São Paulo: FAPESP, 2006.

NUNES, J. H. Dicionário: história, leitura e produção. **Revista de Letras**. Brasília, v. 3, n 1/ 2, 2010, p. 6-21.

NUNES, J. H. O dicionário como observatório da subjetividade no final do século XIX: na província, no campo, na cidade. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 24, n. 47, 2021, p. 323–346.

ORLANDI, E. N/O Limiar da Cidade. **Revista Rua**., Número Especial. Campinas: Nudecri/ Unicamp, 1999.

ORLANDI, E. Lexicografia discursiva. In: \_\_\_\_\_. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das ideias no Brasil. 2 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2013. p. 113-134.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. Discurso e cidade: a linguagem e a construção da “evidência do mundo”. In: RODRIGUES, E. A.; SANTOS, G. L. CASTELLO BRANCO, L. K. A. (orgs.) **Análise de Discurso no Brasil**: pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas: Editora RG, 2011, p. 243-258

ROSA, U. **Minidicionário compacto da Língua Portuguesa** (com separação silábica). 9 ed. São Paulo: Editora Rideel, 1999.

TOLEDO, A. A língua e a raça: a mestiçagem como uma ideia linguística das letras brasileiras do século XIX. **Revista da ABRALIN**, v. 19, n. 1, p. 1-25, 8 jan. 2021.



## GESTOS DE RESISTÊNCIA NA ESCRITA DE/SOBRE MULHERES NEGRAS

Ailce do Nascimento Macedo<sup>1</sup>

*Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)*

Alana Clecy dos Santos<sup>2</sup>

*Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)*

Rogério Modesto<sup>3</sup>

*Universidade Estadual de Santa Cruz/Universidade Federal Fluminense (UESC/UFF)*

### RESUMO

Perante um debate ainda recorrente nos estudos feministas, a universalização da categoria mulher e a questão do sujeito do feminismo, a partir da Análise de Discurso materialista (AD), buscamos uma compreensão acerca da constituição da posição-sujeito mulher (e) negra a partir da produção audiovisual A vida e a história de Madam CJ Walker (2020). Os gestos de análise possibilitaram a compreensão de diferentes estruturas de opressão que tensionam as discursividades de gênero e raça no movimento de força da posição-sujeito mulher-negra.

**Palavras-chave:** Discurso. Gênero. Raça. Posição-sujeito mulher-negra. Memória discursiva.

### ABSTRACT

According to feminist studies, the universalization of the category "woman" and the question of the subject of feminism remain recurring debates when analyzed through the lens of materialist Discourse Analysis (DA). We aim to understand the constitution of the subject-position 'black-woman' through the audiovisual production "Self Made: Inspired by the Life of Madam C.J. Walker (2020)". The analytical gestures enabled an understanding of the different structures of oppression that generate tensions within the discursivities of gender and race, in the process of constructing the subject-position 'black-woman'.

**Keywords:** Discourse. Gender. Race. Subject-position black-woman. Discursive memory.

### INTRODUÇÃO

No cenário de lutas sociais, raciais e de gênero que marcam a conjuntura de nossa formação social brasileira, não nos parece estranha a possibilidade de que os significantes "resistência" e "mulheres negras" compareçam em uma mesma rede de formulações. Ao contrário, as clivagens sociais que afetam tal formação social e que irrompem em diferentes modos de manifestação de

<sup>1</sup> Doutoranda e mestra em Letras, Linguagens e Representações pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: anmacedo@uesc.br

<sup>2</sup> Doutoranda e mestra em Letras, Linguagens e Representações pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Bolsista pela FAPESB. E-mail: alanaclecy98@gmail.com

<sup>3</sup> Professor Adjunto B de Língua Portuguesa e Linguística da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Pós-doutorando em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutor e mestre em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: rlmsantos@uesc.br



opressões, racismo, machismo e violências parecem fazer *evidente* a necessidade de que a resistência seja um atributo quase inerente dos modos de subjetivação e vida de mulheres negras. Se a ideia de que “mulheres negras precisam resistir” ou de que “mulheres negras são resistência” se torna natural, evidente, compreendemos haver aí um espaço importante de intervenção analítica discursiva no sentido de questionar essa transparência de sentido, tanto no que diz respeito aos sentidos de “mulheres negras” quanto no que toca nos sentidos de “resistência”.

Nosso texto, fruto de uma reflexão coletiva, materializa um gesto de análise em que buscamos escutar como a escrita de e sobre mulheres negras pode ser tensionada pelos sentidos de resistência, raça, gênero, literatura e narratividade. Realizamos, no âmbito do Grupo de Pesquisa Discursos e Tensões Raciais – dTer (UESC/CNPq), sediado na Universidade Estadual de Santa Cruz, diferentes pesquisas em que o interesse se voltou em analisar como a escrita de e sobre mulheres negras materializa tais sentidos enquanto “discursos racializados” (MODESTO, 2021). Daí que, neste texto, retomamos nossas formulações derivadas de nossos olhares para a escrita *de* Maria Firmina dos Reis<sup>4</sup> e para a escrita *sobre* Esperança Garcia<sup>5</sup>.

Em comum, essas mulheres dividem os sentidos de “protagonistas” por possuírem, ambas, o título de “primeiras”. Maria Firmina dos Reis goza do título de primeira romancista negra brasileira, tendo publicado em 1859 o livro *Úrsula*, considerado o primeiro romance abolicionista do Brasil. Esperança Garcia, por sua vez, foi reconhecida, em 2022, como a primeira advogada brasileira pelo Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Era uma mulher escravizada que, ao ter escrito uma carta em 1770 para o Governador da Capitania do Piauí reivindicando melhores condições de vida, não apenas “peticionou” uma reivindicação como denunciou maus-tratos sofridos por ela e pelos seus.

A partir de uma perspectiva materialista discursiva tomamos como objeto de análise a escrita *de* Maria Firmina dos Reis, em seu livro *Úrsula* (1859), e a escrita *sobre* Esperança Garcia, a partir do cordel escrito sobre ela pela escritora Jarid Arraes e publicado no livro *Heroínas negras brasileiras* (ARRAES, 2017).

No recorte que apresentamos nesse texto, iniciamos nossa reflexão tomando a questão da resistência e a questão dos discursos *de* e *sobre*. Em seguida, enfocamos a escrita *de* Maria Firmina dos Reis, a partir do romance já citado, com base nas duas assinaturas inscritas no romance. Debruçamo-nos sobre o encontro de duas posições discursivas, que estavam impossibilitadas de se encontrar, ao considerarmos as condições históricas e sociais da segunda metade do século XIX: a posição-sujeito *autor* e a posição-sujeito *mulher negra*. Feito isso, passamos a pensar o dito e o não-dito *sobre* Esperança Garcia, conforme se textualiza no cordel mencionado anteriormente. Nos interessa pensar como, no dizer *sobre* Esperança Garcia, comparecem predicações como *maltratada, excluída, perseguida*, etc. que açãoam sentidos de exclusão, colocando em pauta um silêncio que significa pelo não-dito (ORLANDI, 2007). Por fim, tecemos relações entre os gestos de análise e a resistência, tal como apresentamos este conceito na seção que segue.

<sup>4</sup> Maria Firmina dos Reis (1822-1917), mulher negra, escritora e professora maranhense, foi a primeira escritora a publicar um romance abolicionista no Brasil.

<sup>5</sup> Esperança Garcia foi uma mulher negra, escravizada no século XVIII na província do Piauí, ela escreveu uma carta-denúncia relatando os maus tratos sofridos e solicitando salvaguarda ao presidente da província. Esta carta foi encontrada em 1979 sendo anos depois considerada a primeira petição feita por uma mulher, assim, em 2017, Esperança foi considerada a primeira advogada do Piauí e, só em 2022, reconhecida como a primeira advogada do Brasil.



## 1 RESISTÊNCIA E ESCRITAS DE/SOBRE

No texto *Delimitações, inversões, deslocamentos* (1990), Michel Pêcheux apresenta um conceito materialista de resistência, certamente muito distinto dos sentidos de resistência que circulam no senso comum. Diferentemente da noção voluntarista que se encontra nos dicionários, em que algo ou alguém produz enfrentamento, oposição, atrito, força contrária de modo plenamente consciente com o objetivo claro na busca de um resultado previamente determinado, Pêcheux desenha um conceito teórico em que a resistência acontece por e nas brechas e falhas do ritual de interpelação ideológica, tendo em vista que “não há ritual sem falha, desmaio ou rachadura” (PÊCHEUX, 1990, p. 17).

Em suas formulações, a resistência está na contradição própria dessas falhas no ritual do/no processo de interpelação ideológica e que imbrica dominante e dominados. A partir de sua leitura de Pêcheux, Modesto (2016) pontua que a resistência não é o produto de uma intenção do sujeito ou do enfrentamento de um grupo contra o outro, porque, assim como o sujeito não é unidade, mas dispersão, os grupos e ideologias se formam em processos contraditórios de remissão e afastamento. Faz-se necessário, então, considerar a possibilidade da resistência dada na contradição, real da história, que proporciona as falhas no trabalho ideológico de construção das evidências. Além disso, há de se considerar o trabalho da linguagem em todo esse processo: é quando, na falha do ritual, o sem-sentido passa a fazer sentido que se pode vislumbrar um espaço para a resistência (MODESTO, 2016).

Em virtude disso, Modesto (2016) propõe a noção de efeito de resistência. Trata-se de considerar que, embora a resistência não seja um atributo direto do enfrentamento voluntário, muitas vezes ela é encarada como efeito desse enfrentamento voluntário, especialmente em sociedades como a nossa, marcada pelo funcionamento do sujeito de direitos e deveres. Em suas palavras, “a resistência só é possível funcionando em um espaço contraditório, embora seja encarada e constituída como resultado das oposições” (MODESTO, 2016, p. 1091). Nessa perspectiva a “intenção” de resistir não garante, em si mesma, a efetivação da resistência, já que ela se efetiva nas relações de identificação do sujeito, as quais são atravessadas por diferentes determinações que não deixam coincidir as causas (como elas se apresentam aos sujeitos) com os sentidos (como eles significam as discursividades).

Considerando essas formulações teóricas, na perspectiva discursiva materialista a linguagem tem papel fundamental na resistência. É preciso um sujeito que fale, que tome a palavra, para que os sentidos entrem em relação uns com os outros até que produzam espaços equívocos, falhas no ritual que insiste em manter um mundo logicamente estabilizado. Assim, “o trabalho de falar sobre mobiliza uma série de condições de produção e abre o espaço para a diferença, pois este é um processo que mobiliza uma *relação a*” (MODESTO, 2016, p. 1091). Desse modo, se, por um lado, considera-se a resistência não controlada pelos sujeitos, por outro lado, “é preciso um sujeito que fale sobre para que a irrupção da resistência, tal como uma nova palavra que desembaraça o espaço duma pergunta, possa acontecer” (MODESTO, 2016, p. 1091).

É no espaço do “falar sobre” que consideramos a importância do debruçamento na escrita *de e sobre*, como propomos nesse texto. Para estudarmos a rede de discursos *de e sobre* o sujeito mulher negra é preciso pensar que “todo conhecimento representa uma determinada perspectiva e reflete um ponto de vista particular, devendo se considerar que todo conhecimento é parcial” (COLLINS *apud* CESTARI, 2017, p. 186). Dessa maneira, pensar os discursos *de e sobre* a mulher negra



é fundamental para romper a ilusão do discurso único, da transparência do dizer<sup>6</sup>, textualizando assim, as formas de identificação do/no processo de constituição da mulher negra bem como da rede de sentidos que as significam.

É importante compreender que os discursos *de* são aqueles que atuam a partir da tomada da palavra na textualização daquilo que se anuncia como “vivido”, isto é, não se trata de falar sobre algo ou alguém pelo olhar de fora, mas de textualizar discursos a partir do lugar do “eu” enquanto objeto e enunciador, sendo um espaço de construir a voz própria e significações sobre si<sup>7</sup>. Os discursos *de* funcionam, muitas vezes, em relação aos discursos *sobre*, ou melhor, ambos possuem uma relação correlata. “Os discursos *sobre* recuperam elementos dos discursos *de*” (PETRI, 2004, p.29) por vezes se aproximando e outras deslizando sentidos deste. Os discursos *sobre* são os:

[...] que atuam na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória. Os discursos *sobre* são discursos intermediários, pois ao falarem sobre um discurso de (‘discurso-origem’), situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja [...] já que o falar sobre transita na correlação entre o narrar/descrever um acontecimento singular, estabelecendo sua relação com um campo de saberes já reconhecido pelo interlocutor (MARIANI, 1998, p. 64).

Assim como dispõe Mariani (1998), os discursos *sobre* falam dos discursos de origem e funcionam enquanto dizeres intermediários que narram e/ou descrevem um acontecimento singular. É válido destacar que por muito tempo, os discursos *sobre* as mulheres, mas principalmente, sobre as mulheres negras, foram predominantes. Dessa posição, essas mulheres eram colocadas em um lugar de menor valor e sem autoridade para falar de si, isto porque eram pessoas brancas, em grande maioria homens brancos, escrevendo *sobre* pessoas e narrativas negras. Pensando nessas relações de escritas *de* e *sobre*, apresentamos, como já sinalizado, as duas perspectivas de escritas a partir dos discursos *de* Maria Firmina dos Reis e dos discursos *sobre* Esperança Garcia, para pensarmos, como já dito, os funcionamentos discursivos dessas escritas, com a atenção voltada para as redes de significações e ressignificações por elas promovidas.

## 2 ÚRSULA DE MARIA FIRMINA DOS REIS: UMA MARANHENSE

Como dito na introdução, refletimos neste ponto do trabalho sobre os discursos de origem que comparecem no romance *Úrsula*, publicado em 1859 e sobre a sua autora, Maria Firmina dos Reis. Assim, é importante compreender que o romance *Úrsula* pode ser lido como uma unidade discursiva que representa personagens negros e brancos, homens e mulheres, liberdade e escravidão na literatura brasileira. O romance oportuniza a rememoração da história oficial acerca da escravidão e da sociedade patriarcal do século XIX, e oportuniza a sua possível ressignificação a partir da posição-sujeito que se inscreve na escrita autoral de Maria Firmina dos Reis. Uma escrita

<sup>6</sup> Orlandi pondera que “nem a linguagem, nem os sentidos, nem os sujeitos são transparentes: eles têm sua materialidade e se constituem em processos em que a língua, a história e a ideologia concorrem conjuntamente.” (ORLANDI, p. 46, 2015).

<sup>7</sup> Fala sobre si no âmbito não individualizado, mas de pertencimento enquanto grupo, classe, etc. Ex. enquanto mulheres negras ou enquanto estrangeiros refugiados, etc. Um olhar de dentro que trata de questões vivenciadas por quem escreve.



marcada por duas assinaturas, isto é, *Úrsula* engendra um processo de identificação atravessado pela assinatura de duas autorias: uma marcada pelo anonimato de um etnônimo<sup>8</sup> e a outra desvelando o anonimato pela evocação de um nome próprio. Tanto uma quanto outra estão marcadas pela relação com o gênero e o desprestígio de uma escrita feminina, e somente a segunda assinatura vai apresentar a diferenciação racial inscrita na autoria. A primeira assinatura encontra-se presente na obra com o etnônimo *uma maranhense*, e a segunda só temos acesso a partir dos discursos sobre.

Assinado com o etnônimo *uma maranhense*, *Úrsula* (1859) é publicado na tipografia do Maranhão e é anunciado nos jornais em circulação na província. Pela leitura do texto não é possível dar nome à autora, mas o prólogo escrito traz algumas particularidades de quem o escreve:

Não é a vaidade de adquirir nome que me cega, nem o amor próprio de autor. Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e a conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem, com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo (REIS, 2018, p.33).

Reis apresenta o seu livro como “mesquinho e humilde” e segue destacando que não se permite cegar pela “vaidade de adquirir nome” ou pelo “amor próprio de autor”. A validade de seu romance se anula por ele ter sido “escrito por uma mulher” “e mulher brasileira”, “sem o trato e a conversação dos homens ilustrados”. Verificamos, de início, o caráter gendrado inscrito no romance, ou seja, o caráter identificado pela especificidade do gênero. Há, aqui, a necessidade de recortar o texto, para melhor interpretá-lo. Quando a autora escreve: “mesquinho e humilde livro é este que vos apresento, leitor”, é certo que ela escreve para um determinado leitor. Mas para qual? Qual o sentido de leitor projetado pela autoria de *Úrsula*? Qual o valor dessa autoria? Essa compreensão será possível ao considerarmos as formações imaginárias de Michel Pêcheux (1990), sendo a imagem de si e do outro visualizada como um ponto de vista do interlocutor.

A nossa interlocutora, Maria Firmina dos Reis, antecipa a imagem daquele que irá receber o seu livro. Para Pêcheux (2006, p.77) essa antecipação “implica que o orador experimente de certa maneira o lugar de ouvinte a partir de seu próprio lugar de orador: sua habilidade de imaginar, de preceder o ouvinte é, às vezes, decisiva se ele sabe prever, em tempo hábil, onde este ouvinte o espera”. Onde o ouvinte de *Úrsula* o espera? A resposta possível para essa questão seria: o espera na sociedade maranhense do século XIX. Em um período em que a escravização dos corpos negros era legitimada, e em que as mulheres não tinham acesso à educação. Nesse sentido, apresentar-se numa escrita “menor”, num romance que “pouco vale” por ser escrito por uma mulher pode funcionar, de algum modo, como gesto de resistência que permitiria a circulação da obra, sem que ela fosse atacada por suas ideias, em uma sociedade como a aqui descrita.

Constitui-se, assim, como ponto importante na análise do prólogo a menção que Reis faz à sua autoria, colocando a sua escrita em uma posição determinada pelo imaginário de menor prestígio, de pequenez, porque estão determinadas pelas condições de produção da época. Como

<sup>8</sup> Utilizamos o conceito de etnônimo acrescido ao pseudônimo, por considerar a substituição do nome próprio da autora, pela expressão *uma maranhense*. Ao assinar-se como tal, é possível articular “de forma visceral tanto a questão étnica quanto a questão nominal articulando, ao mesmo tempo, língua e memória” (BARBOSA FILHO, 2019, p.187).



já dito, uma sociedade escravocrata e patriarcal. Podemos pensar em uma análise discursiva sobre alguns pontos descritos no Prólogo de *Úrsula*, que dizem mais sobre a sua autora do que sobre a própria obra. Observemos as Sequências Discursivas (SD) que seguem:

**SD1:** Mesquinho e humilde livro é este que vos apresento, leitor (...) e ainda assim o dou a lume.

**SD2:** Não é a vaidade de adquirir nome que me cega, nem o amor próprio de autor.

**SD3:** Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e a conversação dos homens ilustrados (...) o seu cabedal intelectual é quase nulo.

**SD4:** Uma Maranhense.

Na SD1, a autora define o seu livro com dois adjetivos: mesquinho e humilde, evidenciando uma obra menor, desprovida de grandezas e sem grandes pretensões de angariar espaços maiores no cenário ao qual se insere e, mesmo tendo essa consciência de menoridade, o torna público. Na SD2: *Não é a vaidade de adquirir nome que me cega*, a escritora maranhense justifica que a escrita de *Úrsula* não lhe traz ambições de conquistar um nome de autor no cânone literário. Já na SD3, há o reforço do menor valor do romance e uma justificativa para tal inferioridade: *escrito por uma mulher, e mulher brasileira*. Como descrito quando tratamos da resistência, a contradição é ponto fundamental para que outros sentidos se instalem. Nesse caso, a contradição está em tornar público aquilo que de saída se apresenta como não importante, de menor valor. A autora, assim, parece jogar o jogo de sua época, assumindo-o, para resistir a ele: reconhecer a escrita feminina como menor para, então, tornar essa escrita (e suas ideias abolicionistas) pública.

Foi necessário apresentar o prólogo da obra na tentativa de compreender os processos de identificação que nomeiam ou resguardam a autora. Destacamos que as sequências discursivas direcionam à análise para o acontecimento discursivo mulher-autora e, embora as questões de autoria e gênero estejam evidentes no prólogo escrito por Maria Firmina dos Reis, nada visualizamos sobre as questões de raça e, sobretudo, as marcações para autora-negra e para escravidão. Assim estende-se para a assinatura *Uma maranhense*. O artigo indefinido *uma* demarca a condição de gênero, mas maranhense não identifica a sua autora como mulher negra. Talvez o nome de autor de Maria Firmina dos Reis não precisasse ser revelado no momento da publicação de *Úrsula*, pois o crivo que legitimava os discursos possíveis, era o mesmo que interditava outros. Como já sinalizamos, Reis apresenta a sua escrita de menor valor por ser escrito por uma mulher. É válido questionar: Por que Maria Firmina dos Reis assina a sua obra como *uma maranhense*? *Uma maranhense* assume o lugar do nome próprio, nomeia a interlocutora que quer apenas se definir mulher, autora e maranhense. *Uma maranhense* que esconde a cor da sua autora e, ao considerarmos as publicações dos oitocentos, tal assinatura está mais associada a uma mulher branca e menos a uma mulher negra. A SD4: *Uma maranhense*, nos permite construir alguns jogos parafrásticos:

**P1:** Qualquer uma maranhense;

**P2:** Uma maranhense qualquer;

**P3:** Uma maranhense sem valor, qualquer;

**P4:** Uma maranhense indefinida, qualquer;

**P5:** Uma maranhense indeterminada, qualquer uma;

**P6:** Uma autora maranhense qualquer;



- P7:** Uma autora maranhense sem valor, qualquer;  
**P8:** Uma autora maranhense indefinida, qualquer;  
**P9:** Uma autora maranhense indeterminada, qualquer uma;  
**P10:** Uma autora qualquer;  
**P11:** Uma mulher qualquer.

As “paráfrases plausíveis” (PÊCHEUX, 2006, p. 26), dispostas neste estudo, versam sobre uma maranhense, uma autora e uma mulher qualquer, sem importância, indefinida, de menor prestígio. Essa construção só foi possível pela análise do prólogo, pois é nesse espaço que Reis justifica a escrita e a publicação do seu romance. No entanto, essa mesma assinatura pode produzir uma outra série de paráfrases possíveis, especialmente se considerarmos que Reis esconde seu nome próprio na assinatura de seu livro e, ao fazer isso, esconde também sua condição de mulher racializada. Nessas condições, em vez de evocar o sentido de “mulher qualquer”, *uma maranhense* pode dizer também:

- P12:** uma mulher da sociedade maranhense;  
**P13:** uma mulher que deve ser reconhecida por ser maranhense;  
**P14:** uma mulher que deve ser reconhecida por fazer parte da sociedade maranhense;  
**P15:** uma mulher que deve ser reconhecida por fazer parte da sociedade maranhense, porque escreve;  
**P16:** uma mulher, talvez branca, que deve ser reconhecida por fazer parte da sociedade maranhense, porque escreve;  
**P17:** uma mulher, certamente branca, que deve ser reconhecida por fazer parte da sociedade maranhense, porque escreve.

Mulher, autora, escreve um texto revolucionário que critica uma sociedade presa ao escravismo e ao patriarcado. A ela não seria concedido o direito ou o lugar de enunciar, e a sua enunciação não produziria “efeitos de legitimidade, verdade, credibilidade, autoria, circulação, identificação, na sociedade” (ZOPPI-FONTANA, 1999, p. 6), pois até 1859, não temos conhecimento de outra escrita de autoria afro-feminina no Brasil. *Uma maranhense* instiga o imaginário e formula outra possível identificação para a sua autora, produzindo também resistência. Essa identificação colabora com o *discurso de origem* presente na obra. *Uma maranhense* que se autodeclara pertencente ao Maranhão, pertence àquela cultura, o que nos permite continuar a escrita, considerando que essa assinatura poderia ser visualizada enquanto (i) mais uma maranhense, ou (ii) mais uma entre muitas maranhenses, mas, sobretudo, (iii) uma maranhense especial, porque escreve. *Uma maranhense* pode funcionar como um caráter estratégico e pode ser considerada um dizer racializado, ou seja, espera-se apagar o aspecto racial para poder circular, para ter permissão para ocupar os espaços nos periódicos dos oitocentos.

Uma assinatura que, ao considerarmos o aspecto racial de sua autora, nos permite configurar um sintagma nominal específico: *autora-negra*. Através das condições de produção já mencionadas no nosso gesto, é possível dizer que tal sintagma é produzido como efeito de um acontecimento discursivo pela atualização da memória discursiva, conforme Pêcheux (2006). Dito de outro modo, a partir da autoria de Reis, pode-se pensar na possibilidade de uma mulher negra assumir a posição de autora. Quando falamos em “acontecimento discursivo” no poder dizer autora-negra, a nossa leitura pensa o entremeio da posição sujeito *autor* e da posição sujeito *muller negra*.



nas condições de produção dos oitocentos. Essa regularidade, ao ser interrompida pela anterior, permite dizer *mulher negra autora* após o séc. XIX, e permite ler, nos textos literários, a representação da escravidão a partir da perspectiva dos personagens escravizados, construindo um outro processo discursivo. Formulamos esse entendimento quando pensamos que uma cadeia de acontecimentos é interrompida ou abalada por uma outra que irrompe, mantendo relações com o que lhe é anterior (sua memória), projetando, ainda assim, outros sentidos. A autoria da mulher permanece como pré-construído de letramento e cultura, mas essa “cadeia” é abalada pela possibilidade de dizer mulher-negra-autora, fato que coloca a mulher negra nessa posição de letramento e cultura não compatível com as condições do séc. XIX. É isso que confere à *Úrsula* uma imagem de ruptura e protagonismo.

### 3 ESPERANÇA GARCIA: A HEROÍNA CONSTRUÍDA PELAS NARRATIVAS SOBRE

As vozes que falam *sobre* trazem um olhar de fora, materializam dizeres que significam através do exterior, dizeres que são delimitados por uma perspectiva, um lugar de enunciação. Cestari (2017), apoiada em Susan Sontag, comenta sobre a metáfora da fotografia com uma forma de discurso *sobre*: ao fotografamos algo/algum partimos de um certo posicionamento, realizamos tal ação com um enquadramento que “pode centralizar os pontos de vistas daqueles que fotografamos-olhamos-interpretamos-dialogamos” (SONTAG, 2003 *apud* CESTARI, 2017, p. 194). Tal como o enquadramento da fotografia é dado por quem está com a máquina de fotografar em mãos, as narrativas que materializam o discurso *sobre* são formatadas pelas posições que idealizam as formas de tratar esse “objeto” esse algo/algum sobre quem se fala. Com isso em nosso horizonte teórico, voltamo-nos para as escritas *sobre* Esperança Garcia materializadas no cordel de Jarid Arraes, em seu livro *Heroínas negras brasileiras*, com o objetivo de compreendermos as redes de significações que essa escrita textualiza acerca de Esperança.

Na análise que segue, apresentamos em forma de sequência discursiva, alguns recortes (ORLANDI, 1984) do referido cordel que textualiza um discurso sobre Esperança Garcia. Tais recortes tematizam a história de Garcia apresentada como “heroína” e traçam o percurso de sua vida apontando pontos cruciais, conforme a escrita de Arraes. Na SD5, identifica-se quem escravizava Esperança e quais condições ela vivia. Esse detalhamento também é textualizado na SD6, uma sequência que complementa os sentidos já levantados pela SD5. Vamos a elas:

#### SD5:

*Pelos padres jesuítas  
Ela foi escravizada  
Esperança era mulher  
que vivia maltratada  
Mas sua personalidade  
Era alma indomada.*

#### SD6:

*Da fazenda de Algodões  
Esperança foi tirada  
Foi parar em Nazaré  
Onde foi escravizada  
E já nesse novo canto  
Com dureza era espancada.*



Tanto na SD5 quanto na SD6, a forma de predicar Esperança Garcia aponta para uma condição que não é inerente ao sujeito, mas à qual o sujeito está submetido. Em outras palavras, não se diz que Esperança “era escrava”, mas que *ela foi escravizada*. Esse modo de dizer marca o ponto de vista histórico que se inscreve numa formação discursiva que recusa dizer da escravidão como condição natural ao escravizado, uma vez que ninguém nasce escravo, mas torna-se *escravizado* devido à ação do outro. Nessa condição de escravizada, diz-se de Esperança como alguém que *vivia maltratada, foi tirada, com dureza era espancada*. No entanto, se seu corpo experienciou essas violências, o discurso sobre Garcia não deixa de marcar que ela *era alma indomada*. No jogo que se estabelece nesse discurso sobre Garcia, como um discurso que recusa equivaler a escravidão como condição natural dos sujeitos e que marca sua altivez de alma ainda que maltratada, é possível formular as seguintes paráfrases:

**P18:** Esperança Garcia não era escrava, ela *foi escravizada*;

**P19:** Esperança Garcia sofreu as consequências da escravidão (tirada, maltratada, espancada), mas *era alma indomada*.

Com base nas paráfrases, temos um caminho de significações que nos direcionam para compreender o sujeito-escravizado. A possibilidade de existência desse sujeito remete ao espaço construído com discursos do colonialismo que inferiorizam e desumanizam pessoas, sobretudo, quando negras. Nas paráfrases, identificamos os sentidos de opressões físicas e psicológicas em contradição com a perspectiva da resistência que se manifesta por uma *alma indomada* de alguém que sabe de sua condição não natural. Essas formulações, como já dito, fazem que pensemos a contradição entre sujeito-escravo e sujeito-escravizado. A primeira construção remete a uma rede de discursos dominantes significando o sujeito dominado. A segunda, por sua vez, disputa sentidos com o discurso que sustentaria a primeira construção e materializa a resistência em não aceitar a condição de “escravo”. Ou seja, a construção discursiva “sujeito-escravizado” é resultado da contradição entre a dominação ideológica textualizada nos “discursos **dos vencedores**” e o discurso **sobre** sustentado na formação discursiva da resistência. Esperança Garcia, enquanto mulher negra, é dita, no cordel, assim, como alguém que foi colocada nesse lugar significado pelo dominador, mas se recusou a permanecer nele. Nesse sentido, encontramos os efeitos de ser sujeito-escravizado historicizados novamente nas SDs 7 e 8:

**SD7:**

*Porque no Brasil passado  
O escravo era excluído  
Sem saber ler e escrever  
Sem poder ser instruído  
Caso alguém fosse enfrentar  
Acabava perseguido.*

**SD8:**

*Era crime muito grave  
Ensinar escravo a ler  
Pela lei que existia  
Era o jeito de viver*



*E seria muito preso  
Quem fosse contradizer.*

Nas formulações acima são reforçados os efeitos já acionados na SD5 e na SD6, sentidos de exclusões, discriminações e violências sobre o sujeito-escravizado. Na SD7, aborda-se a segregação racial no campo da educação, o escravizado não podia ter acesso a ela, pois não era visto como digno, uma vez que não era considerado humano, como os brancos, e sim um ser inferior, próximo aos animais. Nesse sentido, o sujeito enquanto escravizado, apesar da resistência que busca exercer, situa-se no espaço de anulação, um lugar de esquecimento social e de invalidação quanto aos seus direitos, capacidades e qualidades. Lugar social que gera imaginários que limitam lutas, crescimentos e direitos básicos. Lélia González, no texto *Racismo e sexism na cultura brasileira* (1984), comenta sobre o imaginário que acompanha sujeitos negros devido à estrutura racista em nossa sociedade.

A primeira coisa que a gente percebe, nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por que? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, criancice etc. e tal. Daí, é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha, é malandro e se é malandro é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente. Menor negro só pode ser pivete ou trombadinha (Gonzales, 1979), pois filho de peixe, peixinho é. Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados. (GONZÁLEZ, 1984, p. 226).

González expõe a naturalização dos efeitos do racismo, da imprudência policial, da generalização racial, da atribuição de valores por meio da classe e da cor da pele. Imagens cristalizadas ao ponto de serem tratadas como normais, como o que ocorre com Esperança e demais escravizados em sua época. Homens e mulheres que perderam seus direitos à liberdade, à expressão, à autonomia, ao desenvolvimento pleno e à vida em decorrência de uma construção discursiva realizada sobre seus corpos, que, mediante ao contexto sócio-histórico, foi naturalizado. Corpos negros que são lidos como hostis, “um corpo tido como ameaçador e a ser contido” (MODESTO, 2021, p. 14), em função de uma ideia que permeia a história social, a nossa memória discursiva. Em Modesto (2018), temos acesso a uma reflexão sobre o processo de interpelação que constitui pessoas negras, processo que as coloca em lugares específicos, ou seja, interpela-se “o negro em posições construídas para não coincidirem com as posições do branco” (MODESTO, 2018, p. 133). Esse processo é tão eficaz que o sujeito negro acaba vendo-se nessas posições, filiando-se a estes discursos:

Desse modo, se alguém diz na rua, por exemplo, “parado!”, simulando uma intervenção policial, é possível que apenas sujeitos negros olhem na direção de quem chama, visto que a reiteração de preto, logo culpado está em funcionamento atingindo a todos sem distinção – tanto aqueles que passam a se ver nessa posição, quanto os que produzem esse chamamento – justamente porque a ideologia faz com que o interpelado sempre se reconheça na interpelação. (MODESTO, 2018, p. 133).



A situação trazida por Modesto (2018) confirma essa demarcação de sujeitos, em que brancos e negros são<sup>9</sup> díspares, "pertencentes" a lugares sociais diferentes. Ao sujeito branco cabem lugares de prestígio, poder e visibilidade, enquanto ao sujeito negro cabem lugares de subordinação, hostilidade e menosprezo. Nesse sentido, o sujeito-escravizado, ou melhor, o sujeito-tornado-escravizado vê-se em um lugar em que não se reconhece, mas que é atribuído a ele por olhar/discurso do outro, do dominador branco. É possível dizer, a partir da análise do discurso *sobre*, que isso ocorre com Esperança Garcia, ela não se reconhece nesse lugar imposto a ela, assim, ela desloca sentidos a partir de sua carta-denúncia. Desse modo, se por um lado Esperança é reconhecida como escravizada, por outro, ela desconhece-se desse lugar e desafia os sentidos de escravizada (ela escreve e, mais que isso, ela escreve para reivindicar). Esse movimento é textualizado na escrita *sobre* Esperança quando se aborda a atitude de Garcia em escrever a carta ao presidente da província, comprovando que ela não se reconhecia apenas nesse lugar de sujeito-escravizado.

**SD9:**

*Aconteceu que Esperança  
Tinha aprendido a ler  
Ensinada pelos padres  
Tinha jeito de escrever  
Foi aí que decidiu  
Uma carta conceber.*

Arraes textualiza a ruptura feita por Esperança, o desconhecimento que Garcia tem com a submissão e silêncio impostos para a posição sujeito-escravizada em que se encontra. Garcia tem uma ação de resistência, uma denúncia que se materializa pela carta. Cabe, nesse momento, retomar alguns pontos que discutimos anteriormente quando tratamos do conceito de resistência. Como já dissemos, Pêcheux, em *Delimitações, inversões e deslocamentos* (1990) afirma que a resistência é constituída a partir da contradição. Nas palavras de Modesto “a resistência na AD não está localizada nem num projeto intencional do sujeito, nem no enfrentamento de dois mundos (ou classes) diferentes como que tivessem ideologias próprias” (MODESTO, 2016, p. 1091). Assim, a resistência surge do pré-construído, de uma formação discursiva já existente, que está sob e contra o discurso do dominador, uma vez que “as ideologias dominadas se formam *sob* a dominação ideológica e *contra* elas, e não em um ‘outro mundo’, anterior, exterior e independente” (PÊCHEUX, 1990, p. 16).

Nas palavras de Modesto (MODESTO, 2015, p. 161), “a resistência só se torna possível tendo como base o discurso dominante como pré-construído. Isto é, ela acontece no espaço contraditório que enlaça dominante e dominados”. Desse modo, a resistência historicizada por Garcia, a partir do discurso *sobre* sua vida e seus feitos, acontece devido à contradição estabelecida ao discurso dominador, que a oprimia. Esperança, através da contradição, desloca sentidos e (re)significa-os, trazendo uma perspectiva do dominado, perspectiva diferente das já fixadas no social. Assim, quando o discurso *sobre* enfatiza a decisão de Esperança em enviar a carta também se está

<sup>9</sup> São no sentido de estarem constituídos assim conforme as ideologias dominantes da nossa sociedade, o que não os determina como de fato pertencentes a estes lugares.



enfatizando a ruptura de um sujeito-tornado-escravizado que passa a ocupar um lugar de sujeito-herói e/ou sujeito dono do seu dizer. Essa posição-sujeito se aproxima da posição autora-mulher-negra, para retomar algo do discurso *de* Maria Firmina dos Reis, uma vez que foi pela carta, pelas letras, que Esperança rompe com o lugar de escravizada e resiste como mulher negra que fala de si e de suas lutas. Dessa maneira, quando a escrita de Arraes textualiza Esperança ao se “desconhecer” da sua atual filiação, sujeito-escravizado, há um movimento de resistência que, por sua vez, desloca sentidos e re-significam lugares e discursos.

### ESCRITAS NEGRIAS: QUESTÕES DE RESISTÊNCIA E MEMÓRIA

A busca pelos discursos *de* e pelos discursos *sobre* ajudou no desenvolvimento das reflexões teóricas apresentadas neste estudo. E no nosso gesto de leitura e escrita, enquanto analistas do discurso, consideramos dois pontos essenciais para a construção desse trabalho: (i) a evidência de que as mulheres negras precisam resistir; e (ii) o espaço teórico-analítico que questiona essa evidência, isto é, que questiona a transparência de sentido, tanto no que diz respeito aos sentidos de “mulheres negras” quanto no que toca nos sentidos de “resistência”.

Um gesto de escrita que nos permitiu formular um sintagma para pensar sobre a autoria da mulher negra enquanto um acontecimento discursivo, *autora-mulher-negra* na sociedade escravocrata brasileira. E nos permitiu refletir sobre a legitimização dessa autoria, sobre os discursos presentes nessa escrita e, principalmente, quando se pôde dizer autora mulher negra naquelas condições. Aqui, materializamos essa autoria em relação com uma memória da prática literária e autoral (dominada por homens brancos) de sua época. E, de certo modo, ao considerarmos o pioneirismo de Maria Firmina dos Reis e Esperança Garcia, podemos dizer que elas se afastam deste lugar, pois, ao escrever, ocupam um espaço que, como já dissemos, não estava reservado para mulheres e, principalmente, para mulheres negras.

Nesse sentido, foi possível notar também, a partir dos jogos parafrásticos, uma rede de sentidos entre resistência e memória. Temos, então, uma mulher negra que se faz lembrada por seu discurso, Maria Firmina do Reis, e outra que é lembrada por um terceiro, Esperança Garcia. Dessa maneira, reafirmamos que essas mulheres são resistências pelo existir e pelos lugares que construíram e reconstruíram dentro das letras. Lugares que textualizam denúncias, como visto nas escritas de Arraes *sobre* Esperança, a mulher escravizada que denuncia os maus tratos e se desconhece de uma posição sujeito inferiorizado. A escrita de Arraes mostra como a denúncia “é apropriada como uma prática de resistência, porque ela também joga com este ‘fazer oposição a’.” (MODESTO, 2015, 161), mesmo que o sujeito não faça de forma consciente, com intenção, ele constitui resistência pela falha da/na filiação ideológica.

Por fim, reforçamos que o funcionamento discursivo dos discursos *de e sobre*, no nosso gesto de leitura, permitiram a construção de novas regularidades sobre a leitura de *Úrsula* e de Esperança Garcia. Materialidades que textualizam dizeres importantes e atuais acerca dos sujeitos negros, sobretudo, sobre as mulheres negras. Questões que reafirmam movimentos de resistências, pioneirismo e memória, trazendo através das escritas deslocamentos de sentidos e reformulações de dizeres e espaços.

### REFERÊNCIAS

ARRAES, J. **Heroínas negras brasileiras:** em 15 cordéis. São Paulo-SP: Polén, 2017.



BARBOSA FILHO, F.R. **O discurso Antiafricano na Bahia do século XIX.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2019.

CESTARI, M. Por uma tomada de posição feminista e antirracista na Análise do Discurso. In: Mónica Graciela Zoppi Fontana; Ana Josefina Ferrari. (Org.). **Mulheres em discurso:** identificação de gênero e práticas de resistência. 1ed. V. 2. Campinas: Pontes, 2017. p. 183-203.

GONZALEZ, L. **Cultura, etnicidade e trabalho:** efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. Rio de Janeiro: Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1979.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje:** Rio de Janeiro, 1984. p. 223-244.

MARIANI, B. **O PCB e a imprensa:** os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

MODESTO, R. Os discursos racializados. In: **Revista da Abralin.** v. 2, n. 20, 2021, p. 01-19.

MODESTO, R. Interpelação ideológica e tensão racial: efeitos de um grito. In: **Revista Littera,** v. 9, n. 17, 2018, p. 124-145.

MODESTO, R. Uma outra cidade? A resistência possível e o efeito de resistência: uma proposta. In: **Revista Fórum Linguístico,** v. 3, n. 1, Florianópolis, 2016, p. 1083-1093.

MODESTO, R. A denúncia na textualização do social no enlace das materialidades significantes. In: **Revista Línguas e Letras.** v. 16. n. 34, 2015, p. 158-176.

ORLANDI, E. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. Campinas – SP: editora Unicamp, 2007

ORLANDI, E. **Análise de Discurso:** princípios e procedimentos. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2013.

ORLANDI, E. Segmentar ou recortar?. In: **Linguística:** questões e controvérsias, n.10, 1984, Uberaba: Fiube.

PÊCHEUX, M. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. In: **Cadernos de. Estudos Linguísticos,** n. 19, p. 7-24, jul./dez. 1990.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma Análise Automática do Discurso:** uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p. 61-105.

PETRI, V. **Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário:** da representação do mito em Contos Gauchescos, de João Simões Lopes Neto, à desmitificação em Porteira Fechada, de Cyro Martins. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, Porto Alegre, RS, 2004. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/5534>. Acesso em: 15 de out. 2022.

REIS, M. **Úrsula.** Porto Alegre: Taverna, 2018.



PRIMEIRA ESCRITA

2025 | Volume 12 | Número 1 | Páginas 155-168

ZOPPI FONTANA, M. Lugares de enunciação e discurso. In: **Revista LEITURA**, n. 23. Maceió:  
EDUFAL, 1999.



## UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA POSIÇÃO-SUJEITO ‘MULHER-NEGRA’ NA OBRA “A VIDA E A HISTÓRIA DE MADAM CJ WALKER”

Natalie Soares dos Santos Novais<sup>1</sup>

*Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)*

Anderson Lins Rodrigues<sup>2</sup>

*Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)*

André Cavalcante<sup>3</sup>

*Universidade Estadual de Santa Cruz/Universidade Federal de Pernambuco (UESC/UFPE)*

### RESUMO

Perante um debate ainda recorrente nos estudos feministas, a universalização da categoria mulher e a questão do sujeito do feminismo, a partir da Análise de Discurso materialista (AD), buscamos uma compreensão acerca da constituição da posição-sujeito mulher (e) negra a partir da produção audiovisual A vida e a história de Madam CJ Walker (2020). Os gestos de análise possibilitaram a compreensão de diferentes estruturas de opressão que tensionam as discursividades de gênero e raça no movimento de força da posição-sujeito mulher-negra.

**Palavras-chave:** Discurso. Gênero. Raça. Posição-sujeito mulher-negra. Memória discursiva.

### ABSTRACT

According to feminist studies, the universalization of the category "woman" and the question of the subject of feminism remain recurring debates when analyzed through the lens of materialist Discourse Analysis (DA). We aim to understand the constitution of the subject-position 'black-woman' through the audiovisual production "Self Made: Inspired by the Life of Madam C.J. Walker (2020)". The analytical gestures enabled an understanding of the different structures of oppression that generate tensions within the discursivities of gender and race, in the process of constructing the subject-position 'black-woman'.

**Keywords:** Discourse. Gender. Race. Subject-position black-woman. Discursive memory.

### PRIMEIRAS PALAVRAS: A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA MULHER NEGRA

<sup>1</sup> Graduanda em Letras com habilitação em línguas portuguesa e inglesa e suas respectivas literaturas pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: nssnovais.let@uesc.br

<sup>2</sup> Professor Adjunto de Língua Portuguesa e Linguística do Curso de Letras da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Atua no Programa de Pós-Graduação em Letras: linguagens e representações da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Doutor em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: lins.anderson10@gmail.com

<sup>3</sup> Professor Visitante no Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Pós-doutorando em Linguística no Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Realizou estágio de pós-doutoramento na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP/USP). Doutor em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: acbs.cavalcante@gmail.com



Sojourner Truth, na Convenção pelos Direitos das Mulheres em Akron, Ohio, em 1851, tocou em um ponto importante e crucial para a construção de um movimento feminista mais revolucionário que reformista, diferente do arco denominado como primeira onda do feminismo, representado principalmente por mulheres brancas de classe burguesa (ALVES; PINTAGUY, 1981). Em seu discurso, quando questiona “*E eu não sou uma mulher?*”, movimenta sentidos dessa categoria, hegemonicamente universalizada por um ponto de vista constituído em um lugar socialmente privilegiado, e identifica a opressão racial, tal como a opressão sexista, como estruturante das/nas suas experiências de vida.

Intencionando exercitar um lugar de escuta (MODESTO, 2020) em relação a tais vozes invisibilizadas, destacamos a produção audiovisual *A vida e a história de Madam CJ Walker* (2020), a partir da qual incide o nosso gesto teórico-analítico para esta pesquisa. Nossa atenção e a escolha dessa obra devem-se ao fato de que entendemos que ela se constitui como significativo registro filmico forjado justamente nessa tensão-articulação visceral entre as discursividades de gênero e raça.

*A vida e a história de Madam CJ Walker* (2020) é uma minissérie, protagonizada por Octavia Spencer e dirigida por Nicole Asher, baseada na história de Sarah Breedlove, primeira mulher negra a se tornar milionária nos Estados Unidos. Sarah passa a se interessar pela produção e pela comercialização de cosméticos e produtos para mulheres negras após conhecer Addie Monroe. Na minissérie, as personagens femininas, em sua maioria negras, são domésticas e comerciantes, que transitam entre a esfera privada e a pública, envolvidas nos trabalhos reprodutivos e produtivos, comumente ao mesmo tempo.

Perante um debate ainda recorrente nos estudos feministas acerca da universalização da categoria *mujer* no movimento feminista, justificamos esta pesquisa, ao mesmo tempo em que propomos, a partir da Análise de Discurso (AD), uma compreensão acerca da constituição da posição-sujeito *mujer* (e) negra. Faremos isso porque nossos gestos analíticos tomam como materialidades significantes algumas formulações ditas por/sobre elas que, enquanto identificadas como *mujeres* (e) negras, vivenciam/manifestam, em seus corpos, no gênero e na raça, os embates, as tensões, as dores e os processos de resistência que as situam frente a sentidos dominantes e hegemônicos que colocam as mulheres negras na posição de subalternizadas.

## 1 DISCURSO E GÊNERO: ARTICULANDO CONCEITOS

A partir da Análise de Discurso materialista (AD), área que articula linguagem, marxismo e psicanálise e se propõe a compreender o funcionamento da ideologia nas relações de linguagem, que constituem sujeitos e sentidos, fundamentamos nossa pesquisa para compreender a constituição discursiva da posição-sujeito *mujer* (e) negra a partir das personagens Sarah e Addie.

Para essa teoria, o discurso é entendido como “efeitos de sentidos” (PÊCHEUX, 2014) e o sujeito, noção fulcral da teoria, é o sujeito do discurso, atravessado pela Ideologia e pelo inconsciente (PÊCHEUX, 1995). Isto é, ele é interpelado a sujeito pela Ideologia e não tem acesso a como se identifica com determinados dizeres e como estes podem ter efeitos diferentes. Dessa maneira, o sujeito da AD é uma posição-sujeito inscrita em uma formação discursiva dada. Já esta outra noção é definida por Haroche, Pêcheux e Henry (2019 [1971]) como “aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito”.

Nessa perspectiva, também consideramos a construção desse dispositivo teórico-analítico, a formulação de discursos racializados (MODESTO, 2020) que não se refere somente às



discursividades que tematizam raça. Tal como discursos racializados, os discursos gendrados (ZOPPI-FONTANA, 2017) não dizem respeito, exclusivamente, à discursividade de ou sobre gênero, mas circulam em variados contextos, formulações, com efeito de evidência. De outro modo, compreendemos os discursos gendrados enquanto discursividades atravessadas por sentidos de gênero, mesmo que sobre outros temas.

Quanto ao conceito de gênero, consideramos as ponderações de Butler, que gênero é performatividade, por isso, uma identidade de gênero é uma identidade performativa; efeito de uma encenação, uma série de atos performativos, “uma espécie de imitação insistente, que passa como real” (BUTLER, 2019, p. 9). De outro modo, a performance é uma interpretação de normas de gênero historicamente localizadas, logo, não é o gênero algo natural, estático, ou que possua origem e fim. Gênero como “lugar-mecanismo que estrutura os sujeitos em sociedade, [...] ou seja, gênero como expressões/vivências dos sujeitos em suas variadas e contingentes relações histórico-sociais com as transversalidades de significações e de saberes sobre masculinidades e feminilidades” (LINS, 2021, p. 20).

Nesse sentido, propomos articular a AD com os estudos de gênero, imbricados às tensões de raça e classe.

## 2 GÊNERO E RELAÇÕES ASSIMÉTRICAS: AS ANÁLISES

Muito a propósito, ao estabelecer uma aproximação com a narrativa audiovisual já citada, vejamos, por exemplo, a personagem *Sarah ou Madam CJ Walker*, que sempre exerceu o trabalho produtivo e, a partir da empresa *Walker*, se torna a principal provedora econômica da sua família, considerando não só a família nuclear, já que genro e sogro conviviam no mesmo lar e, para ela, prestavam serviços.

*Sarah Breedlove* trabalha como lavadeira e já havia se divorciado do pai de sua filha antes de conhecer *Charles Walker*, que dá nome à sua marca. Na trama, *Sarah* conhece *Addie Monroe*, também do ramo de cosméticos capilares, quando, por conta de uma alergia, seu cabelo cai, e *Addie* a ajuda com seu próprio elixir capilar. Após recuperar a saúde dos cabelos e a autoestima, *Sarah* decide ter seus próprios produtos e dedica seus esforços a expandir sua marca, ao passo que isso a distancia dos ideais hegemônicos de mãe e de esposa.

A obra decorre após a Guerra Civil americana – período em que uma série de acontecimentos marcam as lutas contra a escravatura e o processo de industrialização do país – no fim do século XIX. Desse modo, o desenvolvimento econômico e urbano é estampado na minissérie, assim como a representatividade de pessoas negras em diferentes posições sociais, inclusive na política. Contudo, questões raciais não deixam de aparecer, no âmbito público e no privado, assim como as questões de gênero.

### 2.1 COLORINDO O GÊNERO, GENERIFICANDO A COR

*A vida e a história de Madam CJ Walker* apresenta uma rivalidade que não existiu entre *Sarah Breedlove* e *Annie Malone*, empresária e ativista, que também se tornou milionária e colaborava com o desenvolvimento profissional, econômico e da autoestima de mulheres negras, na qual a personagem *Addie Monroe* é inspirada. Como recurso do enredo, a rivalidade entre as duas empresárias se fundamenta na diferença fenotípica das personagens. Na minissérie, *Addie Monroe* é uma mulher negra de pele clara, com traços – nariz e boca – mais finos e cabelos menos crespos. Essa diferenciação é possível por conta do colorismo que “é uma construção ligada à ideia de



supremacia branca, portanto, não originada nas interações endógenas dos membros da comunidade negra; é empregado por brancos sobre negros e por negros sobre negros" (DEVULSKY, 2021, p. 19).

Neste primeiro momento, apresentamos gestos de análise sobre as sequências que tangenciam o tensionamento gênero e colorismo, a partir de uma cena que envolve *Sarah* e *Addie*. A narrativa se utiliza dessa diferença, mulher negra retinta e mulher negra de pele clara, para desenvolver a trama. Em uma das cenas do primeiro episódio da minissérie, *Addie Monroe* está aplicando seu produto no cabelo de *Sarah*, que ainda trabalhava para ela como lavadeira como uma forma de permuta pelo tratamento capilar. Enquanto aplica o produto em *Sarah*, *Addie* conversa com suas vendedoras que, como ela, são negras de pele clara, e dá orientações sobre como vender o elixir capilar. Traremos, nas análises, alguns recortes discursivos (Sequências Discursivas – SD), para representar o funcionamento do nosso *corpus* de análise.

SD 1: Addie Monroe: Se uma lavadeira como a Sarah consegue, vocês também conseguem.

Com vistas ao desenvolvimento da análise que faremos, faremos uso do exercício de paráfrases – recurso analítico que, segundo Lagazzi (2015), ao buscar por *derivas possíveis*, considerando as condições de produção do enunciado e, através desse procedimento e da identificação de famílias parafrásticas, podemos, enquanto analistas, acessar as formações discursivas que fazem funcionar uma dada discursividade. A partir da SD 1, elaboramos, então, as seguintes paráfrases:

Se Sarah, uma lavadeira, consegue, vocês também conseguem.  
Se Sarah, uma lavadeira, consegue, vocês também são capazes.  
Se uma lavadeira consegue vender, vocês também são capazes.  
Se uma lavadeira consegue vender, vocês também podem.  
Se Sarah, uma lavadeira, pode, vocês também podem.

Nas paráfrases da SD 1, o verbo “conseguir” funciona significando “capacidade” e estabelecendo relação semântica com “ser capaz”, “poder”. Se considerarmos as paráfrases *a* e *e* da SD 1, o procedimento de paráfrases decorre do efeito metafórico (PÊCHEUX, 2014, p. 34) por meio da substituição de um termo, de mesma classe gramatical, sem alteração de sentido (*conseguir* por *poder*).

Neste sentido, a enunciação estabelece comparações entre *Sarah*, mulher negra retinta, e *Addie* e suas vendedoras, mulheres negras de pele clara. A comparação se refere a diferentes graus de capacidade de venda, numa escala em que *Sarah*, que é uma lavadeira, seria menos capaz e *Addie*, a empresária, assim como suas vendedoras, seriam mais capazes.

Em suma, elaboramos a seguinte escala: *Sarah* (mulher negra retinta) e lavadeira é menos capaz/não pode < *Addie* e suas vendedoras (mulheres negras de pele clara) e vendedoras são mais capazes/podem. Sendo assim, a aparência está condicionada não só à habilidade, mas também à possibilidade de ocupar um status profissional. Portanto, nessa escala comparativa de aparência, mulheres de pele clara não só podem como são mais capazes de exercer a profissão de vendedora,



assim como uma mulher retinta estaria restrita à tarefa de lavadeira. Entretanto, a comparação não se resume apenas à capacidade profissional dessas mulheres. Em seguida, na mesma cena, *Addie* afirma para suas vendedoras:

SD 2: Addie Monroe: Só precisam convencer as clientes de que, com meus produtos, ficarão parecidas comigo. Ou, pelo menos, com vocês.

A partir da SD 2, elaboramos as seguintes paráfrases:

- a. Só precisam convencer as clientes de que ficarão parecidas comigo, com meus produtos. Ou, pelo menos, com vocês.
- b. Só precisam convencer as clientes de que ficarão parecidas comigo, usando meus produtos. Ou, pelo menos, com vocês.
- c. As clientes ficarão parecidas comigo, usando meus produtos.
- d. As clientes usarão meus produtos porque ficarão parecidas comigo.
- e. As clientes desejam ficar parecidas comigo, por isso, usarão meus produtos.

Nessa escala comparativa, a referência é a aparência. A comprovação de que o produto capilar é bom, é eficaz em proporcionar saúde e beleza para os cabelos. E, neste sentido, a eficácia em deixar as usuárias desse produto parecidas com sua proprietária ou, *pelo menos*, com suas vendedoras. Nessa escala comparativa, em que a aparência implica beleza, *Addie*, mulher negra de pele clara e cabelos menos crespos, seria a mais bela, ao passo que as suas vendedoras, também mulheres não retintas, seriam o mínimo ideal a se alcançar. As três representam um padrão de beleza a ser alcançado através dos produtos capilares de *Addie*.

Neste momento, operacionalizamos o procedimento parafrástico empregando substituições e mudanças sintáticas. No grupo de paráfrases da SD 2, identificamos novamente um contraste, agora, entre *Addie* e suas vendedoras em relação às suas clientes: de um lado, o perfil desejado e, do outro, aquele que deseja. E, desse modo, permanece o contraste, a dualidade: (1) *Addie* e suas vendedoras, mulheres negras de pele clara, perfil desejado, e (2) Sarah e as clientes, mulheres retintas que desejam ser/ter o outro perfil.

Para concluir esta seção de análise, seguimos para a SD 3. Após usar o elixir que *Addie Monroe* oferece para levantar a autoestima de *Sarah*, ela deseja ser sua vendedora, entretanto, *Addie* estava interessada apenas em seus serviços como lavadeira e não queria *Sarah* como representante da própria marca, pois, segundo *Addie*, *Sarah* não faz “o tipo” de vendedora.

SD 3: Addie Monroe: Mesmo com suas melhores roupas, parece que acabou de sair da plantação. São meus produtos. E não quero sua imagem associada a ele.

Diante dessa sequência discursiva (SD 3) e, também, considerando as sequências anteriores que comparecem nesta última, elaboramos as seguintes formulações:



- a. A imagem de Sarah não pode ser associada aos produtos da Addie.
- b. Mesmo com boas roupas, Sarah aparenta ter saído da plantação.
- c. A imagem de Sarah é a imagem de uma pessoa que aparenta ter saído da plantação.
- d. A imagem de uma pessoa que saiu da plantação não pode ser associada aos produtos de Addie.
- e. Os produtos da Addie podem fazer com que mulheres se pareçam com ela, ou suas vendedoras, mulheres negras de pele clara.
- f. Mulher negra de pele clara é um padrão de beleza que pode ser alcançado pelos produtos de Addie.
- g. Os produtos da Addie não podem ser associados à imagem de alguém que parece ter acabado de sair da plantação.
- h. Os produtos da Addie não podem ser associados à imagem de uma mulher negra retinta.
- i. Parecer-se como uma mulher negra retinta está distante do padrão de beleza.

As sequências discursivas, acima mencionadas, sugerem que os produtos de Addie e sua marca representam um “tipo” que deve ser almejado e alcançado. Esse mesmo “tipo” pode ser representado por Addie. Por outro lado, Sarah Breedlove, uma lavadeira, não pode ser associada ao seu produto e marca porque ela não representa esse “tipo”, assim como suas clientes, que desejam alcançá-lo. Mas que tipo é esse?

Não seria *Addie Monroe* também uma mulher negra, tal como *Madam CJ Walker*? Addie Monroe é determinada e condicionada a uma estrutura à qual é assujeitada (Leandro-Ferreira, 2010). Ao ser interpelada ideologicamente pela Ideologia dominante, a personagem se inscreve numa formação discursiva colonial e racista, que é a mesma que a subjuga.

Conforme Orlandi (2020, p 34), “em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória”. Nas três sequências discursivas, *Addie* evidencia uma diferenciação entre ela e *Sarah*. Há um contraste entre um eu/nós (*Addie*/suas vendedoras) e um outro (*Sarah*/suas clientes). De um lado, *Addie*, mulher negra de pele clara, portanto, o “tipo”, padrão de beleza a ser alcançado por meio dos produtos. De outro, *Sarah*, mulher negra retinta, com aparência de quem acabou de sair da plantação, um “não tipo”. Essa hierarquização se dá não só pelo tom de pele mais claro, mas por tudo que a pele, o fenótipo, pode representar. Essa relação com o colorismo significa para os sujeitos os lugares que a ideologia dominante coloca determinados sujeitos a partir da reprodução de discursos.

A partir das nossas análises, compreendemos o funcionamento de uma formação discursiva eurocêntrica, na qual circulam dizeres sobre branquitude e negritude, com efeitos de positivação/superiorização e negativação/inferiorização na relação entre corporeidades negras retintas e negras de pele clara.

Pela interpelação ideológica colonial e racista, *Addie Monroe* se inscreve nessa formação discursiva que a mobiliza a replicar os sentidos que, contraditoriamente, também a vitimam. Ao reproduzir o contraste de um eu/nós e um/outro, a personagem atualiza um dualismo entre branquitude e negritude, por meio do intradiscorso (PÊCHEUX, 1995).

Compreendemos que a ideologia eurocêntrica e cristã é dual e opera por um sistema binário. Fanon (2020), em “Pele negra, máscaras brancas”, enumera uma série de palavras e



expressões ligadas ao negro: mal, carrasco, Satã, trevas, sujo, pecado. A branquitude, por outro lado, é representada pelo bem, por um Deus universal, pela luz, limpeza, virtude e beleza.

Segundo Fanon (2020, p. 23), o povo colonizado “nasceu de um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural”, perante a linguagem e a cultura brancocêntrica, ou seja, de uma matriz branca que determina o que é bom, virtuoso e belo. Portanto, ser menos negra, ou, pelo menos, não ser retinta, é ser bela ou menos feia. Uma mulher negra de pele clara, traços finos e cabelos menos crespos se aproxima da branquitude e do que pode ser considerado belo. O contraste entre *Addie* e *Sarah* serve à minissérie como um recurso do enredo, mas também serve à compreensão do colorismo, que constitui a formação ideológica de sociedades colonizadas.

A condição fenotípica de *Addie Monroe* permite que ela se beneficie da mesma estrutura colonial e racista e se inscreva na formação colonial e racista. Esta assimilação torna-se possível a partir do colorismo, que assim como o racismo, é uma ideologia manifestada por políticas de branqueamento e possibilitam a distribuição de qualitativos estéticos, intelectuais e culturais (DEVULSKY, 2021), inclusive, agindo dentro de comunidades negras.

Nessas análises, observamos posições diferentes: temos *Addie Monroe*, empresária, pele clara, bela e desejada; e, do outro, temos *Sarah*, encerrada no papel de lavadeira, retinta e com aparência de quem trabalha na plantação. Vale ressaltar, também, o lugar que a plantação remete à memória discursiva sobre os sujeitos negros de pele retinta. A partir da memória discursiva, podemos compreender como esses dizeres se significam numa formação discursiva colonial e racista.

Na AD, “a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (PÊCHEUX, 1999, p. 52). Neste sentido, a plantação remete ao sul dos Estados Unidos, às colônias onde a abolição da escravatura foi mais resistente e onde permaneceu por mais tempo uma sociedade essencialmente rural. A plantação remete à escravidão, à lavoura, episódio em que os negros em sua maioria ainda eram servos, submissos, subalternizados e sem civilidade, essas imagens que circulam dentro de dadas condições de produção e, sob a repetição, constituem uma regularização e produzem sentidos à imagem de quem “aparenta ter saído da plantação”, com efeito de evidência.

## 2.2 “EU SOU UM HOMEM, MAS VOCÊ NÃO É UMA MULHER”: DISCUTINDO SENTIDOS DOMINANTES DE GÊNERO

Considerando a identidade racial de *Sarah Breedlove*, num país que, há pouco, havia promulgado a liberdade dos negros escravizados, imaginamos o quanto *Sarah* lutou, até conquistar o sucesso e o prestígio social e econômico, contra todas as violências que sua identidade racializada impõe às pessoas de sua comunidade e, ainda, contra as violências de gênero de uma sociedade patriarcal.

O fato de homens, apesar de negros, nem sempre serem aliados da luta feminista não é ineditismo da minissérie. Lembremos: na disputa por direitos políticos, o movimento feminista e o movimento antirracista entram num embate, pois, mulheres brancas – representantes do movimento feminista hegemônico – e homens negros – à frente do movimento antirracista –, até então, não enxergam as estruturas que os oprimem como estruturas convergentes (KILOMBA, 2020, p. 100).

Mas, “quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela” (DAVIS, 2017). E é o que *Madam CJ Walker* possibilita ao erguer o seu “império”. A empresa



*Walker*, de cosméticos femininos, favoreceu homens e mulheres negras, ao passo -que integrou muitas mulheres negras no sistema de produção e comercialização de seus produtos, nas escolas de formação profissional e, através de financiamento de instituições educacionais, orfanatos e asilos, voltadas às pessoas negras, favoreceu o desenvolvimento socioeconômico de mulheres e homens de sua comunidade.

No entanto, a competência da gerência de *Madam CJ Walker* é questionada, ao pedir investimento de empresários negros (por seu gênero?) para abrir a própria fábrica. *Sarah* tenta convencer um possível apoiador, *Ransom Washington*, a investir em sua fábrica e, durante uma breve discussão, percebe que não é apoiada porque o representante político não apoiaria que mulheres negras, empregadas, ganhassem mais que os homens da própria comunidade. Kilomba (2020) conceitua o *racismo genderizado* e explica que a ausência da interseccionalidade (relação entre diferentes eixos de opressão sem hierarquizá-los), enquanto ferramenta metodológica de análise de opressões, invisibiliza as *mujeres negras* porque colabora com a universalização do sujeito *mulher* e a ênfase no patriarcado e apaga a racialização de homens negros.

Na tentativa de expandir seus negócios, *Sarah* se depara não só com o sexismo nas relações públicas, como também com o sexismo na relação privada, íntima, que mantém com o esposo. Ao retornar de uma reunião de negócios em *New York* em que a empresária não apresenta a proposta publicitária de *Charles Walker*, seu esposo, *Madam CJ Walker* descobre a traição do companheiro com uma de suas vendedoras, *Dora*. *Sarah* encontra *Charles Walker* no quarto de *Dora*<sup>4</sup>, sem sapatos e com a roupa desajeitada. A protagonista questiona:

SD 4 - Madam CJ Walker: Ela faz você se sentir bem? Ela faz você se sentir um homem?

Na SD 4, há dois períodos – (I) “Ela faz você se sentir bem?” e (II) “Ela faz você se sentir homem?” – que se complementam e mantêm relação de sinonímia. Desse modo, seguimos com a análise discursiva a partir das seguintes paráfrases:

- a. Ela faz você se sentir bem e se sentir homem?
- b. Dora faz você se sentir bem e faz você se sentir homem?
- c. Ter relações sexuais com Dora faz você se sentir bem e se sentir homem?

A equivalência dos dois períodos da SD 4, dada a cena descrita – a descoberta da traição – possibilita que completemos o sentido de *sentir-se bem* e *sentir-se homem* com *ter relações com uma mulher*. Desse modo, o tema da discussão, a *traição*, dá ensejo para as formulações:

- d. Ter relações sexuais com uma mulher faz um homem se sentir bem.
- e. Ter relações sexuais com uma mulher faz um homem se sentir homem.

<sup>4</sup> Charles Walker é o terceiro marido de Sarah Breedlove. Ele dá seu sobrenome e nome da empresa de cosméticos à esposa. Quando a conheceu, ele trabalhava como vendedor de anúncios de jornais, mas logo passou a atuar na empresa da esposa como publicitário. Dora é uma das vendedoras porta a porta dos produtos capilares de Madam CJ Walker.



As formulações atualizam discursividades de gênero e sexualidade possíveis dentro das condições de produção da SD 4, condições amplas, marcadas pela ideologia cis-heteropatriarcal, segundo a qual, sentidos de gênero funcionam por um sistema binário, tal como masculino e feminino, em relação direta ao sexo, de modo que a correspondência gênero/sexo/desejo operam sob a estrutura heterossexista. Butler (2019, p. 26) explica que “a hipótese de um sistema binário dos gêneros encerra implicitamente a crença numa relação mimética entre gênero e sexo, na qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito”.

Desse modo, faz parecer evidente para a personagem que “ter relações com uma mulher faz Charles Walker se sentir homem”. Essa e as demais paráfrases formuladas a partir da SD 4 são as paráfrases plausíveis (LAGAZZI, 2015) dentro do contexto de produção dado. Tais formulações/interdiscursividades foram regularizadas na formação discursiva cis-heteropatriarcal e se atualizam na enunciação de Madam CJ Walker.

A mesma matriz/estrutura cis-heteropatriarcal produz sentidos de gênero que também determinam os papéis hegemônicos de esposa que *Sarah* não se preocupa em cumprir, como observamos na SD seguinte, no mesmo diálogo com *Charles*:

SD 5 - Charles James Walker: Eu sou um homem, merda! Mas você não é mulher.  
Você não cozinha mais para mim. Você esquece o que é ser esposa. Você se esqueceu do seu marido! E eu? Sou um homem, e a Dora sabe. Por isso, eu dormi com ela.

Afinal, o que é ser homem e o que é ser mulher? Nas SD 4 e 5, Sarah e Charles Walker atualizam um interdiscurso constitutivo de uma formação discursiva cis-heteropatriarcal, própria da estrutura que determina e condiciona o contexto de produção das sequências discursivas e dos sujeitos interpelados por sentidos de gênero. A ideologia cis-heteronormativa que interpela o casal estabelece performances de gênero bem definidos para um homem e uma mulher, posições sociais e discursivas que circulam pela regularização, repetição de discursividades gendradas. Pensemos nesses dizeres a partir da segmentação da SD 5:

- Eu sou homem, merda!
- Mas você não é mulher.
- Você não cozinha mais para mim.
- Você esquece o que é ser esposa.
- Você se esqueceu do seu marido!
- E eu? Sou um homem, e a Dora sabe.
- Por isso, eu dormi com ela.

A partir da segmentação da SD 5, elaboramos as seguintes formulações:

- a. Você não é mulher porque você não cozinha mais pra mim.
- b. Você não é mulher porque você esquece o que é ser esposa.
- c. Você não é mulher porque você se esqueceu do seu marido.



Dessa forma, a SD 5 também atualiza um interdiscurso regionalizado na formação discursiva cis-heteropatriarcal. A partir dessas duas sequências discursivas, SD 4 e SD 5, estabelecemos as seguintes formulações:

- a. Eu (Charles) dormi com ela (Dora).
- b. Eu (Charles) tenho relações sexuais com uma mulher (Dora).
- c. Eu (Charles) sou um homem porque eu dormi com ela (Dora).
- d. Eu (Charles) sou um homem porque tenho relações sexuais com uma mulher (Dora).
- e. Você (Sarah) não é uma mulher.
- f. Você (Sarah) não é uma mulher porque não tem relações sexuais com um homem (Charles).
- g. Você (Sarah) não é uma mulher porque não tem relações sexuais comigo (Charles).
- h. Você (Sarah) não é uma mulher porque você não cozinha mais pra mim (Charles).
- i. Você (Sarah) não é uma mulher porque você esqueceu do seu marido (Charles).
- j. Eu (Charles) sou um homem, mas você (Sarah) não é uma mulher.

As formulações acima foram operacionalizadas pela segmentação e por procedimentos parafrásticos das SDs 4 e 5. Tais formulações representam outras formas de dizer o mesmo, ou seja, outras formas de atualização da memória discursiva. Neste caso, a formação discursiva cis-heteropatriarcal tensiona sentidos que seriam evidentes e que alocaria, em lugares e performatividades distintas, a posição-sujeito de homem e de mulher.

Na enunciação de Charles Walker, é evidente que Sarah não é uma mulher, é evidente que uma mulher cozinha para seu esposo, não se esquece de ser esposa e do seu marido. Na enunciação de Charles Walker, é evidente que ele é homem, e que ele dormiu com uma mulher (de verdade), afinal ele é homem, precisa e merece ser servido por uma mulher. De outro modo, podemos compreender que ser homem é ter relações sexuais com uma mulher e ser mulher é cumprir os papéis de esposa.

Ou seja, ser homem, independentemente do compromisso/estado civil, é cumprir a tarefa de transar com uma mulher, seja sua esposa ou não. Ser mulher é cumprir os papéis sociais de esposa, que envolvem serviços domésticos, como os de cozinhar, lavar, limpar, cuidar do ambiente privado, e, também,性uais, atendendo aos desejos do esposo. Dessa maneira, vamos entendendo como a subjetivação de gênero “prosegue interpelando e produzindo evidências que estreitam o já intrincado efeito de reflexo-refração entre corpo-gênero de si e corpo-gênero do/no outro [o que pode um homem e o que pode uma mulher]” (LINS, 2021, p. 129, acréscimos nossos).

Em outras palavras, “os corpos [...] são alçados a um lugar de representação do gênero e, assim, lhes são atribuídos, imaginariamente, (im)possíveis lugares de identificação” (LINS, 2021, p. 129).

Como dito anteriormente, para os gestos analíticos empreendidos nesta pesquisa, sentidos de raça e gênero são igualmente fundamentais, tal como explica Akotirene (2020, p. 51):



“necessitamos compreender cis-heteropatriarcado, capitalismo e racismo, coexistindo, como modeladores de experiências e subjetividades da colonização até os dias da colonialidade” e, portanto, da subjetivação dos sujeitos dos objetos-obra em análise. Sexismo e racismo destacam-se nas discursividades da minissérie, operando interseccionalmente na construção das posições-sujeito *mulher (e) negra*.

### UM EFEITO DE (DES)FECHO

O objetivo deste trabalho foi analisar a constituição discursiva de posições sujeito *mulher negra* na minissérie *A vida e a história de Madam CJ Walker* (2020). Para tanto, apresentamos as condições de produção das narrativas para situar as estruturas e jogos de força da memória que entram em cena na enunciação das sequências discursivas que passaram por nossos gestos de análise.

Através das descrições das sequências discursivas identificamos uma articulação entre sentidos hegemônicos de raça e gênero, inscritos em formações ideológicas próprias das condições de produção da obra: estruturas coloniais, racistas, cis-heheteropatriarcais, que não se sobrepõem, mas produzem experiências e discursividades gendradas e racializadas específicas.

A colonialidade, parte de estruturas sociais racistas, produz diversas formas de inferiorização de sujeitos racializados e, ainda, produz discriminação dentre esses sujeitos, por instituir um padrão brancocêntrico de beleza. Desse modo, a mulher negra de pele clara se aproxima do ideal de beleza, por estar mais próxima ao padrão branco do que uma mulher retinta.

De outro modo, apesar de não evidenciar a fragilidade feminina, naturalizada pela estrutura cis-heteropatriarcal, mulheres negras também são atravessadas por sentidos de gênero que determinam os lugares possíveis para as mulheres em uma estrutura social racializada. O sexismo também atravessa o casamento da protagonista, quando o marido a trai por estar incomodado com sua autonomia nos negócios e por não cumprir um padrão hegemônico de mulher e esposa.

### REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, C. **Intersecciolidade**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.
- ALVES, B.; PINTAGUY, J. **O que é Feminismo?** São Paulo: Brasiliense, 1981
- BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- DEVULSKY, A. **Colorismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.
- FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5<sup>a</sup> edição. São Paulo: Editora UNICAMP, 2014.
- HAROCHE, C.; PÊCHEUX, M.; HENRY, P. **A Semântica e o Corte Saussuriano**: Língua, Linguagem, Discurso. Tradução de Roberto Leiser Baronas e Fábio César Montanheiro. Publicado em: 29 de nov. de 2019. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/pecheux/1971/mes/semantica.htm>. Acesso em: 26 nov. 2024.



KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro, Cobogó, 2019.

LAGAZZI, S. Paráfrases de imagem e cenas prototípicas: em torno da memória e do equívoco In. **Análise de discurso em rede**: cultura e mídia. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015, p.177-189.

LEANDRO-FERREIRA, M. C. Análise do Discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso. **Organon**, Porto Alegre, v. 24, n. 48, 2010.

LINS, Anderson. Subjetividades em trama, corpos em transe: os mo(vi)mentos de identificação de sujeitos transgêneros no entremeio de sentidos de masculinidades e feminilidades. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Letras, 2021.

LINS, Anderson. “É menino ou menina?” Os efeitos do(re)conhecimento do corpo genitalizado nas condições de emergência de discursividades de gênero. In: FERREIRA, Maria Cristina Leandro; VINHAS, Luciana lost (org.). **O corpo na análise do discurso**: conceito em movimento. 1<sup>a</sup>. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2023.

MODESTO, R. V **Rodada de Conversa GREPEM**: racialidades entre diálogos e tensões. 26 de jun. 2020.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2000.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In. ACHARD, P. et al. (orgs). **Papel da memória**. Campinas, SP: Pontes, 1999, p. 49-57.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, [1969] 2014.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

TV UFBA. **TV UFBA na íntegra HD - Angela Davis - Conferência Completa em Alta Definição**. Youtube, 20 de setembro 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=waCyuzzap9I>. Acesso em: 14 ago. 2021.

ZOPPI-FONTANA, M. “Lugar de fala”: enunciação, subjetivação, resistência. **Revista Conexão Letras**, [S. I.], v. 12, n. 18, 2018. DOI: 10.22456/2594-8962.79457. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/conexaolettras/article/view/79457>. Acesso em: 26 nov. 2024.



## EFEITO DE TRANSPARÊNCIA EM PROCESSOS ALGORÍTMICOS OPACOS: TENSÕES RACIAIS EM ESPAÇOS ENUNCIATIVOS INFORMATIZADOS NA PRODUÇÃO DE CONTEÚDO

Felipe Muniz da Silva<sup>1</sup>

*Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)*

Rogério Modesto<sup>2</sup>

*Universidade Estadual de Santa Cruz/Universidade Federal Fluminense (UESC/UFRJ)*

### RESUMO

Nesse trabalho, abordamos a relação imbricada entre corpo negro que produz conteúdo e a dinâmica racializada dos algoritmos através de um gesto de análise de uma entrevista que o produtor de conteúdo AD Junior concedeu ao podcast “CNN Entre Vozes” no ano de 2021. Ancorados na Análise do Discurso materialista, buscamos analisar como a posição-sujeito de um produtor negro de conteúdo significa a ação do algoritmo. Através de nosso gesto de análise, as relações racializadas que demarcam o corpo negro na marginalização e que sustentam a categoria hierarquizante de raça na sociedade são operacionalizadas pelo maquinário automatizado dos algoritmos, uma vez que esses também são marcados por práticas políticas, históricas, sociais e ideológicas.

**Palavras-chave:** Racialidade. Algoritmo. Análise do Discurso. Produtor de Conteúdo.

### ABSTRACT

In this study, we explore the intricate relationship between the black body as a content creator and the racialized dynamics of algorithms by analyzing an interview given by content creator AD Junior on the podcast 'CNN Entre Vozes' in 2021. Grounded in Materialist Discourse Analysis, we aim to examine how the subject-position of a Black content creator is interpreted by algorithmic processes. Our analysis reveals that the racialized dynamics which marginalize the Black body and reinforce the hierarchical category of race in society are perpetuated by the automated mechanisms of algorithms, as these too are shaped by political, historical, social, and ideological practices.

**Keywords:** Raciality. Algorithm. Discourse Analysis. Content Creator.

### INTRODUÇÃO

O território do virtual, segundo Dias (2004), pode ser pensado enquanto local onde se tecem relações e exercícios do poder, na medida em que são inaugurados mecanismos ou formas de

<sup>1</sup> Doutorando em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Mestre em Letras: Linguagens e Representações pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: psi.felipemuniz@gmail.com

<sup>2</sup> Professor Adjunto B de Língua Portuguesa e Linguística da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Pós-doutorando em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutor e mestre em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: rlmsantos@uesc.br



controle do dizer e do fazer dos sujeitos. Nessa configuração, os corpos acabam sendo organizados, de modo que o estabelecimento de diretrizes e regras *on-line* tensiona o lugar do visto e do não-visto, pois “a rede é o novo mecanismo de controle dos corpos (sociais, jurídicos, políticos, textuais)” (DIAS, 2004, p.121).

É nessa perspectiva de controle tangente à organização dos corpos em meio à sobredeterminação de normatizações tecnológicas específicas encontradas no espaço enunciativo informatizado *YouTube*, no qual todo dizer deve se subverter para então fazer sentido (GALLO, 2017) que compreendemos o produtor de conteúdo do *YouTube* como sujeito do discurso interpelado por um modo de organização que desponta para o funcionamento (ou normatização) do algoritmo.

O algoritmo, pelo advento do mecanismo de filtragem, operacionaliza o funcionamento da visibilidade: o que deve ou não aparecer de imediato ao usuário, o que deve ser consumido a seguir, o que está *a priori* disponível para o grande público (RIBEIRO, 2021). Ao virtualizar-se, os sujeitos veem sua experiência *on-line* de acesso e consumo de conteúdo no *YouTube* enlaçada pela laboração dos algoritmos, os quais ditam o lugar da visibilidade (RIBEIRO, 2021).

Compreendemos o funcionamento do algoritmo enquanto um processo de normatização, de organização dos corpos em espaços enunciativos informatizados, como o *Youtube*, e, por isso, produtores de conteúdo estão sobredeterminados por esse domínio, de modo que “essa normatização incide, inicialmente, sobre a formulação desses textos, e posteriormente sobre a sua circulação” e assim “desloca o dizer para o funcionamento midiático que lhe é próprio<sup>3</sup> (tempo limitado, foco na câmera, interlocutor específico (seguir), etc.” (GALLO, 2017, p. 431).

Nesse trabalho, nos mobilizamos em pensar nos acessos do corpo negro em meio à conformação das dinâmicas algorítmicas. Empreenderemos mais a frente um gesto de análise de uma entrevista que o produtor de conteúdo AD Junior concedeu ao podcast “CNN Entre Vozes”. Gostaríamos de frisar que a finalidade desse gesto de análise centra em discutir o corpo negro que produz conteúdo em espaços enunciativos informatizados e o modo como esse corpo significa a sua relação com o algoritmo.

Levando em conta que as palavras mudam de sentido a partir da posição-sujeito do enunciador (PÊCHEUX, 2014), temos como pergunta discursiva norteadora desse gesto de análise a seguinte formulação: como a posição-sujeito de um produtor negro de conteúdo significa a ação do algoritmo?

## 1 CÁLCULOS, EFEITOS DE TRANSPARÊNCIA E IDEOLOGIA

Tendo em vista a organização de sujeitos e de conteúdo na rede, o algoritmo atua enquanto sistema computacional de tomada de decisão inclinado para resolução de demandas, operando, segundo Ribeiro (2021), a partir de diretrizes pré-estabelecidas de coleta e análise de dados. A ação do algoritmo faz circular conteúdos nos espaços enunciativos informatizados, sendo esse mecanismo de circulação entendido como a grande recompensa para os corpos que se lançam na produção de conteúdo. Segundo Gallo (2017, p. 431), um conteúdo pode engajar para milhões em

---

<sup>3</sup> Explica Gallo (2017) que o processo de circulação de textos (conteúdos) nos espaços enunciativos informatizados, por estarem imbricados com as lógicas operativas de normatização, acabam perdendo a legitimidade na mesma proporção em que se afastam de certas condições de produção que lhes conferem uma natureza política. “A submissão à normatização das redes pode levar a uma midiatização, mas não à legitimação”. (GALLO, 2017, p. 432).



um único dia, mas “para isso, há um preço a pagar: submeter o seu texto à normatização da rede em que ele circulará, ou seja, formulá-lo segundo essa normatização”.

É assim que, em espaços enunciativos informatizados como o *Youtube*, os algoritmos coordenam postagens que aparecem nos perfis dos usuários se valendo de uma base de critérios que apontam para normatizações, como o comportamento de usuários na rede (RIBEIRO, 2021).

Na atualidade, o algoritmo se presentifica em diferentes âmbitos virtuais na tentativa de fornecer respostas rápidas, personalizadas e articuladas com dados, possibilitando aos usuários o que considera como a “melhor” experiência *on-line* possível (GILLESPIE, 2018). “Os algoritmos não são necessariamente softwares: em seu sentido mais amplo, são procedimentos codificados que, com base em cálculos específicos, transformam dados em resultados desejados” (GILLESPIE, 2018, p. 97), de forma controlada, e assim apresentam informações (conteúdos) como resultado desse procedimento matemático projetado de armazenamento e leitura de dados.

Os algoritmos são projetados para a ação de calcular, entendendo o que “está em alta”, o que seria a tendência, ou ainda o que está sendo “mais discutido” no momento. Na condução de apresentar “o momento”<sup>4</sup>, os algoritmos nos oferecem uma aba aparentemente infinita de interações entre usuários que contornam o assunto em dado espaço informatizado (GILLESPIE, 2018).

Dessa maneira, os algoritmos não só contribuem na busca e ranqueamento de informações, mas nos familiariza com determinados conteúdos e manifestam o que há para ser conhecido (GILLESPIE, 2018). Sobre essa afirmação, damos ênfase, então, que os algoritmos, de certa forma, contribuem para a familiarização de conteúdos e de produtores de conteúdos nos espaços enunciativos informatizados ao torná-los mais visíveis ou acessíveis em detrimento de outros.

Ora, os algoritmos são usados nas redes sociais virtuais para selecionar e mostrar o que a máquina considera relevante ou não para o usuário, por meio da observação de padrões de navegação, como um gênio da lâmpada que sabe de forma automática e precisa o que se deseja ser visto pelos usuários. Por um lado, trata-se de recurso profícuo para a experiência dos consumidores navegando pela internet, como um grande shopping virtual em que todas as vitrines agradam o internauta, não precisando passar por todas as galerias existentes até encontrar a loja que lhe interessa. (ROCHA, PORTO, ABAURRE, 2020, p. 12).

A analogia do grande shopping virtual face à navegação e consumo de conteúdo na internet proposta em Rocha, Porto e Abaurre (2020) é útil para discutir sobre o fato de que o consumo de vídeos no *Youtube* também é atravessado por uma estruturação algorítmica, uma vez que esse espaço enunciativo informatizado realiza processos de seleção, filtragem e ranqueamento de informações que o sistema computacional julga serem relevantes ao usuário, passando então a recomendar vídeos (REIS; ZANETTI; FRIZZERA, 2020).

Esse processo de espaços enunciativos informatizados, por ser matematizado, pode produzir como efeito de sentido a ideia de que é neutro e, por conseguinte, isento de qualquer determinação ideológica. Todavia, entendemos que não há separação entre a técnica virtual e a ideologia, uma vez que, segundo Dias (2012, p. 28), o surgimento da informatização estampa uma nova temporalidade, e assim acaba simbolizando a existência virtual das coisas do mundo “a partir das

<sup>4</sup> Entendemos que “o momento” seria justamente assuntos que o algoritmo entende como atuais e que há um quantitativo significativo de pessoas interagindo sobre aquele determinado assunto.



condições materiais das práticas sociais, políticas históricas e ideológicas". A tecnologia não deixa de ser uma produção humana e, portanto, atravessada "por tradições, por valores subjetiva e intersubjetivamente partilhados, mas sobretudo com finalidades historicamente determinadas" (FAUSTINO; LIPPOLD, 2023, p. 147).

Ao ser discursivizado como um lugar blindado de questões que perpassam o social, os espaços enunciativos informatizados funcionariam sob efeito da transparência, pois o que haveria seria apenas uma lógica matemática da técnica virtual, mas já se sabe, por Dias (2012), que a ideologia segue operando na rede *on-line*, como se observa nos filtros automáticos de redes que tornam invisíveis conteúdos produzidos por corpos negros.

É pensando nesse efeito de transparência, explica Silva (2022) que os ambientes virtuais foram discursivizados ou lidos durante um tempo como espaços informatizados que dissipariam variáveis vistas como identitárias, como: raça, gênero, classe ou nacionalidade. Assim, o autor salienta que isso se deu de acordo com alguns fatores: a) em um tempo de escassas modalidades de comunicação *on-line*, focando sobretudo na textualidade; b) no silenciamento de pesquisadores advindos de populações minorizadas de países da diáspora africana; c) e finalmente, na intenção da neutralidade das plataformas sob a consolidação do tecnoliberalismo (SILVA, 2022).

Dessa forma, os mais diversos espaços informatizados passaram a ser vistos como incorruptíveis, isentos de qualquer viés social e identitário, sem nenhum tipo de tácito pacto da branquitude, como nos lembra Bento (2022, p. 18, grifo da autora). Da mesma maneira, "o mito da descorporificação e superação das identidades fortaleceu-se na interseção de uma série de motivações, desde o olhar utópico de quem via a internet como um possível éden até a cegueira racial, que já não enxergava as disparidades estruturais e hiatos digitais (SILVA, 2022, p. 18-19).

Nessa conformação, os espaços informatizados são delineados por deslocamentos e retomadas, sendo lugares de significação em que são ordenados pela linguagem, e com isso, marcados pela historicidade, ideologia, por práticas políticas e sociais (DIAS, 2012). Assim, compreendemos os espaços enunciativos informatizados enquanto espaço de disputas, espaço por onde a ideologia segue seu curso em todos os meandros informatizados, e por isso, chamamos a atenção nesse momento para pensar na questão da racialidade e sua relação com a língua automatizada algorítmica de zeros e uns.

## 2 ZEROS, UNS E A TENSÃO RACIAL

Pensar na relação entre algoritmos e racialidade é entender os espaços enunciativos informatizados como espaço em que tanto a categoria de raça quanto o racismo estão imbricados no virtual em prol da sobredeterminação ideológica, pois, como salienta Silva (2022), democracia racial e neutralidade na tecnologia, embora compareçam como dois elementos distantes, se irmanam no propósito de ocultar relações de poder que endossam a desigualdade.

É pela convergência entre a política do racismo na política tecnológica que Silva (2022, p. 14, grifo do autor) destaca o engendramento de uma "dupla opacidade", ou seja, uma reunião (que não se resume a uma simples soma) de tradições de ocultação e, ao mesmo tempo, de exploração em torno das relações raciais. O autor conclui que essa dinâmica tem o racismo imbricado às tecnologias por processos considerados invisíveis em função de sua automatização – recomendação de conteúdo, moderação, processamento de imagens, reconhecimento facial, dentre outros (SILVA, 2022).

O autor ainda explica que, na rede, essas práticas raciais não se resumem a ofensas explícitas em formato textual ou imagético, isto é, discursos de e sobre raça, como esclarece Modesto (2021),



mas estão na técnica virtual que privilegia e mantém poder político em favor do corpo branco (SILVA, 2022).

A compreensão de muitas manifestações do racismo na forma de microagressões em práticas cotidianas é especialmente difícil quando se trata de tecnologias algorítmicas de comunicação, que trazem novas camadas de opacidade em seu funcionamento. Se a tecnologia é erroneamente enquadrada e percebida como neutra, a tal equívoco se soma a negação do racismo como fundante de relações e hierarquias sociais em países como o Brasil. (SILVA, 2022, p. 28).

Compreendendo que o funcionamento da racialidade está fortemente imbricado nas relações cotidianas, a técnica virtual de espaços enunciativos informatizados não escapa dessa relação; isto é, a ideologia permanece operando ainda que seja discursivizada como neutra para negar o racismo (SILVA, 2022).

À vista disso, ainda que tenha sido discursivizado como *colour-blind*<sup>5</sup>, espaços informatizados mantêm relações racializadas, pois, como lembra Trindade (2020), esse espaço informatizado é branco, tendo em mente o capital econômico e cultural que o corpo branco teve acesso ao longo dos anos via pacto da branquitude (BENTO, 2022), mantendo seu devido espaço de privilégio (Silva, 2022). Assim, a partir de Trindade (2020) e de Silva (2022), compreendemos que esse grupo racial consegue, assim, manter a operacionalização ideológica dominadora pelo processo de interpelação sobre quem nos espaços enunciativos informatizados se presentifica.

Segundo Trindade (2020) e Adorno (2015), os espaços informatizados que formam a virtualidade permitem que certos gestos circulem em função de outros. Os autores afirmam que o virtual oportuniza a circulação de certos sentidos e não de outros, já que as circulações discursivas nunca são ao acaso, aleatórias. Nesse sentido, são nos espaços enunciativos informatizados que certas discursividades ganham corpo em vista de outras, e são onde entendemos que o funcionamento dos algoritmos é tecido materialmente ao lançar luz sobre alguns corpos em vista de outros.

Para sustentar essa tese, ancoramo-nos em Trindade (2020), cujo trabalho aponta que na história, esse funcionamento se fez presente em diversos meandros, de modo que a concepção sobre o progresso, a modernidade, o que merece destaque, fosse traduzida como espaço legitimamente branco. Enquanto em segundo plano estaria o espaço destinado aos negros, o que podemos pensar que seria então discursivizado como lugar de atraso (TRINDADE, 2020).

Para não perder de vista a memória discursiva racial que atravessa as relações da nossa formação social, cabe entender o funcionamento dos algoritmos como espaço onde opera a racialidade por meio de demarcações em torno do corpo negro (TRINDADE, 2020; SILVA, 2022), queremos dizer, em torno de produtores negros de conteúdo.

Por sua vez, por muitas vezes o corpo negro que produz conteúdo se situa nas margens da virtualidade, nos confins do ranqueamento e engajamento, pois “um algoritmo que reflete nosso mundo também pode refletir e expandir padrões discriminatórios existentes em nossa sociedade” (ROCHA, PORTO, ABAURRE, 2020, p. 21). Assim, refletimos que o sistema algorítmico, gerido por

<sup>5</sup> Espaço onde as diferenças raciais seriam irrelevantes (TURKLE, 1995; RHEINGOLD, 2000; LÉVY, 2001; POSTER, 2001; HANSEN, 2006 *apud*. TRINDADE, 2020).



sujeitos, é ideologicamente constituído ao mesmo tempo em que é alimentado por uma memória discursiva, já que a racialidade se justapõe à técnica.

Dessa maneira, consideramos que há uma espécie de sançãoposta em funcionamento no tangente ao ranqueamento e engajamento de conteúdo, isto é, por razão de refletir os processos discriminatórios sociais (ROCHA, PORTO, ABAURRE, 2020), produtores negros de conteúdo acabam sendo penalizados por não fazerem parte da branquitude.

Refletindo sobre o estudo de Anjos (2021), pensamos que os efeitos do engajamento apontam para a necessidade contínua dos produtores negros de conteúdo performar esse lugar de visibilidade fabricado pela/para branquitude, ainda que estejam alijados do centro. Amparando-nos na tese de Anjos (2021), compreendemos que muitos produtores negros de conteúdo podem performar sentidos de beleza branco-hegemônicos, mas ainda assim possuem (ou estão em) um lugar marginal em relação ao centro, ou seja, ainda podem não compor o lugar da evidência algorítmica no tangente ao ranqueamento e ao engajamento. O que queremos dizer é que o funcionamento algorítmico é racializado e, dessa maneira, muitos produtores negros de conteúdo (distantes da evidência) podem se ver numa contínua necessidade de performar para alcançar uma visibilidade que é engendrada pela e para a branquitude.

Temos que os efeitos do engajamento propiciados pelos algoritmos acabam sendo fruto do processo fundante de racialização no curso da nossa formação social (MODESTO, 2021), e assim, ancorados em Anjos (2021), pensamos que o corpo negro é discursivizado como inapropriado e recebe sua sentença social ainda que performe o lugar do centro, da visibilidade através da interação entre audiência e produtor negro de conteúdo.

Para Rocha, Porto, Abaurre (2020), devemos considerar que o engajamento está relacionado com o enviesamento dos algoritmos no manejo da reprodução de processos sociais discriminatórios, como sexismo, homofobia, xenofobia e o racismo, que são transmutados e arraigados nos códigos matemáticos, visto que os sistemas algoritmos não deixam de reproduzir e normalizar as mais diversas formas de agressão ao corpo negro, apresentando “uma nova faceta pervasiva de ordenação de dados e representações racializadas” (SILVA, 2022, p. 26).

Desse modo, por mais neutros que algoritmos sejam textualizados na linearidade do discurso, ainda assim perpassam por um atravessamento racializado, sendo que esse processo “[...] ressalta a compreensão de que a tensão racial é um problema constitutivo à formação social brasileira, tendo em vista o modo de produção que a domina” (MODESTO, 2021, p.2).

Algoritmos medeiam quais sujeitos são ou não inclusos, como são ordenados, suas hierarquias de valor ante os objetos e o capital e também situações em que vidas são consideradas descartáveis. Uma vez que vivemos em um mundo moldado pela supremacia branca, que nos últimos séculos vem se transformando em projetos de poder e violência, a partir do colonialismo material, político e científico, é preciso entender então o papel da algoritmização das relações raciais e de poder. (SILVA, 2022, p. 66).

Portanto, temos disposto na técnica virtual e no imaginário sociotécnico um molde forjado pela supremacia branca, a qual realiza a ordenação dos corpos em espaços informatizados da rede (SILVA, 2022). Assim, temos um corpo que opera a visibilidade e o engajamento, e outro que, por vezes, se situa nas margens virtuais por intermédio das ações algorítmicas, permitindo que as relações racializadas de poder retomem um colonialismo digital (FAUSTINO; LIPPOLD, 2023).



### 3 ALGORITMO, RACISMO E COLONIALISMO DIGITAL

Faustino e Lippold (2023, p. 78) definem o colonialismo digital como uma “expressão objetiva (e subjetiva) da composição orgânica do capital em seu atual estágio de desenvolvimento e se materializa a partir da dominação econômica, política, social e racial de determinados territórios, grupos ou países, por meio das tecnologias digitais”. Sendo assim, o colonialismo digital se materializa nas relações racializadas, produzindo hierarquias e expandindo o racismo nas lógicas extrativistas, automatizadas e nos arranjos técnico-virtuais.

Considerando que a digitalização e a dataficação não eliminaram o racismo dos seus processos matemáticos, mas reproduziram e expandiram via gestão algorítmica, tem-se o colonialismo digital como grande advento de uma rede neural artificial, a qual gera padrões racializados e modelos racistas (FAUSTINO; LIPPOLD, 2023). A matemática, supostamente neutra, torna-se veículo de uma ideologia racializada quando se apoia em dados enviesados e os transforma em decisões automáticas. Assim, o que Faustino e Lippold (2023) chamam de colonialismo digital aparece, por exemplo, na reprodução do racismo em sistemas de reconhecimento facial, em que pessoas negras podem ser tidas falsamente como suspeitas de crimes.

Dessa forma, “o colonialismo dissemina que o único modo de criar tecnologias é esse que nos subordina e nos modula”, tendo em vista que dados, códigos e programas virtuais estão sujeitos aos interesses sociais e aos projetos de poder que lhes fundamentam e dão existência (FAUSTINO; LIPPOLD, 2023, p. 20).

Com isso, compreendemos que o corpo negro em espaços informatizados se esbarra nas relações materiais e simbólicas que acabam delimitando-o, seja por meio da colonização de infraestrutura, pela invisibilidade nos acessos ou hipervisibilidade quando em contexto de dominação e controle, pelo enviesamento discriminatório e de negligência em relação à presença do racismo na rede (FAUSTINO; LIPPOLD, 2023), ou ainda no favorecimento do corpo branco em relação ao corpo negro em relação ao ranqueamento de conteúdos via ação algorítmica, por exemplo.

Acreditamos, portanto, que a noção de racialização codificada ou racialização digital possa ser mais abrangente para dar conta da explicitação do contexto material de desenho dos algoritmos, de forma a evidenciar a seletividade racial dos cargos técnicos em empresas de programação, a distribuição social desigual de prestígio entre produtores de conteúdo digital na internet e a codificação naturalizada dos discursos e estética racistas nas mídias sociais e nos bancos de imagem digitais. (FAUSTINO; LIPPOLD, 2023, p. 149).

Assim, temos uma política eugênica que se textualiza no “aprendizado” das máquinas e, conforme argumenta Faustino e Lippold (2023), essa política se materializa na língua de zeros e uns, enviesando o corpo negro nos espaços informatizados. “A eugenia se materializa tanto na utilização estética e cultural branco-ocidental como parâmetro de humanidade quanto na exclusão ou desigualdade do acesso às tecnologias informacionais”, e por isso, a racialização codificada demarca e marginaliza o corpo negro na rede (FAUSTINO; LIPPOLD, 2023, p. 149).

É justamente nos processos tidos como “invisíveis” pelos recursos automatizados da virtualidade, que a imbricação com a racialidade se manifesta no reconhecimento facial, no processamento de imagens, na recomendação de conteúdos, dentre outros (SILVA, 2020, p. 122, grifo do autor). A lógica algorítmica então ganha corpo, ou melhor, demarca um corpo, o corpo



negro, influindo em processos cotidianos, ou mesmo para produtores negros de conteúdo que se lançam na virtualidade.

A vista do efeito de demarcação e marginalização do corpo negro em espaços enunciativos informatizados, chamamos a atenção para pensar na relação entre a racialidade e os algoritmos, as quais se inclinam na preservação do corpo negro na margem da evidência, afastando-o do engajamento.

#### 4 ALGORITMOS, PRODUÇÃO DE CONTEÚDO E CORPO NEGRO

Abordamos até aqui o corpo negro na dinâmica racializada dos algoritmos, e nesse momento, gostaríamos de focar em quem faz conteúdo e está suscetível ao enviesamento algorítmico. Tendo em vista os meandros do algoritmo no que tange ao ranqueamento e engajamento de produtores de conteúdo na virtualidade, em que uns são favorecidos em razão de outros, empreendemos um gesto de análise de uma entrevista que o produtor de conteúdo AD Junior concedeu ao podcast “CNN Entre Vozes” no ano de 2021. O criador de conteúdo e ativista brasileiro, se destaca por abordar temas relacionados à diversidade, cultura negra e equidade racial. AD contabiliza mais de 85 mil inscritos em seu canal no *YouTube* e tem seu trabalho reconhecido por trazer amplificar vozes e trazer debates à sociedade.

A partir de nosso gesto de análise, foi realizado o recorte de um total de 7 sequências discursivas. Ressaltamos que a pergunta que norteia a nossa pesquisa é: como a posição-sujeito de um produtor negro de conteúdo significa a ação do algoritmo?

Como dito anteriormente, a discussão que relaciona a produção algorítmica ao racismo parece não passar despercebida pelos produtores negros de conteúdo, os quais assumem que os algoritmos refletem o funcionamento social. Para AD Junior:

*SD1 – “É sempre bom e importante lembrar que esses algoritmos, essas fórmulas que produzem esse funcionamento, os mecanismos que operam com a tecnologias digitais, é produzido por seres humanos, né?! Pessoas comuns, como nós aqui, que estão também imersos em uma cultura. E o fato é que uma sociedade racista ela tende a reproduzir algoritmos racistas”.*

Analisando a discursividade de AD Junior em *SD1*, pensamos que a linguagem lógica e automatizada dos códigos algorítmicos não escapa de determinações ideológicas, de modo que é atravessada por práticas racializadas, tendo em vista que as tecnologias, os espaços enunciativos informatizados são produzidos por sujeitos interpelados pela ideologia e marcados pela temporalidade histórica. Nessa conformidade, reiteramos que é importante pensar nos processos sociais racializados no algorítmico.

Destacamos a *SD1* para pensar na laboração dos algoritmos “*produzido por seres humanos*”, “*pessoas [...] que estão também imersas em uma cultura*”, isto é, por sujeitos assujeitados, interpelados, que significam, que são atravessados pelo interdiscurso, pela memória, e que são levados à injunção de interpretar.

Aceitamos, assim, que os algoritmos são criados, mantidos e organizados por sujeitos situados historicamente e imersos no funcionamento da ideologia, pois, como nos lembra Orlandi (2022, p. 105), “o sujeito se submete à língua(gem) – mergulhado em sua experiência de mundo e



determinado pela injunção a dar sentido, a significar(se) – em um gesto, um movimento sócio historicamente situado em que se reflete sua interpelação pela ideologia”.

É pensando nesse sujeito ideologicamente interpelado por questões racializadas que AD Junior na *SD1* aborda, na ordem do fato, de uma conjuntura que se materializa, que em “*uma sociedade racista ela tende a reproduzir algoritmos racistas*”. Diante disso, nos questionamos: tende a reproduzir? Tende a formular? Tende a programar? Produz, formula, programa? É levado a produzir, formular, programar? Se é levado quem leva? Se tende, por que tende? Se é uma tendência, é algo temporário ou algo que sempre se inclina para isso? Essas questões nos levam para a próxima SD:

*SD2 – “E esses algoritmos, eles acabam reproduzindo essa dinâmica que é uma dinâmica presente na sociedade e que, portanto, também deve ser percebida, enfrentada e problematizada no ambiente digital”.*

Assim, pensando que os algoritmos são feitos por pessoas imersas em uma cultura, AD Júnior entende em *SD2* que não há separação entre a técnica matemática algorítmica e as dinâmicas racializadas operadas no corpo social. Tais dinâmicas compreendem o funcionamento de uma ideologia eurocentrada que acaba por determinar o lugar do corpo negro nos espaços enunciativos informatizados, na produção de conteúdo e no engajamento algorítmico.

Considerando o lugar do corpo negro nos espaços enunciativos informatizados, o lugar do produtor negro de conteúdo sob os efeitos do engajamento algorítmico, refletimos que esse lugar é perpassado pela produção ideológica eurocentrada e pela manutenção da categoria de raça no curso histórico da formação social brasileira.

Tendo em vista que o pensamento eurocêntrico bem como a invenção da raça propôs a separação e hierarquização (MBEMBE, 2022), chamamos a atenção para os espaços enunciativos informatizados que, por determinação ideológica, preserva o corpo negro nessa dinâmica hierarquizante “*presente na sociedade*” (*SD2*). Dessa maneira, a técnica matemática algorítmica e as dinâmicas racializadas se veem imbricadas.

Gostaríamos de ressaltar ainda que o uso do verbo “acabar” em *SD2* põe em funcionamento um curso que se finda em um lugar. No caso de *SD2*, reiteramos que, sendo os algoritmos produzidos por sujeitos interpelados ideologicamente e tendo em vista a categoria de raça como fundante da nossa formação social, como aprendido em Modesto (2021), os algoritmos não poderiam chegar em outro lugar que não o da racialidade, isto é, não poderiam reproduzir outra coisa senão “*essa dinâmica que é uma dinâmica presente na sociedade*”.

Assim, as manifestações do racismo algorítmico produzem efeitos sociais, de modo que, para AD Junior em *SD2*, o corpo negro se vê em uma posição de desprivilegio face ao corpo branco. As relações racializadas que demarcam o corpo negro na marginalização e que sustentam a categoria hierarquizante de raça são operacionalizadas pelo maquinário automatizado, pois devemos lembrar que a rede é também atravessada pelos marcadores sociais de raça, onde não há plenamente as mesmas oportunidades. Tudo não deixa de passar de um efeito de transparência, conforme aprendemos com Silva (2022).

É nesse eixo modal da categoria de raça na virtualidade que os algoritmos engendram a continuidade de uma margem social nos espaços enunciativos informatizados. Ou seja, assume-se, na posição-sujeito de *SD2*, que o que é feito em espaços enunciativos informatizados tem



continuidade/efeito/consequência no social, de tal forma que as dinâmicas de desigualdade de classe e raça do social também são operacionalizadas nos espaços enunciativos informatizados.

Pensando nessa relação, apresentamos um conjunto de sequências, porque a partir delas pensamos no engendramento da categoria de raça no maquinário automatizado dos algoritmos para quem produz conteúdo em espaços enunciativos informatizados:

*SD3 – “Quando comecei a fazer o canal para falar sobre questões de negritude, eu via que quando eu postava, eu podia colocar a métrica certinha de tudo que não ia. E até hoje eu tenho isso. Isso acontece até hoje. Eu tenho números muito ínfimos de pessoas que entram, que compartilham, que colocam, por conta da entrega <sup>6</sup> ser muito menor”.* ▲

*SD4 – “Mas vi pessoas que chegaram depois, que tem o mesmo tipo de fala e que são muito bons mesmo, não é uma crítica a quem faz, mas é que quem tem o tom de pele mais claro ou que são brancos [...] tem entregas ▲ muito superiores”.*

*SD5 – “Uma vez eu fiz uma postagem com uma pessoa branca dos olhos azuis só pra testar [...]. Eu coloquei e eu tive mais de duzentos likes em sete minutos. Assim! O que era novidade pra mim, e as pessoas simplesmente clicam. Elas simplesmente clicam, quer dizer, a gente também tá ensinando o PC a funcionar de uma forma porque o algoritmo também faz parte de como a gente vai treinando o sistema também. E aí ele começa a repetir aquilo que é um vício de uso do sistema. Então ainda tem uma questão de que as pessoas têm o olhar muito racializado para tudo o que se coloca nas redes e isso se produz também na forma de como elas vão engajar nos conteúdos”.*

*SD6 – “Às vezes uma pessoa tem milhares de seguidores lá, simplesmente só porque a pele é branca”.*

*SD7 – “Uma sociedade que ainda é muito racializada e vai dar like pra qualquer pessoa que participe de uma novelinha de adolescente que durante a tarde vai ganhar doze milhões de seguidores e a mesma menina, se for negra, ou um menino, um ator negro, não vai ganhar metade disso. Então também tem muito a ver com o comportamento”.*

Atentando para o fazer do produtor de conteúdo nos espaços enunciativos informatizados, a posição-sujeito AD Junior não dissocia corpo branco de engajamento. Lendo as sequências em conjunto, é possível compreender que sua narrativa em primeira pessoa textualiza as experiências de si enquanto sujeito racializado nos espaços enunciativos informatizados. É dessa posição que ele avalia a sociedade, o algoritmo, a visibilidade, o engajamento.

Pensando nessa imbricação entre o corpo branco e os efeitos do engajamento, AD Junior expressa que o corpo branco nos espaços enunciativos informatizados tem se beneficiado, no sentido de que não importa muito o que esse corpo produz de conteúdo *on-line*, ainda será um corpo que irá gerar mais cliques (*SD5*), mais *likes* (*SD7*), ter mais entregas pelos algoritmos (*SD3, SD4*) e mais seguidores “só porque a pele é branca” (*SD6*). Assim, recuperamos *SD1* para pensar que

<sup>6</sup> Utilizamos esse símbolo gráfico para dizer que nesse ponto da SD há uma elipse.



esse funcionamento do corpo branco como o corpo da visibilidade e, portanto, do engajamento algorítmico, se dá pela questão de que “uma sociedade que ainda é *muito racializada*” (*SD7*), “*ela tende a reproduzir algoritmos racistas*” (*SD1*).

Nesse nexo sobre a “entrega” realizada “pelos algoritmos” que podem ser incisas para as elipses em *SD3* e *SD4*, está entremeada pela questão da racialidade. Na narrativa expressa, não importa se o produtor negro de conteúdo colocava “*a métrica certinha de tudo*” (*SD3*), ou ainda se produz o mesmo trabalho que um corpo branco (*SD7*), o resultado será um só, ou seja, os algoritmos não poderiam culminar em outro lugar que não o da racialidade.

Por sua vez, os algoritmos são também operacionalizados pelo comportamento dos usuários nos espaços enunciativos informatizados, assim “*a gente também tá ensinando o PC a funcionar de uma forma*” (*SD5*), que seria uma forma racializada contemplando e dando *likes* ao corpo branco (*SD7*).

Dessarte, AD Junior entende que os algoritmos no que tange a engajamento e entrega de conteúdo apresentam mais corpos brancos em detrimento de corpos negros sob a justificativa de que “*as pessoas têm o olhar muito racializado para tudo o que se coloca nas redes e isso se produz também na forma de como elas vão engajar nos conteúdos*” (*SD5*).

Dessa maneira, consideramos o corpo branco em todo o conjunto de sequências como um corpo da visibilidade, do engajamento, enquanto tenho o corpo negro que, por ser negro, “*não vai ganhar metade*” (*SD7*) do que o corpo branco tem acesso nos espaços enunciativos informatizados. É por meio dessa taxa de acessos que os espaços enunciativos informatizados, como o *YouTube*, monetizam conteúdo, atraem o mercado da publicidade e se tornam mais visíveis, mais engajados (Rocha, Porto, Abaurre, 2020).

É pensando nesses acessos que De Freitas (2021) afirma que o marcador social de raça se faz presente nos espaços enunciativos informatizados, afetando as relações de monetização de conteúdos e parcerias comerciais com marcas, tendo em vista que o corpo negro não engaja tanto quanto o corpo branco.

Para a autora, os produtores negros de conteúdo são mais contratados para ocupar uma posição de educadores raciais, com a finalidade de abordar temáticas como racismo e demais formas de opressão com a população negra, sob intenção de, na maioria das vezes, vincular uma imagem inclusiva, plural e antirracista para a marca (DE FREITAS, 2021).

Os produtores negros de conteúdo são convidados ao lugar da evidência na parceria com empresas ou marcas apenas quando assumem uma postura de preceptor de temáticas raciais. “Ao contrário do que é para influenciadores negros, os brancos são contratados para falar de temas diversos, na prática, eles não são entendidos enquanto grupo racializado, como pessoas iguais ou parecidas, com estereótipos determinados” (DE FREITAS, 2021, p. 8).

É importante levar em consideração que o racismo também compromete a produção de conteúdo de um influenciador negro, visto que ele está suscetível a ataques on e off-line, e esse crime atinge sua intimidade e seu psicológico. Dessa forma, influenciadores brancos e negros não produzem conteúdos na internet sob as mesmas condições. (DE FREITAS, 2021, p. 13).

Tendo em vista o exposto de que os produtores brancos e negros de conteúdo estão sob condições de produção de conteúdo diferentes (DE FREITAS, 2021), recuperamos *SD7* para pensar na condição que “*se for negra*”, não ganhará metade do engajamento e visibilidade, “*se for negra*”,



levando em consideração a discussão proposta por De Freitas (2021), só será convidado por marcas e empresas para servir de preceptor entre temáticas raciais.

A condição marcada pela cor da pele no conjunto de sequências textualiza a posição de desprivilegio a qual o corpo negro é assujeitado, não se esquecendo de que os espaços informatizados, nessa conformação, não se desprendem das determinações ideológicas engendradas na nossa formação social, pois, como lembra Dias (2012), são espaços de significação marcados por práticas políticas, históricas, sociais e ideológicas.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos até aqui que os algoritmos permitem a operacionalização da matemática, da linguagem lógica, que, por sua vez, propicia a entrega de conteúdo unicamente por um viés técnico-virtual, isto é, produzido por meio de uma estrutura lógica virtualizada. Mas, ao mesmo tempo, refletimos que admitir essa transparência lógica na entrega de conteúdo é perder de vista que os algoritmos, feitos e monitorados por sujeitos, também são atravessados por marcadores sociais de gênero, classe e racialidade.

À vista disso, é impossível pensar em um espaço informatizado que todos os produtores de conteúdo sejam contemplados positivamente<sup>7</sup> pelos códigos matemáticos do algoritmo no ranqueamento de conteúdos. Nem todos os produtores ganham “fama” e visibilidade. Pensamos, assim, que tal visibilidade não se dá apenas pela ordem da técnica, dos códigos. Essa relação, que nos debruçamos aqui, também é perpassada pela questão da racialidade.

À luz das *SDs* que analisamos, torna-se inviável imaginar um ecossistema *on-line* em que todos os produtores de conteúdo sejam igualmente contemplados pelos códigos algorítmicos. Como evidenciam as *SD1* e *SD2*, essas fórmulas são criadas por sujeitos imersos em uma sociedade racista e, por isso, tendem a reproduzir esse mesmo racismo. As consequências aparecem de modo concreto nas experiências relatadas em *SD3* e *SD4* em meio às métricas de alcance persistentemente ínfimas, as quais contrastam com a ampla entrega obtida por influenciadores de pele clara.

Se levarmos em consideração a dita neutralidade dos algoritmos, teríamos, na virtualidade, como resultado da lógica, a completa igualdade entre os produtores de conteúdo, no sentido de que não haveria nenhum tipo de favorecimento quanto ao algoritmo. Logo, como vimos em *SD5*, uma simples postagem com uma pessoa branca de olhos azuis dispara o engajamento em minutos, sendo a cor da pele um elemento que, por si só, continua a regular quem ganha visibilidade (*SD6* e *SD7*).

Por assim dizer, o espaço *on-line*, por onde operam os algoritmos, acaba sendo deslizado para um funcionamento democrático, onde todos possuem proporcionalmente as mesmas chances de gerar engajamento e conquistar o púlpito da fama. E, sob essa égide, não há espaço para se pensar a relação dos algoritmos com alguns marcadores sociais, como o de racialidade.

Explica Gallo (2017, p. 432, grifo da autora) que o funcionamento dos espaços enunciativos informatizados esbarra em uma contradição, visto que o que prevalece é o efeito de que todos têm acesso à rede da mesma forma, porém, como não há exterior para ideologia e por seguir seu curso de interpelação na informatização, as marcas deixadas por ela são suficientes para “selecionar” os sujeitos. Isso torna os espaços enunciativos informatizados espaços discursivizados como

<sup>7</sup> Queremos dizer aqui que nem todos os produtores de conteúdo são bem-posicionados no tangente a recomendações de vídeos pela laboração algorítmica.



transparentes ao mesmo tempo em que exclui os diferentes, permanecendo de forma incontornável pela operacionalização ideológica (GALLO, 2017), já que a ideologia cria a ilusão – o que o Althusser (1985) chama de efeito ideológico elementar – de que as coisas são como são. É um “é como é” da internet, como se fosse igualitário, sem luta de classe, desprendida da racialidade.

O funcionamento da evidência de que a internet “é como é” dá conta de produzir o efeito ilusório de que esse seria um espaço da via do incorruptível, de modo que produtores negros de conteúdo se veriam individualizados e responsabilizados por não atingir certos números no *on-line*.

Queremos dizer que essa relação impõe certa culpabilização ao mesmo tempo em que individualiza os sujeitos negros, o que acaba perdendo de vista que o seu fazer, assim como ranqueamento e engajamento são atravessados por dinâmicas eurocentradas presentes na formação social, como a ideia de raça, que acaba por organizar os corpos nos espaços enunciativos informatizados.

Tendo isso em vista, espaços enunciativos informatizados se aproximam de uma dinâmica que vai ao encontro a opacidade, por onde faz circular sentidos e passa a demarcar o lugar do corpo negro. Eles estão, na verdade, distantes da imparcialidade, de jeito que seus códigos lógicos gerenciam interações e novidades, ou seja, realizam escolhas em detrimento de outras e assim tornam algumas coisas visíveis ao mesmo tempo em que excluem outras (GILLESPIE, 2018). Sendo assim, com a vida cotidiana cada vez mais imersa na virtualidade, a tecnologia dos códigos virtuais se entrelaça aos processos sociais na forma como operam os algoritmos e softwares modernos.

Desse modo, o enviesamento da racialidade nos algoritmos torna central a categoria de raça no funcionamento da virtualidade, afetando o fazer dos produtores negros de conteúdo no que diz respeito ao ranqueamento e engajamento, fluindo sobre a operacionalização do nexo de centro-margem em espaços enunciativos informatizados.

## REFERÊNCIAS

#01: O preconceito algorítmico não é uma questão de matemática. [Locução de]: Luciana Barreto.

**CNN Entre Vozes**. Spotify, 15 mar. 2021. *Podcast*. Disponível em:

<<https://open.spotify.com/episode/OSjlq7RT6udSD3CnM1zJLM?si=cccb968c15d5471d>>. Acessado em 03 de dezembro de 2022.

ADORNO, Guilherme. **Discursos sobre o eu na composição autoral dos vlogs**. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/961603>>. Acessado em 06 de maio de 2022.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ANJOS, Liliane Souza dos. **No rastro dos sentidos**: funcionamentos discursivos de/sobre masculinidade viril na mídia. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia. 2015. Disponível em:  
<[http://www.ppglinc.letras.ufba.br/sites/ppglinc.letras.ufba.br/files/dissertacao\\_liliane\\_versao\\_final.pdf](http://www.ppglinc.letras.ufba.br/sites/ppglinc.letras.ufba.br/files/dissertacao_liliane_versao_final.pdf)>. Acessado em 02 de junho de 2023.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.



DE FREITAS, Samilly Loures. "É sobre isso": disparidade de remuneração entre influenciadores digitais brancos e negros no Brasil. **Anais do Seminário de Ciências Sociais**, v. 6, p. 1-14, 2021. Disponível em: <<https://www.periodicos.ufes.br/scs/article/view/36577>>. Acessado em 07 de dezembro de 2022.

DIAS, Cristiane Pereira. **Sujeito, sociedade e tecnologia**: a discursividade na rede (de sentidos). São Paulo: Hucitec, 2012.

DIAS, Cristiane Pereira, **A discursividade da rede (de sentidos)**: a sala de bate-papo HIV. Tese de doutorado (Programa de pós-graduação em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. 2004. Disponível em: <<https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=492836>>. Acessado em 05 de maio de 2022.

FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. **Colonialismo digital**: Por uma crítica hacker-fanoniana. Boitempo Editorial, 2023.

GALLO, Solange. Sobre a normatização vigilante dos discursos midiatisados. **Anais do V LAVIT'S**, 2017, p. 426-438. Disponível em: <<https://lavits.org/wp-content/uploads/2018/04/74-Solange-Leda-Gallo.pdf>>. Acessado em 05 de novembro de 2023.

GILLESPIE, Tarleton. A relevância dos algoritmos. **Parágrafo**, v. 6, n. 1, p. 95-121, 2018. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/722>>. Acessado em 06 de dezembro de 2022.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2022.

MODESTO, Rogério. Os discursos racializados. **Revista da ABRALIN**, v. 20, n. 2, p. 1-19, 2021. Disponível em: <<https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1851>>. Acessado em 29 de agosto de 2022.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. 5º ed. Campinas: Pontes, 2022.

PÊCHEUX, Michel. Por uma análise automática do discurso. In: GATED, F.; HAK, T. (org.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux/ organizadores Françoise Gadet; Tony Hak; tradução Bethânia S. Mariani... [et al]. – 5ª ed.- Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014, p. 61-162.

REIS, Ruth; ZANETTI, Daniela; FRIZZERA, Luciano. Algoritmos e desinformação: O papel do YouTube no cenário político brasileiro. **Anais do VIII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política**. 2020, p. 1-16. Disponível em: <[https://www.academia.edu/download/59691158/gt4\\_Reis\\_Zanetti\\_Frizzera.pdf](https://www.academia.edu/download/59691158/gt4_Reis_Zanetti_Frizzera.pdf)>. Acessado em 09 de março de 2023.

RIBEIRO, Sandra Stephanie Holanda Ponte. Sobre repovoar narrativas: o trabalho dos influenciadores digitais a partir de uma abordagem sociotécnica. In: **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 21, p. 271-281, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/civitas/a/cQphQYyZLKSqQWzCnRYRh3w/citation/?lang=pt>> . Acessado em 15 de março de 2023.



ROCHA, Cláudio Jannotti da; PORTO, Lorena Vasconcelos; ABAURRE, Helena Emerick. Discriminação algorítmica no trabalho digital. **Revista de Direitos Humanos e Desenvolvimentos Sociais**, v. 1, p. 1-21, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.puc-campinas.edu.br/direitoshumanos/article/view/5201>>. Acessado em 11 de dezembro de 2022.

SILVA, Tarcízio. **Racismo algorítmico**: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais. Edições Sesc SP, 2022.

TRINDADE, Luiz Valério P. Mídias sociais e a naturalização de discursos racistas no Brasil. In: SILVA, Tarcízio. **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais**: olhares afrodiáspóricos, São Paulo – SP: LiteraRUA, p. 26-41, 2020. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/339954112\\_Comunidades\\_Algoritmos\\_e\\_Ativismos\\_Digitais\\_olhares\\_afrodiaspasicos](https://www.researchgate.net/publication/339954112_Comunidades_Algoritmos_e_Ativismos_Digitais_olhares_afrodiaspasicos)>. Acessado em 15 de novembro de 2022.



## “QUEM MANDOU MATAR?”: ARGUMENTAÇÃO, TEXTUALIDADE SERIADA E DISPOSITIVO VITIMÁRIO NO CONFRONTO ENTRE HASHTAGS

Deborah Danny da Silva Pereira<sup>1</sup>

*Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)*

Fernando Ferreira da Silva Ananias<sup>2</sup>

*Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)*

### RESUMO

Este trabalho, de base discursivo-materialista, busca refletir a respeito da pergunta “Quem mandou matar Marielle?” a partir da noção de *dispositivo vitimário*, de Daniele Giglioli (2016). Assim, é importante dizer que, considerando as disputas (sobretudo no digital) em torno da morte da vereadora Marielle Franco, esta pergunta funciona como um gesto de denúncia que é constantemente deslegitimado. Uma das formas de deslegitimização é a circulação de respostas parafrásicas com outras perguntas, tais como “Quem mandou matar Sérgio Moro?” ou “Quem mandou matar Bolsonaro?”, ou seja, perguntas que produzem um deslocamento em relação à figura política vitimada. Há, portanto, uma repetição da estrutura da pergunta (“Quem mandou matar?”) e uma variação do nome da vítima (de Marielle para Sérgio Moro/Bolsonaro), o que nos permite compreender este enunciado como uma textualidade seriada (DIAS, 2019), isto é, textualidade formada por um traço comum e estável e, ao mesmo tempo, pela substituição de um ou mais elementos do conjunto de tal modo que um discurso diferente é produzido através da variação (DIAS, 2019). Nesta variação, no interior de um processo discursivo de argumentação (ORLANDI, 2023), o elemento que se altera já produz este “discurso diferente” pois promove uma disputa em relação a quem seria a (verdadeira) vítima, produzindo um efeito de sentido de invalidação, tanto do crime contra Marielle Franco quanto do próprio gesto de denúncia textualizado pela pergunta/hash-tag. Portanto, nossa proposta é entender como funciona, neste caso específico, o deslocamento da posição de vítima, pensando em seus efeitos nos confrontos político-sociais.

**Palavras-chave:** Argumentação. Textualidade Seriada. Dispositivo Vitimário. Hashtag. Marielle Franco.

### RESUMÉN

Este trabajo, con base discursivo-materialista, busca reflexionar sobre la pregunta “Quem mandou matar Marielle?” desde la noción de dispositivo victimario, de Daniele Giglioli (2016). Así, es importante decir que, considerando las disputas (especialmente en el mundo digital) en torno a la muerte de la concejala Marielle Franco, esta pregunta funciona como un gesto de denuncia que se deslegitima constantemente. Una de las formas de deslegitimación es la circulación de respuestas

<sup>1</sup> Doutoranda em Linguística pelo Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (IEL/UNICAMP). Mestra em Divulgação Científica e Cultural pelo Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Universidade Estadual de Campinas (LABJOR/UNICAMP). E-mail: deborah.p16@gmail.com

<sup>2</sup> Doutorando em Linguística pelo Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (IEL/UNICAMP). Mestre em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: fernandoananias32@gmail.com



parafrásicas con otras preguntas, como "Quem mandou matar Sérgio Moro?" o "Quem mandou matar Bolsonaro?", es decir, preguntas que producen un desplazamiento con relación a la figura política victimizada. Hay, por lo tanto, una repetición de la estructura de la pregunta ("Quem mandou matar?") y una variación del nombre de la víctima (de Marielle a Moro/Bolsonaro), lo que permite entender esta afirmación como una Textualidad Serial (DIAS, 2019), es decir, textualidad formada por un rasgo común y estable y, al mismo tiempo, por la sustitución de uno o varios elementos del conjunto de tal manera que se produce un discurso diferente por variación (DIAS, 2019). En esta variación, dentro de un proceso discursivo de argumentación (ORLANDI, 2023), el elemento que cambia ya produce este "discurso diferente" ya que promueve una disputa con relación a quién sería la (verdadera) víctima, produciendo un efecto de sentido de invalidación, tanto del crimen contra Marielle Franco como del propio gesto de denuncia textualizado por la pregunta/hashtag. Por lo tanto, nuestra propuesta es comprender cómo, en este caso específico, funciona el desplazamiento de la posición de víctima, pensando en sus efectos en los enfrentamientos político-sociales.

**Palabras clave:** Argumentación. Textualización Serial. Dispositivo Victimario. Hashtag. Marielle Franco.

## INTRODUÇÃO

"Quem mandou matar Marielle?".

Desde 2018, esta pergunta/hashtag<sup>3</sup> circulou amplamente pelas redes sociais e pelos espaços públicos (inscrições em muros, camisetas, cartazes), tendo sido difundida por diversas figuras públicas como a cartunista Laerte e a escritora Eliane Brum, que assinalavam em suas postagens, ainda, a contagem do número de dias, demarcando há quanto tempo a questão seguia sem resolução. Tal enunciado se impõe – enquanto fato discursivo – como um material valioso para analisarmos de que modo foi e tem sido significado o crime político cometido contra a vereadora Marielle Franco e Anderson Gomes, seu motorista. Se voltamos nossa atenção para os comentários em resposta a tal interrogação, podemos observar o seguinte fenômeno parafrástico: a repetição da estrutura do enunciado é acompanhada de uma substituição de um termo. Ou seja, enunciados como "Quem mandou matar Bolsonaro?" e "Quem mandou matar Sérgio Moro?" comparecem nesses comentários, produzindo um efeito de deslegitimização da reivindicação inicial. Com a identificação deste fenômeno, entendemos que estes enunciados podem ser analisados a partir do que Orlandi (2023) aborda acerca da argumentação e, também, através da noção de Textualidade Seriada proposta por Dias (2019).

Em linhas gerais, a argumentação é descrita pela autora como "ideologicamente estruturada" (2023, p. 44), isto é, seu funcionamento não seria da ordem do convencimento, mas da promoção do confronto entre formações discursivas distintas. Nessa direção, nosso recorte consiste em situar o enunciado "Quem mandou matar Marielle?" em relação aos enunciados que replicam sua estrutura e, ao mesmo tempo, alteram um de seus elementos, por isso que a noção de textualidade seriada nos é bastante cara, já que ela consiste em trabalhar com enunciados que, em série, circulam pela repetição e pela variação. Nesta linha, destacamos que o conceito de dispositivo vitimário (GIGLIOLI, 2020) será também mobilizado a fim de tomar esse confronto entre

<sup>3</sup> Acompanhada ou não do símbolo da hashtag, entendemos que há uma cristalização desta pergunta como hashtag, ainda que circule em outros espaços além do digital.



enunciados, ou essa “batalha de hashtags” (PAVEAU, 2017), em seu funcionamento discursivo, ou seja, considerando os sentidos que estão em jogo nessa disputa.

## 1 QUADRO TEÓRICO

### 1.1 BATALHA DE HASHTAGS

Diante do nosso objeto de análise, entendemos que é importante estabelecer que tomaremos a hashtag como um componente linguageiro, amplamente utilizado nas redes sociais. A pesquisadora francesa Marie-Anne Paveau, especialista em análise do discurso digital, concebe a hashtag como uma *tecnopalavra clicável* que possibilita a formação de um fio de discursos e de usuários. Foi a partir do *Twitter* (atualmente *X*) que as hashtags começaram a circular, mas também é possível ver composições com o símbolo típico das hashtags (a cerquilha) em muros, camisetas, cartazes etc. Sua circulação é, justamente, um dos objetos de análise do livro *L'Analyse du Discours Numérique*, no qual Paveau (2017) comenta a respeito do fenômeno que é designado por ela como batalha (ou guerra) de hashtags. Para a autora, estas batalhas são representativas da participação online em geral, consistindo em uma concorrência entre hashtags normalmente controversas ou ofensivas, sendo que “existem muitos métodos para iniciar uma batalha, incluindo lançar uma hashtag contra a outra ou mesmo hackeando a primeira” (PAVEAU, 2017, p. 206, tradução nossa)<sup>4</sup>. Paveau (2017) também salienta que as hashtags, sobretudo aquelas “ativistas”, possuem um caráter argumentativo, funcionando como “palavras-argumento”. Citando Husson (2015), a autora explica que a prática militante por meio das hashtags vai além do marketing ou do “puramente online” e que isto se deve à “fluidez entre os universos digitais e não digitais (se é que esta abordagem ainda é válida)” (p. 207, tradução nossa)<sup>5</sup>.

Para citar um exemplo deste fenômeno, podemos recorrer a Pereira (2018) que, em sua dissertação de mestrado, descreve uma guerra ocorrida entre as hashtags #voltaquerida e #ficaquerida, que entraram em disputa com a hashtag #tchauquerida. Tais enunciados ganharam evidência em 2016 durante o processo de golpe contra a então presidente Dilma Rousseff. Em nosso caso, também escolhemos olhar para o funcionamento destes enunciados/hashtags na textualização dos conflitos políticos, voltando nossa análise especificamente para a batalha de hashtags que é travada em torno do crime contra Marielle.

No entanto, cabe ressaltar que nos distanciamos do entendimento de Paveau a respeito do funcionamento dessas “batalhas”, na medida em que partimos da noção de que o caráter argumentativo da hashtag (e da batalha entre hashtags) deriva do fato de que este segmento linguageiro “funciona de forma discursiva e se constitui como lugar de poder e disputa” (PEREIRA, p.19), e que, portanto, é pela ideologia que as hashtags (e não somente aquelas hashtags “ativistas”) significam, produzem sentidos e podem se constituir, pelo simbólico, como um espaço de confronto.

### 1.2 ARGUMENTAÇÃO, DISPOSITIVO VITIMÁRIO E TEXTUALIDADE SERIADA

Ao tomar como objeto os enunciados “Quem mandou matar Marielle” e “Quem mandou matar Bolsonaro” em circulação pelas redes sociais (especificamente na rede social *X*, antigo

<sup>4</sup> No original: “(...) plusieurs méthodes existent pour lancer une « bataille », notamment le lancement d'un contre-hashtag ou le hacking du premier” (Paveau, 2017, p. 206).

<sup>5</sup> No original: “C'est cependant sans compter sur la fluidité des circulations entre les univers numériques et non numériques (si tant est que cette distinction soit encore valable)” (Paveau, 2017, p. 207).



*Twitter*), ponderamos que – neste recorte – a circulação do segundo enunciado é impulsionada como uma resposta ao primeiro. Deste modo, entendemos que este material pode ser situado no interior de uma argumentação, processo discursivo que, segundo Orlandi, não se trata de “um resultado de intenções do sujeito em relação a seu interlocutor, mas um processo de significação, historicamente determinado e ideologicamente estruturado” (2023, p.44).

Se Paveau descreve essa disputa como uma batalha entre hashtags, optamos, portanto, por nos ancorar em Orlandi (2023, p.49) que, ao tratar da argumentação empreendida entre o governo Bolsonaro e seus opositores, descreve esse processo discursivo como uma argumentação que coloca em jogo uma “guerra de sentidos”. Nessa perspectiva, em nosso gesto de análise, entendemos que os enunciados que textualizam o caso Marielle pelas redes tem sua significação afetada por uma guerra de sentidos que coloca em disputa a posição de vítima.

Para destrinchar essa questão, recorremos à noção de dispositivo vitimário (GIGLIOLI, 2020), conceito que pode ser descrito como um mecanismo ideológico que seria, na proposta do autor, preponderante no debate político contemporâneo. Em suas palavras, na disputa política, “a vítima é um bem invertido. Não há nada de bom (seja no sentido desejável, seja no de justo) na condição da vítima (...)” (GIGLIOLI, 2020, p.107), mas, ainda assim,

o dispositivo vitimário tem a seu lado a força da palavra sem mediação, presente a si mesma e sem a necessidade de verificação externa: diante de uma vítima real, sabemos imediatamente o que sentir e pensar. Desse status se apropria, transformando por transferência analógica uma desvantagem em vantagem. (2020, p.35).

Giglioli elabora em muitos aspectos o funcionamento desta engrenagem ideológica que confere à posição de vítima um imaginário de poder. Para esta análise, nos deteremos em dois tópicos destacados pelo autor: o “rancor vitimário dos vencedores” e a “concorrência pelo primado da vítima”.

Então, voltamos nosso olhar para o funcionamento do dispositivo vitimário no discurso das “elites que se rebelam” (...) “contra a esquerda, contra os intelectuais” (GIGLIOLI, 2020, p.106), fenômeno que Giglioli denomina como o “rancor vitimário dos vencedores” a fim de descrever os grupos sociais e políticos que reivindicam o status de vítima, ainda que não ocupem esta posição historicamente. Em nossa leitura, este “rancor vitimário” é textualizado pelas respostas parafrásicas à pergunta-denúncia “Quem mandou matar Marielle?” que buscam chamar atenção para “atentados” e “vítimas” que não são equiparáveis.

A batalha de hashtags, por sua vez, pode ser pensada aqui em relação ao fenômeno que Giglioli retoma de Jean-Michel Chaumont: a “concorrência das vítimas”, ou seja, “a disputa pelo primado do sofrimento” (2020, p.41). Nesse sentido, nossa análise permitirá que esta noção de “concorrência das vítimas” possa ser observada em sua materialidade discursiva, assim como em sua inscrição no digital.

Chegando, então, no nível da formulação desses enunciados, recorremos à noção de *textualidade seriada* que, conforme Dias (2019) conceitua, consiste na textualização de um enunciado em uma

serialização que, por um lado, se caracteriza pela repetição explícita de um elemento da série (aquele que garante a legibilidade pela identidade do texto como



pertencendo a uma série) e, por outro lado, se caracteriza pela variação do dizer, sua regularização no interior de uma série. (2019, p.65).

Apesar dessa noção ser trabalhada por Dias em relação aos memes, o funcionamento descrito é pertinente para o processo parafrástico em jogo em nossa análise.

Desse modo, tendo em vista o quadro teórico apresentado, entendemos que seria muito produtivo tomar tal processo de argumentação/batalha entre enunciados como uma textualidade seriada, uma vez que estamos diante de um processo discursivo que consiste na repetição de um traço comum e estável acrescido da substituição de um ou mais elementos. Assim, ainda que a estrutura da pergunta seja mantida no enunciado-resposta e seja alterado apenas o sujeito político mencionado (indo de Marielle a Bolsonaro, e de Marielle a Moro), este modo de textualização produz sentidos outros, e é por isso que nosso gesto de análise busca descrever e interpretar a guerra de sentidos que é produzida a partir dessa variação, como veremos na seção de análise a seguir.

## 2 DE “QUEM MANDOU MATAR MARIELLE?” A “QUEM MANDOU MATAR BOLSONARO?”: UMA BATALHA DE SENTIDOS

Apresentado o quadro teórico que nos orienta, partimos, então, para a análise dos materiais que nos permitem observar a textualização dessa “batalha” de sentidos.

Nas primeiras duas imagens (figura 1 e 2), vemos hashtags que circulam a partir de sujeitos que se inscrevem em formações discursivas opostas. Na figura 1, a postagem é marcada com a hashtag “#QuemMandouMatarMarielle” para divulgar a fala da atual ministra da igualdade racial, Anielle Franco, irmã da vereadora Marielle Franco, e reforçar o clamor por justiça em relação ao assassinato de Marielle. Na figura 2, a postagem faz circular o enunciado “Quem Mandou matar Jair Messias Bolsonaro?!” , solicitando às autoridades, a partir da sugestão de Romeu Zema, governador de Minas Gerais, para que se investigue o atentado contra o ex-presidente Jair Bolsonaro. Nestes dois materiais, podemos observar como estes enunciados circulam, produzindo efeitos de sentido em torno de eventos políticos e demarcando a formação discursiva no qual o sujeito do discurso se inscreve.

Figura 1: Postagem com a hashtag #QuemMandouMatarMarielle.

Mídia NINJA @MidiaNINJA • 14 de mar de 2024

A ministra de Igualdade Racial é irmã de Marielle Franco, @aniellefranco , fez uma fala potente com a voz embargada no ato em memória de Marielle e Anderson desta forma quinta-feira.

Justiça por Marielle!

#MariellePresente #QuemMandouMatarMarielle

Fonte: X



Figura 2: Postagem com a pergunta “Quem mandou matar Jair Messias Bolsonaro?”

Mídia Livre Seguir

Quem mandou matar Jair Messias Bolsonaro?!  
UM APELO AOS BONS POLICIAIS:  
INVESTIGUEM!  
Reitero a sugestão ao governador  
[@RomeuZema](#): diante da flagrante  
desonestidade intelectual dos  
encarregados pelo inquérito na PF, reabra  
o caso (ocorrido em seu estado) e, com  
a polícia de MG, esclareça esse crime  
absurdo!

Fonte: X

Na figura 3, podemos observar como, novamente, o enunciado/hashtag em análise está textualizando um gesto de denúncia. Na postagem da cartunista Laerte, lemos: “Quem matou, quem mandou matar Marielle – e por quê? Queremos saber. 1.406 dias.”. Na figura 4, a postagem da jornalista Eliane Brum repete esta mesma estrutura em torno da pergunta, apresentando a contagem dos dias e acrescida do “por quê?”. Nesta sequência, chegamos, então, a um material em que os enunciados/hashtags entram em confronto. Uma das respostas à postagem de Eliane Brum é composta apenas por perguntas que replicam a mesma estrutura, como um eco distorcido: “Quem mandou matar Sérgio Moro é porque? Quem mandou matar Bolsonaro e porque?”<sup>6</sup>. Dadas as condições de produção desse enunciado, podemos entender que a repetição dessa estrutura trabalha para equiparar os acontecimentos, circunscrevendo outras figuras políticas (Bolsonaro e Moro) na posição discursiva de vítimas de um crime político.

Figura 3: Postagem com a pergunta “quem mandou matar Marielle – e por quê?” e a contagem de dias.

Laerte  
@LaerteCoutinho1

Quem matou, quem mandou matar Marielle - e por quê?  
Queremos saber.  
1.406 dias.

Fonte: X

Figura 3: Postagem com o jogo parafrástico (Marielle &gt; Sérgio Moro &gt; Bolsonaro).

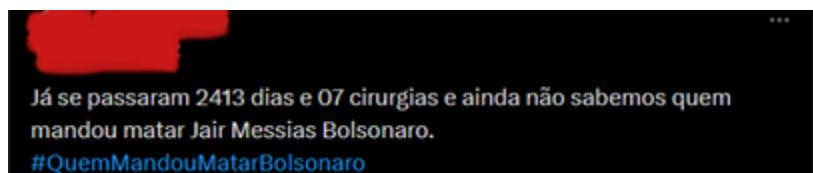
<sup>6</sup> Transcrevemos o enunciado sem alterações, tal como está escrito no post.



Fonte: X

Na figura 5, chamamos atenção para o modo como a pergunta/hashtag/denúncia enunciada em favor da justiça por Marielle é parafraseada também em outros de seus termos: “já se passaram 2413 dias e 07 cirurgias e ainda não sabemos quem mandou matar Jair Messias Bolsonaro”. Neste enunciado, o número de cirurgias a que Bolsonaro foi submetido após sofrer seu atentado comparece como marca de legitimação de sua posição como vítima, como forma de acentuar sua posição em relação ao caso Marielle. O efeito de sentido produzido é de que o caso Bolsonaro carrega maior gravidade, uma vez que pode ser contado não apenas em relação ao tempo transcorrido, como também em relação ao número de cirurgias às quais a “vítima” foi submetida.

Figura 5: Postagem com a hashtag #QuemMandouMatarBolsonaro.



Fonte: X

Finalmente, Na figura 6, temos a textualização dessa série em outras condições de produção: quando as investigações chegaram à resolução a respeito de seus mandantes; nesta postagem, o sujeito do discurso agradece a Deus pela resolução do caso Marielle (que ainda segue em curso), aproveitando o gancho para dirigir críticas à esquerda que não teria ficado satisfeita, pois o mandante do assassinato “não foi quem eles queriam que fosse”. Arrematando a sequência, o sujeito do discurso replica a estrutura da pergunta, alterando o sujeito vitimado, tal como nos outros materiais analisados: “Agora, o Brasil quer saber: Quem mandou matar Bolsonaro?”. Reforça-se, portanto, a imagem de vítima atribuída ao sujeito político Bolsonaro, pois, nessa construção, a justiça seria também sua alvo, já que estaria em atraso com a resolução de seu caso, ao mesmo tempo em que solucionou o caso de uma figura política do campo oposto. Na “concorrência pelo primado da vítima”, a imagem do líder-vítima é construída justamente em torno de sua vulnerabilidade e seu desprestígio em comparação aos seus oponentes.

Figura 6: Postagem com a pergunta “Quem mandou matar Bolsonaro?”.



Zucco

@deputadozucco

Seguir

Graças a Deus, o Brasil já sabe quem mandou matar a Vereadora Carioca, Marielle Franco.

Sabe porque a esquerda não está comemorando? Porque o mandante do assassinato, não foi quem eles queriam que fosse.

Agora, o Brasil quer saber: QUEM MANDOU MATAR BOLSONARO?

Queremos saber.

Fonte: X

Tendo em vista os materiais recortados nesta análise, recorremos, novamente a Orlandi (2023, p.49). Ao descrever o funcionamento da “guerra de sentidos” promovida pelo bolsonarismo, a autora reflete que a argumentação consiste em “destruir os sentidos que os confrontam”, e, ainda, “se substituir a essas formações discursivas, com que se confrontam, visando construir a dominância de “seus” sentidos nos processos de significação”. Este é um funcionamento que parece descrever justamente este modo de argumentação, a partir da textualidade seriada e do aporte do dispositivo vitimário, observado no confronto entre enunciados aqui analisado. Neste sentido, é possível afirmar que enunciados como “quem matou Moro?” ou “quem matou Bolsonaro” procuram “se substituir” à pergunta “quem mandou matar Marielle?”, produzindo nesse deslocamento um efeito de sentido de que os casos seriam equiparáveis e, ainda, de que o clamor por justiça em relação ao crime contra Marielle estaria sendo privilegiado em relação a outros casos de violência sofrido por outros sujeitos políticos. Ecoando Orlandi, podemos concluir, portanto, que tal argumentação, fundamentada pelo rancor vitimário, se constrói em “um processo de eliminação do outro, pela deslegitimação, pelo silenciamento, pela dessignificação.” (ORLANDI, 2023, p.49). Nesta guerra de sentidos, a serialização funciona, portanto, como um modo de apagar/silenciar os sentidos de um enunciado que se filia a uma formação discursiva distinta.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, pudemos demonstrar como se produz um discurso de deslegitimização da gravidade e da urgência da pergunta/denúncia “Quem mandou matar Marielle?” a partir das respostas parafrásticas “Quem mandou matar Bolsonaro?” e “Quem mandou matar Sérgio Moro?”. Este modo de textualização, no interior de uma “batalha de hashtags”, foi aqui compreendido à luz do fenômeno que Giglioli descreve como “a concorrência pelo primado da vítima”. Em outras palavras, a variação nessa formulação mostra que, mais do que um deslize de sentido (de Marielle para Bolsonaro, de uma formação discursiva progressista para uma bolsonarista), o que emerge é um sentido de deslegitimização do crime contra Marielle a partir de um deslocamento que situa estes sujeitos políticos (Bolsonaro, Moro) numa disputa pela posição imaginária de vítima. E isto ocorre porque, conforme afirma Giglioli (2020, p.12), alcançar certa posição vitimada representaria uma “uma casamata, uma fortificação” no debate político.



Assim, é interessante notar que o argumento que opera em “Quem mandou matar Bolsonaro?” (e suas derivações) não se dá pela lógica, até porque os episódios ocorridos com Sério Moro ou com o ex-presidente nem de longe são comparáveis ao crime contra Marielle Franco. De fato, no confronto ideológico, não é a coerência que produz sentidos, mas a ideologia, que faz parte do processo de identificação do sujeito e, portanto, “não se aprende e nem pode ser mudada a nosso bel prazer” (ORLANDI, 2023, p.43). Estas perguntas, então, textualizadas seriadamente nesta batalha, jogam mesmo com a *perda de sentido*, com o *insignificante*<sup>7</sup>, produzindo efeitos que superam a comprehensibilidade ao colocar Bolsonaro como uma vítima – em detrimento de Marielle Franco –, ao passo em que reforçam um imaginário ideologicamente construído e materializado pelo rancor *vitimário dos vencedores* de que, na verdade, seriam os representantes da esquerda ou dos direitos humanos os verdadeiros algozes de nossa história.

## REFERÊNCIAS

- DIAS, Cristiane. Textualidades seriadas: entre a repetição, a regularização e o deslocamento, o caso dos memes. **Revista de la Sociedad Argentina de Estudios Lingüísticos**. 2019.
- GIGLIOLI, Daniele. **Crítica da Vítima**. Belo Horizonte, MG: Editora Âyiné, 2020.
- PAVEAU, Marie-Anne. **L'analyse du Discours Numérique**. Dictionnaire des formes et des pratiques. Paris: Hermann Éditeurs, 2017.
- PEREIRA, Deborah Danny da Silva. **Funcionamento discursivo das hashtags**: um olhar para a #somostodos. (82 p.) Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 2018.
- ORLANDI, Eni. **Argumentação e Análise de Discurso**: conceito e análises. São Paulo, SP: Editora Pontes, 2023.

---

<sup>7</sup> Orlandi (2023) entende que o insignificante são os discursos “sem eira nem beira”.



## RESISTÊNCIA: UM OÁSIS NO DESERTO DO DISCURSO DE ÓDIO

Thiago Alves França<sup>1</sup>

*Universidade do Estado da Bahia (UNEB)*

### RESUMO

Neste texto, a partir da Análise de Discurso materialista, retomam-se algumas discussões realizadas pelo autor acerca do discurso de ódio. Em seguida, apresentam-se algumas considerações sobre a construção do *corpus*, composto por quatro Sequências Discursivas que retomam uma postagem específica realizada no Facebook. Sobre esse material, que aponta a relação interdiscursiva entre a Formação Discursiva do discurso de ódio e uma Formação Discursiva político-partidária, desenvolvem-se alguns gestos de análise, destacando como as Sequências Discursivas textualizam discursos de resistência ao discurso de ódio, pensando a resistência como aquilo que se produz a partir de falhas no ritual ideológico, sem necessariamente atribuir tais práticas ao voluntarismo de sujeitos.

**Palavras-chave:** Discurso de ódio. Resistência. Posições de sujeito.

### RESUMEN

En este texto, basado en el Análisis materialista del Discurso, se readunan algunas discusiones mantenidas por el autor sobre el discurso de odio. A continuación, se presentan algunas consideraciones acerca de la composición del corpus, compuesto por cuatro Secuencias Discursivas que retoman una publicación específica realizada en Facebook. Sobre este material, que señala la relación interdiscursiva entre la Formación Discursiva del discurso de odio y una Formación Discursiva político-partidista, se desarrollan algunos gestos de análisis, destacando cómo las Secuencias Discursivas textualizan los discursos de resistencia al discurso de odio, pensando en la resistencia como aquella que se produce a partir de fallos en el ritual ideológico, sin necesariamente atribuir tales prácticas al voluntarismo de los sujetos.

**Palabras clave:** Discurso de odio. Resistencia. Posiciones de sujeto.

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

“Posso eu, sem armas, revoltar-me?”  
(Carlos Drummond de Andrade)

Durante meu processo de doutoramento, desenvolvendo minha tese, analisei diferentes Sequências Discursivas<sup>2</sup> que materializavam o discurso de ódio e/ou que discursivizavam sobre ele.

<sup>1</sup> Professor Adjunto da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Doutor em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: thiagufsa@gmail.com

<sup>2</sup> As Sequências Discursivas resultam da tomada de posição do analista. Posso dizer que, no caso deste trabalho, quando os comentários selecionados foram referidos às suas condições de produção, esses comentários foram “convertidos” em Sequências Discursivas. A noção de discurso apresentada por Pêcheux ([1976] 2012) também colabora para uma definição possível de Sequência Discursiva, que seria “[...] uma sequência linguística de dimensão variável, geralmente superior à frase, referida às condições que determinam a produção dessa sequência em relação a outros discursos”



Aqui, especificamente, eu retomo alguns pontos importantes do que tenho desenvolvido sobre discurso de ódio desde a tese, faço considerações acerca da especificidade da composição de meu *corpus analítico* (apresentado no próximo tópico), e desenvolvo, a partir da Análise de Discurso materialista, alguns gestos de interpretação em relação a este material, destacando o funcionamento de um certo discurso que produz efeito de resistência, que tenta “educar” e/ou problematizar em relação ao discurso de ódio produzido no Facebook por sujeitos identificados com determinada posição do que se conhece, na fala cotidiana, como “espectro político”.

Eu disse, mais de uma vez, no texto da tese, sobre a ausência de uma noção discursiva de discurso de ódio, embora existam noções mais ou menos estavelmente formuladas em outros domínios, como o do Direito (FRANÇA, 2019a). Pelo caminho percorrido para a produção da tese, pude formular uma noção de discurso de ódio. Com a minha formulação, não tive nem tenho nenhuma pretensão de querer ser definitivo, e não por modéstia, mas por entender que todo dizer, isto é, toda formulação é disciplinada por determinadas condições, e que estas lhe impõem, inclusive, limites. A maneira como acessei o Facebook, o modo como tomei-o enquanto Arquivo, a própria constituição do campo discursivo de referência (Courtine [1981] 2014, p. 54) de onde selecionei enunciados que foram lidos como Sequências Discursivas, tudo isso dizia e segue dizendo sobre a especificidade de um trabalho que só pode formular uma noção também “particular” de discurso de ódio.

A noção que formulei (FRANÇA, 2019a), e com a qual sigo lidando (FRANÇA 2019b; 2019c; 2021a; 2021b; LIMA; FRANÇA, 2023), fazendo pequenas alterações aqui e ali conforme variam os materiais analisados e se ampliam as descobertas teóricas, é de discurso de ódio como um processo produzido na relação entre as posições A e B da Formação Discursiva do discurso de ódio, e que é caracterizado por dois movimentos: a desumanização<sup>3</sup> do outro (o que se dá a partir de um jogo imaginário/ideológico) e a naturalização do tratamento “adequado” ao outro já desumanizado. Então, quando, numa análise, um determinado enunciado que discursivize sobre um tratamento violento contra o outro puder ser associado a um jogo imaginário/ideológico por meio do qual a dignidade desse outro vai sendo subtraída até fazer dele algo distinto, indesejado, desumano, aí é possível falar, segundo minha reflexão, em discurso de ódio.

Quando falo em A e B para dizer sobre sujeitos do discurso de ódio, estou me referindo a como Pêcheux ([1969] 2010) pensou a representação dos lugares em determinada estrutura de uma formação social. Segundo ele, os lugares A e B não devem ser confundidos com propriedades individuais. Pêcheux ([1969] 2010) fala, então, em pontos A e B quando define discurso como “efeito de sentidos”; discurso como um efeito de sentidos que se produz entre os pontos A e B, protagonistas do discurso. Como essa noção de discurso é formulada como um modo alternativo de

---

(PÊCHEUX, [1976] 2012, p. 214). Ainda, em certo sentido, Sequências Discursivas podem ser pensadas como “unidades” de análise, que, em conjunto, compõem o material analítico.

<sup>3</sup> O que estou chamando de desumanização é resultante de um processo imaginário/ideológico por meio do qual o outro é interpretado como indesejável. Então, com essa designação, pretendo destacar que um certo “pacto” de ver o outro como semelhante, por isso digno e respeitável, é quebrado. Também é importante, nessa compreensão, a definição de Rego (2014, p. 7), para quem a desumanização refere-se ao “[...] conjunto de discursos e práticas violentas que tentam, dentro das relações de opressão, apresentar determinados seres como não-participantes da ‘mesma humanidade’ dos outros. Essa distinção, em princípio, serviria para justificar a violência contra aqueles que não fazem parte do modelo de humanidade adotado”.



pensar o esquema comunicacional/informacional<sup>4</sup>, mas fugindo das aporias que ele traz consigo, os pontos A e B não são nem fixos nem representam atividade e passividade; correspondem, na verdade, a uma maneira de se referir a posições igualmente importantes (protagonistas) e que podem ser, em tese, intercambiáveis.

Especificamente pensando o processo do discurso de ódio, e entendendo que o efeito de desumanização se (re)produz vinculado a um movimento desse processo, estou chamando de ponto A o sujeito a quem, analiticamente, afirmo que é o desumanizador, e de ponto B, o sujeito a quem estou chamando de desumanizado. Essas duas posições são maneiras de constituir-se como sujeito do discurso de ódio no processo discursivo vinculado à Formação Discursiva do discurso de ódio.

Pela especificidade da composição do Arquivo com o qual trabalhei, foram bastante regulares textos que discursivizavam sobre a política institucionalizada e sobre políticos. Dito de modo mais direto, o discurso de ódio era produzido motivado também por aspectos dessa política e/ou dirigido contra políticos. O *corpus* que compus e analisei na tese apontava, muito regularmente, que a posição A – de sujeito do discurso de ódio – é ocupada por sujeitos digitais que, político partidariamente falando, tornam-se sujeitos também em diferentes posições do chamado “espectro político”.

Na tese, já aludida algumas vezes, eu chamava de “usuários-sujeitos” os sujeitos que postam no Facebook. No entanto, depois, pareceu-me que o significante “usuário” poderia sugerir um momento anterior ao da interpelação ideológica, o que não seria adequado, considerando o pressuposto de que todo indivíduo, na verdade, é sempre já-sujeito (ALTHUSSER, [1969] 2008). Aqui, então, também tentando evitar essa aparente dificuldade que “usuário” supostamente produz, estou preferindo chamá-los de sujeitos digitais.

Sujeito digital é aquele sujeito que, interpelado pelo digital, torna-se sujeito da/na cultura digital, realizando práticas nessa dimensão, o que é uma possibilidade advinda tanto da digitalização da realidade quanto da massificação do acesso à Internet. Decido, como eu disse, não falar simplesmente “usuário” por compromisso com a tese althusseriana, que é um pressuposto da Análise de Discurso, segundo a qual somos sempre já-sujeitos, isto é, o sujeito (sempre já interpelado) torna-se ainda sujeito em outras posições. Com essa decisão, pretendo poder chamar atenção para o fato de que sujeitos interpelados em sujeitos digitais tornam-se ou podem se tornar sujeitos também do discurso de ódio, mas que não há uma sobreposição necessária entre ser sujeito digital e ser sujeito do discurso de ódio.

Uma “descoberta” analítica da tese foi que o discurso de ódio pode ser produzido não só por sujeitos de (extrema)Direita, mas também por sujeitos de Esquerda. Sendo assim, eu disse, na tese, que a Formação Discursiva político-partidária podia ser compreendida como interdiscurso (específico)<sup>5</sup> (COURTINE [1981] 2014) da Formação Discursiva do discurso de ódio, de modo que eu tratou sobre um ódio que se manifestava à Direita e também à Esquerda.

<sup>4</sup> Esquema insuficiente para a Análise de Discurso, criticado por Pêcheux ([1969] 2010), cujo funcionamento pressupõe que a mensagem resulta do seguinte processo: “alguém fala, refere alguma coisa, baseando-se em um código, e o receptor capta a mensagem, decodificando-a” (ORLANDI, 2002, p. 21).

<sup>5</sup> Em Análise de Discurso, há duas grandes maneiras de compreender o interdiscurso. Uma, mais teórica, filosófica, segundo a qual o interdiscurso é esse “lugar” anterior e anônimo que condensa e (in)disponibiliza o que foi dito, esse todo complexo do qual a Formação Discursiva é uma “região”; e outra, mais operacional, sendo neste último que se pode falar no interdiscurso específico de uma Formação Discursiva, pensando interdiscurso não numa totalidade abstrata, mas em Formações Discursivas que se avizinharam, dando contorno e até especificidade à Formação Discursiva que está sendo posta em análise.



Eu disse que, nesse sentido, o discurso de ódio produzido por sujeitos digitais que são também sujeitos político-partidários que, por exemplo, podem se identificar com a Direita ou com a de Esquerda<sup>6</sup>, em relação aos dois movimentos que descrevi – a desumanização, mas também a perda de piedade animal<sup>7</sup> (ARENNDT, [1963] 1999), e a naturalização do desejo pela morte do outro – funciona, em alguns aspectos, da mesma maneira. Como nos disse Aguinis (2003, p. 18), “nada se parece mais a un hombre enfurecido que otro hombre enfurecido”.

Existe, contudo, uma diferença (eis o “oásis”) que, aqui, vou destacar, e que diz respeito ao modo como reagem alguns sujeitos digitais subjetivados como sujeitos de Esquerda diante do discurso de ódio produzido por seus pares, isto é, por outros sujeitos digitais que, politico-partidariamente, se subjetivam também como sujeitos de Esquerda. O que estou afirmando é que existe, em relação a determinados sujeitos digitais politicamente subjetivados como de Esquerda, uma não identificação<sup>8</sup> com a posição de sujeito do discurso de ódio, mais precisamente, uma não identificação com a posição A (desumanizador), o que os leva a uma reação contrária à manifestação do discurso de ódio quando produzido por sujeitos digitais que, concomitantemente, são sujeitos em posição de Esquerda. Isso não quer dizer que tal reação seja impossível para, por exemplo, sujeitos digitais de Direita, mas não houve ocorrências na textualidade que acompanhei nas postagens do Facebook. Nas publicações que, por exemplo, pediam a morte dos petistas, não encontrei, entre os sujeitos digitais de Direita, reações como as que apresentarei na rede a seguir, composta por quatro Sequências Discursivas.

## 1 SOBRE O CORPUS E SUAS CONDIÇÕES DE COMPOSIÇÃO

Fiz, na tese, uma reflexão sobre a especificidade do material com o qual eu estava lidando. Havia, como é necessário, uma ressalva, que é, antes, um pressuposto teórico para a Análise de

<sup>6</sup> Um modo de entender Esquerda e Direita, a partir de Bobbio (2011, p. 123) – para quem “a distinção entre esquerda e direita refere-se ao diverso juízo positivo ou negativo sobre o ideal da igualdade” – diz sobre a maneira como estas se relacionam com sujeitos subalternizados, ou, simplesmente, com as minorias políticas. Nesse aspecto, há algo importante de destacar, que é a presença de uma “memória ferida” (FRANÇA, 2019a, a partir de Ziegler, 2011) na produção de discurso de ódio. A memória ferida aponta para a sistematicidade da violência contra grupos específicos; há grupos historicamente mais vulneráveis, afastados para as bordas da marginalidade. Não há reversibilidade provável, o que quer dizer que as minorias políticas são sempre as mesmas minorias políticas. Então, a vulnerabilidade de uma minoria constituída como sujeito do discurso de ódio na posição B (desumanizado) não é a mesma a que está exposta uma não minoria, mesmo que também sofrendo o discurso de ódio na posição B. Essa memória sistemática da dor produzida estruturalmente contra alguns – e são sempre os mesmos, as minorias – exige de mim que eu faça esta ressalva: os procedimentos podem ser os mesmos, independentemente de quem seja o sujeito digital desde que constituído como sujeito na posição B da Formação Discursiva do discurso de ódio, mas a gravidade, o risco e a possibilidade de que essas práticas virtuais avancem além do *on-line* não são indiferentes ao fato de o alvo ser ou não uma minoria política. Nossa história tem nos mostrado que nossa violência é, sim, amplamente tolerada, desde que disparada contra alvos específicos, e nós sabemos quem são os alvos preferenciais.

<sup>7</sup> Arendt ([1963] 1999) refere-se à “piedade animal” como aquilo que experimenta “todo homem normal em presença do sofrimento físico” (ARENNDT, [1963] 1999, p. 122). A autora pergunta-se sobre como, em algumas circunstâncias, é possível superar essa “característica”. Bauman ([1989], 1998), por sua vez, comentando o Estado nazista, refere-se a Arendt para afirmar que o regime nazista conseguiu superar a “piedade animal”, isto é, “conseguiu superar o mais formidável obstáculo ao extermínio sistemático, proposital, não emocional e a sangue-frio de pessoas, velhos e jovens, homens e mulheres” (BAUMAN, [1989] 1998, p. 146). Superar a piedade animal implica, portanto, estar em um estado de anestesia em relação à “dor” do outro.

<sup>8</sup> Decidi não falar em “desidentificação”, porque entendo que essa modalidade de tomada de posição subjetiva, sobre a qual nos fala Pêcheux ([1975], 2009, p. 201), pressupõe uma identificação anterior com a posição com a qual se rompe. Não é o caso, ou, pelo menos, não é possível afirmar. Ver, também, a nota 10.



Discurso materialista: os discursos são processos, cujos início e fim são improváveis/impossíveis de recuperar e definir. Mas também havia uma especificidade daquilo que eu selecionava a partir do que era o possível da seleção, que teve como ponto de partida o meu perfil no Facebook. Na época, eu não falei sobre algoritmos, mas era sobre isso que, sem nomear, eu me referia: uma espécie de conformação do possível de (não)ser acessado, como que uma configuração específica para meu perfil, que criava uma realidade por ser vista/acessada e, então, selecionada para a análise. Em certo sentido, houve uma sobredeterminação do tecnológico em relação ao Arquivo com o qual lidei.

Mais de uma vez, no texto da tese, eu esclareci sobre minha noção acerca da parcialidade do que selecionei e analisei. Falava sobre o fato de acessar mais umas páginas que outras, de ter mais amigos com tais características que outras, de maneira que o que chegava até mim dizia muito sobre o modo como eu fui configurando a minha conta (mas também sobre o modo como ela foi sendo configurada) e as relações que ali se estabeleciam. Isto é, o que chegava (e, principalmente, o que continuou chegando) até meu *Feed* de notícias, mesmo quando não era de minha autoria, poderia muito bem ter sido.

O que estou dizendo também aqui é que é muito regular que eu me relate por identificação ao que é postado nas páginas que sigo, nos grupos dos quais faço parte, e em relação ao que postam meus amigos seguidos. Isso tudo, de alguma forma, regulou o que eu vinha selecionando para constituir o *corpus* da tese<sup>9</sup>. De alguma maneira, o material que apresento abaixo também pode estar relacionado à homofilia<sup>10</sup> de/em minhas relações.

As Sequências Discursivas abaixo correspondem a comentários reativos de sujeitos digitais de Esquerda, que orientam seus pares, outros sujeitos digitais de Esquerda. Todos esses enunciados foram produzidos na textualidade de uma postagem feita pela página “Esquerda Progressista”, no Facebook, em 13 de abril de 2018, que replicava uma reportagem do site “globo.com”, que tratava da entrada do então deputado federal Jair Bolsonaro no hospital, depois de ter passado mal. Vejamos as Sequências Discursivas:

(1) Não tenho qualquer apreço pelo cidadão em questão; pelo contrário. Mas desejar a morte de alguém é praticar o mesmo discurso de ódio que alguns dos seguidores dele [Bolsonaro] praticam. Entendi sua consternação, mas acredito que temos outras formas de demonstrar inconformismo com o cenário político. Discurso de ódio não traz vantagens.

(2) Pessoa, vamos parar c isso! Não somos fascistas como eles... deixa o ódio p quem tem! Diferentemente deles, não vamos invadir dessa forma a integridade

<sup>9</sup> A composição do material a partir do espaço virtual traz questões específicas que precisam ser encaradas por analistas de discurso. “Como lemos afetados pela produção seriada (e algoritmizada) das textualidades?”, nos pergunta Dias (2023, p. 261). A autora chama a atenção para o espaço que as “máquinas algorítmicas” ocupam, hoje, nessa construção de uma nova perspectiva de leitura. Não acredito que este meu texto traga respostas a essa pergunta, mas ele apresenta sintomas dessas questões, com as quais nós, analistas de discurso, vamos tendo que lidar. Se o modo como se lê, se interpreta, se comprehende o mundo está sempre condicionado (ainda que o que condiciona possa variar consideravelmente), como temos lido o que se produz no digital, sendo, nós mesmos, sujeitos interpelados como sujeitos também nesses espaços digitais?

<sup>10</sup> Por homofilia, Recuero (2012) refere-se ao efeito de homogeneidade que a afinidade entre sujeitos digitais produz. Homofilia diz respeito, então, ao que se tem chamado, em discussões sobre sites de redes sociais, de “bolhas”, cuja especificidade é aproximar sujeitos digitais com posicionamentos, por exemplo, políticos semelhantes e afastar os diferentes (FRANÇA; GRIGOLETTO, 2018).



deles, como cansam de fazer com o lado de cá! Se usarmos as mesmas armas deles, em nada seremos superiores; estamos igualados a eles!

(3) Eu não me rebaixo ao nível dele. Não desejo a morte de ninguém, nem a dele, apesar dele ser um ser que merece repúdio.

(4) Fazer troça com problema de saúde não é correto, gente. Seja quem for!

## 2 GESTOS DE ANÁLISE

As duas primeiras Sequências Discursivas da rede retomam diretamente um comentário específico, produzido no Facebook. Como farei algumas considerações sobre ele, pô-lo-ei em destaque:

Ele [Jair Bolsonaro] podia morrer. Não estou nem desejando sofrimento nem nada semelhante, apenas que ele morresse antes das eleições para que pudéssemos ter um futuro, uma esperança.

O sujeito digital afirma que Jair Bolsonaro “podia morrer”, no sentido de que seria bom que ele morresse. O modo como o sujeito dá seguimento à sua postagem mostra que existe um certo desconforto com a posição A do sujeito do discurso de ódio, a posição de desumanizador. Ele se explica, dizendo que não está “nem desejando sofrimento nem nada, apenas que ele morresse antes das eleições”. Parece-me que o ritual que produz o sujeito do discurso de ódio, o ritual ideológico, apresenta indícios de sua falha nessa Sequência Discursiva. É importante destacar esse aspecto, porque, na falha, na quebra do ritual ideológico, reside a possibilidade de resistência (PÊCHEUX, [1982] 1990).

Para falar sobre a falha, preciso dizer, explicitamente, o que estou entendendo como funcionamento regular, isto é, sem falha mostrada. Na tese (FRANÇA, 2019a), mostro como é regular que o sujeito digital constituído como sujeito do discurso de ódio na posição A se sinta autorizado para desumanizar e verbalizar o desejo pela morte do outro (B) sem usar artifícios, porque o efeito da perda da piedade animal e o jogo imaginário que antecedem essa verbalização funcionam de duas formas diferentes: como autorizador da violência contra o outro, e como forma de preservação da autoimagem positiva. Sendo assim, na posição A (desumanizador), o sujeito do discurso de ódio não precisa apresentar “desculpas”, porque elas o acompanham e o antecedem.

No caso do comentário, falo em falha no ritual, porque o sujeito digital parece precisar justificar por que deseja a morte, e dizendo que não se trata de tortura ou de causar dor ao outro (“nem sofrimento, nem nada”). É preciso dizer, com todas as letras, para que esse desejo de morte do outro não macule a autoimagem positiva do sujeito, que só deseja a morte de Bolsonaro para que “pudéssemos ter um futuro, uma esperança”. É um motivo digno, e que é apresentado como um bem coletivo. Nesse sentido, esse comentário remonta a uma série de Sequências Discursivas que, na tese, eu discuti e que justificavam a morte de petistas em nome de nacionalismo, da defesa da sociedade e da família (FRANÇA, 2019a). Ou seja, o ódio, já metamorfoseado, é tornado elevado, nobre (LIICEANU, 2014), por isso, palatável e aceito.

Diferente da série à qual eu me referi no parágrafo acima, no comentário em tela, existe, parece, um esforço do sujeito digital em não ser reconhecido como sujeito do discurso de ódio (na



posição A). Ou seja, o ritual ideológico que é responsável pela imagem de desumanização do outro, e que, pela discussão que faço também na tese, cria terreno, isto é, autoriza toda sorte de violências contra o outro, esse ritual parece ter falhado, e falhado justamente porque o imaginário não bastou enquanto argumento. Foi ainda necessário que o sujeito dissesse, em outras palavras, que desejar a morte de Bolsonaro não significaria “bem isso o que a gente estava pensando”. Há, então, segundo comproendo, no comentário em tela, uma contraidentificação<sup>11</sup> desse sujeito digital, que entra em atrito com o autorizado pela posição A na Formação Discursiva do discurso de ódio. Embora contraidentificado, é ainda como sujeito do discurso de ódio que o sujeito digital posta seu comentário.

Tenho pensado que a contraidentificação não é algo que se realiza originalmente em uma Formação Discursiva, internamente, ainda que a pensemos como porosa (INDURSKY, 2007). O que se chama de contraidentificação seria, antes, efeito de alguns “ecos” que se realizam em uma dada Formação Discursiva (no caso, a do Discurso de ódio), mas que são devidos a outras identificações que constituem o “indivíduo” em sujeito em outras posições, em outras Formações Discursivas. Um sujeito digital, por exemplo, para (re)produzir discurso de ódio, constitui-se como sujeito numa Formação Discursiva do discurso de ódio, mas também pode ser sujeito numa Formação Discursiva religiosa, Humanista, ou tensionar com elas, entre outras.

Pensando no comentário, o desconforto que o sujeito digital experimenta na relação conflituosa com o saber possível de uma Formação Discursiva do discurso de ódio deve-se, nesse exemplo, à identificação com outra Formação Discursiva. Então, o indício que se tem para que se fale sobre contraidentificação seria o que, na Formação Discursiva do discurso de ódio, ecoa produzindo efeitos, mas sendo “originário” de outra Formação Discursiva, a religiosa cristã, e/ou, na falta de um nome melhor, uma Formação Discursiva humanista, que poderia ser caracterizada pelo zelo com a dignidade do outro, por exemplo. E, aqui, é interessante pensar o gesto de resistir como aquilo que se faz aproveitando “todas as brechas, rachaduras, abertas pela discursividade e, nesses espaços, tecer sentidos/discursos outros possíveis. E é justamente pelas fendas abertas/deixadas pela dominação que o resistir se molda” (PRUINELLI, 2020, p. 255).

Nessa direção, é por levar a sério, ou melhor, por ser afetado por outros saberes, por exemplo, o mandamento do “não matarás” ou mesmo o “Ama a teu próximo como a ti mesmo” – que, segundo Freud ([1930] 1996, p. 149), “constitui a defesa mais forte contra a agressividade humana e um excelente exemplo dos procedimentos não psicológicos do superego cultural” – que, vinculando-se à Formação Discursiva do discurso de ódio, o sujeito digital autor do comentário precisa pedir desculpas ou verbalizar atenuantes para desejar a morte do outro. Contraidentificado, então, é o sujeito que, em uma posição x, é “flagrado” ressoando saberes conflituosos em relação a x em uma dada Formação Discursiva, mas que são devidos à sua identificação com posições y, z etc. em outra Formação Discursiva.

<sup>11</sup> Pêcheux ([1975] 2009) nos fala sobre a identificação, a contraidentificação e a desidentificação, que são três modalidades, isto é, três modos de o sujeito se relacionar com uma Formação Discursiva. A primeira modalidade diz sobre o sujeito que entra em concordância com os saberes da Formação Discursiva em relação à qual ele se torna sujeito; na segunda modalidade, diferente da primeira, a concordância é “arranhada” por algum tipo de estranhamento, que pode se manifestar sob a forma do distanciamento, da dúvida, do questionamento, da contestação etc. Nesse caso, o sujeito, embora permaneça no “terreno” da Formação Discursiva, experimenta algum tipo de “desconforto” em relação aos saberes ali organizados/disponibilizados. A terceira modalidade nos diz sobre o “trânsito” do sujeito, que deixa de se vincular a uma Formação Discursiva, tornando-se sujeito de uma outra. Isso significa que esse “trânsito” não corresponde a um ato de liberdade radical do sujeito, como que alheio ao ideológico; na verdade, a desidentificação já supõe a interpelação ideológica do sujeito como sujeito de uma outra Formação Discursiva.



Retomando para prosseguir: essa falha no ritual ideológico (no caso, da constituição do sujeito digital em sujeito na posição A da Formação Discursiva do discurso de ódio) é o que possibilita algum tipo de movimento do sujeito (no caso, a contraidentificação com a referida Formação Discursiva) em relação ao saber de uma dada Formação Discursiva. Para a Análise de Discurso materialista, isto pode ser compreendido enquanto efeito de resistência, o que não significa, é importantíssimo dizer, que se trate sempre e necessariamente de um ato voluntário e/ou consciente, inclusive incompatível com o modo não subjetivo de pensar o sujeito, que caracteriza a Análise de Discurso materialista (PÊCHEUX, [1975] 2009).

Passemos, agora, às Sequências Discursivas. Como eu havia dito, a Sequência Discursiva “1” funciona como uma réplica ao comentário sobre o qual eu falava há pouco. Trata-se de um “puxão de orelha”, um alerta de um sujeito digital que está, político-partidariamente, na mesma posição do autor do comentário replicado (uma posição de Esquerda), mas que, diferente daquele, não está identificado (ou está contraidentificado) com a Formação Discursiva do discurso de ódio, na posição A.

Destaco que, na Sequência Discursiva “1”, o sujeito digital afirma não ter qualquer apreço por Bolsonaro, o que é uma característica, acredito poder dizer, generalizada, embora não exclusiva, entre sujeitos de Esquerda. Destaco que não ter apreço não significa necessariamente produzir discurso de ódio contra o outro. Então, gostar ou não gostar de um político é perfeitamente possível na vinculação a uma Formação Discursiva político-partidária; é legítimo.

Na Sequência Discursiva “1”, o sujeito entende que o discurso de ódio caracteriza alguns seguidores de Bolsonaro. De alguma forma, embora ele tenda a localizar o discurso de ódio como uma prática de alguns eleitores de Bolsonaro, por isso mesmo, como de (extrema) Direita, ele aponta, pela necessidade de sua intervenção, que alguém da Esquerda também pode produzir discurso de ódio, já que esse sujeito digital autor de “1” identifica como discurso de ódio o que um aliado da Esquerda produz.

Reitero que o discurso de ódio é realizado a partir de uma Formação Discursiva do discurso de ódio, com a qual podem se identificar, entre outros, sujeito digitais que podem ser, político-partidariamente, tanto de Direita quanto de Esquerda, ou que assumam posições outras, possíveis ao longo desse “espectro”. Isso quer dizer que o discurso de ódio não é autorizado por uma posição político-partidária, embora possa ressoar nesta posição; o discurso de ódio não é uma prática político-partidária, ainda que o flagremos em um comentário de um sujeito digital que também indicia, em sua postagem, sua posição política e partidária. A Formação Discursiva político-partidária pode e tende, dadas as Condições de Produção, sobretudo as dominantes quando da seleção do material, a fazer fronteira com a Formação Discursiva do discurso de ódio (sendo esta pensada como interdiscurso específico daquela), mas não é ela mesma, segundo comprehendo, o processo que possibilita a (re)produção do discurso de ódio.

Ao mesmo tempo em que interpreta o discurso de ódio produzido por um aliado, logo depois chamando-o de “consternação”, o sujeito digital, em “1”, orienta seu par no sentido de que existem formas de manifestação que são legítimas e produtivas, o que remete ao ódio frio, de Ziegler (2011), que é uma “sublimação” da violência reativa em atitudes também reativas, mas mais “elevadas”. Ziegler (2011) nos fala, então, de um ódio que se exprime na resistência. Ele não fala apenas de uma resistência. Ele também a chama de ódio, um ódio que se materializa como resistência<sup>12</sup>. “Esse ódio

<sup>12</sup> Durante a qualificação da tese, discutimos, eu e a banca, motivados pelo enunciado “não confunda a reação do oprimido com a violência do opressor”, sobre a pertinência, recuperando a discussão de Ziegler (2011), de chamar de



alimenta hoje uma revolta ética, radical e definitiva, que é tanto afetiva quanto econômica e política” (ZIEGLER, 2011, p. 35).

Entendo que, na Sequência Discursiva “1”, o sujeito digital, embora não sugira quais formas alternativas haveria, vincula-se a essa discussão. O que ele propõe diz mais sobre o que entendemos, em Análise de Discurso, por resistência. E, aqui, cabe recuperar um momento específico da produção intelectual de Michel Pêcheux, que, em “Delimitações, inversões, deslocamentos”, enumera alguns gestos de resistência:

[...] não entender ou entender errado; não “escutar” as ordens; não repetir as litanias ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar os sentidos das palavras e das frases; tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com palavras (PÊCHEUX, [1982], 1990, p. 17).

São, portanto, formas de resistência, entre outras coisas, não fazer o que se espera e desobedecer a uma determinada lógica. Atualmente, quando, muitas vezes, vemos naturalizado que ódio paga-se com ódio, isto potencializado por características do ambiente virtual, mas também por uma certa imagem dominante acerca do espaço virtual (FRANÇA; GRIGOLETTO, 2018) ainda visto regularmente como espaço da expressão máxima da “liberdade de expressão” – e não nos deixa mentir a problemática da regulação das redes sociais – não fazer o que parece já estar naturalizado (isto é, responder ódio com ódio), desobedecer a uma lógica de intolerância, isto é um ato/gesto que produz efeito de resistência. E, mais uma vez, não necessariamente por voluntarismo, nem por um ato conscientemente calculado pelo sujeito, como argumenta Orlandi (2012, p. 231, destaque da autora):

Na falha, ela [a ideologia] se abre em ruptura, onde o sujeito pode irromper com seus outros sentidos e com eles ecoar na história. Condição para que os sujeitos e os sentidos possam ser outros, “fazendo sentido do interior do não sentido”. É a isto que chamo *resistência*. E não ao voluntarismo inscrito em teorias que se sustentam na onipotência dos sujeitos e dos sentidos que mudam à vontade. Somos sujeitos interpelados pela ideologia e é só pelo trabalho e pela necessidade histórica de resistência que a ruptura se dá quando a língua se abre em falha, na falha da ideologia, enquanto o Estado falha, estruturalmente, em sua articulação

---

ódio a reação de alguns povos, ainda que “ódio frio”, o que nos leva também à problematização do ódio de reação de Liiceanu (2014, p. 20.), aquele ódio moral, conforme o autor. De alguma maneira, minha recusa a essa associação deve-se ao sentido dominante de ódio. Sabedor de que memórias a palavra ódio costuma suscitar, a que discursos costuma se filiar – e também, acredito, considerando impactos políticos negativos que a designação assim acabaria por produzir – acabei por recusar a desestabilização proposta sobretudo na designação de Ziegler (2011). Nesse sentido, é importante diferenciar “discurso de ódio de partida” – aquele deflagrado contra alguém “sem motivos”; “discurso de ódio de reação” – a reação violenta à violência sofrida –, e “resistência” (FRANÇA, 2019a, p. 253), que seria ainda uma reação ao discurso de ódio sofrido, mas uma reação que não se baseia na lógica do “chumbo trocado”. Uma reação tal como a que Ziegler (2011) descreve como ódio frio, mas sem a associação à palavra ódio. Um revoltar-se, mas sem “armas”.



do simbólico com o político. Não é, pois, pela magia, nem pela vontade, mas pela praxis que a resistência toma seu lugar.

Na Sequência Discursiva “1”, entende-se que discurso de ódio não é uma forma legítima de demonstrar inconformismo político (“Discurso de ódio não traz vantagens”). Então, mesmo sem formular medidas que seriam adequadas, marca-se a inadequação da reação ao discurso de ódio que produz mais discurso de ódio, isto é, nega-se vincular-se à insensatez que é limpar a mancha de sangue com mais sangue<sup>13</sup>.

A Sequência Discursiva “2” é também uma réplica ao comentário já mencionado. Como em “1”, o discurso de ódio caracterizaria as práticas de outro grupo em relação ao qual o sujeito digital diz-se superior (“Não somos fascistas como eles”). Não reproduzir o discurso de ódio é uma maneira de manter-se diferente de outros sujeitos (“Se usarmos as mesmas armas deles, em nada seremos superiores”), o que não deixa de ser um autoelogio (fascistas são os outros; é o outro quem invade a integridade do adversário).

É interessante que, em “1” e em “2”, os sujeitos digitais leem o discurso de ódio como incompatível para uma posição de sujeito de Esquerda, não obstante o que criticam sejam práticas de sujeitos digitais que são também, além de sujeitos de discurso de ódio, sujeitos de Esquerda.

Assim como em “1”, o sujeito digital autor de “2”, constituído também como sujeito de Esquerda, está sob o efeito da evidência (ou seja, sob efeito ideológico) de que o mal está no outro, sem se dar conta, apesar dos indícios em relação aos quais ele se manifesta, de que a posição de sujeito de discurso de ódio pode ser lugar de identificação de diferentes sujeitos digitais, sem que haja, portanto, um pré-requisito, um condicionante em relação à lateralidade política. Isto é, o discurso de ódio não é uma arma “deles”, mas está disponível para quem com a Formação Discursiva do discurso de ódio se identificar, isto é, para todos que se constituírem como sujeitos na posição A dessa Formação Discursiva.

Na Sequência Discursiva “3”, o sujeito digital entende que desejar a morte de Bolsonaro é tornar-se “baixo” como ele é, e se nega a isso (“Eu não me rebaixo ao nível dele”). Não ser como Bolsonaro é ser elevado, já que ele é baixo, e, aqui, flagramos um complexo jogo imaginário que serve como argumento da diferença e da hierarquização entre as imagens de si e do outro. Mais uma vez, apontar o discurso de ódio como sendo característica de um outro, além de poder ser associado a um efeito de resistência de quem se nega a produzir discurso de ódio, é manter a autoimagem na mais alta conta<sup>14</sup>.

É interessante, na Sequência Discursiva “3”, que se reconhece a baixeza do outro, que, sendo quem é, merece repúdio. Mas, e aqui o autoelogio é marcado, apesar disso tudo (sendo quem é, baixo e mercedor), o sujeito digital, do alto de sua decência e sua civilidade, não deseja nem a morte dele. Talvez não por ser bom necessariamente, mas para não se tornar como aquele a quem critica; para poder seguir dizendo que o outro é mau, e o é na medida que “eu sou bom, como

<sup>13</sup> Aguinis (2003, p. 36) cita Bertha von Suttner: “a nadie se le ocurre borrar una mancha de tinta con tinta ni una mancha de aceite con aceite; pero para las manchas de sangre no se encuentra nada mejor que otra mancha de sangre”. Eis a insensatez.

<sup>14</sup> Uma regularidade que pude observar com o trabalho da tese (FRANÇA, 2019a) foi que o discurso de ódio é interpretado como sendo algo que o outro produz; quando muito, “nós” reagimos ao discurso de ódio do outro. É, portanto, quase sempre posto a uma certa distância, o discurso de ódio; distância suficiente para que não seja maculada a imagem de si.



demonstram meus atos e minha benevolência". Ou seja, o argumento é para que não se amalgamem e, assim, se confundam as imagens de si e a do outro.

Por fim, na Sequência Discursiva “4”, o sujeito digital, como nas demais, reage ao discurso de ódio manifesto por outros sujeitos digitais que, como ele, são também sujeitos político-partidários de Esquerda, mas que, diferente dele, se subjetivam também enquanto sujeitos do discurso de ódio na posição A. Segundo o sujeito digital autor da quarta Sequência Discursiva, independente de quem seja, “fazer troça com o problema de saúde não é correto”. Essa afirmação aponta que o efeito de perda da piedade não se realizou, que o imaginário de desumanização não foi determinante para a prática desse sujeito digital. Uma vez que ele não está identificado como sujeito do discurso de ódio, é possível orientar o outro, já que se vê a uma certa distância. Mais um chamado, portanto, a resistir à lógica cíclica do discurso de ódio.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas quatro Sequências Discursivas agrupadas em rede, encontro reações de sujeitos digitais de Esquerda contra o discurso de ódio produzido por seus pares, isto é, discursos de resistência ao discurso de ódio. Esse alerta que esses sujeitos digitais de Esquerda fazem aos seus pares parece ainda mais importante, porque o discurso de ódio dos pares, no caso, foi produzido contra Bolsonaro, quem, eu afirmei na tese, funciona, muitas vezes, como “garoto propaganda” do discurso de ódio, um incentivador ou mesmo porta-voz, e contra quem pode ser difícil não ceder à insensatez do discurso de ódio.

As Sequências Discursivas analisadas representam uma forma de resistência que consiste na orientação dada por sujeitos de Esquerda a seus pares; é uma forma de resistência se contrapor à tentação de devolver na mesma moeda, ainda mais em um ambiente que, mais regularmente, parece naturalizar o discurso de ódio, como é o espaço virtual, onde, por uma certa relação imaginária, parece ser exacerbado o “fato” de que “la violencia late en nuestra cabeza y en nuestros músculos” (AGUINIS, 2003, p. 19).

Contrapor-se ao ódio, não ceder à reprodução do discurso de ódio é uma tarefa árdua, parece. Não é de pouca importância, entretanto, dizer que, no modo como comprehendo, qualquer um pode vir a ser sujeito do discurso de ódio, na posição A ou B. Ou seja, é possível essa intercambialidade, embora as condições dominantes não nos permitam vislumbrar. É possível, mas improvável. Assim como é possível, pelos mesmos motivos, que diferentes sujeitos se constituam como sujeitos em uma posição de resistência, inscrevendo diferentes possibilidades no fio do discurso.

Se encontramos no espaço virtual um ambiente que facilitou a vida de quem odeia (CARNAL, 2017), isto é, um ambiente no qual o ritual ideológico que interpela sujeitos digitais em sujeitos do discurso de ódio na posição A mostra-se potente e contumaz, e, em muitos cenários, dominante, há que se lembrar, sempre, que “não há dominação sem resistência” (PÊCHEUX, [1975], 2009, p. 281).

### REFERÊNCIAS

AGUINIS, Marcos. **Las redes del odio**: recursos para desactivar la violencia. Buenos Aires: Planeta, 2003.

ALTHUSSER, Louis. [1969] A propósito da Ideologia. In: ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. p. 193-228.



ANDRADE, Carlos Drummond. A flor e a náusea. In: ANDRADE, Carlos Drummond. **A rosa do povo**. Rio de Janeiro: Record, 2015. p. 15-17.

ARENKT, Hannah. [1963] **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. [1989] **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

CARNAL, Leandro. **Todos contra todos**: o ódio nosso de cada dia. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

COURTINE, Jean-Jacques. [1981] **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCAR, 2009.

DIAS, Cristiane. O tempo das máquinas algorítmicas de leitura. In: GRIGOETTO, Evandra; CARNEIRO, Thiago César da Costa (org.). **Diálogos com Analistas de Discurso**: reflexões sobre a relevância do pensamento de Michel Pêcheux hoje. Campinas-SP: Pontes Editores, 2023. p. 257-263.

FRANÇA, Thiago Alves; GRIGOETTO, Evandra. Imagens do/no espaço virtual: sobre as condições de produção do discurso de ódio no Facebook. In: DA SILVA, Francisco Vieira; ABREU, Kélvia Freitas (org.) **O império do digital**: teoria, análise e ensino. São Carlos: Pedro e João Editores, 2018. p. 33-56

FRANÇA, Thiago Alves. **Sentidos e funcionamentos do discurso de ódio em espaços do Facebook**: uma leitura discursiva. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019a.

FRANÇA, Thiago Alves. Discurso de ódio: definições prévias, incompatibilidades e formulação. In: SILVA, Dalécio S. da; GOMES, Gláucio R. (org.). **Análises em (dis)curso**: perspectivas, leituras, diálogos. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019b. p. 275-293.

FRANÇA, Thiago Alves. Refletindo sobre o sujeito do discurso de ódio e tomadas de posição pela ingenuidade e pelo cinismo. In: GRIGOETTO, Evandra; DE NARDI, Fabiele S.; SOBRINHO, Helson F. da S. **Sujeito, sentido, resistência**: entre a arte e o digital. Campinas, SP: Pontes, 2019c. p. 249-268.

FRANÇA, Thiago Alves. Homossexualização da Aids, ódio categorial e discurso de ódio: alguns gestos de composição-análise. In: GALLI, Fernanda; COSTA, Alcione; NASCIMENTO, Mízael; FRANÇA, Thiago Alves. **Práticas contemporâneas em análise do discurso**: gestos (d)e leituras. Recife: EDUFPE, 2021a. p. 203-217.

FRANÇA, Thiago Alves. "Discurso de ódio" em rede: escutas, disputas, análises. In: DE LUCAS, Carlos Henrique; SANTOS, Terezinha Oliveira (org.) **Temas Contemporâneos em Ciências Humanas e Sociais**. Curitiba: CRV, 2021b. p. 99-122.

FREUD, Sigmund. [1930] O mal-estar na civilização. In: FREUD, Sigmund. **O futuro de uma ilusão, o Mal-estar na civilização e outros trabalhos** (1927-1931). Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 65-151.



INDURSKY, Freda. Formação Discursiva: esta noção ainda merece que lutemos por ela?. In: Freda Indursky; Maria Cristina Leandro Ferreira. (org.). **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites.** São Carlos: Clara Luz, 2007. p. 163-172.

LIICEANU, Gabriel. **Do ódio.** Campinas: Vide Editorial, 2014.

LIMA, Géssica Pereira de Jesus; FRANÇA, Thiago Alves. “Quem é o ‘índio?’”: interpretações de Jair Bolsonaro sobre indígenas. **Leitura**, Maceió, n. 76, p. 219-234, maio/jul.2023. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/14265/10721>. Acesso em: 12 mar. 2025

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. 4. ed. São Paulo: Pontes, 2002.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Por uma teoria discursiva da resistência do sujeito. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em análise:** sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Pontes, 2012. p. 213-234.

PÊCHEUX, Michel. [1976] A aplicação dos conceitos da linguística para a melhoria das técnicas de análise de conteúdo. In: PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso.** Campinas, SP: Pontes, [1973] 2012. p. 203-226.

PÊCHEUX, Michel. [1969] Análise automática do discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (org.) **Por uma análise automática do discurso.** Campinas: Editora Unicamp, 2010. p. 59-158.

PÊCHEUX, Michel. [1975] **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. São Paulo: Editora da Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, Michel. [1982] Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cad. Est. Ling.** v. 19, p. 7-24, jul./dez. 1990. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636823/4544> Acesso em: 12 mar. 2025.

PRUINELLI, Andréia. Resistência. In: LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina (org.) **Glossário de termos do discurso.** Campinas: Pontes, 2020. p. 253-256.

RECUERO, Raquel. **As Redes Sociais na Internet e a Conversação em Rede.** 2012. Disponível em: <http://www.raquelrecuero.com/ciseco.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2024.

REGO, Patrique Lamounier. **Caminhos da Desumanização:** análises e imbricamentos conceituais na tradição e na história ocidental. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília. Brasília. 2014.

ZIEGLER, Jean. **Ódio ao ocidente.** São Paulo: Cortez, 2011.



## LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA ERA DIGITAL: DISCUSSÕES, À LUZ DA ANÁLISE DO DISCURSO, DOS EFEITOS E IMPLICAÇÕES DE COMENTÁRIOS DE ÓDIO NA INTERNET

Paula Elisie Madoglio Izidoro<sup>1</sup>

*Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP)*

Mariana Garcia Carregosa Gaino<sup>2</sup>

*Universidade do Estado da Bahia (UNEB)*

### RESUMO

O estudo utiliza a Análise do Discurso (AD) para investigar como os discursos de ódio são construídos e propagados em redes sociais digitais, especialmente durante crises sociais, ambientais ou de contextos gerais que formam uma grande comoção. Neste caso de estudo, uma crise ambiental com viés político. O trabalho foca na catástrofe natural que atingiu o Rio Grande do Sul em maio de 2024, analisando comentários negativos no Instagram com teor preconceituoso, incluindo misoginia, xenofobia e intolerância religiosa e de gênero. A pesquisa evidencia como esses discursos se espalham rapidamente online e como as redes sociais digitais com seu anonimato e dinâmicas interativas, favorecem essa disseminação. Além de identificar padrões de violência verbal, o estudo busca compreender os fatores que impulsionam esses discursos e suas implicações na polarização política e ideológica do país. Por fim, o trabalho propõe reflexões sobre possíveis formas de enfrentamento e conscientização quanto ao impacto do discurso de ódio, tanto no ambiente digital quanto na sociedade em geral.

**Palavras-chave:** Análise do Discurso. Redes sociais digitais. Comentários de ódio online. Xenofobia digital. Discurso de ódio em contextos de crise.

### RESUMEN

El estudio utiliza el Análisis del Discurso (AD) para investigar cómo los discursos de odio se construyen y difunden en las redes sociales, especialmente durante crisis. El trabajo se centra en la catástrofe natural que afectó a Rio Grande do Sul en mayo de 2024, analizando comentarios negativos en Instagram con contenido prejuicioso, incluyendo misoginia, xenofobia e intolerancia religiosa y de género. La investigación evidencia cómo estos discursos se propagan rápidamente en línea y cómo las redes sociales, con su anonimato y dinámicas interactivas, favorecen esta difusión. Además de identificar patrones de violencia verbal, el estudio busca comprender los factores que impulsan estos discursos y sus implicaciones en la polarización política e ideológica del país. Finalmente, el trabajo propone reflexiones sobre posibles formas de enfrentamiento y

<sup>1</sup> Professora no curso de Letras - Português/Español da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Professora QPM na Secretaria Estadual de Educação (SEED/PR). Doutoranda em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Mestra em Ensino pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). E-mail: paulamizidoro@gmail.com

<sup>2</sup> Graduada em Letras com habilitação em Português e Espanhol pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). E-mail: mc.marianacarregosa@gmail.com



concienciación respecto al impacto del discurso de odio, tanto en el entorno digital como en la sociedad en general.

**Palabras clave:** Análisis del discurso. Redes sociales digitales. Comentarios de odio en línea. Xenofobia digital. Discurso de odio en contextos de crisis.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O resguardo da liberdade de expressão está intrinsecamente ligado à garantia da dignidade da pessoa humana, sendo direito fundamental consagrado pela Constituição Federal, seja enquanto ser individual, seja enquanto sociedade. O combate ao discurso de ódio também se insere na necessidade de se estabelecer limites bem definidos sobre a liberdade de expressão, na medida em que se deve valorizar o respeito à diversidade como forma de tutelar a pessoa humana (LUCCAS et al., 2020).

No entanto, as relações sociais diretas, o ambiente democrático e o contexto sociocultural moldam os limites do direito de expressão, que assim como outros direitos fundamentais, como direito à honra, à imagem, à dignidade da pessoa humana e à igualdade, está sujeito a restrições devido à manifestação de conteúdos discriminatórios ou discursos de ódio recorrentes na internet (FREITAS et al., 2023). O ódio apenas aguarda um fator desencadeador para emergir, indicando que ele não depende exclusivamente do indivíduo que o carrega, mas também das circunstâncias contextuais (SCHARWÄCHTER; MÜLLER, 2020).

A exemplo disso, foi evidenciado que ocorrências off-line, particularmente aquelas envolvendo atos de terrorismo, induzem aumentos significativos no discurso de ódio on-line. Por exemplo, incidentes de terrorismo islâmico na Europa Ocidental e na América do Norte foram associados a uma escalada do discurso de ódio nas plataformas de mídia social, incluindo o Twitter. Esse fenômeno é examinado por meio da metodologia de análise de coincidências de eventos, que estabelece uma correlação entre o momento de tais ocorrências e os surtos subsequentes no discurso de ódio.

Sabendo que o discurso de ódio está intimamente relacionado ao multiculturalismo, uma vez que a convivência entre diferentes culturas, etnias e religiões pode gerar tensões e resistência à diversidade, isso favorece discursos discriminatórios em momentos onde há baixa tolerância à alteridade, especialmente nos contextos em que diferentes grupos étnicos, religiosos ou sociais coexistem, como referido no presente estudo, essa fala está interligada através de conflitos culturais e de identidade, xenofobia, racismo ou até mesmo violação dos direitos humanos no cenário da globalização das mídias sociais.

A análise do discurso, (AD), ao atuar nesse contexto internet - uma grande potência que ainda transmite, socialmente, a falsa sensação de ser uma “Terra sem lei” -, estuda os efeitos de sentido presentes nesse meio.

Portanto, no campo linguístico, é importante entendermos como esses discursos são formados e perpetuados, quais as dinâmicas sociais contribuem para esse fim, e mais, investigar como a linguagem é empregada para construir identidades, estigmatizar grupos e legitimar formas de discriminação e exclusão na internet.

Freitas (2023) destaca que mais relevante que expor ideias para discussões sociais, é expor opiniões desejáveis para membros de um determinado grupo ao qual se pertence ou se deseja pertencer.



A rede social digital Instagram, por exemplo, deixa de ser um espaço apenas para compartilhamentos de fotos e vídeos, mas também um canal de debates, discussões e, indiretamente, através de seus usuários, uma fonte formadora de opiniões, sejam elas positivas ou negativas, e com isso, os discursos de ódio também crescem e encontram adeptos distintos e confortáveis a partilhar o mesmo juízo.

O crescimento tecnológico, a popularização da internet, e as transformações de conduta e comportamentos socioculturais, têm contribuído para uma democratização da voz, mas também trazem desafios, especialmente quando se trata de regular a liberdade de expressão, bem como afirma Orlandi (2012a) no capítulo sob perspectiva de educação em direitos humanos: A observação inicial postula que a linguagem carece de transparência. Consequentemente, é errado adotar o ponto de vista de que se pode simplesmente percorrer o léxico para descobrir, por meio desses termos, os significados que podem estar inscritos nele. Isso representa uma falácia em relação ao conteúdo.

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo, analisar, à luz da análise do discurso, comentários de ódio na feitos no Instagram no contexto das enchentes do Rio Grande do Sul, a partir do ambiente da internet e suas perspectivas culturais, ideológicas e principalmente o contexto digital na sociedade moderna, visto que a crescente no meio tecnológico é gradual e conciso, e as nuances dessas diferentes coletividades estão sempre dialogando entre si, ainda que direta ou indiretamente, por isso, torna-se essencial discutir os limites da liberdade de expressão e a análise desses discursos dialógicos, a fim de definir claramente até onde deve-se exercer uma liberdade sem infringir os direitos dos outros.

Para que para isso se cumpra, teorizaremos acerca da Análise do Discurso à luz de Pêcheux, oferecendo uma lente crítica para entender como os sujeitos, inseridos em diferentes formações ideológicas, produzem e interpretam esses discursos. O sentido das palavras, na perspectiva de Pêcheux, muda conforme a posição na luta de classes daqueles que as utilizam (TERRA, et al. 2019). Bem como apresentaremos uma análise de alguns discursos de ódios proferidos especialmente em comentários na rede social Instagram em postagens sobre as enchentes no Rio Grande do Sul, ocorridas em maio de 2024. Através dessas análises, buscaremos identificar não somente o tema recorrente, mas todo o contexto social e emocional que alimentam tais motivações.

## 1 A ANÁLISE DE DISCURSO

A Análise de Discurso (AD) é reconhecida como uma área interdisciplinar que combina elementos da linguística, sociologia e ciências da comunicação. Esse campo dedica-se a examinar o uso da linguagem em seu contexto natural, com um foco especial em como construções ideológicas se expressam nos textos. Na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história (ORLANDI, 2013, p. 15). Ao explorar essas interações, a AD proporciona uma compreensão mais profunda das relações de poder e influência que permeiam o discurso. Afinal, o sentido é uma relação determinada do sujeito - afetado pela língua - com a história. (...) não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia (ORLANDI, 2013, p. 17).

Suas raízes estão profundamente ligadas às transformações intelectuais e sociais ocorridas no século XX, principalmente durante os anos 60 e 70, e como referência inicial, foi desenvolvida por Eni Orlandi no Brasil, a partir de um desdobramento da matriz francesa desta disciplina, que tem como autor fundamental o filósofo francês Michel Pêcheux, pesquisador da École Normale Supérieure (ENS Paris).



Pêcheux reflete sobre a história da epistemologia e a filosofia do conhecimento empírico, visando transformar a prática das ciências humanas e sociais. Pêcheux comprehende o sentido da AD como sendo regrado pelas questões de espaço e tempo das práticas humanas, descentralizando o conceito de subjetividade e limitando a autonomia do objeto da Linguística. O discurso é definido como efeito de sentidos entre locutores, um objeto sócio-histórico no qual a linguística está pressuposta.

O discurso não corresponde à noção de fala pois não se trata de opô-lo à língua como sendo esta um sistema, onde tudo se mantém, com sua natureza social e suas constantes (...). O discurso tem sua regularidade, tem seu funcionamento que é possível apreender se não opomos o social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo ao objetivo, o processo do produto (ORLANDI, 2013, p. 22).

Sua atuação e estudos foi durante um período marcado por grandes movimentos sociais na França e diversos estudiosos atuam na vertente francesa, bem como uma face ideológica, Althusser, e discursiva, Foucault, então sobre o peso desses dois autores renomados que Pêcheux elaborou seus conceitos.

A análise do discurso é uma ferramenta fundamental no contexto do presente trabalho, como parte da compreensão de como as mensagens são construídas e interpretadas na internet. Não se trata somente do estudo da língua ou a gramática dela, mas o discurso em uso, o homem falando e constituindo parte da história em seu cotidiano. E através dessas análises do contexto, temos a existência humana, com sua capacidade de significar e significar-se.

Para entender a gênese dessa vertente é preciso compreender as condições que propiciam a emergência do uso. Seguindo a linha de Michel Pêcheux, destacamos também Orlandi (2004, 2009, 2012, 2013) com considerações vultosas, a qual problematiza reflexões acerca do tema. Nas palavras da autora, “na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2013, p. 15). A relação entre linguagem e mundo parte de um ponto conciso: a linguagem não é transparente. A compreensão discursiva não se dá de imediato palavra por palavra, bem como Orlandi (2012a, p. 151) aponta:

Não podemos atravessar simplesmente as palavras para encontrar, através delas, os sentidos que ali estariam depositados. Esta é uma ilusão de conteúdo. Ao contrário, devemos, em uma leitura que chamamos de discursiva, porque envolve o sujeito, a linguagem e a história, em seus processos de produção. (...) E isso nos leva a considerar que esta relação é complexa e que há mediações que a sustentam de tal modo que os sentidos não são os mesmos para sujeitos diferentes.

O que a AD propõe sobre a linguagem tem uma natureza histórica e ideológica na sociedade, o que significa, também, frequentes mudanças e avanços no campo de estudo ao longo do tempo. Estudar a linguagem envolve rompimentos com ideias anteriores, o que leva a várias reconsiderações dentro do próprio campo da linguística, e a abordagem francesa se destaca por ser uma disciplina que une diversas influências e perspectivas.



Nesse contexto, Orlandi (2013) define o discurso como uma elocução em fluxo. A AD, como o nome sugere, não foca na língua ou na gramática, embora esses aspectos sejam de seu interesse, seu foco principal é o discurso. Etimologicamente, a palavra "discurso" carrega a ideia de movimento, de trajeto, de algo que flui. "O discurso é, portanto, a palavra em movimento, uma prática da linguagem: ao estudar o discurso, observa-se o ser humano falando" (ORLANDI, 2013, p. 15).

A Análise de Discurso, especialmente sob a perspectiva da teoria de Pêcheux, oferece uma abordagem crítica e aprofundada para compreender como essas narrativas são criadas e tomam maiores proporções de poder e ideologia na sociedade. A partir desse ponto, para analisarmos esses comentários de ódio no Instagram, a base da teoria traz embasamento teórico para revelar camadas de motivação para essas manifestações de intolerância e preconceito.

Partimos do pressuposto de que todo discurso é formado pela junção de outros já produzidos, como uma intertextualidade de discurso. Nenhuma opinião é pura pois traz consigo ideologias e crenças advindas de esferas sociais, emocionais, educacionais e econômicas diferentes, e nesse sentido, os comentários de ódio não são expressões individuais isoladas, mas manifestações de discursos que estão imersos em contextos socioculturais e históricos mais amplos, (cf. ORLANDI, 2004) os elementos fundamentais da Análise de Discurso estão na relação língua/sujeito/história, está entendida como a exterioridade constitutiva de qualquer discursividade. E portanto, carregam marcas das relações de poder que permeiam a sociedade, revelando como certos grupos e ideias são marginalizados ou reforçados, enquanto outros se enxergam como superiores a uma classe menos favorecida.

Do ponto de vista discursivo, há um percurso social, historicamente constituído, da significação em que está inscrita relação entre os diferentes lugares sociais da interlocução com seus poderes de significação desiguais, são projetados no discurso. (...) Nesse sentido, se pensamos a argumentação, por exemplo, diríamos que não se trata apenas argumentar em uma ou outra direção, tratam-se de conflitos, de confrontos face a diferentes formações discursivas (ORLANDI, 2004, p. 59).

A AD entrará justamente no contexto de análise dos comentários ao examinar a forma como essas afirmações se constroem linguisticamente, quais são os elementos semânticos e sintáticos que os caracterizam, e como esses elementos se relacionam com as ideologias dominantes.

Além disso, a AD permite explorar as condições de produção desses comentários, questionando quais são os sujeitos que os proferem, em que contextos sociais e midiáticos esses discursos ganham força, e como eles interagem com outros discursos circulantes na sociedade. Isso inclui a consideração do papel das redes sociais digitais (RECUERO, 2014), como o Instagram, na amplificação desses discursos e na formação de bolhas ideológicas onde certos discursos de ódio são normalizados ou até incentivados, além de trazer a perspectiva do perigo em que tudo isso ganha notoriedade e compartilhamentos, um alcance de milhares de pessoas de forma orgânica e muito rápida.

Em suma, a Análise de Discurso, ao ser aplicada para análise de comentários com discursos de ódio, alguns desses como nos anexos abaixo, buscará compreender as complexas relações entre



linguagem, ideologia e poder que sustentam e propagam esses discursos na esfera digital. Dessa forma, contribuirá para uma reflexão mais ampla sobre os limites da liberdade de expressão e os desafios para a construção de um ambiente digital mais inclusivo e respeitoso.

## 2 O CONTEXTO DIGITAL

No contexto digital, a tecnologia e as redes sociais digitais têm transformado diretamente a maneira como nos relacionamos, visto que consumimos informações e compartilhamos interesses em instantes. E esse acesso rápido e amplo pode ser positivo, mas também apresenta perigos iminentes sobre uma grande demanda de ideologias, críticas, pré-conceitos e valores. Bem como coloca Recuero (2012), o ciberespaço se configura tanto como um ambiente social quanto técnico, no qual as conversas e interações são moldadas pelas ferramentas utilizadas pelos grupos sociais, que se apropriam desses meios para construir e compartilhar discursos.

Nesse sentido, os discursos de modo geral, encontram um ambiente propício para se proliferar, impulsionado pela rapidez e pelo alcance das plataformas de redes sociais digitais, e a ausência de barreiras geográficas, além de contemplar com a opção de anonimato e a facilidade de amplificação de opiniões extremas têm tornado a internet um espaço onde expressões de intolerância, preconceito e violência verbal se multiplicam com essa voracidade.

As redes sociais digitais facilitam uma troca na forma como os usuários se relacionam com os meios de comunicação, revigorando os vínculos pelo desenvolvimento do sentimento de protecionismo a uma comunidade (SILVA, 2021), sendo assim, as redes sociais digitais, que poderiam ser usadas apenas para debates construtivos e aprendizado mútuo, muitas vezes viram um campo de batalha para ataques pessoais e disseminação de *fake news*. Esse fenômeno é agravado pelo efeito de bolhas, onde os algoritmos tendem a reforçar apenas conteúdos que confirmam as crenças pré-existentes dos usuários, criando um ambiente de intolerância e distanciamento.

A cada dia, pessoas de todo o mundo conectam-se à Internet e engajam-se em interações com outras pessoas. Através dessas interações, cada uma dessas pessoas é exposta a novas ideias, diferentes pontos de vista e novas informações. Com o advento dos sites de rede social, essas conversações online passaram a criar novos impactos, espalhando-se pelas conexões estabelecidas nessas ferramentas e, através delas, sendo amplificadas para outros grupos (RECUERO, p.121, 2014).

Além disso, a aparente impunidade *online* alimentam comportamentos tóxicos e radicais, quase que sem a necessidade de responsabilidade, e tais pessoas incentivam atitudes que muitas vezes não se manifestariam em interações pessoalmente. Por isso o perigo em compartilhar esses pensamentos e achar uma rede de pessoas que compartilham do mesmo pensamento, sendo um o suporte do outro sem amenizar consequências de fala.

A aparente impunidade online tem se configurado como um dos grandes desafios contemporâneos no campo jurídico e social, sendo alimentada por diversos fatores interligados que dificultam a responsabilização efetiva de condutas ilícitas na internet. Um dos elementos centrais nesse fenômeno é o anonimato, amplamente possibilitado pelos recursos tecnológicos que permitem aos usuários ocultarem ou mascararem suas identidades reais. Essa ocultação fragiliza os



mecanismos de controle e dificulta a identificação dos autores de comportamentos ofensivos, criminosos ou fraudulentos.

Além disso, a dificuldade técnica de rastreamento das ações digitais contribui significativamente para esse cenário. O uso de ferramentas como redes privadas virtuais (VPNs), *proxies* e navegadores anônimos torna o processo de localização e responsabilização dos agentes ainda mais complexo, especialmente quando somado à escassez de recursos técnicos e humanos nas autoridades encarregadas de investigar delitos cibernéticos.

Inúmeras nações, incluindo o Brasil, possuem estruturas legais antiquadas ou inadequadas que impedem o julgamento efetivo de crimes cibernéticos. O sistema judicial brasileiro, por exemplo, é deficiente em mecanismos abrangentes para o gerenciamento de evidências digitais e a acusação eficaz dos autores, resultando em uma prevalência pronunciada de impunidade (ARRUDA, 2019; LOPES et al., 2024).

### 3 A CATÁSTROFE NO RIO GRANDE DO SUL

Em maio de 2024, o estado do Rio Grande do Sul foi devastado por enchentes de grandes proporções, sendo uma das maiores catástrofes naturais do Brasil. Um estudo inédito divulgado pelo IPEA<sup>3</sup> (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) no dia 17 de Junho de 2024, estima que pelo menos 876,2 mil pessoas em 420,1 mil domicílios (8,8% da população e dos domicílios) tiveram seus locais de residência atingidos diretamente pelas enchentes e deslizamentos nos 418 municípios do Rio Grande do Sul em estado de calamidade ou emergência.

A análise também apontou que 9,7% da população (310,4 mil pessoas) e 9,7% das famílias (138,800) foram situação de vulnerabilidade socioeconômica antes das enchentes foram afetadas. Segundo o estudo publicado pelo IPEA, a mancha de impacto das enchentes e deslizamentos atingiu aproximadamente 16.126 km<sup>2</sup>, alcançando 484 municípios do Rio Grande do Sul.

No todo, mais de 2,2 milhões de pessoas foram direta ou indiretamente afetadas e estima-se pelo menos 182 mortes, além das inúmeras perdas materiais. O desastre natural, causado pelas chuvas resultou em inundações severas com rios transbordando e destruindo infraestruturas locais. Comunidades inteiras ficaram isoladas, enquanto equipes de resgate trabalharam incansavelmente para salvar vidas e fornecer ajuda às vítimas.

A catástrofe gerou ampla comoção e mobilizou esforços de solidariedade por parte de voluntários, governos e organizações não governamentais, que rapidamente iniciaram campanhas de doação e apoio logístico. Entretanto, rapidamente esses atos de solidariedade nas redes sociais digitais tornaram-se palco de discursos de ódio e ofensas direcionadas às vítimas, às autoridades e até mesmo aos esforços de socorro. Pessoas começaram a disseminar informações falsas, teorias conspiratórias e críticas infundadas, ampliando a polarização e o clima de intolerância num momento devidamente inoportuno.

### 4 METODOLOGIA E ANÁLISE

Utilizando capturas de tela, analisamos como essa amostra social, a partir de um evento catastrófico onde espera-se mobilizar solidariedade e apoio, muitas vezes se torna palco para a

<sup>3</sup> Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); 2024. Disponível em:  
<https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/15183-876-mil-pessoas-foram-diretamente-atingidas-pelas-enchentes-no-rio-grande-do-sul>. Acesso em 13 de setembro de 2024.



propagação de ataques verbais e retóricas discriminatórias tirando o foco inicial de suporte. Essas interações ilustram a proporção que o discurso de ódio pode atingir no ambiente digital, especialmente em momentos de crise, como esse em destaque em nosso trabalho.

Para a seleção do material, inicialmente buscamos comentários em postagens de páginas de notícias e entretenimento a nível nacional, sendo fontes de canais independentes, os quais acompanhamos regularmente, assim como também as próprias sugestões do Instagram, no entanto, não obtivemos sucesso em encontrar o conteúdo desejado. Em seguida, direcionamos a busca para contas de noticiários também nacionais, mas com uma vertente política pré-estabelecida, ou seja, contas que personalidades de discurso negacionista seguem em suas redes sociais digitais.

Nesse contexto, é fundamental destacar o papel central dos algoritmos das redes sociais na intensificação da polarização e na formação das chamadas "bolhas ideológicas". Esses algoritmos operam com base em princípios de personalização de conteúdo, selecionando e promovendo informações que se alinham às preferências, comportamentos e interações prévias dos usuários. Como apontam Pariser (2011) e O'Neil (2016), os sistemas algorítmicos, ao priorizarem a manutenção do engajamento e do tempo de permanência na plataforma, tendem a reforçar visões já existentes, filtrando o acesso a opiniões divergentes e criando uma espécie de "filtro bolha". Esse fenômeno, ao invés de promover o debate democrático, resulta na homogeneização de perspectivas dentro de grupos específicos e na radicalização das opiniões.

As redes sociais, portanto, ao empregarem algoritmos que classificam e distribuem conteúdos com base em métricas de interesse, engajamento e compatibilidade comportamental, acabam nutrindo grupos com informações que confirmam suas crenças preexistentes, muitas vezes sem qualquer compromisso com a veracidade ou qualidade da informação. Como observa Zuboff (2019), trata-se de um modelo de negócio sustentado por um capitalismo de vigilância, no qual os dados dos usuários são explorados para maximizar a previsibilidade e o controle de seu comportamento, inclusive no plano político e ideológico. Nesse ambiente, discursos intolerantes e desinformação encontram terreno fértil para prosperar, ao passo que vozes dissonantes são suprimidas ou atacadas, aprofundando a fragmentação do espaço público e contribuindo para a escalada da intolerância e da violência simbólica online.

Portanto, explorando as redes sociais digitais de perfis políticos polêmicos e extremistas e veículos de notícias tendenciosos, conhecidos por disseminar notícias falsas. Imediatamente, encontramos todo o material necessário, pois os comentários nas publicações desses perfis eram predominantemente de indivíduos que contribuem para a propagação de discursos de ódio e preconceituosos.

Para a realização desta pesquisa, delimitou-se como objeto de estudo as postagens e os comentários de perfis políticos que publicaram sobre o episódio das enchentes ocorridas em maio de 2024. O período de análise compreendeu os dias 17 a 24 de maio, totalizando cerca de 15 horas de observação e coleta. Durante a etapa de seleção, foi priorizada publicações com mais de 15 comentários e, entre estes, foram analisados aqueles que evidenciaram conteúdos de ódio, intolerância ou preconceito.

Essa estratégia de busca evidencia como funciona o algoritmo das redes sociais, e como é um importante formador e delimitador informacional, pois agrupa e impulsiona grupos que partilham o mesmo viés crítico, e através de perfis que comumente direcionam seu público à práticas polarizadas e agressivas foi possível observar com mais clareza o impacto negativo que esses espaços podem ter na propagação de discursos de ódio, por exemplo.



Revelando como determinados nichos *online* se tornam focos para a manifestação de preconceitos, e esse cenário reforça a necessidade de refletirmos sobre a responsabilidade das plataformas digitais na moderação e controle desses espaços que são altamente compartilhados e sem uma segurança que possibilite a liberdade de expressão à altura. E claro, liberdade de expressão desde que não interfira e coaja a liberdade do outro. Dado isso, apresentamos:

Imagen 01 - Comentários de ódio em página no Instagram

.. 6d

Sempre homens ... arriscando saúde e vida para salvar os indefesos .

Cadê as de cabelo no suvaco ?

As de língua afiada e discurso de igualdade? Na maioria das vezes, não precisa utilizar o físico do homem, basta ter a mesma vontade, coragem, desprendimento, se colocar em risco e realmente sofrer às consequências das suas ações.

Responder Ver tradução

Fonte: @jovempannews Disponível em:  
[https://www.instagram.com/reel/C6\\_a8RyiaCe/?igsh=Y2JieGJwNXJrNjM4](https://www.instagram.com/reel/C6_a8RyiaCe/?igsh=Y2JieGJwNXJrNjM4). Acesso em: 17 mai. 2024

O comentário destacado faz uma crítica com viés misógino e de sarcasmo, ao mencionar e destacar o papel de homens em situações de um resgate, comparando e potencializando uma ação específica com o histórico de reivindicação de igualdade das mulheres. Daremos ênfase, primeiramente, ao trecho “Cadê as de cabelo no sovaco?”, que reforça um estereótipo às mulheres feministas associado historicamente durante movimentos de enfrentamento à liberdade corporal, simbolizando resistência contra os padrões de beleza impostos às mulheres em geral.

A expressão se popularizou a partir de contextos históricos com a vertente brasileira da Marcha das Vadias, a qual desconstrói e reconstrói, através da ressignificação de termos pejorativos e misóginos e do uso da contrapalavra carnavaлизada, papéis atribuídos à mulher por uma cultura dita patriarcalista e machista (GUEDES, 2015, p. 129). Tiram de contexto as pautas de luta e reivindicações sociais para que sejam de forma pejorativa à imagem das mulheres, reforçando estereótipos negativos numa situação em que não havia sentido tal paralelo.

O movimento da Marcha das Vadias propõe-se a ressignificar insultos direcionados a mulher, como a própria palavra “vadia”, combatendo, desta forma, não só a violência física, como também a verbal, decorrentes do uso sexista da linguagem, direcionados às mulheres. Assim, o movimento propõe a superação dos estigmas de palavras derrogatórias às mulheres pela adoção das mesmas, pois é a partir da ressignificação dos significados tradicionais desses termos que emergem novos sentidos (GUEDES, 2015, p. 23)



O mesmo ocorre em “as de língua afiada e discurso de igualdade”, direcionamos, nesta seção, nosso objeto de análise, para a construção de termos misóginos, e as implicações linguístico-discursivas que tais termos acarretam na construção do estereótipo da mulher feminista (SILVA, 2018). Ressaltamos que o enfrentamento coletivo feminino sobre as desigualdades sociais vão muito além do físico.

(...) Entretanto, da mesma forma que a internet, como ambiente livre e aberto, permite a ascensão de movimentos sociais como o feminismo, ela, também possibilita que determinados grupos o ataquem livremente, o que condiciona a proliferação de termos misóginos na rede, construídos com a intenção de desqualificar e deslegitimar as mulheres, sobretudo, feministas. (SILVA, 2018, p. 57)

Homens e mulheres são biologicamente diferentes, mas de nada acrescenta ou difere no comentário trazer o viés biológico à pauta, visto que a matéria de notícia em questão trata-se de um difícil resgate animal.

Neste cenário, o autor do comentário tece comparações irrelevantes e que contribuem com ideologias sexistas, sendo um conjunto de preconceitos e práticas que podem afetar qualquer gênero, mas em sua maioria contra as mulheres. E discursos reforçados como “as de língua afiada” corroboram de forma intrínseca com o fomento da banalidade e desqualificação das falas femininas; bem como uma cultura opressora de silenciamento, por isso nossa pesquisa contribui com a análise da formação desses comentários, para que assim possamos entender como a formação de novos léxicos torna-se mecanismo de opressão através do discurso (SILVA, 2018, p.59).

Imagen 02 - Comentários de ódio em página no Instagram

6d  
Só tem bicho p resgatar mesmo? Rapaz num aparece uma pessoa sendo resgatada

Responder Ver tradução

Fonte: @jovempannews Disponível em:

[https://www.instagram.com/reel/C6\\_a8RyiaCe/?igsh=Y2JieGJwNXJrNjM4](https://www.instagram.com/reel/C6_a8RyiaCe/?igsh=Y2JieGJwNXJrNjM4) Acesso em: 17 mai. 2024

Na imagem de número 02, o comentário é marcado pela indagação de um questionamento relativamente peculiar, diminuindo a importância de todos os outros tipos de resgate, como se o resgate de animais não fosse também importante. Vale a ressalva sobre a escolha da palavra "bicho" em vez de "animal", já que "bicho" pode carregar uma conotação mais depreciativa ou inferior.

Parece razoável entender que os signos presentes na inserção enunciativa são autónimos, pois se trata de um uso de signos para mencionar não um referente extralingüístico, mas sim a própria estrutura semiótica (são essas palavras



específicas que são objetos de menção, e não os possíveis referentes dessas palavras); por outro lado, não podemos deixar de considerar que essas palavras não foram inseridas apenas para mencionar os respectivos significantes, mas sim para também destacar determinados significados. (PAGOTTI, 2013, p.13)

Isso pode mostrar como a linguagem reflete a indiferença ou insensibilidade de quem comentou, já que as inserções enunciativas examinadas possuem não apenas caráter autonímico, como também desempenham uma função semântica intermediária (PAGOTTI, 2013, p. 17), visto que é o contexto de postagem intencionalmente destinada ao trabalho de voluntários que estavam resgatando animais, enquanto outras diversas postagens mostravam a árdua missão do resgate de pessoas também. A nível informativo, todo o tipo de ação no ambiente naquele período em questão tornava-se notícia para as milhões de pessoas que acompanhavam o desdobramento de equipes e voluntários numa catástrofe ambiental com tamanha proporção.

Imagen 03 - Comentários de ódio em página no Instagram

sir 6d  
Cadê MANUELA D' ÁVILA (PSB) aquela que vai na missa em período eleitoral e beija a mão do Papa no Vaticano??? Ausente, calada e omissa diante tanta desgraça enfrentada pelo seu povo GAÚCHO.  
Responder Ver tradução

Fonte: @subcelebrities Disponível em:

<https://www.instagram.com/p/C6d7Ki3OcOU/?igsh=MWhydHUxdXVmaXd1bA%3D%3D> Acesso em: 5 mai. 2024

Na captura de tela da imagem 03, o autor do comentário utiliza uma comparação apelativa para criticar a ausência de posicionamento de uma figura política como Manuela D'Ávila, nascida no Rio Grande do Sul, porém sem saber devidamente que a citada está fora do cenário político desde 2020. Então há um questionamento como se a ela devesse estar presente ou pudesse manifestar-se durante a crise. Tal análise nos revela uma posição sexista responsável pela propagação do discurso de ódio contra mulheres, militantes da causa feminista, através do emprego de termos misóginos (SILVA, 2018, p. 54).

Isso revela uma expectativa de que figuras políticas atuem como porta-vozes ou representantes diretas em momentos de catástrofes, e sua ausência pode ser interpretada como indiferença, e a politização desta ausência é usada para atacar não só a pessoa, mas seu papel público. E esse tipo de reação pode ser compreendido dentro do contexto mais amplo já que nos últimos anos, os estudos sobre comportamento eleitoral se consolidaram em torno da visão de que os partidos não são apenas um polo de atração para os eleitores, mas também um objeto de rejeição (FUKS, et al. 2020).



Um destaque importante para o comentário é o uso das letras em caixa alta no termo “GAÚCHO”, e isso destaca a ênfase que o comentarista coloca na identidade local e no senso de comunidade. Isso pode ser interpretado como Manuela, sendo gaúcha, deveria estar mais envolvida na defesa de seu povo. E o uso de letras maiúsculas na internet intensifica o tom de indignação. E ainda no trecho “beijar a mão do Papa no Vaticano” carrega um tom sarcástico e tenta diminuir a relevância das ações públicas de Manuela D’Ávila, insinuando que suas prioridades estariam erradas em relação às necessidades do povo. Ou seja, o propósito central dos discursos transmitidos através destas construções está focalizado na formação de estereótipos feministas (SILVA, 2018, p. 69).

Mais um fomento de indignação e ódio ao associar a omissão digital dessa pessoa com o contexto de tragédia, sem averiguar a participação de contribuição da mesma, ou até cobrar de cargos em pleno trabalho, provando que o intuito é apenas contribuir e compartilhar ódio.

Imagen 04 - Comentários de ódio em página no Instagram

4d  
Cidade chinesa de experiência de controle?  
Espero q nao!

Responder Ver tradução

4d  
ACORDEM ! CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO ! O  
Mal não prevalecerá

Responder Ver tradução

Fonte: @plenonews Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C7ETCpeO-Au/?igsh=MTBrZWZ5ZjNIMmxbA%3D%3D> Acesso em: 20 mai. 2024

Imagen 05 - Comentários de ódio em página no Instagram

4d  
Precisa ser muito bem planejada pra não virar favela

9

Responder Ver tradução

Ver mais 2 respostas

4d  
Imagina das cidades comunistas criadas 😂

14

Responder Ver tradução



Fonte: @plenonews Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C7ETCpeO-Au/?igsh=MTBrZWZ5ZjNIMmxpbA%3D%3D> Acesso em: 20 mai. 2024

Nas imagens número 04 e 05, vemos como as construções linguísticas refletem ideologias e preconceitos nos comentários. Na primeira captura, o comentário “*Cidade chinesa de experiência de controle? Espero q nao!*” aqui, o autor dos dizeres traz uma referência pejorativa de um estereótipo negativo relacionado à China e seu desenvolvimento, visto que esses tópicos sobre a China têm raízes em fatores históricos, culturais e geopolíticos, e numa visão eurocêntrica retrata a China como atrasada, com suas questões políticas internas, porém o comentário supondo que o local seja semelhante a uma “experiência de controle” e a construção da frase sugere um temor sobre uma possível implementação de um sistema ao país citado, que tampouco existiria no Brasil, ou, haveria sequer faria sentido.

Para aprofundar na representação da China como um país em fase de crescimento em vez de desenvolvimento, o jornal *El País* transmite a ideia de que esse enorme crescimento carece de qualidade. É por isso que a indústria chinesa é frequentemente associada à manufatura, um setor que demanda uma maior quantidade de mão de obra barata e quase nenhuma tecnologia avançada. Por outro lado, essa visão parte precisamente do eurocentrismo. (SUN, 2019, p. 7)

Além de que no âmbito da AD, há uma intertextualidade que recorre a discursos comuns de desconfiança e xenofobia relacionados à China, frequentemente encontrados no ambiente digital e disseminados por meio de teorias da conspiração.

Enquanto o segundo comentário traz “*ACORDEM! CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO! O Mal não prevalecerá*”. Essa nota faz uso de uma ideia alarmista, referindo-se a “campos de concentração” como metáfora para uma situação de opressão extrema. Lembramos que campos de concentração são instalações criadas para encarceramento de civis, prisioneiros de guerra ou grupos étnicos durante períodos de guerra ou regimes autoritários, e traz associações à Segunda Guerra Mundial e ao regime nazista, e os campos de concentração são eventos traumáticos profundamente marcados na memória coletiva mundial.

Podemos observar que

Para recordar um evento passado, não é necessário apenas que ele seja evocado por outros para que o sujeito lembre-se dele. É preciso que o indivíduo traga consigo algum “resquício” da rememoração para que os conjuntos de testemunhos exteriores se constituam em lembranças. No processo de rememoração, é importante que a memória individual esteja em consonância com a memória de outros membros do grupo social. (DA SILVA, 2016, p. 249)

Comparar situações como a da catástrofe climática acontecida no Rio Grande do Sul, dentro de uma proposta de respaldo e auxílio social momentâneo a campos de concentração sem contexto histórico adequado é extremamente ofensivo, especialmente para as comunidades que foram fortemente afetadas. Ao usar essa analogia de maneira imprópria, banaliza-se o sofrimento de



milhões de vítimas, distorcendo a gravidade dos crimes contra a humanidade. Além disso, esse tipo de discurso pode fomentar desinformação, teorias da conspiração e incitar a polarização social desnecessária.

E ainda sim, mais uma vez, estaria longe de acontecer com a ideia inicial proposta. Ademais, o autor finaliza a opinião com a construção de um inimigo imaginário, afinal, o que seria esse “mal”? Um tanto quanto conspiratório e de teor religioso.

Já no terceiro comentário, temos, mais uma vez, o uso da expressão pejorativa: "favela", que observamos que:

Não obstante as diferentes perspectivas, todos esses trabalhos têm em comum o fato de apontar que a descoberta da favela pelo poder público como um “problema” surgiu muito mais do incômodo que esses aglomerados urbanos causavam à urbanidade do que de uma postulação de seus habitantes ou de uma vontade política de universalizar o acesso a direitos básicos de cidadania. (DE LUNA, 2008, p. 3)

Em muitos contextos, ela carrega uma conotação negativa, e esse uso pejorativo reflete uma visão elitista e discriminatória, reforçando a hierarquia social que desumaniza os moradores desses locais menos privilegiados. Dado isso, o próprio termo “favela” vem, ao longo do tempo, adquirindo um caráter depreciativo, uma vez que em torno desses espaços se construiu no imaginário social uma série de mitos ligados à pobreza, à violência e à criminalidade (DE LUNA, 2008, p. 15)

A palavra é carregada de estigmas sociais e consequentemente econômicos no contexto brasileiro, e sua utilização nesse sentido reflete uma visão até mesmo excludente, e para a AD, o uso dessa palavra implica uma visão que desumaniza famílias que partilham essas moradias e contribuem indiretamente para a marginalização enraizada dessas moradias.

É importante questionar a forma como o termo “favela” é usado no discurso de maneira pública e a necessidade de adotar uma linguagem mais inclusiva que reconheça a dignidade das pessoas que vivem nessas comunidades. Em vez de reforçar estigmas, a discussão deve se concentrar nas causas estruturais da desigualdade urbana e nas formas de promover o desenvolvimento social e econômico nessas áreas. Por isso o comentário além de discriminatório, carrega inverdades sobre a proposta pautada.

E por último, o uso de "cidades comunistas" também revela uma construção ideológica que associa o comunismo ao negativo. E independente do uso funcional de tais políticas, esse comentário reforça estereótipos em discursos políticos, contribuindo ainda mais para a polarização partidária que o país enfrenta atualmente. Vale ressaltar nesse caso também, que o texto não verbal com a utilização de um “emoji” (pictograma eletrônico usado nas redes sociais digitais para demonstrar emoções e sentimentos) de risada ao final sugere uma atitude de sarcasmo, desqualificando o conceito proposto e na AD, essa construção ridiculariza as políticas alternativas apresentadas na notícia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, buscamos compreender como os discursos de ódio se articulam e se legitimam nas redes sociais digitais, especialmente em contextos de crise como as enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul, em 2024. A partir da perspectiva da Análise do Discurso (AD) de



linha francesa, fundamentada nos estudos de Michel Pêcheux e desenvolvida no Brasil por Eni Orlandi, foi possível observar que tais discursos não são fenômenos isolados ou meramente opinativos, mas sim efeitos de sentido produzidos em determinadas condições de produção, atravessadas por ideologia, memória discursiva e posições-sujeito.

A teoria pecheuxtiana nos lembra que os sentidos não são fixos, mas atravessados por contradições ideológicas que se atualizam nos diferentes embates discursivos. Assim, os discursos de ódio presentes nas redes sociais digitais são compreendidos como parte de um confronto entre formações ideológicas distintas, que se alimentam do espaço de circulação ampliada e imediata proporcionado pelas plataformas digitais. Esses espaços, mediados por algoritmos que reforçam preferências e isolam pontos de vista divergentes, promovem a radicalização de sujeitos em bolhas ideológicas, intensificando o antagonismo simbólico e dificultando a construção de um debate democrático.

Nesse cenário, a aparente impunidade online, amparada por mecanismos de anonimato, lacunas legais e pela complexidade técnica de rastreamento, fomenta a continuidade e a normalização dessas práticas discursivas. O que se verifica, portanto, é uma dinâmica onde a linguagem atua não apenas como instrumento de comunicação, mas como prática social constitutiva de sujeitos e de sentidos, revelando embates de classe, gênero, etnia e ideologia que estruturam a sociedade contemporânea.

Concluímos que compreender os discursos de ódio no ambiente digital requer um olhar atento às condições de produção dos sentidos e às posições ideológicas que os sustentam. Mais do que punir postagens individuais, é necessário desvelar as engrenagens discursivas que naturalizam a intolerância e promovem a exclusão simbólica. A AD, enquanto ferramenta teórico-metodológica, oferece importantes instrumentos para essa tarefa, ao permitir analisar criticamente os modos como a linguagem é mobilizada para construir identidades, sustentar preconceitos e disputar hegemonias discursivas.

## REFERÊNCIAS

ARRUDA, Jorge Eduardo Gomes De. **Cibercrime no âmbito das relações empresariais: a vulnerabilidade das empresas no tocante à impunidade do ordenamento jurídico.** [S. I.], 2019.

Disponível em:

<http://repositorio.asces.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2172/1/TCC-%20JORGE%20EDUARDO%20GOMES%20DE%20ARRUDA.pdf>.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. **Novo balanço das chuvas no Rio Grande do Sul aponta R\$ 4,6 bilhões de prejuízos em moradias.** 2024. Disponível em:

<https://cnm.org.br/comunicacao/noticias/novo-balance-das-chuvas-no-rio-grande-sul-aponta-r-4-6-bilhoes-de-prejuizos-em-moradias>. Acesso em: 13 set. 2024.

DA SILVA, Giuslane Francisca. A memória coletiva. **Revista Aedos**, v. 8, n. 18, p. 247-253, 2016.

DE LUNA FREIRE, Letícia. Favela, bairro ou comunidade? Quando uma política urbana torna-se uma política de significados. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 1, n. 2, p. 95-114, 2008.

FREITAS, Ana Luísa; ROMERO, Ruth Lyra; PANTALEÃO, Fernanda Naomi; BOGGIO, Paulo Sérgio. Bases sociocognitivas do discurso de ódio online no Brasil: uma revisão narrativa interdisciplinar.



**Texto Livre**, v. 16, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-3652.2023.46002>. Acesso em: 20 set. 2024.

FREITAS, Luiz Otávio Resende de; LUNARDI, Fabrício Castagna; CORREIA, Pedro Miguel Alves Ribeiro. Liberdade de expressão na era digital: novos intermediários e censura por atores privados. **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba, vol. 11, n. 2, e262, maio/ago. 2024. DOI: 10.5380/rinc.v11i2.89693. Acesso em: 20 set. 2024

FUKS, Mário; RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Juliana. Antipartisanship and political tolerance in Brazil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 28, n. 76, p. e022, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-987320287609>. Acesso em: 20 set. 2024.

GUEDES, Indira Lima. **Marcha das Vadias como resposta carnavaлизada do feminismo:** uma análise bakhtiniana de uma campanha fotográfica. Mestrado em Linguística Aplicada)–Centro de Humanidades, Universidade do Ceará, Fortaleza, 2015.

LOPES, Líliam Dos Reis; OLIVEIRA, Daniel; DA SILVA, Igor Talarico; DUTRA, Yuri Fedrigo; LIMA, Odaíze Do Socorro Ferreira Cavalcante. Crimes Cibernéticos E Direito Penal: A Regulação E A Resposta Jurídica Ao Crime No Ambiente Digital. **IOSR Journal of Business and Management**, [S. I.], v. 26, n. 11, p. 01–11, 2024. DOI: 10.9790/487x-2611080111.

LUCCAS, Victor Nóbrega. O dilema entre a proteção da liberdade de expressão e o combate ao discurso de ódio. In: GOMES, Fabrício V.; SALVADOR, João Pedro F.; LUCCAS, Victor N. (ed.). **Discurso de ódio:** desafios jurídicos. São Paulo: Almedina, 2020.

O'NEIL, Cathy. **Algoritmos de destruição em massa:** como o big data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia. São Paulo: Editora Intrínseca, 2016.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Cidade dos Sentidos.** 1. ed. Campinas, SP: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento:** as formas do discurso. 5. ed., Campinas, SP: Pontes, 2009.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso em Análise: Sujeito, Sentido, Ideologia.** 3. ed., Campinas, SP: Pontes, 2012a.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e Texto:** Formulação e Circulação dos Sentidos. 4. ed., Campinas, SP: Pontes, 2012b.

ORLANDI, Eni Pulcinelli; **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. 11. ed., Campinas, SP: Pontes, 2013.

PAGOTTI, Eugênio. Inserções enunciativas, autonímia e a atualidade do conceito de suposição semântica. **Interdisciplinar-Revista de Estudos em Língua e Literatura**, v. 2, 2013.

PARISER, Eli. **O filtro invisível:** o que a internet está escondendo de você. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

REBS, Rebeca Recuero. O excesso no discurso de ódio dos haters. **Fórum Linguístico**, v. 14, p. 2512-2523, 2017.



RECUERO, Raquel. **A conversação em rede:** comunicação mediada pelo computador e redes sociais na internet. Porto Alegre: Sulina, 2014.

ROCHA, Termisia Luiza; SILVA, Gilson Pequeno da; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; Metodologia de pesquisa científica: Análise do Discurso - Conceitos e Possibilidade. v. 21 n. 53 (2022): **Cadernos da Fucamp**, Campinas, 2023. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2913>. Acesso em 8 de Julho de 2024.

SCHARWÄCHTER, Erik; MÜLLER, Emmanuel. Does terrorism trigger online hate speech? On the association of events and time series. **The Annals of Applied Statistics**, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 1285–1303, 2020. DOI: 10.1214/20-AOAS1338. Disponível em: <https://dblp.uni-trier.de/db/journals/corr/corr2004.html#abs-2004-14733>.

SILVA, Jamile Maria. Construção lexical de termos misóginos no facebook: a formação de um discurso sexista. **Entheoria: Cadernos de Letras e Humanas**, v. 5, n. 1, p. 53-71, 2018.

SILVA, Marcos Paulo da; SILVA, Lucas Souza da. Disseminação de discursos de ódio em comentários de notícias: Uma análise a partir de notícias sobre o universo LGBT em cibermeios sul-mato-grossenses no Facebook. **INTERCOM: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 44, p. 137-155, 2021.

SUN, Meijiao. Estereotipos sobre China " made in Spain": un análisis a través del discurso informativo del periódico El País. **Asiadémica: revista universitaria de estudios sobre Asia Oriental**, p. 11-26, 2019.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância:** a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.